

**CONTROLE DO CAPITAL FINANCEIRO:**

**HÁ FUTURO NESSA PROPOSTA?**

**(A proposta do PT dos anos 90 de regulação do capital especulativo: uma crítica a este pensamento econômico)**

**GILSON DANTAS**

Brasília 2010

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	
ESCLARECIMENTO INICIAL .....	
INTRODUÇÃO.....	

## CAPÍTULO 1:

## CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL E DESMANCHE NEOLIBERAL DE ESTADOS COMO O BRASILEIRO NA ÓTICA DO PT/MERCADANTE.

Introdução.....	
1.1. Globalização financeira e reformas neoliberais de Estado (primeira aproximação). Conceitos: neoliberalismo, capital financeiro, <i>globalização</i> .....	
1.2. Capital financeiro: oligopolizado, centralizado, de caráter predatório.....	
1.3. Natureza da crise, Estado e capital financeiro.....	
1.4. Capital financeiro e poder: Estado dominado pelo capital financeiro?....	
1.5. Estado brasileiro: a serviço da oligarquia financeira e restringindo a economia produtiva.....	

## CAPÍTULO 2:

## MERCADO REGULADO: DISCIPLINAMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO NA ÓTICA DO PT/MERCADANTE.

Introdução.....	
2.1. Capital financeiro : alcance da crítica.....	
2.2. Por um desenvolvimento sustentado via regulação do mercado e estímulo ao capital produtivo.....	
2.3. Observações finais.....	

## CAPÍTULO 3:

### NOTAS SOBRE CAPITAL FINANCEIRO NA CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O ESTADO: A CRÍTICA À ALTERNATIVA REGULACIONISTA

Introdução.....

**3.1.** Globalização financeira & reformas neoliberais de Estado. Raízes da crise e breve histórico. ....

Estado rentista norte-americano.....

Crítica ao conceito de *globalização*.....

**3.2.** Capital financeiro: sua relação contraditória e hegemônica com a economia produtiva. ....

Para além da crítica à economia cassino.....

**3.3.** Disciplinamento do capital financeiro.....

**3.4.** Estado brasileiro no cassino global: dominado pela classe rentista.....

## CAPÍTULO 4:

### DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS. .

Introdução .....

4.1. A crítica à política do capital financeiro e as contradições da crítica.....

4.2. A regulação do mercado (do capital financeiro) segundo Mercadante.....

4.3. Para além da regulação do capital financeiro.....

BIBLIOGRAFIA.....

## ESCLARECIMENTO INICIAL

2010

Este livro concentra tese de mestrado, com pequenas modificações, aprovada pela Universidade Federal de Sergipe em 1999<sup>1</sup> que trata de um tema que preserva sua atualidade principalmente quando a economia mundial apresenta os elementos de uma grande crise em curso com o capital financeiro como foco central. O eixo central da pesquisa e, portanto deste livro, pode assim ser formulado em seus termos mais simples: qual a possibilidade de se controlar o capital especulativo? Quais os fundamentos e qual o realismo que tal proposta carrega? É factível regulamentar um capital que tem estado por trás de grandes crises e bolhas financeiras especulativas? Por que?

Redigida nos tempos mais duros do chamado neoliberalismo, esta tese procura refletir, a partir do pensamento econômico da chamada esquerda petista, sobre a validade ou não de uma proposta que era discutida na direção do PT dos anos 90 - antes portanto do Lula se tornar presidente-, e que acreditava que frente aos ataques especulativos e à sanha do cada vez mais agigantado capital financeiro internacional, o caminho era o da regulação dos capitais, seu controle político pelos Estados, por uma coordenação de Estados, de forma que se alcançasse algum equilíbrio, naturalmente dentro da mesma ordem econômica vigente (nesse caso se partia de algum pressuposto da separação entre capital *especulativo* e capital *produtivo*).

O economista Aloizio Mercadante, naquele momento um dos economistas mais influentes do PT, um dos que mais elaboravam sobre a economia política e também abraçava aquela proposta regulacionista, foi tomado como objeto de estudo daquela tese de mestrado, na qual se procurou apreender seu pensamento econômico de conjunto e em particular sobre o capital financeiro, sobre controle da finança; o objetivo da pesquisa era o de, a partir de um representante do pensamento da esquerda petista de grande visibilidade, levar adiante o debate sobre essa idéia da regulação dos movimentos do capital financeiro.

Boa parte da tese, portanto, tem o caráter de pesquisa documental, analisando o foco de certo pensamento econômico de esquerda (PT) sobre o problema da financeirização e em

---

<sup>1</sup> DANTAS, Gilson. **Sobre a crítica de Aloizio Mercadante ao capital financeiro: o PT frente ao neoliberalismo.** Tese defendida em banca e aprovada em dezembro de 1999. Mestrado em Sociologia. São Cristóvão: NPPCS/Universidade Federal de Sergipe, 1999.

seus capítulos finais tratam de problematizar e, por fim, avaliar porque tal proposta carece de fundamento, seja econômico seja político.

Este debate tem sua importância hoje se considerarmos que tem voltado à tona, com mais força que em outros momentos, inclusive na Europa e Estados Unidos, o debate sobre a urgência de controle da especulação. Principalmente por conta das bolhas de especulação que explodem arrastando riquezas, engendrando desemprego e ameaçando com maiores calamidades à economia chamada real. Neste caso, faz-se necessário concentrar esforços teóricos e acadêmicos para mostrar – de acordo com nossos resultados - o quanto é ilusória e bem parcial essa separação entre especulação e produção assim como também como são insustentáveis os pressupostos daquelas propostas de taxação sobre o capital financeiro global (taxa Tobin, por exemplo) ou qualquer outra forma que pretenda efetivo controle.

Nos capítulos iniciais, portanto, será examinado o pensamento de um influente quadro político nacional na sua condição, naqueles anos 90, de relevante formador de opinião interna do Partido dos Trabalhadores, o economista e atual senador Aloizio Mercadante e, para isto, foi tomado como referência o conjunto da sua documentação produzida nos anos 90. Partindo da crítica ao capital financeiro, Mercadante propunha naquele momento aquilo que ele chamava a regulação do mercado, e o disciplinamento por vias políticas do capital especulativo, que estaria nas raízes da crise global e local.

Foram investigados os conceitos e a crítica daquele autor ao neoliberalismo, capital financeiro e *globalização*, sua percepção a respeito das raízes da crise econômica mundial de então, que envolvia países como o Brasil, e, nesta, a relação grande capital financeiro-grande capital produtivo (que o autor de alguma maneira separa). Recuperou-se o sentido geral e específico de sua crítica, na perspectiva em que ele claramente se colocava, ou seja, da regulação para que o mercado viesse a tornar-se socialmente orientado.

O estudo documental permitiu, no final, que se visualizasse, por um lado, os pressupostos com que se combate, desde a esquerda petista de então, a lógica e os interesses do capital financeiro, pressupostos estratégica e taticamente situados pelo PT e, naturalmente por Mercadante, **dentro** da ordem. Por outro, a falta de perspectiva do projeto programático anti-neoliberal de Mercadante, e por extensão de toda a direção do PT já da época, na medida em que não aparecem consistentemente definidos os instrumentos que trariam sustentabilidade para aquela idéia do mercado regulado. Ao mesmo tempo, esta idéia da regulação não aparece fundada numa avaliação sobre o caráter sistêmico da crise nos termos de uma crise do capitalismo, do capital, portanto muito mais profunda do que uma crise do *cassino* global ou da *modalidade* financeira do capital como quer que se entenda essa idéia.

Nesta medida, aquela perspectiva regulacionista distancia-se de questões de fundo, fato que, no limite, como tentaremos demonstrar nos capítulos finais deste livro, termina por comprometê-la.

Por outro lado, se os argumentos do debate trazido por esta tese aqui transformada em livro já eram atuais naquele momento, tudo indica que nos dias atuais, deflagrada a crise da bolha imobiliária em 2008 nos Estados Unidos, e tendo alcançado a especulação (e a dívida pública dos Estados centrais) volumes astronômicos, aqueles argumentos encontram ainda mais fundamentação no sentido de se desvelar e desconstruir toda tese que imagine ser possível uma saída dentro da ordem capitalista, portanto, uma saída na base do **controle** do capital financeiro ou do capital fictício.

Isso por um lado. Por outro, o próprio PT e o conjunto de sua direção e dos seus economistas seguiu um curso de completa adaptação ao estatuto daquilo que eles antes criticavam como sendo neoliberalismo. Hoje são felizes condutores de uma política amplamente favorável aos bancos, ao grande capital financeiro e ao agronegócio. Lula ou Sarkozy podem até falar em controlar o capital fictício, mas a economia brasileira nunca foi tão invadida por bancos e multinacionais, a remessa de lucros nunca esteve tão abundante e tão forte, a dívida pública conseguiu superar o PIB e o capital fictício vem sendo resgatado crise após crise. Os argumentos dos economistas de plantão do PT de que o Brasil apesar disso vai bem, que tem reservas cambiais abundantes e exporta como nunca, mereceriam outro livro que, no entanto, acabaria por sua vez demonstrando que tais 'virtudes' estão intimamente ancoradas em uma determinada conjuntura internacional que é insustentável com o tempo. Um choque de realidade será nesse sentido, inevitável.

Certamente, na argumentação e dados ao longo do livro estaremos nos referindo à realidade econômica daquele momento (final dos anos 90) e também ao PT que naquela época ainda formulava alguma preocupação antineoliberal; a situação evidentemente mudou: o PT hoje, no governo, assumidamente defende os interesses do grande capital (de trás do discurso social e contando com uma bonança nas exportações) e sequer caberia dirigir-lhe a polêmica construída neste livro tomando-o como esquerda séria ou consequente. No entanto, o debate sobre o que fazer contra o avassalador crescimento do capital-agiota e contra seus ataques e bolhas especulativas só fez crescer desde então. De forma que, desde o nosso ponto de vista, os argumentos aqui levantados seguem sendo, como tais, nossos contemporâneos e provavelmente válidas armas da crítica. Cabe ao leitor de hoje conferir e avaliar.

De nossa parte, acreditamos que a publicação deste livro, que evidentemente focaliza um debate de outro tempo e o pensamento do PT de outra época tem sua validade hoje, em

primeiro lugar porque – com os mesmos pressupostos teóricos do debate atual - o PT e seus economistas de antes já adotavam uma visão míope em relação ao tema do capital financeiro – e estamos falando do final dos anos 90 - e segundo porque o debate do controle do capital financeiro volta à pauta nos dias atuais sim, só que adotando as cores ainda mais acentuadas de um debate frágil e vulnerável uma vez posto diante dos mesmos argumentos críticos daqueles anos. Mais uma vez, em seu atual e reciclado conteúdo, aparece como uma proposta sem futuro.

Gilson Dantas, Brasília, 2010

## INTRODUÇÃO

(1999)

A implosão da ex-União Soviética e dos regimes políticos afins, processo que ganhou visibilidade internacional desde o fim dos anos 80, teve múltiplos impactos sobre o pensamento de esquerda. Este pensamento também sofreu a pressão da fase histórica atual onde valores capitalistas e a ideologia do mercado - com perfil que passou a ser chamado de neoliberal - ganhou um peso sem precedentes históricos neste século.

Um dos impactos dessa condição internacional sobre boa parte da esquerda passou a ser, por um lado, a descrença com relação ao planejamento econômico baseado em estatais (e mais ainda quando se trata de confisco da grande propriedade privada para fins sociais) e, por outro, uma certa reabilitação do chamado mercado ou de algumas de suas *virtudes*. A crítica aos regimes do *Leste*, portanto, caminhou na mesma direção de uma postura em relação à economia oligopolizada capitalista (por alguns simplificada chamada de *mercado*) que combina a crítica aos efeitos negativos mais óbvios do mercado - caso da reprodução das desigualdades e da concentração de rendas - com o elogio ao seu valor no “planejamento econômico”. A persistência histórica do capitalismo converteu-se, para setores da esquerda, em uma demonstração da perenidade e de virtudes do mercado; este teria que ser resgatado numa perspectiva neo-socialista e, naturalmente, nos projetos de reforma do sistema .

É como se passasse a haver uma preocupação que, por um lado, se situa como crítica ao capitalismo, por outro, está convencida de que Estado e estatais constituem, acima de tudo, um problema. Uma preocupação que tende a dissociar Estado de desenvolvimento social. Setores da esquerda brasileira, do próprio PT, têm-se pronunciado por um desenvolvimento de cunho social, socializante, só que associado a profundo ceticismo sobre o papel do Estado (e sua democratização) num processo dessa natureza.

Em resumo, a derrocada dos regimes políticos do *Leste*, junto com um refluxo mundial das esquerdas e dos movimentos sociais dos anos 80 e 90, serviu como base para que fosse



emergindo, no próprio pensamento do campo de esquerda e até marxista, a decepção com o chamado socialismo real (e o desconforto associado a sua derrocada) ao lado de uma descrença no poder público como ferramenta inicial ou instrumento *sine qua non* nas transformações sociais.

Em setores de esquerda, tal associação parece cada vez mais amplamente aceita. O *Leste* era estatista e praticava o planejamento centralizado e, por isso mesmo, teria caído; o plano centralizado é que teria sido derrotado.

Em parte, é como se as correntes que decidem no movimento de massas, caso do PT, não conseguissem avaliar que o problema do *Leste* tinha tudo a ver com uma espécie de "socialismo sem povo", do não-controle da sociedade sobre o Estado, e com o fato do chamado setor público, em países como a URSS, não ter sido efetivamente público, ter sido privatizado pela burocracia estalinista, mesmo pela *gorbatchevista* e por todas aquelas camadas que substituíam os trabalhadores no comando e controle da economia e da vida pública.

Deixa-se de admitir outra hipótese, a de que aquilo que faliu no Leste da Europa foi um sistema que tolhia a liberdade, a iniciativa e a criatividade das massas, e atribuía a uma burocracia dirigente o poder exclusivo de castigar e recompensar ; “esta falência não é a do socialismo, que jamais conseguiu ser construído nestes países. É a dos regimes que não eram senão um arremedo de socialismo, onde o arbitrário se sobrepunha à racionalidade econômica”(Gill, 1993, grifo nosso). Ali não veio abaixo nem o socialismo nem a economia planificada como tal.

“Como conseqüência destes novos acontecimentos históricos, muitos sentem-se instados a “repensar” o próprio conceito de socialismo. E este repensar resulta inclusive admitir como *inevitável* um suposto papel universal e fundamental do mercado e da livre iniciativa como elementos indispensáveis do desenvolvimento e da regulação econômica numa perspectiva supra-histórica. Por isso, no que diz respeito ao socialismo, o mercado deveria ser admitido como ordinário e preponderante na composição de sua estrutura. Tal versão reforça uma rejeição ao princípio do planejamento econômico geral como regulador necessário da economia socialista e ao próprio socialismo como propugnado por Marx” (Balanco, 1996, p.9).

“Segundo este entendimento, o fracasso soviético teria colocado a nu, por diferentes razões, a impraticabilidade e a indefensabilidade da planificação

econômica. Disso decorre a afirmação que aponta o mercado - uma vez estabelecido enquanto uma categoria histórica em sua versão capitalista - com o significado de perenidade e, portanto, como sendo o regulador irremovível fundamental. Agora, seria impossível ao socialismo sobreviver sem o mercado, o que deu margem inevitavelmente a construções e reafirmações teóricas de sociedades finais do tipo “socialismo de mercado”, “mercado socializado” ou “mercado socialmente controlado”, para não falar de outras variações sobre este mesmo tema” (Balanco, 1996, p. 9).

Neste livro estamos considerando **outra** hipótese: a de que o plano, o planejamento socialista não está em questão com a queda dos regimes de planejamento centralizado do *Leste*. O planejamento burocrático, sim, está questionado com a derrota daqueles regimes. A tese que tantos autores (clássicos ou atuais, neste caso, como Mandel, Mészáros, Gill, etc.) propõem contra o império da lei do valor, do mercado dos oligopólios capitalistas, é a de uma organização econômica pós-capitalista regida pela planificação e pelo controle social desta. Foi a falta e o permanente debilitamento da planificação socialista, que se traduziu na extinção dos conselhos populares, os soviets, e de toda forma de democracia que não a parlamentar-burguesa, que propiciou a volta da lei do valor em sua plenitude naqueles países pós-capitalistas<sup>2</sup>. De forma que não é consistente considerar que o desmanche da URSS enterra a idéia do planejamento e reforça a de mercado.

Sem pretender minimizar a derrota política mundial sofrida pelas idéias socialistas com os acontecimentos do *Leste* (mesmo que lá não houvesse socialismo, planificação socialista ou coisa no estilo) e sem pretender desconsiderar a inevitabilidade de certo funcionamento de mercado numa sociedade pós-capitalista de transição, não é demais insistir na tese de que, face à miséria da sociedade burguesa, o planejamento socialista (não o “socialismo de mercado” ou amálgamas como o dos chineses) continua sendo a alternativa a ser considerada histórica e politicamente (Mandel, 1990; Balanco, 1996; Meyer, 1993).

Em suma, existe uma outra direção da análise, da qual fazem parte autores que, mesmo criticando radicalmente a estatização da vida política que permeou todas as experiências ditas socialistas - e outros que inclusive são críticos ao Estado *desenvolvimentista* do tipo que ocorreu no Brasil -, não acreditam em desenvolvimento social por fora de uma franca

---

<sup>2</sup> “Na luta entre a lei da planificação e a lei do valor, a primeira se fez penetrar por uma debilidade trazida da sua infância (o esvaziamento da democracia direta dos trabalhadores), enquanto a segunda, ou seja, a lei do valor, mantinha bases plantadas no interior da sociedade soviética e, sobretudo, contava com o reforço avassalador do resto do mundo” (Meyer, 1993, p.92).

intervenção do Estado. Isto é, sem que o Estado (um Estado diretamente controlado pela sociedade, nesta condição, tornando-se uma esfera pública) funcione como instrumento imediato para aquele objetivo.

Portanto, apontam numa clara direção alternativa àquela primeira abordagem que confunde, por exemplo, planejamento socialista com o que aconteceu no *Leste*, ou que subestima o instrumento que significam as estatais, o planejamento, e o efetivo aprofundamento democrático, ao procederem a uma crítica àquela experiência histórica burocrática que veio abaixo na URSS. O Estado diretamente controlado pela sociedade seria, para aqueles autores, um ponto de partida para uma alavancagem decisiva da economia, inclusive na condição de único contraponto decisivo ao poder das grandes corporações internacionais e da *nova* ordem imperialista.

Em outras palavras, uma das mais fortes justificativas do foco que adotamos deriva do fato de que, com base no contexto histórico aqui mencionado, brotaram do campo de esquerda e petista, no caso enfocado, algumas idéias de projetos de desenvolvimento econômico de caráter *misto*, que articulam a continuidade do “mercado” (na verdade da propriedade privada dos grandes bancos e grandes corporações fabris, comerciais e agrícolas) com a presença de um poder público que, mesmo retendo consigo algumas estatais chamadas estratégicas, mas que adota um “novo” papel, essencialmente de regulação e controle da vida econômica.

Neste sentido, apesar de criticada por sua ditadura política, a China passaria a ser elogiada, eventualmente como uma combinação de Estado-propriedade privada que estaria dando certo, assim como, em outra medida, certos *tigres* asiáticos como a Coréia do Sul e mesmo o próprio *milagre* japonês, antes, seriam vistos elogiosamente por seu caráter de intervenção do Estado fundamentalmente como estrategista e regulador econômico nos marcos do mercado. Naturalmente, tais referências eram mais freqüentes antes da violenta crise asiática de 1997, que deixou aqueles *tigres* enfraquecidos e, desde antes, veio deteriorando o Japão.

Essa situação que vimos considerando até aqui, ganha um complicador do lado das esquerdas (ou das ex-esquerdas) na medida em que suas propostas ou suas experiências de governo convivem e/ou reforçam claramente o sistema financeiro, adotando uma política de convivência com a oligarquia financeira (leia-se com o pagamento da dívida, com os juros

altos, com o obstinado vale-tudo para atrair investimentos de fora). Entra-se aqui, de alguma forma - deliberadamente ou não - no império do “pensamento único”, onde são adotadas políticas econômicas semelhantes às neoliberais, neste caso não por razões táticas, mas numa sincera porém malfadada tentativa de domesticação do capital financeiro internacional.

Com o fim da ditadura brasileira e a chamada transição democrática em curso nos anos 80, foi-se estendendo o processo de participação das esquerdas nos estados e municípios. Na verdade, em vez de significar uma abertura, flexibilização e recuo da política dos oligopólios, do chamado sistema do livre mercado, a ascensão eleitoral das esquerdas foi ganhando, com o passar do tempo e das experiências um certo sabor, em parte, de fracasso político e econômico, no dizer de Petras (Petras, 1997, p.35).

Fracasso aqui, tem o sentido de que simplesmente perpetuam o sistema como ele é, um sistema cuja democracia vai pouco além dos limites eleitorais notórios e cujas políticas econômicas pouco diferem do neoliberalismo.

Em análise a respeito da América Latina, perfeitamente aplicável ao caso brasileiro, eis como Petras se refere aos antigos partidos de esquerda quando vão aos governos: “Ao abraçar as políticas de livre mercado, eles tornaram-se os executivos do capital multinacional e fracassaram política e economicamente. É um fracasso em duplo sentido: fracasso em não renovar o sistema eleitoral, nem oferecer uma representação democrática mais ampla; fracasso no sentido básico de não serem capazes ou não estarem dispostos a ligar as demandas populares de baixo ao sistema político nacional. Por ter se incorporado ao sistema elitista e por abraçar as políticas de livre mercado, a ex-esquerda estreitou as alternativas disponíveis à grande maioria da população” (Petras,1997,p.35) .

Aquele balanço sobre o *Leste* levado adiante por setores decisivos do PT e a avassaladora pressão econômica, política e ideológica neoliberal, podem conduzir a um pensamento que, para além da fraseologia inconformista, anti-neoliberal ou até socialista, tende a conduzir a uma postura política que, apesar do perfil oposicionista à ordem social vigente, parece resvalar para um horizonte crítico problemático. Parece acomodar o ideário de mudanças sociais, e algumas vezes o próprio sonho socialista, a um capitalismo em colossal crise, a uma estrutura econômica e histórica hegemônica por poderosas multinacionais, e por uma oligarquia financeira internacional detentora do controle do

essencial da moderna vida material, produtiva e tecnológica. Às vezes tende a assumir uma estratégia da ordem que corresponde a bem mais que uma luta **dentro** da ordem para superá-la.

Um exemplo recente disso é o discurso de um dos elaboradores e líderes nacionais do PT, o ex-governador Cristóvam Buarque, ao afirmar com todas as letras que num governo popular e democrático, *petista*, trataria de preservar o Ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique, Pedro Malan, e a equipe econômica atual, já que o problema brasileiro não está na economia e sim nas desigualdades sociais. Sua linha de pensamento aparece, aqui, centrada na idéia de manter a confiança dos *agentes econômicos*, portanto dos credores e banqueiros. Seu argumento aliás foi este, ao mesmo tempo em que se dizia mais preocupado com soluções sociais *criativas* e com *reversão* de prioridades sociais. À sua maneira, este pensamento tenta ajustar sua “utopia social” à ordem neoliberal dos grandes bancos, das multinacionais, da sangria da dívida externa, da pilhagem e *quebra* do Estado pela agiotagem internacional, que ficam intocados. O horizonte deste tipo de crítica não vai além do pensamento liberal.

“Passou a haver uma espécie de “rendição ao mercado”, em “resposta à conclusão de que o planejamento estatal não tem capacidade para gerir uma economia complexa com a necessária eficiência, além de que é gerador de desperdícios e de burocracias concentradoras de poder. Juntamente com o mercado, permanecem a propriedade privada e o lucro, mas tudo seria submetido à regulação democrática. O novo socialismo é, como se vê, muito mais comedido na natureza e no vulto das transformações econômicas que propõe. Todo esse cuidado é apresentado como sendo resultado do aprendizado com as experiências do Leste europeu, mas não é sem propósito perguntar se tudo o que permanece do capitalismo, a começar pela mercadoria como instrumento básico de mediação das relações sociais, não desfigura o socialismo enquanto proposta de uma nova ordem social assentada sobre bases econômicas distintas” (Coelho Neto, 1997).

Em suma, é como se boa parte do PT concebesse a chamada crise do Estado, a negatividade de sua relação com capital financeiro, os males da atual ‘supremacia do mercado’, como processos que podem vir a ser resolvidos com menos Estado, com menos estatais, sob a ditadura da dívida externa, interna, dos credores internacionais e preservando intacto o cerne do poder do grande capital financeiro. Confunde-se tática com estratégia, e no combate ao neoliberalismo, desaparece a crítica aprofundada ao capitalismo monopolista, e à

classe rentista, à *ditadura dos credores*<sup>3</sup>. E se a escolha do ministro da Fazenda anunciada por Cristóvam Buarque fosse apenas uma tática, ainda assim estaríamos diante de uma “tática” indigesta, uma mimetização complicadíssima, inclusive do ponto de vista do apelo eleitoral.

Aqui é preciso que se considere um outro elemento histórico e político dentro do qual se desenvolveu esta pesquisa, que é o processo de financeirização do Estado, de hegemonia da política neoliberal, a mais adequada a essa proeminência do capital especulativo. Neste movimento, o combate ao neoliberalismo passou a ser o principal *front* da esquerda e, notoriamente, do PT.

Para o PT, o *desmanche* e a desregulamentação neoliberal de Estados como o brasileiro passou a ser um processo permanentemente denunciado como atendendo aos interesses do *ajuste* antinacional patrocinado pelo capital financeiro, pela financeirização da economia. O combate tornou-se, com grande dose de razão, bastante centrado contra a chamada *agenda neoliberal*, que penaliza finanças públicas, rendas do trabalho e economia nacional em favor do capital especulativo internacional.

O neoliberalismo, na sua dimensão de política do capital financeiro contra o Estado e a economia locais, vem sendo definido como o principal *front* ideológico do período para o PT e o conjunto da esquerda (Coelho Neto, 1997); e a crítica ao neoliberalismo está na base da ação de massa e parlamentar da esquerda. A própria reconstrução programática da esquerda inclui a elaboração de diretrizes de política econômica alternativas ao neoliberalismo e uma postura crítica ao capital especulativo e à financeirização da economia. Justamente neste ponto, que é o central da nossa pesquisa, vai residir uma dificuldade na reflexão e elaboração da esquerda (não só da local mas da internacional). Vai-se estabelecer, na crítica e na perspectiva que se dá ao capital financeiro, uma certa convergência com os questionamentos liberais ao capital financeiro e à financeirização da economia, que, neste caso, tem relevância ser investigada. Em particular, quando a esquerda e boa parte do governo tendem (ou começam) a coincidir numa idéia de saída da crise via regulação dos mercados financeiros. A

---

<sup>3</sup> Vários estudiosos dessa questão, não têm dúvida a respeito da fase em que o Brasil ingressou, de financeirização do seu Estado e da economia local. No Brasil dos anos 90 e fim dos 80 (neste caso vivia-se o momento das primeiras eleições diretas após décadas de ditadura militar), tornou-se imperioso, para as frações mais modernas do grande capital, a gestação de um novo *pacto* político (ver Marini, Sader, Bolaño e outros), *pacto* diferente do da ditadura. Um *pacto* para a fase da chamada crise fiscal do Estado, que deu passagem ao neoliberalismo, *pacto* encarnado no PFL-PSDB. E que Chesnais, Meyer e outros formulam como a “conquista” do Estado pela grande burguesia rentista.

perspectiva de luta passa a incluir um determinado tipo de proposta, a da regulação do mercado.

Ou seja, diante do capital especulativo, volátil e avassalador em sua liberdade de movimentos, o PT tem proposto, sua regulação, bem como tem defendido que seus fluxos e seu comportamento sejam submetidos a regras de controle pelo Estado.

Correntemente a discussão pára por aqui, isto é, não vai além da perspectiva do disciplinamento do capital financeiro. Não chegam a ser concebidas, num horizonte programático e/ou estratégico, medidas mais profundas ou sequer reflexões mais de fundo com relação à *ditadura* da dívida externa e interna, muito menos contra os banqueiros, a classe rentista, que, como se sabe, estão entre os fatores fundamentais de estrangulamento das contas públicas nacionais e da economia como um todo. É como se passasse a ser aceito como viável um projeto nacional que concilia assumir pagamento dessa montanha de dívida (que equivale a manter a pilhagem de um Estado já *quebrado*), profunda internacionalização da economia, inclusive pela via das privatizações, com a construção de uma economia de consumo popular e que priorizasse educação e saúde públicas.

Este é um ponto da maior relevância em qualquer debate econômico, em especial sobre o capital financeiro. Nesta medida, estamos assumindo a hipótese de que em toda avaliação que se venha a fazer a respeito da profundidade da crítica petista ao neoliberalismo, é significativo que se conheça mais especificamente como o PT se coloca frente ao tema do capitalismo financeiro, de seu disciplinamento. Até porque é praticamente unânime entre as esquerdas (entre seus estrategistas) a noção de que a capacidade de um governo fazer políticas públicas, políticas macroeconômicas, resolver saúde pública e sustentar educação universal e gratuita no Brasil, encontra-se fundamentalmente comprometida pelo *garrote* do capital financeiro internacional sobre o Estado brasileiro.

Há autores, como Campos, que já falam que o que existe no Brasil é o *governo dos 20%* (que é a percentagem que “sobra” do orçamento, depois da sangria das dívidas). Portanto, invariavelmente chega-se à questão: como proceder com a agiotagem internacional que aparelhou o Estado nacional? Em que horizonte se coloca o PT? Como encara a perspectiva de pensadores de esquerda como Chesnais (1996), que no seu *A mundialização do capital* não vê saída “para a humanidade” sem “medidas de expropriação do capital”?

Como foco ou *objeto* a ser aqui examinado, escolheu-se neste trabalho, a análise do pensamento de um dos principais quadros do partido desses anos neoliberais, o economista Aloizio Mercadante. A partir da farta documentação desde autor vai-se procurar demarcar o entendimento dele e, por extensão, de um forte setor do PT, sobre a questão do *desmanche* neoliberal do Estado brasileiro dentro da crise global capitalista, ou mais especificamente, em que termos concebe a negatividade das determinações do capital financeiro em relação àquele *desmanche*, e, em especial, como imagina poder fazer frente a semelhante poder.

Em síntese, e mais especificamente, nosso recorte pretende, centralmente, chegar ao ponto de entender os termos daquela proposta de 'regulação do mercado', via controle racional do capital volátil. Em que proporção o império dos bancos, ou do grande capital financeiro internacional, é percebido como um fator determinante quando se trata de compreender, e, em consequência, superar a crise do nosso país. Considerando, no caso, que são freqüentes as manifestações, dentro de um espectro que vai de Fernando Henrique Cardoso a parte do PT, passando por Jospin, Tony Blair, Ignacio Ramonet, Gilson Schwartz, no sentido de que a saída estaria na regulação e disciplinamento do capital especulativo<sup>4</sup>.

Uma pergunta-chave a ser aqui debatida se desenvolve dentro da seguinte perspectiva: em que se funda tal proposta de regulação do mercado? Ou, desdobrando: nos termos em que é concebida por parte do PT, tal proposta tem como se pôr de pé, é dotada de consistência e de suporte político ou econômico para ser sustentável? Encerra ela alguma possibilidade de articular-se com passos reais, profundos e decisivos no sentido de superar a gravíssima situação em que se encontra a imensa maioria dos brasileiros?

Assumindo um determinado referencial teórico, pretendemos estudar o pensamento do PT, ou pelo menos uma representação do pensamento da sua direção política, a respeito daquela questão. Nosso ponto de partida é aquela já citada inquietação: frente à negatividade do capital volátil internacional (*coração* da política neoliberal e indutor do *desmanche* do Estado brasileiro) tão denunciada pelo PT, em que termos ou em que perspectiva é formulada corretamente a idéia da regulação do mercado? O PT está consciente dos limites

---

<sup>4</sup> Ver matéria: *Chirac defende controle de fluxo de capitais*, em O Estado de São Paulo de 12 set. 1998



desta proposta uma vez posta frente a frente com a economia real e a política econômica dominante?

Para além dos marcos desta indagação a respeito dos termos em que setores do PT propõem regular o capital, impõe-se aquela, mais abrangente, já mencionada antes: ao propor a regulação do capitalismo para se atingir o que chamam de economia democrática e popular, os setores que a propõem, têm consciência de que se chega lá desta forma, disciplinando os movimentos e os investimentos capitalistas, ou, ao contrário, têm consciência do obstáculo que significa a ditadura do capital financeiro e trabalham com a perspectiva de superação do capital? Disciplinar o capital volátil, controlar o mercado, assume o caráter de uma proposta conjuntural e tática ou é estratégia mesmo?

É o momento, pois, de expor a nossa hipótese auxiliar, a de que disciplinar os “mercados de capitais”, nessa medida, teria tudo a ver com *disciplinar* aquela classe rentista hegemônica (discipliná-la *a frio*, preservando seu poder econômico...), e, neste sentido, consideramos que tem relevância avaliar o pensamento estratégico do PT, ou de parte dele, no caso, a respeito dos termos e da perspectiva em que concebe a regulação do grande capital financeiro.

Por vários indícios ficará patente que aquela proposta regulatória não pretende ir além do capitalismo, visa claramente administrá-lo melhor. Sem entrarmos aqui no seu mérito, pode-se dizer que ela se apoia naquelas novas condições históricas internacionais antes mencionadas, mas também na idéia referenciada na realidade, de que não existem condições em termos de movimento de massas, de relações políticas, para se ir além disto, ou seja, do disciplinamento do grande capital através do Estado (o mais corrente é que a esquerda fale em regulação do mercado, mas, de fato, se trata da regulação do grande capital monopolístico). E se propõe – nos marcos do que é “possível”, do possibilismo – ao disciplinamento do mercado, que passaria, dessa forma, a ser orientado socialmente e a ser contido em seus aspectos negativos. Este pensamento, que ganhou peso significativo na direção petista, aqui será examinado.

Os argumentos aqui trabalhados serão levados a cabo nos limites de um referencial teórico crítico que se funda na doutrina marxista e que, frente às atuais condições históricas, coloca-se, da mesma forma que boa parte do PT, crítico aos regimes do *Leste* que entraram

em colapso e ao neoliberalismo, sendo que, no nosso caso, se parte de um ângulo de visão diverso.

Segundo a visão aqui adotada, a crítica ao neoliberalismo, para ganhar toda sua consequência, deve ser formada como crítica ao capital, sendo a política neoliberal vista como fruto do comportamento da classe rentista, das frações mais altas do capital financeiro e do capital em geral – não há motivo essencial para separá-los – capital cujos movimentos, nas condições históricas atuais, configuram uma ordem de opressão e dominação internacionais. De um tipo de dominação irrecuperável e insanável nos marcos capitalistas, dentro de uma perspectiva humana e civilizatória socialista, mesmo que as condições **políticas** para sua superação não estejam hoje dadas.

Marx demonstrou que o capital - por sua imanente tendência ao lucro e à acumulação - utiliza a tecnologia para excluir e desempregar; e esse é o processo em curso. Mas, ao mesmo tempo, percebeu que as inovações tecnológicas e produtivas em geral poderiam ser processadas e utilizadas para reduzir a jornada de trabalho e incorporar o gênero humano na fruição da riqueza socialmente produzida. Nem mesmo a derrocada do chamado socialismo burocrático do *Leste* nos autoriza a sepultar essa perspectiva, o que equivaleria a imaginar - como argumenta Sader a seguir - que a história avança sem o concurso da vontade humana, ou que estamos “condenados ao capitalismo”.

" Se até a década de 70 a discussão se dava sobre quando e como o capitalismo desapareceria da face da terra, os termos do debate passaram a ser sobre que futuro tem o capitalismo e não mais se o capitalismo tem futuro. As previsões mecanicistas a respeito de sua substituição pelo socialismo deixaram de ter sentido, demonstrando que a história não caminha ao largo das decisões humanas. Não estamos condenados ao capitalismo - já que uma parte da humanidade decidiu conscientemente construir um outro tipo de sociedade- nem à sua superação obrigatória - já que uma parte daqueles resolveram retornar a viver sob o capitalismo”.

“As sociedades humanas não se constituem ou se sucedem conforme leis externas aos homens. Embora a história seja feita a partir das condições encontradas pelos homens, impedindo que estes decidam, a qualquer momento, organizar formas de relações sociais que prefiram, essas condições são criadas pela própria ação social dos homens” (Sader,1997 b) .

Em outras palavras, ainda de acordo com o citado autor:

"O socialismo, assim, será sempre o anticapitalismo, sua negação superadora. Ele nasce e renasce como antítese do capitalismo e sua existência será obra da ação consciente e organizada dos homens. Nem o capitalismo,

nem o socialismo são destinos inexoráveis da humanidade, mas resultados da luta social entre interesses e consciência organizada das forças sociais" (Sader, 1997 b).

Não se pretende, nos limites dessa pesquisa, estudar o pensamento do PT como um todo genérico, nem suas posições oficiais, nesse processo, mas o que se tenciona recortar é o pensamento tal como vem sendo formulado por quadros formadores de opinião interna. Em particular, e como amostragem, aproximativa, tomamos Aloizio Mercadante .

Mercadante<sup>5</sup> foi escolhido por se tratar de uma das figuras mais expressivas da direção do PT, por seu peso na formulação dos programas de governo-Lula para as campanhas de 89 e 94, por sua influência na bancada federal, e especialmente junto a Lula quando se trata do tema relativo a cenários e estratégias econômicas para o Brasil.

A pesquisa abarca um período que vai do governo Collor até fins de 1997, período em que Mercadante pode ser tomado como expressão do pensamento petista a respeito da investigação em pauta, e, ao mesmo tempo, como quadro inegavelmente influente sobre o público interno petista e, sobretudo, o comando partidário. Mercadante, na condição de um dos mais influentes assessores políticos e econômicos do PT nacional, foi um dos dois economistas do partido convocados a avaliar a crise das bolsas asiáticas, em reunião da bancada federal petista, em 1997.

Outro dado relevante é sua constante produção intelectual que tem a ver com o tema aqui enfocado, de que são exemplos seus discursos parlamentares de 1991 a 1994, e textos de sua autoria editados em publicações especializadas e na grande imprensa.

A escolha recaiu sobre Mercadante não por uma expectativa com relação a ele como um autor que se ocupa extensamente de capital financeiro-*desmanche* neoliberal do Estado

---

<sup>5</sup> Aloizio Mercadante entrou na Faculdade de Economia da USP em 1973, e começou sua militância política na própria universidade. Foi presidente da associação atlética da faculdade e figura de primeira linha na tendência estudantil *Refazendo*. Deputado federal em 1998 (época em que este texto foi escrito), atualmente senador, foi candidato a vice-presidente da República na chapa com Lula em 94. É professor de Economia na PUC e na Unicamp, e, na época, era membro da Executiva Nacional do PT (vice-presidente do partido). Referência obrigatória dos debates econômicos travados pelo PT no Legislativo desde o início dos anos 90, foi chefe da assessoria econômica do PT na eleição presidencial de 1989, especialmente responsável pela preparação do programa de governo do candidato e pela montagem de um plano de emergência para os primeiros dias de um eventual governo Lula. Mercadante foi um dos dois representantes da direção do PT no Grupo de Trabalho para elaboração do projeto de programa do Bloco de Esquerda (PT, PDT, PC do B, PSB) para a candidatura Lula.

brasileiro. Inclusive, convém destacar que, seja em discursos, seja em artigos públicos seja em livro, o fato é que inexistem textos mais amplos, de mais fôlego, de autoria de Mercadante, que se constituam numa abordagem teórica da crise contemporânea, do seu caráter contraditório e, dentro dela, do capital financeiro.

No entanto, Mercadante dispõe de uma elaboração freqüente e abundante de artigos críticos à política econômica neoliberal do governo. O que está sendo considerado é que nada disso poderia ser escrito por Mercadante sem o pressuposto de uma opinião do autor sobre a crise, de um entendimento teórico prévio que estará subjacente ou permeará seus escritos.

Dezenas de artigos publicados em jornais e periódicos, e outros documentos de Mercadante (92 documentos, além do seu livro e de dezenas de matérias jornalísticas que trazem referência a este autor) foram classificados e estudados ao todo. Além de outros materiais (discursos e/ou artigos) que não foram incluídos na Bibliografia, ao final, por não estarem tão vinculados ao tema desta pesquisa. Há textos de Mercadante mais pertinentes à intenção dessa pesquisa.<sup>6</sup> No entanto, procedemos a um estudo do conjunto da sua obra. Isto é, de praticamente toda a sua obra publicada no período em pauta, que inclui seus discursos como deputado federal e artigos em periódicos, além da maior parte dos seus documentos, que são os artigos na grande imprensa. Em todos os casos, desenvolvemos uma leitura e indexação dirigida no sentido do tema escolhido aqui. Seus resultados compõem os Capítulos 1 e 2.

Em síntese, o economista Aloizio Mercadante Oliva constitui uma amostragem do pensamento da direção *petista*, ao mesmo tempo em que faz parte, em grande medida, do *olhar político* do PT em geral.

Um outro ponto, ainda, tem a ver com um risco que sempre estará rondando esse tipo de investigação, o de envolvê-la demasiado no economicismo. Isso poderia conduzir a uma ossificação de toda a análise, que estaria sob o risco de se perder no emaranhado dos movimentos da economia ou de estruturas históricas.

---

<sup>6</sup> É o caso do “Plano Real e neoliberalismo tardio”, que faz parte do livro organizado por Mercadante, *O Brasil pós-Real - a política econômica em debate*, assim como alguns dos seus artigos na grande imprensa desde o início dos anos 90 ; é o caso de *México e a marcha da insensatez neoliberal* (Folha de São Paulo, 5 fev. 1995), *Globalização e subdesenvolvimento* (Folha de São Paulo, 6 abr. 1997), *O neoliberalismo tardio* (Folha de São Paulo, 30 abr. 1995), e *Debate sobre a situação econômica do País* (palestra na Câmara dos Deputados em 5 agos. 1997), para citar alguns mais pertinentes

Neste sentido, a pesquisa procura atender à seguinte consideração metodológica: embora pesquisando aspectos “estruturais” como capital financeiro, Estado, e outros, o pressuposto aqui adotado é o de que o movimento histórico, em sua profundidade e em determinados momentos, pode ser melhor entendido através destas e outras determinações, mas apenas na medida em que elas não tendam a substituir o papel ativo do movimento de massas, isto é, do sujeito histórico.

Ao contrário, um pressuposto aqui, é o de que o processo de crise do capitalismo e crise do Estado burguês atual será mais profundamente entendido se for tomado como inseparável do movimento das classes sociais, da perspectiva de ação social capaz de transformar estruturas históricas. Metodologicamente (e concretamente), nesse sentido, nem é adequado estudar as estruturas como o determinante histórico, nem, muito menos, separá-las da ação política, subjetiva, social, das massas. Um não pode ser entendido sem o outro, um está no outro<sup>7</sup>.

Inclusive entendemos que não se pode proceder a uma simples extrapolação da situação histórica atual, caracterizada pela derrota do movimento operário, nem considerar as atuais tendências atuais estruturais do mundo do capital, ignorando os movimentos potenciais dos homens, as possibilidades históricas reais (potenciais, mas reais) do *sujeito histórico* classe trabalhadora.

Entretanto, por razões de análise, essa pesquisa vai estar centrada na *crise histórica e estrutural do capital*, ou seja, estará centrada nas condições históricas dadas, determinadas, nas quais pode se dar a ação social revolucionária das classes sociais, do mundo do trabalho. O que tem a ver com o *olhar* da direção do PT ou dos formuladores estratégicos do PT frente

---

<sup>7</sup> A esse respeito, e seguindo a mesma linha de raciocínio, há que se levar em conta que embora o nível econômico de análise apareça eventualmente destacado por um lado e o político por outro, jamais devem ser tomados como separáveis concretamente. Por mais que possam ser analisados separadamente. Lukács certa feita argumentou que no método de Marx, o econômico e o extra-econômico convertem-se continuamente um no outro, sua relação recíproca é ineliminável. O econômico, com suas leis, converte-se em determinadas circunstâncias no momento predominante, e não existe o econômico sem o extra-econômico. Tanto é assim, que o elemento ‘econômico’ *força de trabalho* não pode ser compreendido sem a luta pela redução e regulação da *jornada de trabalho*, e aqui já estamos no ‘extra-econômico’, no político; da mesma forma, a criação da mercadoria nos termos da economia capitalista, surge com base no movimento histórico da acumulação primitiva, que são atos de violência extra-econômica (Araújo, 1994, p.36). Logo, seria reducionismo tratar a crise capitalista num único nível de análise. A totalidade não é apenas econômica, é econômica e política ao mesmo tempo.

a determinado aspecto da crise global do capital, de sua superação. Este aspecto é o da regulação do capital.

É importante, ainda, formular uma consideração preliminar sobre determinado pressuposto histórico - ou metodológico - dentro do qual será desenvolvida essa pesquisa. Com a derrocada do bloco soviético, prevalece, em grande escala, a lógica mundial do capital, que se desenvolve em meio a um processo de profundas transformações técnico-científicas, de amplas mudanças industriais no mundo do capital, a chamada *reestruturação produtiva*.

Frente a isso, abrem-se determinadas possibilidades históricas. Uma, que poderíamos chamar em alguns casos de ingênua, em outros, de interessada, que imagina que a sociedade atual, mantidos seus fundamentos capitalistas, tende a evoluir para níveis planetários de crescente bem-estar. A história teria alcançado um fim, digamos assim, no próprio capitalismo.

Na ótica adotada por essa pesquisa, esta possibilidade **não** tem cabimento: a começar pela imanente incapacidade do capital, por sua própria natureza, de desenvolver a revolução científico-tecnológica a não ser pela via da exclusão, do desemprego e do rebaixamento do bem-estar social, aprofundando bolsões e áreas de miséria. Ele tende a uma subutilização social das inovações científicas (Bambirra, 1993). Basta que se considerem os dados da atual realidade internacional, onde isto é notório. E o próprio fundamento da história humana, a luta de classes.

Existe, ao mesmo tempo, uma outra possibilidade, que concebe a situação atual de crise do capitalismo como o início de uma era sombria para a humanidade, onde esta, por incapacidade de se organizar como sujeito político revolucionário ou por outras razões, não teria escolha e tenderia a um processo de barbárie. Por essa via, dar-se-ia uma coabitação tensionada e explosiva, a guerra civil silenciosa a que se refere Octávio Ianni (1997), entre minorias de alto padrão de consumo e maiorias lançadas às mais diferentes e cruéis formas de miséria e marginalidade social, incluindo formas sem precedentes de extermínio ou de degeneração civilizatória.

Não há como refutar convincentemente essa última possibilidade sem resvalar para o determinismo histórico. Em outras palavras, embora seja certo que ela não está excluída *a priori*, no entanto existe a outra possibilidade histórica, que é aquela em que se assenta, teórica e metodologicamente, a nossa pesquisa. A atual *reestruturação produtiva*, contemporânea da revolução científico-tecnológica, pode permitir - pela generalização da automação e informatização - a liberação do trabalhador do fardo produtivo, das longas jornadas dedicadas ao processo produtivo direto. Este seria um outro tipo de futuro possível a partir do real que vivemos.

Quem escreve, quem pesquisa, *escolhe* um futuro determinado (*escolhe* a partir dos seus pressupostos teórico-históricos e dentro da margem objetiva, historicamente concreta, de *escolha*). Isto é, posta-se diante de *uma determinada possibilidade\_histórica*. Uma possibilidade não-capitalista, por exemplo. É possível perceber tendências históricas reais, mesmo que potenciais, nessa direção. Entendemos que uma possibilidade menos sombria está posta: a da liberação do tempo para atividades humanizadas, onde trabalho, cultura, ciência e prazer trafeguem dentro da mesma dimensão, tendam a convergir como nunca. Essa possibilidade corresponde a um *outro* tipo de processamento das vantagens materiais e de tempo trazidas pelas mutações técnico-científicas em curso. Essa possibilidade, o socialismo, foi, essencialmente, a concebida por Marx a partir da análise concreta e histórica das contradições da moderna sociedade capitalista.

Por fim, o estudo aqui levado a cabo, não é sobre o pensamento de Mercadante no sentido estrito de tomá-lo, em sua singularidade, como se fosse o pensamento do PT. Não seria correto nem adequado. Mercadante está aqui sendo estudado como um pensamento representativo de um setor fundamental da direção do Partido, ou até de amplos setores do conjunto do PT. A crítica aqui desenvolvida se dirige, muito mais que a Mercadante, ao pensamento de parte relevante da direção do PT e à estratégia política do partido.

A análise documental dos textos políticos produzidos por um quadro petista dos mais influentes dentro do PT não pretende ser conduzida na direção de um estudo do *sujeito político* PT e suas propostas frente ao capital financeiro. Essa pesquisa documental a ser explicitada nos capítulos 1 e 2 estará voltada para os textos de Mercadante do período já citado, procurando levantar suas categorias analíticas e sua formulação a respeito do tema da

pesquisa. Também foi realizada entrevista com Mercadante em São Paulo, completamente orientada para o tema deste estudo relevante para esta pesquisa.

Em síntese e como orientação, os Capítulos 1 e 2 constituem o cerne da nossa pesquisa. O Cap.1 estará preocupado em recuperar o pensamento mais global deste autor, suas categorias de análise mais abrangentes que tenham a ver com o capital financeiro internacional e suas determinações com relação à chamada crise ou desmonte neoliberal de Estados como o brasileiro. No Cap.1, trataremos do neoliberalismo, relacionando-o ao capital financeiro e Estado em escala global, internacional e histórica, para, no Capítulo 2, nos ocuparmos propriamente da idéia, frente aos desafios, riscos e custos sociais do capital financeiro internacional, de **controle** dos movimentos deletérios daquele capital.

O Cap.4 se constituirá numa avaliação e discussão - à luz do referencial teórico do Cap.3- dos termos em que Mercadante coloca a crise global, e a idéia de regulação do mercado, de disciplinamento do capital financeiro como saída para a crise. O Cap.4 tratará, portanto, das conclusões e reflexões sobre os problemas e os limites que comprometem a proposta de controle do capital financeiro, uma idéia que, de forma recorrente, e mais ainda na crise atual, reaparece como saída frente a financeirização da economia mundial e os chamados excessos e ataques especulativos. Este, aliás, o objeto que este livro traz ao debate, na esteira dos debates em torno da “taxa Tobin” e tantas outras receitas visando o controle do capital especulativo.

Gilson Dantas, 1999

## **CAPÍTULO 1:**

### **CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL E DESMANCHE NEOLIBERAL DE ESTADOS COMO O BRASILEIRO.**



## INTRODUÇÃO

O Capítulo 1 e o Capítulo 2 constituem o cerne da nossa pesquisa documental e procuram recuperar determinado aspecto do pensamento de Mercadante relacionado ao capital financeiro internacional e as políticas neoliberais frente ao Estado<sup>8</sup>. Neste Capítulo, visaremos as suas categorias de análise mais abrangentes que tenham a ver com o capital financeiro internacional e suas determinações com relação à chamada crise - ou desmonte neoliberal - de Estados como o brasileiro. Em termos sumários, no Capítulo 1 trataremos do neoliberalismo (relacionando-o ao capital financeiro e Estado em escala global, internacional e histórica), para, no Capítulo 2, nos ocuparmos propriamente da idéia de controle ou regulação dos movimentos deletérios daquele capital.

Mercadante destaca como um elemento fundamental da crise histórica moderna a hegemonia que o mercado vem assumindo em praticamente todos os setores da vida em sociedade e na economia em particular. E recorre a conceitos como *globalização* (e *globalização financeira*), quando procura analisar aquela crise mais de conjunto, considerando que ela passa pelo capital especulativo, pelo chamado *cassino* global.

O tema que aqui nos interessa pesquisar é este, o da visão ou o diagnóstico de Mercadante sobre o capital financeiro na crise, em sua interação com o Estado. Em que termos Mercadante situa a negatividade, o caráter nefasto do capital financeiro de uma maneira geral e, em particular, com relação à destruição do Estado brasileiro? Eis a questão que conduzirá nossas inquietações ao longo deste Capítulo, que tem o objetivo de sistematizar elementos do discurso de Mercadante a respeito da *globalização financeira*, esta considerada em seu impacto sobre o Estado; de início tentaremos recuperar conceitos daquele autor nesse terreno, especificamente os de neoliberalismo, *globalização* e o próprio capital financeiro e sua política.

---

<sup>8</sup> No caso específico dos documentos de Mercadante, será adotado o critério bibliográfico de mencionar, no rodapé, a fonte de cada documento seu que for citado no corpo do texto, naquela página. Para os demais autores citados, seguiremos o sistema de chamada conhecido como autor-data (NBR 10520, abr. 1992, ABNT).

Antes de procedermos a um exame a respeito do entendimento de Mercadante com relação ao capital financeiro hoje, do neoliberalismo, da *globalização*, vale destacar um aspecto que vai permear não apenas esses conceitos, mas o conjunto do discurso de Mercadante. Quase que a totalidade dos seus documentos por nós pesquisados pertence ao mundo da política, suas opiniões teóricas, históricas, sua multiplicidade de textos - quase que acompanhando criticamente cada conjuntura da política econômica brasileira - estão mais condicionados ao fazer política do que ao rigor acadêmico. Se levarmos em conta esta fato, certamente não se poderá exigir daqueles documentos uma precisão ou uma rigidez conceitual ou até metodológica (ver seção 1.1).

Com esse espírito é que estaremos aqui recuperando a idéia de Mercadante sobre o capital financeiro na crise global, internacional, seus males e sua política (neoliberal) frente ao Estado. Ao longo da próxima seção (1.1), iremos sistematizando cada um desses conceitos segundo Mercadante. Junto com o conceito de capital financeiro, examinaremos sua natureza predatória, sua crescente oligopolização e centralização, sempre nos termos de Mercadante (seção 1.2).

Na seção 1.3 será investigado o capital financeiro na crise: natureza da crise global, como a especulação financeira se situa nela, como se relaciona à economia real, enfim, os males do atual fenômeno de financeirização da economia.

O capital financeiro com relação ao poder de Estado será objeto da seção 1.4; concluiremos o Capítulo 1, observando os problemas de um Estado, o brasileiro, submetido à lógica do capital financeiro, e examinando que alternativa estratégica ou desafio se coloca frente a isso, em tempos de *globalização* (esta alternativa será examinada em seguida, no Capítulo 2).

## **1.1. A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E AS REFORMAS NEOLIBERAIS DE ESTADO: primeira aproximação e conceitos (neoliberalismo, capital financeiro, globalização).**

O autor entende capital financeiro, neoliberalismo e crise contemporânea global como elementos de um mesmo processo. Ou, dito de outra forma, a crise contemporânea, que passa pelas dimensões monetária, pela estagnação econômica, numa linha que vai ao social e abarca valores culturais e éticos - crescentemente dominados pelo individualismo, pelo consumismo e por outros valores contrários à solidariedade e à cooperação -, tem a ver com o capital financeiro, este situado num processo de ampliação do poder do mercado sobre a vida moderna como um todo.

### **Neoliberalismo**

O neoliberalismo, nessa era do poder absoluto do mercado, aparece como o desmonte do Estado, da ética e da política. E como a liberdade plena para o capital financeiro global. O neoliberalismo é, ao mesmo tempo e dentro dessa mesma lógica, a “supremacia dos valores de mercado” (individualismo, consumismo substituindo a solidariedade e a ética; eficiência e competitividade considerados como mais importantes que a vida, etc.), valores que assumem quase que a condição de um pensamento *único*, inexorável, sem alternativas.

“O neoliberalismo é a supremacia do mercado em todos os valores. E (frente a, GD) essa cultura também pós-moderna, que é um outro elemento da mídia, as instituições, a família, a escola, o próprio Estado, não são capazes, não têm a agilidade, a velocidade para responder à evolução dos fatos e à capacidade de sedução do consumo e dos valores que o capital vai impondo através desse processo. Os valores vão sendo degradados. Os valores da cultura, dos costumes, das tradições e das instituições que são reprodutoras de valores básicos da sociabilidade (vão sendo degradados, GD) por esse processo avassalador de consumo, de individualismo e de consumismo. Então, tão importante quanto a importância do capital financeiro é a dos meios de comunicação de massa <sup>9</sup>.”

“É nesse cenário que a justiça social perde lugar para a eficiência. O emprego é menos importante que a competitividade. A participação do Estado nos setores estratégicos da economia são categorias em desuso pela força do processo de globalização. O individualismo e o consumismo substituem a solidariedade. E o neoliberalismo – argumenta Mercadante -, vai se impondo como “pensamento único” e “inevitável (Anderson, 1996)”<sup>10</sup>.

Textualmente Mercadante qualifica uma das grandes contradições da crise contemporânea, vinculando-a diretamente ao neoliberalismo.

<sup>9</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifo nosso.

<sup>10</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, p.140.

“Acho que, um pouco, o neoliberalismo acaba sendo uma miséria econômica para muitos, uma miséria social para a maioria e uma miséria ética para todos. Que mundo é esse que estamos chegando nesse final de século com 1 bilhão de pessoas abaixo da linha de pobreza, recebendo um dólar por dia, 850 milhões de desempregados, e com toda essa modernização tecnológica em que o homem consegue chegar na Lua, chegar em Marte, nas telecomunicações, na engenharia genética, nos novos materiais?<sup>11</sup>”.

E a supremacia do mercado sem uma instância regulatória que lhe seja superior, leva, necessariamente, à concentração de riqueza e à degradação das condições sociais.

Em entrevista a uma revista semanal, anos atrás, Mercadante fez a crítica ao mercado como concentrador de poder e postulou o controle político do mercado: “O mercado – argumentou ele - não repõe o capital social básico e concentra renda, riqueza e poder. Ele precisa de uma instância superior que o regule, que é a política”<sup>12</sup>.

De conjunto, portanto, o caráter *aberturista* (e obviamente liberal) do neoliberalismo, comumente associado aos conceitos de *globalização* é entendido como vinculado a liberdade e *abertura* para o capital financeiro. Assim como também é vinculado e inserido na força avassaladora da *globalização*.

O autor irá sustentar esse enfoque, de forma implícita ou explícita nas suas argumentações sobre a crise nacional e internacional, quando se referir ao final da década de 80 e aos anos 90: desmonte do Estado<sup>13</sup> e neoliberalismo - este entendido como política que visa assegurar liberdade para o capital especulativo - são tomados como processos articulados.

Desmonte ou *desmanche* do Estado não tem aqui um sentido único, por exemplo, de despatrimonialização (privatização) ou apenas de desarticulação dos mecanismos estatais de proteção social. Vai além e inclui todas as medidas que visem abrir espaço no mercado local, nacional, à entrada do capital financeiro internacional. Mercadante toma este processo como parte da *globalização*. E a ele se refere, eventualmente, como política do *Estado mínimo* no sentido de menos Estado (menos regulação econômica, comercial, menos direitos trabalhistas,

<sup>11</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998.

<sup>12</sup> Mercadante em entrevista a *Isto É/Senhor* de 3.jul.1991.

<sup>13</sup> A esse respeito, ver análises de Mercadante, no seu livro *O Brasil pós-Real*. Por exemplo, ver p.131.

além da mencionada política de privatizações). Enfim, o desmonte do Estado contempla as políticas que visam estabelecer “a primazia absoluta do mercado” e “liberdade plena para o capital financeiro global”.

O crescente poder do capital financeiro no mundo atual (na chamada *globalização*) e sua articulação com o neoliberalismo são movimentos avaliados por Mercadante como portadores de uma negatividade, de crises potenciais - de caráter econômica e socialmente destrutivo -, como veremos depois. E, ao mesmo tempo, como indutores de ajustes neoliberais, de aberturas e desregulamentações nos Estados nacionais visando àquele mesmo objetivo: o mais livre movimento possível para o capital especulativo. Estas políticas podem ou não ser aceitas integralmente pelos governos locais. Desde a virada dos anos 90, vieram sendo acolhidas e executadas pelos governos eleitos no Brasil.

Estas considerações foram feitas logo de início - antes de nos ocuparmos mais detidamente do tema mais específico -, pelo seu peso no pensamento de Mercadante. Com muita frequência, ao comentar a política econômica do governo, ele critica a falta de controle político sobre o mercado, assim como o caráter *aberturista* que caracteriza o neoliberalismo. Faz parte da sua crítica a idéia (ou a sugestão) de regulamentação do poder absoluto“ do mercado“.Vejam algo mais a respeito do seu conceito de neoliberalismo.

O *desmanche* de Estados como os latino-americanos em favor da liberdade de ação do capital especulativo, do agravamento da dependência daqueles Estados em relação ao capital financeiro, constitui o neoliberalismo ou a já mencionada política do *Consenso de Washington*.

Vale lembrar que, nos termos do próprio Mercadante, o chamado *Consenso de Washington* propõe uma agenda que é de “abertura comercial completa, desregulamentação geral da economia, reconhecimento irrestrito de patentes, privatizações, Estado mínimo com a desarticulação dos mecanismos de apoio ao crescimento e regulação econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas sempre orientados para estabelecer a primazia absoluta do mercado. Esse processo é acompanhado pela ofensiva ideológica da inevitabilidade das “reformas”, “modernização” e “globalização” como parte de um “pensamento único” construído na pretensa racionalidade do mercado<sup>14</sup>”

---

<sup>14</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, p.131. Grifo nosso.

O raciocínio do autor nesse terreno é o de que o desmonte de Estados como o brasileiro tem tudo a ver com o capital internacional, e esse é um traço histórico atual, uma espécie de *núcleo duro* do reajuste neoliberal. O resultado é um Estado nacional dependente do capital volátil e especulativo através de processos articulados: o do endividamento externo, da “remontagem da ciranda financeira” e da liquidação do Estado (do patrimônio público), neste caso, a pretexto de pagar o serviço da dívida.

“Quer dizer, o ajuste se faz no Estado: o ajuste do capital estrangeiro, de dependência crescente desse capital volátil especulativo e do endividamento externo (do governo se endividando crescentemente com o mercado para poder financiar inclusive as reservas cambiais). A contrapartida dessa política e do pagamento do serviço da dívida externa acaba, no fundo, remontando a ciranda financeira e que vai sendo financiada pela liquidação do patrimônio público”.

“Então acho que isso no fundo é o **coração do reajuste neoliberal**. Essa articulação entre o capital financeiro internacional e o desmonte do Estado num processo de privatização. Essa é a essência deste processo e que acho que tem uma dimensão fundamental para se compreender esse período da história que estamos vivendo. E acho que esse movimento se dá também num outro plano que são a constituição de macromercados e do projeto do Alca. Os americanos querem consolidar o mercado americano. A Europa caminha para o mercado único, com uma moeda”<sup>15</sup>.

Seu argumento, portanto, avalia o Estado que é *desmanchado* (e reconfigurado) como um Estado submetido àquele império da nova *ciranda* financeira, dos juros altos que atraem dólares para cobrir serviço de dívida. Eis o neoliberalismo.

Junto com a abertura neoliberal de Estados como os da América Latina, do enfraquecimento da capacidade de decisões em política macroeconômica, desenvolve-se a penetração dos bancos internacionais na economia local. A lógica nisso tudo é a de facilidades e remoção de barreiras para os movimentos do capital. É o próprio conteúdo da lógica neoliberal.

“Então acho que o mercado tem uma lógica, ele tem um valor, ele é supremo no capitalismo, e no fundo o que o neoliberalismo quer é dar liberdade total ao capital sem a mobilidade da população, a população está imobilizada nos seus espaços nacionais, existe uma liberdade total do capital, sem nenhuma regulação, mediação, nenhuma barreira para contratar mão de obra mais barata, para explorar a natureza, para sair e entrar na hora que quer,

<sup>15</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifos e negrito nossos.

enfim, para pagar menos impostos. É um rebaixamento da agenda das nações em função da lógica desse capital financeiro<sup>16</sup>”.

Economias como a do Brasil vêm sendo submetidas pelo projeto neoliberal “à lógica do capital especulativo internacional”. Crise aqui é “crise da abertura comercial e financeira dos países *emergentes* e crise do projeto neoliberal” de FHC<sup>17</sup>.

### **Capital financeiro**

É do interesse dessa pesquisa compreender de que forma, mais especificamente, Mercadante situa o capital financeiro e a globalização financeira no processo atual, histórico, marcado pelas reformas neoliberais de Estado. Sobre o neoliberalismo, seu entendimento, conforme já visto, é nos termos de uma política do capital financeiro. E capital financeiro?

Até onde pudemos pesquisar, capital financeiro não chega propriamente a ser definido de forma categórica por Mercadante. Ainda assim, há dois sentidos básicos que ele atribui a esse conceito: o de forma dominante de capital e a sua condição de capital volátil e fictício.

Quando o autor refere-se ao capital financeiro, costuma fazê-lo nos termos do capital-fictício, do capital especulativo, e está pensando na grande massa de capital que circula globalizada (por todo o planeta) em sua busca preferencial de ganhos rápidos nas bolsas, em papéis, nas altas taxas de juros e nas variações das taxas de câmbio. Esse capital aparece diferenciado, portanto, do capital produtivo; além disso, capital financeiro seria a forma contemporânea dominante de capital.

Mercadante emprega o conceito de capital financeiro essencialmente como aquele capital, hoje hegemônico, que se reproduz fora da produção, no circuito especulativo<sup>18</sup>.

O capital financeiro, numa expressão sintética do autor, como já foi assinalado antes, é o “coração do ajuste neoliberal”: através da *ciranda* financeira, da liquidação do patrimônio público, do endividamento externo, portanto através de elementos ou movimentos que vão

<sup>16</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifos nossos.

<sup>17</sup> Mercadante, *A crise e o perdão*, Folha de São Paulo, 16 nov. 1997.

<sup>18</sup> É importante lembrar, nesse sentido, que, indistintamente, Mercadante vai falar em capital financeiro, capital especulativo, capital fictício, capital volátil, capital não produtivo, capital-*motel* (assim como *cassino* e *ciranda* financeira), presumivelmente referindo-se ao mesmo objeto: àquela modalidade de capital hoje hegemônico,

sendo articulados pela lógica mesma do capital de ganho rápido, que vão imprimindo determinados rumos à “globalização econômica”.

### **Globalização**

Com relação ao conceito de *globalização*, Mercadante parece delimitá-lo da seguinte forma:

“Nesse cenário a globalização é uma etapa superior do processo de internacionalização da economia, que subordina os destinos dos povos e nações ao interesse das grandes empresas e bancos da economia transnacionalizada, concentrando cada vez mais poder nas grandes potências industrializadas”<sup>19</sup>.

Para Mercadante, existe um certo marco na virada dos anos 90, anos da *globalização*, que é quando se estabelece, mais definitivamente, a política neoliberal, a chamada desregulamentação (*abertura*) estatal, que facilita a penetração do capital financeiro aqui e, de uma maneira geral, na América Latina. O início dos 90 corresponde a uma mudança profunda na América Latina: é a época das reformas conservadoras neoliberais. É o “cenário de avanço de um projeto neoliberal com uma agenda de reformas conservadoras, baseadas sobretudo na idéia central, o mercado organizando a Nação e de desregulamentar, portanto, retirar poder de regulação do Estado nacional”<sup>20</sup>.

Ainda Mercadante:

“A política de cartas de compromisso do FMI (dos anos 80, GD) cada vez mais vai sendo substituída pelo compromisso das reformas estruturais. A liquidez, o acesso ao financiamento e a renegociação da dívida externa vêm acompanhados de uma agenda de reestruturação do capitalismo na região, que vai ser chamada de o *Consenso de Washington*. Toda uma política inspirada no ideário neoliberal, na idéia do mercado como organizador da Nação, onde entra a idéia da abertura comercial radical da economia para as importações, as privatizações das estatais, na realidade são uma pré-condição fundamental para o acesso ao financiamento, enfim, uma política, a abertura do mercado financeiro, abertura do mercado de capitais e a flexibilização dos direitos trabalhistas, a chamada desregulamentação do mercado de trabalho. Esses quatro eixos, constituem a segunda geração de reformas, onde entra a reforma

---

que se reproduz fora da produção. Essa polissemia será por nós acatada dentro do espírito da pesquisa.

<sup>19</sup> Mercadante, *Globalização e subdesenvolvimento*, Folha de São Paulo, 6 abr. 1997. Vale observar que aqui, como em geral, o autor não irá chamar a atenção para a natureza da relação entre bancos e grande indústria, e, por exemplo, se há (ou não) hierarquia nessa relação, e sobre a característica (ou não) de dominação dessa “internacionalização da economia” por pequenos e poderosíssimos grupos financeiros, controladores de capitais que se internacionalizam na economia.

<sup>20</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997. Grifo nosso. Chesnais, autor recomendado por Mercadante nesta mesma palestra, prefere falar em *mundialização do capital*, mais que mundialização ou internacionalização da economia.



previdenciária, onde entra a legislação trabalhista, reforma tributária, esses quatro eixos que vão em parte orientar a agenda neoliberal, o *Consenso de Washington*, (que) acabam sendo impostos a todos os países da região, e em geral essa política vem na forma de uma política de estabilização<sup>21</sup>”.

Dessa forma, nessas duas últimas décadas do século XX, a América Latina e o nosso país, se situam dentro de um processo mundial onde - através da dependência externa, da relação com os credores internacionais - vai se operando uma maior subordinação daqueles países aos controladores do capital financeiro (do chamado *dinheiro internacional*). Ao ponto das novas exigências dos países centrais serem na direção de um esvaziamento de Estados nacionais como os da América Latina, em favor de mais poder para os capitais voláteis. Essa subordinação tem um conteúdo financeiro, de financeirização dessas economias, que tem a ver com o movimento de um crescente peso internacional desse capital:

“Em meio a estas mudanças estruturais, o projeto neoliberal vem se impondo na forma de ajustes econômicos e sociais que procuram uma completa liberdade de ação do capital”<sup>22</sup>.

“A abertura comercial, desregulamentação cambial e financeira e "flexibilização" das relações de trabalho são impostas pelos países centrais e organismos multilaterais e adotadas pelo Brasil a partir de 1990, aumentando a vulnerabilidade externa e desorganizando setores produtivos”<sup>23</sup>.

Em síntese, a *globalização*<sup>24</sup>, uma das expressões, como já foi dito, utilizadas por Mercadante para qualificar a crise contemporânea, é um processo inseparável daquelas pressões do capital volátil. E a política neoliberal, pró-capital financeiro, é induzida (“imposta”, como diz Mercadante) a países como o Brasil pelos países centrais e organismos “multilaterais”<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifo nosso.

<sup>22</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998.

<sup>23</sup> Mercadante, *O neoliberalismo tardio*, Folha de São Paulo, 30 maio 1995. Grifo nosso.

<sup>24</sup> *Globalização*, inserção subordinada (e assimétrica) na *globalização*, terceira revolução industrial (e também tecnológica), processo de modernização produtiva, de inserção competitiva e centralização comercial, de fluxos financeiros, de investimentos e de inovações tecnológicas. É nesse campo, em termos de linguagem, que Mercadante se situa, dinamicamente, ao formular opiniões sobre o mundo (para situar o Brasil e a *agenda neoliberal* de FHC) e sobre os movimentos do capital financeiro. A *globalização*, entretanto, não chega a ser formulada - até onde pesquisei sua documentação - como parte da crise do capital, ou que tenha como núcleo fundante a luta de classes e o capital na sua dinâmica de reprodução ampliada, muito menos como expressão atual do imperialismo, como entendem outros autores. Para reportar alguns: Balanco, Braga, Campos, Câmara, Chesnais, Coggiola, Fernandes, Gill, Gorender, Letizia, Moraes, Meyer, Marini, Mészáros, Nóvoa, Petras, Rieznik, Sader, Salles, e autores afins.

<sup>25</sup> Na nossa investigação não chegamos a localizar qualquer texto de Mercadante onde seja analisada a natureza daqueles organismos “multilaterais”, sua estrutura de poder, ou, eventualmente, de classe.

Portanto, a própria definição do autor sobre a chamada *globalização* tem a ver com a vigência de um processo onde o capital financeiro desponta como o elemento de peso fundamental na economia, e capaz de desestabilizar economias nacionais e moedas<sup>26</sup>. Desponta, portanto, com forte carga de negatividade.

Assim, a *globalização* possui como um dos seus conteúdos ou uma das suas características a de “liberdade crescente do capital financeiro, do grande capital transnacional no planeta”, uma “mundialização do capital” (...), “mundialização da economia”, que vai “revogando barreiras, mecanismos de regulação, direitos trabalhistas, enfim, comprometendo os Estados nacionais”<sup>27</sup>. Na formulação de Mercadante: “O Estado vai perdendo soberania, o país vai perdendo capacidade de decisão econômica”<sup>28</sup>.

Mercadante menciona um “poderoso sistema financeiro internacional globalizado”<sup>29</sup>, fala do crescente peso mundial do capital financeiro, e que o ajuste neoliberal visa “assegurar maior liberdade de ação ao capital globalizado, marcado pelo acirramento da concorrência internacional”<sup>30</sup>.

Não reaparecem, em outros textos, reforços argumentativos em torno do conceito de *globalização*, a não ser em mais dois sentidos: o do seu caráter por um lado assimétrico, mas, ao mesmo tempo, de um processo inevitável, inexorável.

A *globalização*, sendo portadora de uma agenda neoliberal, imposta pelos países centrais (e organismos multilaterais), resulta, como já foi dito, numa perda de poder de nações como as da América Latina, o que está diretamente relacionado com a vulnerabilização de suas economias pelo capital volátil. “A imposição da agenda neoliberal promove uma globalização assimétrica, vulnerabiliza as economias subdesenvolvidas frente ao capital financeiro internacional, sendo incapaz de assegurar uma trajetória de crescimento sustentado e duradouro”<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997. (Ver Bibliografia ao final). Neste documento ele menciona argumento nesse sentido.

<sup>27</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997.

<sup>28</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997.

<sup>29</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, p.134.

<sup>30</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, p.135.

<sup>31</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, p.134.

Aquela pressão torna-se prejudicial para nações subdesenvolvidas como a brasileira na mesma proporção em que se aceite a agenda neoliberal. O que significa: na mesma medida em que se aceite a vulnerabilização da economia local “frente ao capital financeiro internacional”. A convergência dinâmica entre *globalização*-capital financeiro-*agenda neoliberal* fica patente.

Mercadante propõe, como essencial para que se possa compreender o desmanche do Estado brasileiro e a própria “armadilha do Real” um entendimento da lógica global desse processo do qual o capital financeiro é parte importante<sup>32</sup>: “Sem se compreender a lógica desse processo global não se entenderá a *armadilha* de que o Brasil é vítima ao adotar a estratégia neoliberal do Plano Real”<sup>33</sup>, argumenta ele. E com relação a esse tema, como foi mencionado antes, Mercadante recomenda Chesnais, como “uma das melhores reflexões sobre *globalização*”<sup>34</sup>.

Mercadante vai chamar a atenção, ainda em termos da dinâmica da *globalização*, para um descompasso: o capital volátil internacional - não produtivo -, cresce muito mais rápido que o comércio e a produção internacional de mercadorias. A *globalização*, como ele argumenta, incide sobre regiões como a América Latina, forçando uma assimetria em desfavor destas nações, mas é também ela - a *globalização* - portadora de uma outra assimetria: uma desigualdade de movimentos, entre produção de mercadorias e especulação financeira mundial, que lhe é inerente.

“Há uma massa de capital estimada em 35 trilhões de dólares, que cresce numa velocidade - existem dados em Chesnais sobre isso -  muito mais rápida que o comércio exterior e muito mais rápida que a produção”<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> A constatação que pode ser mencionada aqui é a de que, no que diz respeito aos documentos do autor com relação ao processo internacional, ou da chamada *globalização*, elementos como capital financeiro e crise do capitalismo são raramente tematizados. Isso não significa, obviamente, que não venham a ser mencionados, ou que o autor não tenha opinião definida a respeito. Justamente nossa pesquisa trata de recuperar esta opinião.

<sup>33</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997.

<sup>34</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997. Certamente refere-se aqui a François Chesnais, ao seu livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil pela Editora Xamã (Ver Bibliografia).

<sup>35</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Esta idéia faz parte de um comentário de Mercadante em torno de recente entrevista de Maria Conceição Tavares<sup>35</sup> no *Jornal dos Economistas* (Tavares, 1998) onde ela analisa alguns aspectos do capital volátil, incluindo o trecho acima citado por Mercadante, sendo que Conceição Tavares acrescenta, na mesma oportunidade: ‘Os fundamentos do capitalismo estão sendo roídos por dentro. Ninguém pode cobrar os trilhões que estão circulando por aí, pois eles são fictícios’. A autora não esclarece se o caráter fictício daqueles trilhões reforça, por exemplo, uma perspectiva de moratória (suspensão

Reiterando: *agenda neoliberal* e capital financeiro internacional são inseparáveis, um leva ao outro. Aceitar aquela *agenda* equivale a assumir uma determinada política que é a de assumir sem critérios uma *globalização* com assimetria e distorções contra a economia nacional, já que equivale a aceitar que a sociedade e a economia produtiva sejam subordinadas às prioridades da especulação, do capital volátil.

“Acho que temos que mudar a pauta, colocar a questão social e aí, o capital financeiro a serviço da sociedade e não o contrário, como vem acontecendo, e aí a economia real, a economia produtiva tem que subordinar essa forma dominante do capital que no fundo acabou se impondo a todas as demais instituições e desestabilizando econômica e socialmente o planeta e as nações mais pobres como é o nosso caso”<sup>36</sup>.

Em suma, o capital fictício, a economia simbólica, especulativa, se sobrepõe à real, e seu poder ao de nações como as da América Latina. A pauta política de governos neoliberais aceita a imposição do capital financeiro sobre as instituições; tratar-se-ia, neste caso, como perspectiva alternativa, de adotar outro relacionamento, outra pauta com o capital volátil, é o que sugere o nosso autor, sempre partindo da idéia de separação/dominância das duas modalidades – é sua ótica – de capital.

## **1.2. CAPITAL FINANCEIRO: OLIGOPOLIZADO, CENTRALIZADO, DE CARÁTER PREDATÓRIO.**

Recuperados, embora resumidamente, aqueles conceitos, passemos aos seus argumentos a respeito da globalização financeira e seus problemas, especialmente a oligopolização e a busca de lucros fáceis e rápidos em detrimento da produção e do crescimento econômico .

No interior do processo chamado por Mercatante de *globalização* desenvolvem-se os movimentos do capital volátil que, por sua vez - assim como outros processos na economia atual - trazem a marca da centralização.

---

do pagamento) contra eles. Se ninguém pode cobrá-los, por que pagá-los? Seria uma pergunta pertinente, pelo menos em tese.

Trata-se, aqui, de centralização dos fluxos financeiros (e do principal do comércio, do mercado, dos investimentos e do controle tecnológico) nos grandes blocos, nas grandes potências, as mesmas que hegemonomizam o poderoso centro deliberativo internacional que é o G-7 (Grupo das nações mais ricas, em cujas reuniões se delibera, dentre outros itens, rumos da política monetária internacional).

Tal centralização está presente no comércio, no mercado de uma maneira geral. *Globalização* tem a ver com "uma centralização crescente do comércio, da tecnologia, da riqueza, do fluxo financeiro<sup>37</sup>" entre as grandes potências ; nelas se dá o principal do comércio, do mercado, dos investimentos e do fluxo de capital financeiro<sup>38</sup>. O "comércio se dá basicamente entre as grandes empresas transnacionais". "Praticamente dois terços do comércio das vendas internacionais estão centralizadas nas grandes empresas transnacionais, oligopolistas que controlam os principais mercados de produtos e de serviços"<sup>39</sup>.

Mercadante fala sobre um "processo de globalização financeira, de concentração, de centralização do capital, especialmente o processo de fusão, de aquisição de empresas, de transnacionalização da economia, que é associado a uma centralização tecnológica e financeira no interior dessas empresas e a uma regionalização produtiva e comercial"<sup>40</sup>.

Há em curso, portanto, uma fase diferente ou nova no capitalismo mundial, que o autor chega a qualificar de "nova globalização financeira", referindo-se a uma "nova natureza financeira" (...) dessa "nova etapa do capitalismo"<sup>41</sup>.

O projeto neoliberal torna o Brasil externamente mais vulnerável o país fica mais exposto "do ponto de vista do câmbio e da dependência do capital financeiro especulativo internacional"<sup>42</sup>.

<sup>36</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Os grifos são nossos.

<sup>37</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997. Grifo nosso.

<sup>38</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997.

<sup>39</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, 5 agos. 1997. Grifo nosso.

<sup>40</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifo nosso. Infelizmente para a nossa pesquisa, Mercadante não retomará esse tema (da centralização do capital financeiro) em outros textos. Presumo, por outros indícios, tratar-se de um movimento de centralização naquele sentido clássico, e que resulta em oligopolização dos mercados financeiros.

<sup>41</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998.

<sup>42</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997.

Apesar de, como foi mencionado, não haver grande número de referências do autor a respeito do caráter oligopolístico do capital financeiro, seu entendimento vai nessa direção, ele menciona isso em pelo menos um dos seus textos onde fala da “existência de uma oligarquia financeira”. Entretanto, não encontramos referências em termos de um enfoque mais específico de Mercadante sobre essa questão da oligarquia financeira, sobre sua natureza, o alcance do seu “poder oligárquico”, e principalmente – já que este ponto é crucial na nossa investigação - se aquela oligarquia financeira domina ou controla o fundamental do mercado internacional de capitais ou mesmo de Estados. Quanto ao efeito predatório daquela hegemonia do capital volátil sobre a economia real, Mercadante critica seu descolamento da economia real, sua capacidade de desestabilizar economias e moedas, e a volatilidade internacional em busca de ganhos rápidos. Seu caráter crescentemente monopolístico não permitiria que o *livre* mercado pudesse funcionar.

Argumentando sobre o processo de rebaixamento da agenda das nações à lógica do capital financeiro, Mercadante acrescenta:

“Acho que existe sim uma oligarquia financeira, um peso crescente do capital monopolista internacional que compromete a idéia do livre mercado. Mas operam no espaço do mercado. Nas relações de troca, de consumo. O consumo, a troca, a venda, a compra, são estes os valores que vão se impondo, através desse processo. Cada vez com um poder mais centralizado, mais oligárquico, e mais transnacionalizado, com menos capacidade do público se impor ao privado, do social se impor a essa lógica da acumulação<sup>43</sup>”.

Esse é o raciocínio onde o autor, Mercadante, mais se aproxima de uma formulação sobre o caráter oligárquico dos mercados financeiros. Onde entende o funcionamento do mercado de capitais como crescentemente centralizado e oligopolizado” e fala expressamente de uma “oligarquia financeira”. O que parece sugerir maior concentração de poder internacional nas mãos de poucos e decisivos grupos financeiros, os mesmos que forçam *desmanches* de Estados como o Brasil.

Por outro lado, e em que pese aquela sua formulação sobre o crescente poderio e centralização do capital financeiro internacional, não chega a ser claramente formulada por Mercadante a natureza da relação entre capital financeiro oligopolizado e CTs (corporações transnacionais), ou daquele capital com a grande indústria, com o monopólio das inovações

tecnológicas. Ele enfatiza, em sua apreciação sobre a crise moderna, a noção de *cassino* global, isto é, da financeirização de uma economia mais que nunca vulnerável ao capital fictício, aos ataques especulativos, às *queimas* de capital volátil.

O discurso de Mercadante não ignora, portanto, o poder do capital financeiro internacional sobre as próprias nações (tipo Brasil), assim como seu papel nefasto - recessivo, por exemplo - sobre a economia produtiva, além dos riscos que seus movimentos e sua volatilidade trazem embutidos (Ver seção 1.3). Ao contrário, essas características problemáticas do capital especulativo aparecem claras nos seus textos.

Passemos ao seu enfoque da crise, na busca de resposta a pelo menos uma indagação: qual a raiz da crise que leva o capital financeiro àquela política neoliberal, destrutiva, criticada por Mercadante?

### 1.3. NATUREZA DA CRISE, ESTADO E CAPITAL FINANCEIRO.

É condição do capital especulativo (em sua imposição sobre o conjunto da economia, e num processo de acirramento da sua concorrência internacional) ser gerador de crises violentas na economia, precipitador de crises cíclicas de *queima* e/ou fuga de capitais, de desvalorização de moeda, *quebra* de empresas.

Num quadro assim, a tendência geral é de crise, vale registrar a esse respeito argumentos de Mercadante:

“A tendência geral é uma tendência de crise. Acho que a crise internacional vai ser maior do que foi, vamos ter muita turbulência ainda pela frente. Existem alguns mecanismos de coordenação. Ontem mesmo [ 17.6.98 ] tivemos um exemplo disso, os EUA injetaram 2 bi de dólares para segurar o iene. A China não sabe até quando sustenta sua moeda. A depressão japonesa ninguém sabe até onde vai e o que é que (ela) vai arrastar nesse processo. As exportações na região, apesar de toda a desvalorização cambial não reagem”.

“Nós temos ainda uma crise internacional em andamento, portanto com muita turbulência pela frente. E o Brasil está muito exposto, muito

---

<sup>43</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998 .

vulnerável, e está esgotando os seus instrumentos de manter essa aparência de estabilidade, já que seu estoque de estatais está se esgotando. Dispõe da Telebrás, da Petrobrás, e depois não se tem mais como financiar isso. Qualquer que seja o governo vamos ter uma crise muito grande econômica e social, de grandes proporções no Brasil”<sup>44</sup>.

“O Brasil está vulnerável a um ataque especulativo da moeda, como alertaram vários economistas das mais diversas correntes e analistas do próprio mercado. O aprofundamento do processo de internacionalização e o enorme grau de mobilidade do capital favorecem a difusão de crises cambiais por contágio. A fragilidade dos fundamentos macroeconômicos no Brasil acabam levando a comparações inevitáveis com países submetidos a crises cambiais, como o caso recente dos pequenos “tigres asiáticos”<sup>45</sup>.

Depois de argumentar sobre a tendência do capital financeiro, de, ao dominar a economia, desestabilizá-la e trazer grandes riscos sociais, ele prevê espasmos de crise, estouro de *bolhas* especulativas.

“Acho que vamos ter ciclos de queima, essas crises, essas bolhas especulativas explodem e há uma destruição. Essa crise da Ásia destruiu cerca de 2 bilhões de dólares. Só a inadimplência do sistema financeiro japonês é de cerca de 700 bi de dólares. Quer dizer saíram da Ásia - fuga de capitais -, 115 bi de dólares, 10% do PIB dos tigres asiáticos”.

“Então, só a queima de capital fictício nessa crise mostra que vai haver uma queima em outras crises cíclicas que são da natureza desse capital volátil, especulativo financeiro. Acho que essas crises vão-se colocando com mais intensidade, o que tende a colocar uma agenda para as instituições multilaterais e para as nações: a da regulação desse capital, de limites e condicionantes a ele. Não é possível um capital desregulado como querem os neoliberais, com total liberdade no planeta desestabilizando regiões inteiras e gerando fome e miséria e desalento para tantos milhões de pessoas como nós estamos vendo”<sup>46</sup>.

É próprio da lógica de funcionamento daquela massa de capital especulativo sem fronteiras, conduzir países a crises e economias a *quebras*. Na verdade, “há uma crise desse projeto neoliberal, da lógica desse capital volátil sem fronteiras”<sup>47</sup>, argumenta ele, para, em seguida ponderar que, embora esse capital volátil tenha sido responsável por crises sérias, isso não significa que uma dessas crises possa vir a converter-se num *crash* global.

<sup>44</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998 .

<sup>45</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, p.153.

<sup>46</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998 . Grifos nossos.

<sup>47</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifos nossos.



Seja como for, neoliberalismo é crise, a *abertura* financeira (e comercial) da periferia, nos moldes neoliberais, isto é, sem mecanismos regulatórios introduz crise mais profunda localmente. O sistema se preserva do *crash* global através das reações regulatórias sobretudo por parte dos EUA, mas não pode evitar crises cíclicas regionais, a turbulência financeira é intensa, as *bolhas* especulativas vão continuar.

“Acho que podemos ter crises internacionais muito profundas. Essa da Ásia é uma grande crise em curso. Ela é regionalizada, mas está desestabilizando outras regiões do planeta. A Rússia vive também uma situação extremamente vulnerável, muito difícil econômica e socialmente, mesmo tendo menos importância na economia mundial. Então estamos diante de um cenário em que isso pode ocorrer. Mas a história também tem demonstrado o seguinte : (...) o capitalismo criou uma certa rede de proteção e o capitalismo consegue isolar as crises regionalmente e absorver em outras áreas o impacto e portanto ela (a crise, GD) acaba tendo uma intervenção geral mas desigual em termos de intensidade”.

“Pode ser que essa crise (refere-se à crise asiática, GD) possa ser administrada, regionalizada, que a Ásia (o Sudeste asiático) vai demorar não menos que três anos para poder sair. Esse ano se fala numa queda do PIB de 12 a 15% na região. 15% em alguns países é queda do PIB num ano. A Indonésia ganhou 4 milhões de desempregados só de outubro para cá. É uma situação muito dramática, mostrando a crueldade dessa lógica. Mas não me arrisco a falar num colapso sistêmico, não acredito, acho que as crises são cada vez mais recorrentes, são cíclicas, e existe uma certa capacidade de coordenação institucional e internacional que acaba regionalizando”.

“Elas podem contaminar o resto do sistema, mas sempre de forma desigual, porque o nível de dependência é diferenciado, a capacidade de resposta é diferenciada, o nível de estrutura produtiva é diferenciado, então aí depende da política nacional, do nível de exposição, do nível de vulnerabilidade. E aí está o maior erro do Brasil: nós estamos muito expostos, muito dependentes”<sup>48</sup>.

Mercadante destaca mais de uma vez o risco de instabilidade financeira aqui ( e nos países chamados de “mercados *emergentes*”), por conta de ataques especulativos contra uma moeda artificialmente valorizada, levando à pulverização de reservas cambiais, como a crise que arrastou Filipinas, Malásia, Indonésia, Singapura, que terminaram tendo que desvalorizar suas moedas<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998. Grifos nossos. (O autor acredita, portanto, em reformas da ONU em favor dos países não-hegemônicos.

<sup>49</sup> Mercadante, *O tigre, o susto e a bola da vez*, Folha de São Paulo, 18 jul. 1997.

Não fica claro, nessa argumentação ou em outros lugares, se tal rede de proteção financeira, orquestrada pelos EUA, pode ser instituída com outro conteúdo e sentido que não seja o de favorecer a oligarquia financeira e a acumulação capitalista<sup>50</sup>.

“O capitalismo criou redes de proteção. As crises têm sido parciais, há uma rede de proteção e uma rede macroeconômica através do G-7 e sobretudo coordenada pelos EUA, pelos bancos centrais principais em alguns momentos, que conseguem isolar a crise, mediar o conflito, o processo, e as vezes uma certa capacidade de intervenção. Mas a tendência geral é de crise financeira. Essa bolha especulativa do mercado de capitais tem estourado regionalmente, localizadamente. Mas o sintoma de instabilidade e de turbulência financeira é muito grande, e claramente as nações como o Brasil e outras, que estão inseridas dessa forma e nesse mundo da globalização financeira estão totalmente vulneráveis. Especialmente quando a política econômica nacional é dependente e é associada, vinculada como foi a desse governo. Que aumenta muito mais portanto a sua vulnerabilidade estrutural, a sua dependência”.

“Acho que esse processo de globalização financeira, de concentração, de centralização do capital, especialmente o processo de fusão, de aquisição de empresas, de transnacionalização da economia -que é associado a uma centralização tecnológica e financeira no interior dessas empresas e a uma regionalização produtiva e comercial -, vai exigir mudanças nas instituições internacionais. O papel da ONU, por exemplo. A ONU tem que ser modificada”<sup>51</sup>.

Em suma, os movimentos essenciais da crise moderna, em seus moldes neoliberais, passam pelo capital financeiro internacional, em seu processo de imposição sobre as instituições políticas mundiais e sobre a economia em particular, neste caso com o predomínio da especulativa sobre a produtiva. Esse capital *quente*, atraído por ganhos rápidos e especulativos, comporta enorme e inexorável potencial gerador de crises (de *bolhas* e ataques especulativos, de *queima* de capitais). Aceitar a prevalência desse capital sobre a economia, aceitar suas regras, ser complacente com a financeirização e *desmanche* do Estado - aceitar a agenda neoliberal - é tornar o país joguete passivo e vítima preferencial daquelas crises.

*Queima* de capital fictício, desestabilização e *quebra* de regiões inteiras e de países, com seu corolário de miséria, tudo isso é crise que deriva - até onde permite ver o argumento

---

<sup>50</sup> O autor menciona a possibilidade de reformar a ONU (democratizá-la, pode-se presumir), mas tampouco aí fica claro se tal modificação política poderá vir a ocorrer em acordo ou com a anuência da oligarquia financeira, poder que – aparentemente Mercadante concorda com isto -, chega ao ponto de sobrepor-se ao de Estados.

<sup>51</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998 . Grifo nosso.

do nosso autor - da própria natureza ou senão do próprio terreno daquele capital volátil. É um capital instável, capaz de *quebrar* economias. Que fazer? Disciplinar, domar esse capital: não deixar que ele opere sem regulamento, sem limites, “desregulado” (Ver Capítulo 2).

Desprende-se daí que aquela instabilidade/irracionalidade é própria do capital financeiro, não é uma ‘escolha’ sua. Mas que, por outro lado, a política pode estar acima do mercado; neste nível haveria possibilidade de ‘escolha’. Lendo de outra forma, mesmo mantido o mercado, a propriedade privada dos oligopólios, pode-se chegar a introduzir razão (ou sentido social progressista) naquele funcionamento irracional; a política, ainda que estejamos no mundo do capitalismo financeiro, pode introduzir ‘redes de proteção’ que limitem aquele capital que os neoliberais querem desregulado. Até porque o próprio capitalismo, liderado pelos EUA, já estaria conseguindo algum êxito nesse sentido dos mecanismos regulatórios.

Com relação à resposta encontrada em Mercadante à indagação que dá sentido a esta seção (qual a raiz da crise que aparece marcada por essa política nefasta e desestabilizadora do capital financeiro), cabem duas considerações: em primeiro lugar, como já foi mencionado, a crise não chega a ser qualificada como crise de um sistema ou crise do capital, pelo menos não é tratada com esse enfoque nos documentos estudados, de uma maneira geral.

E em segundo lugar, aparece como crise fortemente enraizada na produção através da revolução tecnológica. Isto é, os novos paradigmas tecnológicos estariam revolucionando a produção, a competitividade, exigindo do Brasil um novo tipo de inserção internacional (no mercado).

A hipótese com que Mercadante analisa a crise internacional contemporânea, em bem poucas palavras, parece ser a de que se trata de uma reestruturação tecnológica, produtiva, aliada à falta de regulamentação do capital financeiro (dos mercados financeiros) de forma a que a globalização financeira, tecnológica e produtiva encontrasse um patamar de desenvolvimento e de *globalização* menos simétrico.

Em todo caso, não chega a haver uma formulação clara e direta a esse respeito, mas há vários argumentos que reforçam a idéia de que é com elementos desta hipótese de explicação da crise que Mercadante opera. Crise por conta dos movimentos do capital financeiro, crise a

partir da reestruturação produtiva (da revolução tecnológica), crise pela supremacia do mercado sobre os demais valores, crise a partir de certas determinações políticas. Neste último caso, estariam incluídas a vitória político-eleitoral do neoliberalismo e a insuficiência nas propostas da esquerda. Dado o interesse definido no nosso projeto de pesquisa não parece ser o caso de tratar aqui desses últimos aspectos, embora considerando sua indiscutível relevância, reconhecida pelo próprio autor.

Por último, uma observação sobre a crítica que Mercadante formula à crise atual no que se refere ao capital financeiro, sua centralização, seu caráter predatório e seus males em geral. Nela, a relação capital financeiro-capital produtivo não chega a ser objeto de análise (em quaisquer dos artigos de Mercadante). Dessa forma, sua crítica, assim como seu diagnóstico da crise **não** se dirigem ao capital chamado por ele mesmo de produtivo .

Estamos certos de que seus textos não autorizam uma conclusão de que Mercadante não localiza qualquer tipo de crise (ou negatividade) no capital produtivo. Mas é verdade que este é abordado por Mercadante muito mais como um ponto de apoio para uma saída, rumo ao crescimento econômico, à geração de empregos, do que na condição de um problema, como é o caso do capital financeiro.

#### **1.4. CAPITAL FINANCEIRO E PODER: ESTADO DOMINADO PELO CAPITAL FINANCEIRO?**

Uma vez que o capital financeiro internacional detém poderes até supranacionais, e que seu caráter é predatório e crescentemente monopolístico, oligopolizado, parece pertinente recuperar o pensamento de Mercadante a respeito do seguinte: como aquele capital financeiro interage com o Estado contemporâneo? Ele chega a dominar, a ser um poder decisivo sobre Estados como o norte-americano ou o brasileiro?

Com relação, propriamente, ao conceito de Estado, pouco teremos a registrar especificamente. Não se trata de um tema ou conceito que chegue a ser tratado teoricamente ou especificamente em Mercadante. Obviamente ele utiliza um determinado conceito de Estado, apenas não chega a ser explicitado. Ao mesmo tempo, como constatamos antes, categorias como burguesia, classe dominante, luta de classes, Estado classista, não fazem parte, em absoluto, do seu repertório. Por isso mesmo, caso fizéssemos aos textos de Mercadante a pergunta a seguir, ela permaneceria sem resposta: no aparato de Estado, prevalecem classes que encarnam aqueles interesses que *desmancham* o Estado - o Estado brasileiro, por exemplo - em função da “lógica do capital financeiro”?

Já foi mencionada a opinião de Mercadante a respeito da sobreposição daquela massa internacional de capital volátil sobre as instituições nacionais e à capacidade estatal de regulação: ele citou exemplos como Brasil e Japão (ver seção 1.1). Sua percepção vai no sentido de que existe um poder do capital financeiro sobre o Estado ou pelo menos um potencial seu de desestabilizar até os Estados mais fortes.

Onde vai haver bem menos ênfase, nos seus textos, é com relação a um outro aspecto, o da relação daquela oligarquia financeira internacional com os Estados mais fortes, como os EUA, a questão poder de Estado, poder do capital financeiro. Propusemos aos textos de Mercadante as seguintes questões:

Uma vez que a *globalização* e o neoliberalismo significam (ou andam junto com) mais poder para o capital financeiro internacional, e que este tem todo interesse nas reformas neoliberais no Estado, qual o efetivo papel dos interesses do capital financeiro sobre o Estado norte-americano, ou mesmo sobre os chamados organismos multilaterais? O capital financeiro é simplesmente um poder acima dos Estados? Qual o impacto daquele processo de centralização do capital financeiro sobre o poder de Estado, e do Estado norte-americano em particular?

Não foram registrados textos do autor a esse respeito. Com exceção daquela menção feita a Estados como o japonês que também podem ser vitimado por ataques especulativos do capital volátil. Já com relação ao tema do impacto da pressão do capital especulativo internacional nos Estados de países subdesenvolvidos, o autor é mais claro: aqui há perda de

poder em favor daquele capital financeiro. Mesmo neste caso, tampouco aparece o tipo de relação de poder - ou de classe - que o capital financeiro engendraria com o Estado .

A esse respeito, e indagado sobre se a atual “ política neoliberal não estaria destruindo de forma fundamental as bases de um contra-poder local à lógica do capital financeiro internacional”, no caso de um país como o nosso, Mercadante ressaltou que a política neoliberal está golpeando as bases de tal contra-poder (bases que estariam em moeda, setor produtivo forte, estrutura produtiva, política comercial ofensiva, nação forte):

“essa política está comprometendo estruturalmente a capacidade do país de desenvolver um modelo produtivo de desenvolvimento alternativo e de maior soberania, contrário à lógica do capital financeiro internacional. Está destruindo estruturalmente. As bases produtivas estão sendo fragilizadas. Os centros de poder nacional estão sendo fragilizados, desnacionalizados<sup>52</sup>”.

Não voltará muitas vezes a este ponto, em todo caso. Mas percebe que estruturam-se blocos de poder, concentra-se, de forma inegável, o poder internacional (político e econômico) em blocos ou conjuntos de Estados nacionais. Japão, Europa e EUA constituem os 3 grandes blocos (ou “cabeças” de bloco). Reunidos abarcam a maior parte do PIB (Produto Interno Bruto) e do comércio do planeta. Constituem macromercados, os verdadeiros centros de decisão econômica e política internacionais.

“Estamos assistindo, como poucas vezes na História, a uma brutal concentração de renda, de riqueza e de poder. O mundo hoje observa uma nova ordem econômica e política internacional, baseada na constituição de grandes blocos. A Europa unificada, com um PIB de 4 trilhões e 700 bilhões de dólares, com 350 milhões de pessoas, que assistem agora à solicitação de ingresso da Suécia e da Áustria, caminha com um projeto para virar o século com instâncias supranacionais de coordenação de políticas econômicas e setoriais, com um parlamento, um conselho de ministros e uma Corte de Justiça”<sup>53</sup>.

“Esses três blocos reunidos têm hoje 20% da população, 70% do PIB mundial e três quartos do comércio internacional, enquanto a América latina , com 9% da população do planeta, detém apenas 5% do PIB e não mais do que 4% do comércio internacional. A América Latina hoje é menos importante nas relações comerciais com a Comunidade Econômica Européia do que a Suíça sozinha. Há dez anos tínhamos 7% do comércio com a Europa e hoje não mais do que 4%”<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998.

<sup>53</sup> Mercadante, discurso publicado pelo Diário do Congresso Nacional (Seção I), p.7020, 22 maio 1991.

<sup>54</sup> Mercadante, discurso publicado pelo Diário do Congresso Nacional (Seção I), p.7020, 22 maio 1991.

Os Estados cêntricos tipo EUA, Japão, saem reforçados naquela política de configuração de blocos, os dependentes tipo Brasil, enfraquecidos.

A política neoliberal de regiões como a América Latina, que institui reforma patrimonial profunda a partir do processo de privatização das estatais, de abertura comercial é, também, induzida de fora: “mais do que uma agenda motivada por governos nacionais, foi também uma imposição de uma instituição que tem um papel nos anos noventa tão importante quanto o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) tiveram nos anos oitenta, que é a Organização Mundial do Comércio”<sup>55</sup>.

Não passa despercebido ao autor, portanto, o papel dos organismos supranacionais tipo FMI, OMC: são os que forçam os tais ajustes neoliberais na América Latina, e que, por exemplo, exigem políticas que favoreçam o capital especulativo internacional, políticas que correspondam aos interesses dos credores da dívida. A intervenção dos Estados cêntricos, daqueles organismos supranacionais, vai na direção de forçar ajustes na América Latina e em outros lados para que tais economias pratiquem políticas *aberturistas* e de gerenciamento de dívidas, políticas que sejam favoráveis ao capital especulativo. Favoráveis àquela “massa volátil de capital que vai-se sobrepondo às instituições, às capacidades de regulação dos territórios nacionais”, à periferia do sistema e a países como o Japão<sup>56</sup>.

Basta ver o que está acontecendo com o Japão, com a Ásia, a desestabilização de toda uma região do planeta e a velocidade com que isso ocorre e o efeito-contágio que isso vem trazendo, como argumentou Mercadante neste mesmo documento de junho de 1998.

É dentro dessa lógica que Mercadante chama a atenção para o *Consenso de Washington*, uma espécie de concerto baseado no governo dos EUA, para favorecer a ação do capital financeiro no desmantelamento de Estados como o brasileiro.

“E essas mudanças do Estado mínimo, da abertura comercial e financeira, da flexibilização dos direitos trabalhistas, enfim, foram desenhando uma agenda neoliberal que se sustentou política e socialmente a partir dos programas de estabilização econômica baseados em âncora cambial. Quer dizer, a estabilidade monetária foi o caminho para garantir uma base de sustentação política, eleitoral e social, fundamental ao avanço desse processo

---

<sup>55</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, palestra 5 agos. 1997.

<sup>56</sup> Depoimento de Mercadante, São Paulo, 18 jun. 1998.

de reformas que desenhamos acima como o Consenso de Washington e o projeto neoliberal”<sup>57</sup>.

O desmonte do poder e da soberania de grande parte dos Estados do planeta por um lado (Estados subalternos) e o intervencionismo do governo (dos Estados da *Tríade*), em reforço da oligopolização financeira são as duas faces da política dos países cêntricos .

Em suma, Mercadante constata e ao mesmo tempo denuncia um quadro onde a pressão internacional das agências e instituições financeiras pelo livre fluxo dos capitais especulativos (neoliberalismo) é parte fundamental da crise contemporânea. E, dentro disso, o crescente peso da oligarquia financeira e de uma política internacional patrocinada pelos Estados mais poderosos do mundo que coincide com os interesses daquele capital volátil. Uma política que, por sua vez, governos da América Latina adotam como sua, destruindo o seu Estado local em função de submetê-lo àqueles interesses. E fazendo com que estes Estados locais socializem os prejuízos do capital financeiro e abram-se à sua especulação.

No caso brasileiro, “o Estado vai perdendo capacidade de regulação econômica, o Estado vai perdendo soberania, o país vai perdendo capacidade de decisão econômica, porque a poupança nacional, o capital financeiro vai se desnacionalizando, há uma entrada violenta dos grandes bancos internacionais no país”<sup>58</sup>.

Pode-se dizer, sinteticamente, que Mercadante destaca a mobilidade e a volatilidade global do capital financeiro, portanto, seu movimento por cima dos Estados, mas ao mesmo tempo, observa que os Estados mais poderosos (da *Tríade*), não somente saem mais fortalecidos desse processo como, ao mesmo tempo, patrocinam a política neoliberal, de maior liberdade mundial para os fluxos financeiros.

Por fim, resta observar o seguinte aspecto: se é certo que não fica esclarecida a relação de poder político que o capital financeiro oligopolizado exerce sobre o Estado, tampouco fica claro o mecanismo de poder (ou de contra-poder econômico, etc.) ao qual um governo não-liberal ou anti-liberal teria que recorrer para fazer frente a um capital financeiro que chega a controlar uma força econômica e financeira que vai além de Estados, incluídos os mais fortes.

---

<sup>57</sup> Mercadante, *Debate sobre a situação econômica do País*, 5 agos. 1997.

<sup>58</sup> Depoimento de Mercadante , São Paulo, 18 jun. 1998. Grifos nossos.



### **1.5. ESTADO BRASILEIRO A SERVIÇO DA OLIGARQUIA FINANCEIRA E RESTRINGINDO A ECONOMIA REAL.**

O diagnóstico de Mercadante tem a ver com a história de um Estado, o brasileiro, tradicionalmente funcionando a serviço da acumulação de riqueza por parte de oligarquias privadas.

Assim foi com a economia do café, e no pós-II Guerra, no processo de industrialização (via substituição de importações) através do Estado *desenvolvimentista*. Seu endividamento, sua *quebra* derivaram daí, desse papel a que sucessivos governos submeteram o poder público. A história do Brasil está continuamente num processo que foi mudando de forma, de “transferência de recursos públicos para a acumulação privada”. O *desmanche* local do Estado atual é forçado pelo FMI-EUA e aceito por FHC. O Estado brasileiro hoje obedece à negatividade da “lógica do capital financeiro”, a qual vai contra a economia produtiva.

Quando se refere ao capital financeiro, em sua relação com o Estado brasileiro, Mercadante o faz, em regra, criticamente. Juros altos, acelerado endividamento do Estado junto aos credores financeiros internacionais, juros que desestimulam investimento produtivo, *capital-motel* que opera sobre a economia agindo sobre ela como se se tratasse de um *cassino* (pela via do capital que vem em busca da *ciranda*, da agiotagem, do lucro financeiro rápido), capital que força seu livre fluxo, sem regulamentações desfavoráveis à sua rentabilidade. Além disso, Mercadante inclui claramente, naquele circuito nefasto do capital financeiro, o endividamento estatal, a volatilidade das reservas cambiais, e, em parte, as privatizações (em moeda *podre*). O que une o conjunto dessas críticas? O fio condutor de um Estado submetido à lógica do capital financeiro.

O governo está agravando e desorganizando as finanças públicas (via taxas de juros, socorro a bancos, ruralistas, etc.), argumenta Mercadante; o endividamento é acelerado, o déficit de transações correntes no balanço de pagamentos é enorme e crescente. A taxa de juros cumpre, em termos de concentração de renda, o papel que cabia à inflação. Em dois

aspectos da política neoliberal - do “ajuste econômico” neoliberal - sobre o Estado, se manifesta o maior peso do sistema financeiro sobre a economia local: em um pela via do maior controle das finanças públicas pelos credores (endividamento brutal do país), em outro pela privatização do patrimônio público que atrai capital financeiro para estes setores antes estatais. Além disso está em marcha a desnacionalização do sistema financeiro.

Nesta reforma patrimonial e neoliberal do Estado, estatais são vendidas, despatrimonializa-se o Estado, entra mais capital internacional. Cobre-se, assim, parte (parte pequena, irrelevante) da dívida pública. Dívida esta, que por conta dos juros altos oferecidos pelo governo, continua crescendo, como bola de neve. Mas sobretudo estimula-se a entrada de dólares que continuam sustentando a “força” (sobrevalorização) do Real. Força que pode durar enquanto haja patrimônio público a *queimar* e o Banco Central ofereça juros altos para os papéis do governo. A taxa de juros é parte do “custo Brasil”, encarece os custos financeiros na produção, eleva o “custo Brasil”. E o endividamento público idem (este endividamento dificulta os investimentos em infra-estrutura, que reduziriam o “custo Brasil”). Por todos os poros da macroeconomia brasileira prevalece aquela lógica do capital financeiro.

As atuais reformas do Estado brasileiro<sup>59</sup> interessam visceralmente ao capital financeiro e acontecem em condições econômicas e históricas globais de crescente peso daquele capital, e num processo onde o Brasil vai sendo envolvido no *cassino* da especulação global, em que sua economia compromete-se mais com a especulação do que com a produção.

As críticas que Mercadante dirige à política neoliberal têm, em comum, esse traço: o Estado brasileiro e a economia nacional vêm sendo vitimados pela especulação, pela economia especulativa, pelo capital volátil, pelo investimento que não vai à produção. Através da política neoliberal, o Brasil vai sendo conduzido a uma *armadilha* macroeconômica, aquela da moeda sobrevalorizada e dos juros altos.

Ceder à *ciranda* financeira, oferecer juros dos mais altos do mundo, e o conjunto da política monetária, financeira e dos ajustes neoliberais de Estado são a demonstração viva do submetimento do Estado àquela função (além de constituir uma aposta de risco, tornando a economia e o Estado brasileiros vulneráveis a surtos especulativos internacionais).

---

<sup>59</sup> Ou sua destruição e financeirização, embora estes não são os termos em que Mercadante formula a questão.

Existe um capital volátil, poderoso, globalizado e de peso crescente, que ameaça países como o nosso de fora para dentro (ataques e *bolhas* especulativas) e, ao mesmo tempo, e internamente, governos como o brasileiro são por demais liberais em relação àquele capital especulativo. Adotam uma política, a da *agenda neoliberal*, que reforça os riscos e a vulnerabilidade da economia local diante daquele capital financeiro. Esta é, basicamente, a crítica de Mercadante. E, dentro disso, a já mencionada tendência especulativa, parasitária e recessiva daquele capital-*motel*<sup>60</sup>.

A intervenção nefasta do capital financeiro no Estado brasileiro é estabelecida, em uma de suas faces, através da estabilização monetária, isto é, do Plano Real. Esta é sustentada pela âncora cambial mais juros altos. A âncora cambial da moeda não existe sem os juros altos: eis a *armadilha* cambial.

O submetimento do Estado brasileiro àquela lógica do capital financeiro assume diferentes manifestações e mecanismos<sup>61</sup>. Não é nosso objetivo, nos termos desta pesquisa, proceder a um exame pontual ou mesmo nas várias direções em que aqueles elementos operam.

Destacamos a presença, na crítica de Mercadante, de pelo menos duas características que especificamente têm a ver com o campo de interesse investigatório adotado aqui. Estaríamos historicamente, neste momento, no Brasil, diante de um Estado (que vem transitando desde o seu esgotamento histórico como Estado *desenvolvimentista*), que funciona dentro da seguinte condição (e contradição): a de um Estado que, por um lado, serve clientelisticamente ao capital especulativo (à “acumulação privada” daquele capital) e, ao mesmo tempo, não prioriza capital produtivo. O Estado brasileiro, sob a batuta da política neoliberal, submerge passivamente à globalização financeira, à especulação internacional.

---

<sup>60</sup> Em intervenções públicas, Mercadante tem-se referido a ele como capital-*motel*, justificando que é um capital que entra, sai e não se reproduz (assim foram suas declarações em entrevista a Jô Soares em 9/11/98).

<sup>61</sup> De que forma o Estado se submete àquela lógica? Despatrimonializando-se (privatizações e marcha batida rumo ao *Estado mínimo*), endividando-se (pagamento da dívida externa e interna), cedendo à ciranda financeira internacional (oferecendo juros escorchantes aos mercados de capitais), tornando-se fragilizado e vulnerável diante das crises globais e favorecendo a exportação de capitais. Assim se aprofunda a evolução para um Estado *quebrado* e em crise. O diagnóstico global de Mercadante, ou o perfil recorrente de sua crítica, vai no sentido de denunciar um Estado e/ou governo que, por estar submetido à agenda (ou ao ideário) neoliberal, coloca os interesses do capital financeiro acima dos da sociedade e, dessa forma, todas as seqüelas e mecanismos daquele submetimento vão conduzindo o País a uma situação cada vez mais difícil, mais instável e socialmente injusta. E, economicamente, agrava-se a recessão e o desemprego.

São duas faces de uma única moeda: o poder político brasileiro adere à lógica do capital financeiro, e deixa de lado a lógica produtiva, de crescimento econômico.

Considerando o enfoque adotado por esta pesquisa, vamos chamar a atenção para aquele perfil da crítica de Mercadante, o de uma crítica ao Estado/governo brasileiro pela sua condição de servidor da especulação financeira, em vez de estimulador da economia real, produtiva. E de um Estado em contínua “transferência de recursos públicos para a acumulação privada”, transferência que se dá através da ‘oligarquia financeira’<sup>62</sup>. Por esta via, o Brasil funciona como exportador de capitais, como Estado superendividado face ao capital financeiro internacional, como Estado que perde patrimônio produtivo (muitas vezes em troca de papéis *podres* do sistema financeiro internacional), como Estado que socializa prejuízos de banqueiros, socorrendo perdas de mercado do capital financeiro (Proer). Mas não prioriza o parque produtivo, a saída da recessão econômica.

O que se percebe, nisso tudo, é a completa dependência e espoliação a que o Estado brasileiro vem sendo submetido, ao situar-se dentro da lógica e dos interesses do capital financeiro. Nesse mesmo movimento, crescimento econômico produtivo, industrial e agrícola, descem para o segundo plano .

Como argumenta Mercadante, para além do ciclo consumista do Real, de fato, “estamos perdendo a terceira revolução industrial”<sup>63</sup>. A infra-estrutura econômica, “determinante para a competitividade” nacional está sendo privatizada, desarticulada<sup>64</sup>.

A financeirização da economia e do Estado representam o império do mercado, ou melhor a política do mercado sem regulamentação. Faltaria uma regulamentação que propicie uma nova ordem (presume-se: uma ordem do capital financeiro regulamentado e de retomada do investimento produtivo e competitivo, induzido pelo Estado) .

O Estado prioriza uma política que é de se submeter ao capital financeiro internacional através dos juros. Os juros altos são peça fundamental no *desmanche* neoliberal do Estado brasileiro e do submetimento do Estado ao capital financeiro: deterioram a

---

<sup>62</sup> “Oligarquia financeira”: é expressão utilizada por Mercadante embora pouquíssimas vezes (três vezes, no conjunto da obra estudada aqui). Não encontramos sua definição a respeito.

<sup>63</sup> Mercadante, *Globalização e subdesenvolvimento*, Folha de São Paulo, 6 abr. 1997, p.2-5.

<sup>64</sup> Mercadante, *O neoliberalismo tardio*, Folha de São Paulo, 30 abr 1995.

capacidade financeira do Estado, levam a economia produtiva à estagnação, lastreiam artificialmente a moeda (pela via das reservas cambiais voláteis). É a lógica do capital financeiro. O “brutal diferencial de juros” oferecido pelo governo brasileiro (Banco Central) “compromete profundamente as finanças públicas”.

Em outras palavras, a entrada de capitais especulativos em grande monta, sem regulamentação, sem *quarentena* (Ver Capítulo 2), permite manter a moeda local - pela via da sua paridade praticamente fixa com o dólar, e das reservas cambiais - numa condição artificial de moeda forte, sobrevalorizada e, por outro, impulsiona as importações<sup>65</sup>. Ao tempo em que *quebra* o Estado, sua capacidade de investimentos públicos. O Estado vai-se tornando prisioneiro da dívida interna: a finança pública deteriorando-se à proporção que se capta mais dólares.

Em suma, política neoliberal significa supremacia do mercado, do capital especulativo. E a inserção passiva e a *abertura* sem critérios, da economia e do Estado brasileiro àquela dinâmica, efetuada através da política da *armadilha* cambial, mantém o país na recessão econômica. A saída – sempre segundo sua ótica – é a inserção soberana na *globalização*, uma política que inverta a atual prioridade especulacionista, regulamentando o capital financeiro e apostando no crescimento econômico.

---

<sup>65</sup> Fica mais vantajoso importar - já que a moeda é *forte* - do que produzir. Em consequência vai acontecer uma desindustrialização, exporta-se indústrias. Fruto da moeda *forte*, ancorada naquela taxa de juros alta, mas também da *abertura* comercial radical.

## CAPÍTULO 2:

### MERCADO REGULADO: DISCIPLINAMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO

#### INTRODUÇÃO

Estamos trabalhando, nesta pesquisa, com a hipótese ou o pressuposto de que no diagnóstico desse processo de globalização financeira, autores como Mercadante adotam postura crítica contra a lógica nefasta e a força efetiva e global do capital especulativo mundializado em sua relação com a crise neoliberal do Estado. E uma vez isto posto, nos interessa investigar até que ponto Mercadante vai à raiz daquela lógica (e força) do capital financeiro – ou do capital em geral – e que nível de contra-lógica (e contra-força) chega a conceber para fazer frente àquela negatividade do capital volátil. Ou seja, até onde aquela crítica vai-nos ser positivamente útil - seja por sua profundidade e/ou radicalidade, seja por sua capacidade em sugerir pistas e indicativos históricos, programáticos - no sentido de apontar um novo horizonte, de superação efetiva do neoliberalismo, que é sempre sua ótica<sup>66</sup>. Eis o sentido deste Capítulo.

Do levantamento feito no Capítulo anterior, despreendem-se, de saída, duas constatações em Mercadante. O capital financeiro internacional tem tudo a ver com a política de destruição do Estado brasileiro, com os atuais desequilíbrios macroeconômicos e sociais no nosso país. Além do mais, aquele capital - carregado de negatividade, de volatilidade, predatório, centralizado e oligopolizado -, não vem sendo suficientemente regulado (uma vez que, como argumenta Mercadante, no neoliberalismo, a primazia é do mercado, e não da necessária regulação<sup>67</sup> sobre o mercado).

Parte fundamental da crítica ao capital especulativo, vai no sentido, portanto, de seu excesso de liberdade. Liberdade e privilégios, já que o mesmo Estado que é liberal para com

---

<sup>66</sup> Já foi mencionado que o problema para Mercadante **não** é o capitalismo mas sim o “neoliberalismo”.

<sup>67</sup> No corpo desta dissertação, todas as vezes em que nos referirmos a regulacionismo ou a regulação do mercado, estaremos pretendendo significar algo assim como controle, disciplina e regramento do mercado. Jamais estaremos nos referindo a um outro sentido, por exemplo, a um sentido mais particular, de *escola*, isto é, ao *regulacionismo* ou à escola da *regulação* (Aglietta, etc.), o que, neste caso, já ganharia os contornos de uma conceituação específica que não diz respeito ao que estamos aqui pesquisando.

os movimentos do capital financeiro, o mesmo Estado que se “minimiza” e se retira da economia produtiva com uma mão, com a outra socorre bancos, intervém fortemente em favor do setor financeiro.

Esta dualidade ou hipocrisia de um governo que se diz liberal mas não chega a tanto, que prega o Estado *mínimo, fraco*, e pratica, de fato, o intervencionismo de um Estado *forte*, é denunciada por Mercadante.

Analisando o grave ciclo de inadimplências e falências, de um processo recessivo, como diz Mercadante, “construído por uma taxa de câmbio insustentável”, ele argumenta que “o fato mais grave de todo esse episódio é a hipocrisia neoliberal. Os defensores intransigentes do Estado *mínimo* querem um estado intervencionista e forte quando se trata de defesa de seus interesses privados. Os mesmos que defendem a privatização de empresas rentáveis e estratégicas como a Vale do Rio Doce querem a "estatização" de um banco quebrado<sup>68</sup>”.

Em praticamente todos os documentos onde trata da especulação, dos juros, Mercadante critica o papel negativo do capital financeiro, do *cassino* globalizado, e por conta disso é que sua estratégia alternativa passa pela sua regulamentação legal.

O nosso objetivo, na investigação a seguir, passa pela seguinte indagação: Mercadante propõe ou concebe algo mais profundo contra os movimentos destrutivos do capital financeiro, que vá além do seu regramento institucional? (seção 2.1). No caso de seu diagnóstico/proposta se dar, basicamente, no campo da regulação do mercado (mercado oligopolizado), o que pretendemos é investigar até que ponto aquele autor concebe que se possa sair da crise, como sociedade, gerando um desenvolvimento nacional sustentado, com distribuição de renda, educação e saúde para todos, preservando-se, mantendo-se intacta, a integridade patrimonial do capital financeiro e ao mesmo tempo regulando-o e estimulando o capital produtivo (seção 2.2).

Em síntese, investigaremos se o entendimento de Mercadante é o de que seria possível (ou não) uma “economia solidária” (sic), que seja pactuada com bancos e sistema financeiro internacional, estabelecida pela via da regulação institucional do capital fictício e conseqüente

---

<sup>68</sup> Mercadante, *FHC2* ? Folha de São Paulo, 20 agos. 1995.

indução dos investimentos produtivos. E mais: em que termos ele concebe aquela regulação, como imagina sustentá-la.

## **2.1. CAPITAL FINANCEIRO: ALCANCE DA CRÍTICA**

Diante dos problemas do capital especulativo contra a sociedade e a economia produtiva em geral, e desde os dados pesquisados no Cap.1, já sabemos que Mercadante propõe basicamente disciplinar aquele capital.

A crítica de Mercadante ao mercado, ao capital financeiro, assim como a perspectiva histórica que concebe, de “regulação democrática do mercado”, parece estar vinculada a um questionamento ao que Mercadante entende como planejamento centralizado, assim como às estatizações.

Crítico às sociedades que adotam políticas neoliberais, estruturadas na “supremacia do mercado”, na não regulação política do mercado numa perspectiva de “economia solidária”, Mercadante, ao mesmo tempo, combate, por exemplo, o “planejamento centralizado” que ele diz ter havido na URSS. Entendendo que o que existia na URSS era pura e simplesmente “planejamento centralizado”, Mercadante postula que o plano (o planejamento centralizado) é uma proposta historicamente falida e que “estatizar foi um equívoco histórico”. Em troca, propõe um “mercado regulado politicamente”, o que, na prática, corresponde a um projeto de desenvolvimento nacional fundado na regulação de multinacionais e dos grandes grupos financeiros privados, os quais, como é sabido, e diga-se de passagem controlam os setores decisivos de uma economia como a brasileira (ressalvo que Mercadante não coloca seu projeto naqueles termos de controlar multinacionais, etc., mas nos moldes de uma “regulação do mercado”; entretando, é um fato que Mercadante é consciente de que se trata de um mercado oligopolizado, tanto para o lado da indústria, controlada por grandes corporações transnacionais, quanto do capital financeiro).

“O mercado como espaço de relações de troca, de regular demanda e oferta, é muito ágil. Acho que poderá ser substituído, por exemplo, por uma rede informatizada de planejamento muito lá no futuro. Hoje, passa pelo mercado



qualquer economia de transição para a sociedade socialista. Estatizar foi um equívoco histórico”.

“Agora, temos que pensar um mercado regulado democraticamente e orientado socialmente. O mercado concentra renda, riqueza e poder. Promove desigualdade e injustiça. Não repõe o capital social básico; educação, por exemplo. Ele não pode ser um projeto de sociedade e de nação. Temos que pensar um espaço de mercado subordinado a um projeto político, aos interesses públicos e gerais da sociedade”<sup>69</sup>.

Mercadante critica o planejamento centralizado duas razões explícitas. Por um lado, porque a experiência histórica (URSS, por exemplo) teria desautorizado ou, no mínimo, posto em suspeita o planejamento centralizado. Teriam sido “muito pouco exitosas” as experiências desse tipo, do plano. Por outro, porque este não é capaz de manejar de forma satisfatória a tecnologia moderna. Em suma, o plano estaria historicamente sob questão, ao contrário do “mercado”, já que este sobreviveu e historicamente, em última instância, é quem regula. Mercado e regulação política do mercado parece ser o binômio ao qual recorreria um “projeto democrático e popular”.

“A pergunta que eu faço é a seguinte: por que, nos anos 70 a 80, o sistema de planejamento centralizado fracassou? Não foi capaz de incorporar a terceira revolução industrial e todo o processo de modernização da estrutura produtiva. Uma das características centrais das novas tecnologias é a agilidade nas decisões. A sociedade do futuro é uma sociedade mais rápida. Os sistemas mais lentos ficam para trás. A nova estrutura tecnológica vai descentralizando o consumo e deixando de ter produção em massa. O fundamental passa a ser a produção individualizada. A União Soviética tem um imenso patrimônio científico, mas não consegue colocá-lo, de forma empreendedora, no processo produtivo. Quer dizer, a sociedade do futuro é rápida, é uma sociedade do saber e do conhecimento. Quem não tiver capacidade de produzir saber e conhecimento não tem lugar no século XXI. Mas não basta ter saber e conhecimento. Tem que ter possibilidade para fazer com que esta evolução científica se transforme em desdobramento, em evolução tecnológica. Isto passa por capacidade empresarial de decisão de investimento, de risco, de colocá-la a serviço do processo produtivo. Aí, também o sistema de planejamento centralizado fracassa”<sup>70</sup>.

“O mercado sobreviveu a 70 anos de tentativa de construção do plano na União Soviética. Em última instância é o mercado quem regula. Nós não podemos permitir que o mercado tenha essa supremacia e esse papel de organizar todas as relações sociais, e ainda mais o mercado com essas

<sup>69</sup> Mercadante, *O mercado no capitalismo*, Utopia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, p.3-4, out./nov. 1991. Grifo nosso.

<sup>70</sup> Mercadante, *O mercado no capitalismo*, Utopia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, out./nov. 1991. Grifo nosso..

características, monopolizado, oligopolizado, financeirizado, desnacionalizado, com as quais nós estamos convivendo”<sup>71</sup>.

“A China, com um PIB semelhante ao brasileiro (US\$329 bi) e um PIB per capita dez vezes inferior ao nosso (apenas US\$238 em 1990), ainda que distribuído com grande justiça social, se vê confrontada com os espantosos valores das economias vizinhas: no Japão, US\$3 trilhões de PIB anual ; em Hong-Kong, que será incorporada em 1997 à China, um PIB per capita de US\$ 15 mil. Um confronto, portanto, com padrões de produção e consumo que efetivamente questionam os pressupostos do sistema de planejamento centralizado”<sup>72</sup>.

Não constam de seus textos, polêmicas com um outra concepção, ou seja, com aqueles autores que criticam o burocratismo da ex-URSS por um lado, mas SEM deixarem de valorizar a necessidade do plano, do planejamento econômico centralizado e democrático por outro. Entretanto, a ênfase de Mercadante a determinadas virtudes do mercado (espaço de trocas, determinante em “última instância”, etc.), aliada à defesa do disciplinamento político de um mercado “socialmente orientado”, são por demais esclarecedores da perspectiva em que ele se coloca. Ou em outras palavras: podem ajudar a elucidar, em parte, a natureza da sua crítica ao neoliberalismo.

Coerente com esse pressuposto da superioridade do mercado (desde que regulado “em função dos interesses públicos da sociedade”), Mercadante faz uma espécie de balanço da fase de Estado *desenvolvimentista* no Brasil afirmando que também aqui faliu ou esgotou-se historicamente o projeto de um Estado promotor da industrialização e da substituição de importações. Também neste caso, o autor parece “reabilitar” o mercado ou, em outras palavras, passa a conceber, como alternativa, um Estado menos intervencionista na economia, um Estado que essencialmente (e no máximo) se coloque como regulador e coordenador do mercado. Não ficará muito claro, pela sua argumentação, se o maior problema residiu no uso privado do Estado pela “burguesia desenvolvimentista” ou na presença do próprio Estado no setor produtivo, neste caso, talvez e/ou presumivelmente, extrapolando suas atribuições “normais”, regulatórias. Vejamos Mercadante textualmente.

“O processo de industrialização por substituição de importações utilizou instrumentos de política econômica como as reservas de mercado, subsídios e incentivos fiscais e financeiros à indústria nascente e foi impulsionado pelo setor produtivo estatal. O Estado, além de assegurar a infra-estrutura básica

<sup>71</sup> Mercadante, Depoimento, São Paulo, 18 jun. 1998.

<sup>72</sup> Mercadante, *China-socialismo e mercado*, Folha de São Paulo, 12 fev. 1992. Grifo nosso.

ocupava o papel empresarial nos segmentos da indústria pesada que o grande capital internacional não tinha interesse e o nacional não tinha condições de inserir. A fragilidade do padrão de financiamento aos investimentos, profundamente dependente do endividamento externo e público, gerou recorrentes processos inflacionários”. (...)”As condições históricas que viabilizaram esse modelo estão exauridas e os países latino-americanos são brutalmente pressionados pelas novas regras de comércio exterior impostas pela OMC e pela ofensiva da agenda neoliberal em múltiplos planos <sup>73</sup>”.

Ainda referindo-se aos “regimes populistas” da América Latina, Mercadante argumenta:

“Esse período da história latino-americana acabou. Sobreviveu mais de 50 anos, mas se esgotou. O nacional-populismo continua influenciando o discurso e a prática de setores políticos, mas sem a representatividade social e a expressão política que tiveram no passado. O corporativismo, o protecionismo no comércio exterior e as estatais são, em muitas situações, a contrapartida ao neoliberalismo, nos moldes do modelo de desenvolvimento que foi decisivo para a industrialização do continente, mas encerrou seu ciclo histórico <sup>74</sup>”.

Ou ainda:

“A articulação de qualquer nova estratégia de crescimento teria que enfrentar a *crise do Estado brasileiro*, que cumpriu tarefas decisivas ao longo da história econômica recente; como promover o crescimento, administrar os ciclos econômicos, articular o financiamento da produção, definir os parâmetros da inserção da economia no capitalismo internacional e disciplinar a política de rendas. Este "Estado-Desenvolvimentista" se exauriu, agigantou-se e está marcado por uma lógica corporativa e cartorial, que continua servindo clientelisticamente ao grande capital, mas é absolutamente incapaz de definir novos horizontes de crescimento e gerir de forma consistente a política econômica <sup>75</sup>”.

“O chamado "nacional-desenvolvimentismo” pretendia impulsionar a "economia periférica" a partir do processo de "substituição de importações" para constituir uma industrialização integrada, com prioridade para o mercado interno. O Estado também aqui cumpria o papel fundamental de investir no setor produtivo, na produção de insumos, na constituição da infra-estrutura básica, na centralização do esquema de financiamento e na articulação dos pacotes de investimentos, amparado por um conjunto de forças políticas, populistas, antiimperialistas de esquerda, nacionalistas conservadoras.

<sup>73</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, Campinas, Unicamp, 1988, p.135.

<sup>74</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, Campinas, Unicamp, 1988, p.136.

<sup>75</sup> Mercadante, *Armadilha neoliberal*, em Teoria & Debate, no.10, p. 6-9, abr./maio 1990.Grifo nosso.

Mercadante também vai referir-se à ditadura militar, que marcada pelo binômio "segurança nacional e desenvolvimento" determinou claramente a concepção geral do papel do Estado na economia. Um Estado ativo, que alavanca o investimento, intervém diretamente na produção e faz as vezes do capital financeiro, um "Estado Desenvolvimentista"<sup>76</sup>.

De uma maneira geral, Mercadante parece criticar o Estado *desenvolvimentista* por favorecer oligarquia e por seu caráter cartorial, de Estado pilhado por interesses privados, mas neste caso temos uma questão adicional. Vejamos. Por um lado, Mercadante parece colocar-se crítico a um Estado (o *desenvolvimentista*, o ditatorial, e o neoliberal) que “serve clientelisticamente ao grande capital”, que estimula o empresariado. No entanto, vai propor no seu (Mercadante) projeto de desenvolvimento nacional, de “economia solidária”, justamente o estímulo a certo empresariado, ao grande capital (ver seção 2.2). Nesta nova perspectiva não teríamos mais o Estado empresarial da fase “estatista”, mas continuaria sendo necessário um Estado que direcionasse apoio e estímulo financeiro para uma parte dos capitalistas. (Aqui não estamos discutindo o mérito da questão). É importante registrar, por outro lado, que aquele ponto (Estado-empresariado) não será bem esclarecido ao longo dos seus textos. Ou seja, exatamente que tipo de Estado e que setores do grande capital Mercadante propõe privilegiar, apoiar. Tampouco chega a formular, aprofundadamente ou de forma mais desenvolvida, sua crítica ao esgotamento do papel do Estado na “crise do modo de substituição de importações”, ou, por exemplo, a respeito da questão do “Estado intervindo diretamente na produção”, dentre outras pertinentes a esta investigação.

Mercadante propõe outra concepção para se alcançar o objetivo de regulação do mercado: na contramão do neoliberalismo, pretende trazer o mercado para uma preocupação social e de crescimento econômico. “Queremos fortalecer instâncias públicas - e não necessariamente estatais - de controle social do mercado e do Estado, como as Câmaras Setoriais, que foram esvaziadas pela equipe econômica por sua visão neoliberal sobre o papel regulador do mercado”<sup>77</sup>, argumenta ele.

Por conta das crises internacionais, esta questão do controle do capital financeiro, “de regulação desse capital, de limites e condicionantes a ele”, tende a “se colocar com muito mais intensidade”, e na forma de “uma agenda para as instituições multilaterais e para as

---

<sup>76</sup> Mercadante, *Armadilha neoliberal*, em Teoria & Debate, no.10, p. 6-9, abr./maio 1990. Grifo nosso.

<sup>77</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, Campinas, SP, Unicamp, 1998, p.131-167.

nações” ; aqui Mercadante menciona mecanismos “de taxaço, mecanismos de quarentena”<sup>78</sup>. E aposta que “vão surgir mecanismos de limite desse capital financeiro, que envolvem políticas concertadas internacionais, acho que essa pauta lentamente vai se colocar, vão surgir mecanismos”. Mercadante não chega a destacar - em qualquer dos seus documentos - perspectivas de nacionalização, muito menos de confisco patrimonial (proposto por exemplo, por Chesnais) como um desses mecanismos, e explica que essa sua postura (no caso, mais tendente ao regulacionismo) decorre de que “as experiências históricas que tivemos até agora foram muito pouco exitosas ao longo do tempo”.

Pensa muito mais na direção de que temos que “buscar defender mecanismos de proteção nacional e regional com muito mais rapidez”, e adotar uma política econômica que “dependa cada vez menos da poupança externa e do capital financeiro especulativo”<sup>79</sup>.

Voltemos a recuperar os termos em que Mercadante formula sua crítica contra o desregramento do capital financeiro e postula seu controle institucional.

“O mercado concentra riqueza, renda e poder. O mercado promove a desigualdade, e a sociedade não se pode organizar tendo apenas o lucro como seu grande objetivo. Nós precisamos de uma nova discussão entre ética econômica e política. O mercado precisa de uma força superior que regule os limites que é a política, a defesa dos interesses públicos”.

“Por isso, cabe ao Estado regular o mercado. Primeiro, queremos um mercado regulado e, segundo queremos um mercado orientado socialmente, que seja impulsionado para atender às imensas demandas populares”<sup>80</sup>.

Em discurso onde propõe pautas programáticas para tirar o Brasil do atraso, Mercadante quer - ao lado da taxaço das grandes fortunas, da democracia, da retomada de investimentos estatais em infra-estrutura - “junto com isso a regulação política do mercado, para que este venha a atender aos interesses públicos.

“Esse Estado que repensa a relação com o mercado, de uma forma criativa, voltada para a realidade histórica em que estamos, é que será capaz de implantar um novo padrão de desenvolvimento. E esse Estado tem de promover uma reforma patrimonial em si mesmo, mas também na sociedade”<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> Mercadante, Depoimento, São Paulo, 18 jun. 1998

<sup>79</sup> Mercadante, Depoimento, São Paulo, 18 jun. 1998. As citações deste parágrafo são deste depoimento.

<sup>80</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p. 7020, 22 maio 1991. Grifo nosso.

<sup>81</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p.7020, 22 maio 1991.

Portanto, Mercadante postula, frente às crises atuais e vindouras - “crises cíclicas”, “ciclos de queima”- do capital fictício, a “regulação desse capital, limites e condicionantes a ele” (Ver Capítulo 1).

E há momentos em que Mercadante reconhece que o próprio sistema já está criando formas de auto-proteção, mecanismos que permitam que as crises tornem-se limitadas. Seriam “redes de proteção” coordenadas sobretudo pelos EUA, através das quais “o capitalismo consegue isolar as crises regionalmente e absorver em outras áreas o impacto e portanto (a crise, GD) acaba tendo uma intervenção geral mas desigual em termos de intensidade”<sup>82</sup>.

Crítico ao FMI, Mercadante não reconhece nele aptidão para aquele papel de disciplinamento do capital financeiro internacional. Neste caso, prefere apostar em saídas regulatórias que sejam fruto de acordos entre o capital financeiro e os Estados mais fortes do mundo, o G-7. Referindo-se à ineficácia do FMI na crise asiática de 1997, Mercadante propôs que o G-7 e o capital financeiro interviessem para evitar que a crise se agravasse.

“O FMI, mais uma vez, se revela uma instituição retrógrada e ineficaz, desta vez não possui sequer fundos para amparar financeiramente a região, especialmente em um contexto de agravamento da crise. Apenas uma concertada ação do G7 com participação ativa do sistema financeiro privado internacional pode evitar um perigoso agravamento da crise com gravíssimas implicações internacionais”<sup>83</sup>.

Portanto, vale repetir, o grau de controle (ou de auto-proteção) que o sistema já consegue no sentido de circunscrever crises - que, de outra forma, seriam globais -, é uma das dimensões da regulação concertada que Mercadante concebe. Neste caso, como foi dito, coordenada e concertada em termos dos EUA, do G-7, do imperialismo.

Ainda como modalidade de regulação do mercado, Mercadante menciona, algumas vezes uma espécie de medida de *quarentena* (provavelmente um período mínimo a que o capital internacional seja obrigado a permanecer no país).

“Também são necessárias medidas de quarentena para o ingresso do capital financeiro internacional, que diminuam a fragilidade da economia em relação

<sup>82</sup> Mercadante, Depoimento, São Paulo, 18 jun. 1998. Ver citações a respeito no Cap.1 (seção 1.1).

<sup>83</sup> Mercadante, *Reencontro com a crise?*, Folha de São Paulo, São Paulo, 11 jan. 1998, p.2-4. Grifo nosso.

à volatilidade do capital disponível. A mudança de rota na política cambial e no comércio exterior poderá aliviar a política monetária e permitir ao longo do processo uma substancial redução das taxas de juros”<sup>84</sup>.

“A opção pelo neoliberalismo tardio, ou seja, de consolidar o ajuste neoliberal após o fracasso da experiência no México, Argentina e outros países da região, é uma irresponsabilidade histórica na qual o governo FHC parece querer insistir. Ainda há tempo para reverter esse quadro, estabelecendo uma política de rendas negociada, ativando as câmaras setoriais, revendo a política cambial e promovendo uma racionalização da abertura comercial, acompanhada de critérios para entrada de capitais externos, como o regime de quarentena do Chile”<sup>85</sup>.

Contra a “lógica marcada pela marcha da insensatez neoliberal”<sup>86</sup>, Mercadante propõe que o país “migre lenta e seguramente do câmbio fixo, (além de) promover a reforma fiscal e tributária e construir uma política de rendas negociada, acionando as câmaras setoriais para viabilizar uma estabilização monetária que não desestabilize a produção, incluindo um período mínimo de quarentena como o Chile já exigiu no passado”<sup>87</sup>.

No conjunto da documentação pesquisada, não fica esclarecida a natureza e a formatação dessa *quarentena*, a qual, evidentemente, faz parte da idéia regulatória geral de Mercadante, ou seja das leis e regras institucionais às quais o capital financeiro teria que enquadrar-se<sup>88</sup>.

Vale destacar, em tudo isso, e mais uma vez, o pressuposto de Mercadante de que tanto uma política industrial rumo a uma “economia solidária”, quanto um Estado “coordenador estratégico” daquela política e da nova economia, seriam presumivelmente alcançados pactuadamente, através de um acordo político com os agentes econômicos -leia-se, com os “mercados financeiros”-, acordo esse que fundamentalmente preserva a comunidade financeira como ela é, oligopolizada, concentrada e obviamente privada.

E aqui já procuraremos situar o pensamento de Mercadante dentro da seguinte perspectiva: até onde vai sua crítica com relação ao capital financeiro?

<sup>84</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, Campinas, Unicamp, 1998, p.131-167. Grifo nosso.

<sup>85</sup> Mercadante, *A nova fase do Real*, Folha de São Paulo, 26 jun.1995. Grifo nosso.

<sup>86</sup> A mesma marcha que permitiu total liberdade ao capital especulativo no México, atraído por taxas de juros bem superiores às dos EUA, e pela desregulamentação do sistema financeiro mexicano. E que levou à *quebra* do México quando este tentou uma desvalorização do peso (os capitais externos fugiram).

<sup>87</sup> Mercadante, *México e a marcha da insensatez neoliberal*, Folha de São Paulo, 5 fev. 1995, Lições Contemporâneas. Grifo nosso.

<sup>88</sup> “São necessárias medidas de quarentena para o ingresso do capital financeiro internacional, que diminuam a fragilidade da economia em relação à volatilidade do capital disponível”, *O Brasil pós-Real*, Campinas,

Não há textos de Mercadante que apontem, mesmo que seja a título de reflexão ou de estratégia, numa direção de efetiva ruptura com o poder do grande capital financeiro. (Na medida em que existam forças políticas para tal ruptura). Sua postura com relação a dívida, com os investimentos estrangeiros, com a “comunidade financeira”, com os credores, com o pagamento da dívida e até com relação aos condicionantes para uma redução da taxa de juros, são esclarecedores a esse respeito.

Considerações, mesmo que em perspectiva, sobre o não-pagamento da dívida externa ou interna ou algo que fira os interesses patrimoniais da grande banca não constam das análises de Mercadante (apenas um documento de 1991, um discurso parlamentar chega a falar em suspender pagamento<sup>89</sup>). Nacionalização do sistema financeiro no País, moratória da dívida externa, reestatização de cada grande empresa estratégica privatizada e medidas nesses moldes (isto é, neste grau de ruptura com relação ao capital especulativo), não chegam a ser consideradas, ainda que em termos futuros, estratégicos ou programáticos. Ou mesmo de reflexão histórica, por exemplo, sobre as chances do Brasil evoluir a “economia solidária” pagando, ao mesmo tempo, dívidas monumentais<sup>90</sup>. Provavelmente porque sua crítica ao capital financeiro, neste caso, evolui dentro de limites e perspectiva bastante estreitos.

---

Unicamp, 1998, p.164.

<sup>89</sup> “De outro lado, o Governo se apressa a assinar um acordo com o FMI e a pagar os serviços da dívida externa, achando que com isso voltaremos a receber capital externo para financiar o desenvolvimento. Ora, não haverá poupança externa, como não houve nos anos 80, quando o Brasil transferiu nada menos do que 4,5% do PIB, como transferência líquida de capital para o exterior. Temos de colocar um novo marco de renegociação: o Brasil tem de manter suspenso o pagamento da dívida externa, realizar uma auditoria dessa dívida e exigir uma negociação política maior para que possamos, como outras nações, exigir o cancelamento de parte dela” (Mercadante, discurso, Diário do Congresso Nacional, p. 7020, 22 maio 1991. Não mais voltaria a retomar ou fundamentar essa postura, mesmo que analiticamente; o que aparecem são críticas e manifestações de indignação com relação ao peso da dívida sobre a economia nacional.

<sup>90</sup> Mercadante reconhece que tais dívidas e a velocidade do seu crescimento são colossais.

“A dívida mobiliária da União, que era de R\$ 65 bilhões quando FHC assumiu o ministério, já atingiu R\$ 187 bilhões! A privatização da Vale abateu um pouco mais que 1% do estoque da dívida” (Mercadante, *As inconsistências do plano*, Jornal do Brasil, 7/8/1997, p.10). A dívida pública é gigantesca. A venda da Vale não abate nem 1% da dívida líquida: “não há patrimônio público disponível para acompanhar a velocidade do endividamento do Estado”, argumenta Mercadante. “A privatização coloca com colherinha o que a taxa de juros está arrancando com pá escavadeira das finanças dos Estados, Municípios e União. Então há uma fragilização financeira crescente do setor público” (Mercadante, *As inconsistências do plano*, Jornal do Brasil, 7 agos. 1997, p. 10). Sobre o acordo da dívida, feita pelo governo em 94: “Foi um acordo fechado por um governo fraco, desarticulado e sem força política. Não podemos admitir que ao invés de o Brasil administrar sua dívida, a dívida administre o Brasil. No nosso governo não” (*Mercadante critica exigências de credores*, na Folha, 9-5-94, p.1-5). Grifos nossos.



Em entrevista mais antiga, de 1989, formulando propostas para o Brasil, Mercadante propõe a respeito da dívida interna, negociar “o alongamento do (seu) perfil” e afirma que jamais aplicará o calote da dívida:

“A hiperinflação é uma tragédia que temos de evitar a qualquer custo. A opção é uma alternativa negociada, onde o governo tem de ter muita maturidade para tratar essa questão. Não pode, em hipótese alguma, admitir calote da dívida pública interna, porque isso é quebrar a confiança do mercado no Estado, destruir um elemento fundamental de política econômica. Mas parte desses recursos que hoje estão no *over* é capital de espera, que pode passar por um processo de negociação”<sup>91</sup>.

Aliás, há quem argumente que Mercadante adota posição estratégica em geral francamente contra a moratória. “Mercadante explicou no *Encontro do PT* que não defende a suspensão do pagamento da dívida como há dez anos, porque no novo cenário da “globalização”, a dívida é majoritariamente privada e está pulverizada em milhares de credores, sem um representante que negocie a moratória, como no tempo de Sarney”<sup>92</sup>.

Resumindo, a crítica de Mercadante ao capital financeiro caminha em duas direções. Numa, tende a bater de frente na excessiva dependência nacional do capital especulativo internacional e da poupança externa em geral. O Plano Real encarna essa dependência de forma acabada e na condição de *armadilha* anti-nacional difícil de ser desarmada (mas que é imperativo que seja desarmada, para que se possa combinar estabilidade monetária com desenvolvimento nacional).

Numa outra direção, Mercadante critica o *aberturismo* local e o excesso de liberdade concedido àquele capital volátil internacional. Neste caso critica uma política que NÃO regula o capital financeiro e o “mercado” em geral, de tal forma que o Brasil saia lentamente da recessão econômica e da condição de *cassino* financeiro para uma era de investimentos produtivos, crescimento econômico socialmente orientado e se coloque como internacionalmente competitivo. Não chega a adotar essa mesma ênfase na defesa das estatais e/ou repatrimonialização do Estado em função daquela perspectiva de desenvolvimento. Nem com relação a medidas mais de fundo contra o *cassino* global; sua ruptura com a lógica do cassino global não parece ir além do disciplinamento do mercado. Pode-se presumir por outro

<sup>91</sup> *O PT para empresários*, entrevista de Mercadante a Isto É/Senhor 13 dez. 1989. Grifo nosso.

<sup>92</sup> *Quebrar a especulação*, em *O Trabalho-PT*, órgão da corrente O Trabalho do PT, no.437, 27 de maio a 10 de junho de 1998. Em nenhum documento do próprio Mercadante pudemos checar esse ponto de vista.

lado, em linhas gerais, que o Estado concebido para tocar uma “economia solidária” seria muito mais um indutor, um regulador do desenvolvimento, e bem menos um Estado que se volte, também, para a economia produtiva, como foi mencionado antes.

## 2.2. POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO VIA REGULAÇÃO DO MERCADO E ESTÍMULO AO CAPITAL PRODUTIVO.

Em prosseguimento à crítica de Mercadante ao capital financeiro, pode-se afirmar que ele adota uma outra postura com relação ao capital produtivo. De uma maneira geral, Mercadante postula que um novo governo - que almeje um “modelo de desenvolvimento alternativo” - deve redirecionar os fluxos de capitais, através de outra política econômico-financeira (juros menores e desvalorização gradual da moeda, o que já seria o desmonte da *armadilha* cambial; estímulo ao capital produtivo e às exportações; atração de capital internacional para investimentos diretos; qualificação de mão-de-obra ; ênfase em Ciência&Tecnologia, educação e saúde; para citar metas mais freqüentes em Mercadante) voltada para a produção, para o mercado interno, para o crescimento econômico com ênfase social. E para a “desprivatização” do Estado.

“Para finalizar, o problema central desta estratégia de ajuste neoliberal tardia é que ela é incapaz de compatibilizar estabilidade com desenvolvimento sustentado. O país precisaria acordar da anestesia promovida pelo capital externo especulativo e âncora cambial, para olhar com generosidade para o mundo da produção! Precisamos de investimentos, não de espasmos de consumo movidos pelo endividamento. O desenvolvimento sustentado reivindica mecanismos de poupança interna e um projeto de desenvolvimento nacional”<sup>93</sup>.

“O Brasil precisa se repensar com nação. Resgatar seu imenso potencial econômico para refundar a estabilidade no crescimento acelerado, nos investimentos produtivos, no trabalho do seu povo. A estabilidade não pode ser um fim em si mesma, mas um instrumento para um projeto sustentado de desenvolvimento. Devíamos estar debatendo mecanismos eficazes de aumentar nossa poupança interna, para depender menos do capital especulativo e volátil internacional”<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Mercadante, *A fuga para a frente*, Jornal do Brasil, 5 fev. 1997, p.10. Grifo nosso.

E, dessa forma, “crescer aceleradamente e de forma sustentada”, e “construir um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, soberano e solidário”. “A economia solidária começa com esse compromisso maior de distribuir para crescer e crescer distribuindo”. O mercado interno criaria as escalas necessárias para impulsionar as exportações. “A economia solidária não se opõe à busca da competitividade, mas teria como grande meta enfrentar esse apartheid social e o desemprego em massa”<sup>95</sup>.

No entendimento de Mercadante, o governo fomentaria um ‘planejamento estratégico’ que estimularia o capital industrial competitivo, já presumindo-se que regulamentaria e conteria o capital financeiro internacional dentro de certos limites (em suma: estímulo para o capital que produz, penalidades para o capital parasita).

Mercadante imagina um Estado que não arque com os prejuízos do empresariado, um Estado “desprivatizado” neste sentido.

“A histórica política de nossas elites tupiniquins é de socialização dos prejuízos e privatização dos lucros, como dizia o brilhante Celso Furtado. A desprivatização do Estado é o grande desafio de nossa democracia. A CPI sobre o caso do Econômico é um instrumento extremamente importante para projetar a transparência sobre as sombras que marcam a relação entre o Banco Central e o sistema financeiro”<sup>96</sup>.

Um exemplo atual.

“O Banco Central, depois de uma intervenção desastrosa no Econômico, financia as fusões e aquisições com a generosidade do Proer. Os liberais não se manifestam contra essa intervenção do Estado na economia, mas podemos ter mais de 40 bancos presos no redesconto, e pelo menos uma instituição financeira com um rombo superior a R\$ 3,5 bilhões, todos na fila do Proer”<sup>97</sup>.

Mas em outras ocasiões propõe que o Estado “estimule” setores do empresariado. Não fica claro em que termos se procederá àquele estímulo. O que é possível de se presumir aqui, é que o Estado vai tender a gastar menos com o capital financeiro mas vai, de alguma forma, e em alguma medida, funcionar como ordenador e financiador de setores produtivos

<sup>94</sup> Mercadante, *O centro e a economia solidária*, 19 out.1997. Grifo nosso.

<sup>95</sup> As últimas citações deste parágrafo são do artigo *O centro e a economia solidária*, 19 out.1997. Grifo nosso.

<sup>96</sup> Mercadante, *FHC2 ?* Folha de São Paulo, 20 agos. 1995. Grifo nosso.

<sup>97</sup> Mercadante, *A estabilização e os sem-nada*, Folha de São Paulo, 10 dez. 1995. Grifo nosso.

privados. O Estado , entretanto, será entendido por Mercadante, como um Estado “desprivatizado”.

O conteúdo desta “desprivatização”: o capital financeiro não lucraria através do Estado, relações tipo Banco Central-Estado seriam transparentes, etc. Para ficarmos num exemplo dessa desprivatização: o Estado não adotaria a política de “estatizar” banco *quebrado*. Restam questões em todo caso, de igual relevância: e quanto às colossais dívidas dos usineiros, de empresários ao Estado? E quanto às dívidas interna e externa, continuariam “estatizadas”? Continuariam sendo pagas, refinanciadas porém pagas? O Estado continuaria assumindo seu pagamento (o que equivale a um tipo de “privatização” do Estado) aos bancos<sup>98</sup>? E quanto aos juros altos para remunerar o capital financeiro internacional, seriam mantidos, por exemplo, a pretexto de crises como a asiática ou de instabilidade internacional<sup>99</sup>?

Pode-se presumir, dos textos de Mercadante, que sua resposta a estas perguntas é afirmativa. Ou seja, um Estado alternativo carregaria essa contradição: seria “desprivatizado” num sentido mas continuaria “privatizado” em outro.

Voltemos. Ao proceder ao diagnóstico de que o Estado atual foi *quebrado* pelas políticas, antes as do tipo *desenvolvimentista* e, agora, as do tipo neoliberal, Mercadante aponta, portanto, esta outra perspectiva, ou alternativa de saída para a crise; que o Estado abdicaria de determinadas áreas onde estava (por ele qualificadas de não-estratégicas) e passaria a ocupar-se de criar condições para 1) atrair o capital internacional produtivo e competitivo, e 2) ir resolvendo a grande demanda social, especialmente assegurando educação

---

<sup>98</sup> Mercadante é consciente (consciência passiva, como já foi citado) da gravidade desse endividamento. “Somos um dos grandes devedores do Terceiro Mundo. A relação entre dívida líquida e exportações é a segunda pior de todo o mundo, só perdemos para a Argentina. E entramos em 1995 consumindo mais do que exportamos e estamos financiando o pagamento da dívida externa antiga e o crescimento das importações com mais dívida”(Mercadante, *Crise da Argentina é grave para o Brasil*, Folha de São Paulo, 5 mar.1995) .

<sup>99</sup> Vejamos Mercadante referindo-se à alta dos juros decretada por Fernando Henrique Cardoso em 1997 numa crise de instabilidade internacional ; segundo a Folha, “*naquela crise de 1997, Mercadante concordou com a medida do governo FHC de elevar os juros. "A alta dos juros agravará o atual quadro recessivo da economia", segundo Aluísio Mercadante, ex-deputado federal do PT (Partido dos Trabalhadores). "A medida irá provocar aumento da inadimplência e afetará o sistema bancário, além de causar significativo impacto na dívida pública", avaliou. No entanto, disse Mercadante, no curto prazo esse é o instrumento mais poderoso para enfrentar a fuga de capitais. "Nada é pior do que um ataque especulativo à moeda, cujas consequências para o país são devastadoras" (Explosão dos juros deve empurrar país para recessão, afirmam economistas, Folha de São Paulo, 31 out. 1997, p.2-4. )*.

e saúde pública, ciência e tecnologia, por exemplo, para que a mão-de-obra nacional se torne competitiva nessa nova ordem tecnológica global<sup>100</sup>.

Mercadante menciona petróleo, eletricidade, telecomunicações e minérios como áreas estratégicas. Mas também é escorregadio ao argumentar que empresa estratégica é um conceito relativo, que um setor pode ser estratégico hoje e amanhã, não.

A esse respeito, das estatais, vale observar uma postura que é forte em Mercadante. Seu posicionamento frente às privatizações neoliberais. Embora lamentando a perda de uma *Vale* (Companhia Vale do Rio Doce), por exemplo, mas sua crítica à venda das estatais parece muito mais ser motivada por razões singulares (quase de circunstância). Ela vem fortemente carregada da seguinte matriz: privatizar estatais é um problema porque inclui corrupção, porque é um mau negócio (inclusive no sentido de que não permite cobrir a dívida) ou porque não vem vinculada a uma política industrial; ou mesmo porque substitui-se um monopólio público por outro privado. Vejamos Mercadante.

Em artigo escrito com Guido Mantega, ele critica as privatizações por serem “sem critérios e sem política industrial”<sup>101</sup>:

“Critiquei a quebra do monopólio estatal em setores estratégicos. Fui criticado por Tasso Jereissati, que defendeu a revisão e a quebra do monopólio em todos os setores. Afirmo que nós não somos contra a privatização de empresas estatais não-estratégicas e fiz duras críticas ao programa de privatização, afirmando que era um grande negócio para quem comprava e um péssimo negócio para quem estava vendendo, que estava substituindo, em alguns segmentos, o monopólio do Estado pelo monopólio privado, além de não estabelecer qualquer relação com uma política industrial setorial”<sup>102</sup>.

Vale citar outros argumentos de Mercadante a respeito deste mesmo ponto:

“O impacto fiscal e cambial da privatização é residual, equivalente a um mês dos juros da dívida pública ou ainda alguns poucos meses de déficits no balanço comercial. A *Vale* tem possibilidades de alavancar empréstimos

<sup>100</sup> Naturalmente existe uma espécie de nova ordem tecnológica internacional. O que, entretanto, não é característico de Mercadante é qualificar essa (*nova*) ordem internacional como, acima de tudo, capitalista. Obviamente, ele tem consciência de que a economia brasileira é de natureza capitalista. É frequente, no entanto, que ele procure qualificá-la a a partir da terceira revolução tecnológica, dos novos paradigmas técnicos, etc. Embora não se trate de tema desta pesquisa mas alguns pensamentos seus parecem sugerir algo assim. Em outras palavras, não aparece muito claro - aqui vai a nossa opinião - que a chamada revolução tecnológica só se constitui num problema social porque é controlada pelo capital, por exemplo. E ele gira sempre em torno dos marcos genéricos do “neoliberalismo”. Voltaremos a este ponto no Capítulo 4.

<sup>101</sup> Mercadante, Aloízio, e Mantega, Guido, *Monetarismo enraivecido*, Folha de São Paulo, 7 abr. 1990.

<sup>102</sup> Mercadante, *Washington e Vigário Geral*, Folha de São Paulo, 17 out. 1993. Grifo nosso.

externos e atrair investimentos muito superiores aos valores da privatização”<sup>103</sup>.

“A privatização é a base de negociação com os grandes credores internos e externos, onde se pretende trocar títulos de dívidas de altíssimo risco por patrimônio público”<sup>104</sup>.

“Nós devemos manter o controle do Estado sobre os setores estratégicos, particularmente o petróleo, e não encaminhar a quebra do monopólio público ou privatizar empresas estratégicas exatamente no momento de queda da Bolsa, instabilidade financeira e imensos riscos na economia internacional”<sup>105</sup>.

“A recomposição da capacidade financeira do Estado não está em trocar estatais por títulos da dívida externa, não está simplesmente em privatização de empresas estatais. Aceitamos também a tese de que o debate sobre o papel das empresas estatais não deve ser ideologizado, simplificador, de quem é a favor ou contra a estatal ou a privatização. Temos que definir o que é estratégico para o desenvolvimento - e às vezes o estratégico são novos setores da economia. O Estado pode e deve se deslocar para novas prioridades estratégicas. Mas isso tem que ser feito paralelamente a profundas reformas estruturais, como é o caso do imposto solidariedade, do imposto sobre grandes fortunas, da reforma agrária com uma política industrial que entenda que a modernidade não é comprar um carro de luxo, mas diminuir a fila do ônibus; não é importar uma máquina moderna, é gerar capacidade de produzir novas tecnologias na sociedade”<sup>106</sup>.

Em suma, a crítica à privatização de estatais, não é formulada por questão de princípio, ou coisa no gênero, mas fundamentalmente por se tratar de um mau negócio, ou por não serem ligadas a um projeto de desenvolvimento, ou porque a venda das estatais não permite saldar a dívida, etc. Retomemos outros argumentos de Mercadante.

“Preocupa-nos a concepção de privatizar aceleradamente o patrimônio público para promover operações de conversão da dívida interna da União. É inaceitável liquidar empresas públicas nessas condições, porque isso não resolverá, absolutamente, o problema do endividamento interno, sequer resgatará 5% do total da dívida pública interna”<sup>107</sup>.

Crítica “uma política que desembocará no desmonte do setor produtivo estatal, que poderá dar algum fôlego fiscal e cambial ao governo com privatizações selvagens, mas que é

<sup>103</sup> Mercadante, *Vale, um leilão chamado Brasil*, Folha de São Paulo, 9 mar. 1997. Grifo nosso.

<sup>104</sup> Mercadante, *Armadilha neoliberal*, em *Teoria & Debate* no.10, p.6-9, abr./maio 1990.

<sup>105</sup> Mercadante, *México e a marcha da insensatez neoliberal*, Folha de São Paulo, 5 fev. 1995. Grifo nosso.

<sup>106</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p. 7020, 22 maio 1991.

<sup>107</sup> Idem, Diário do Congresso Nacional (Seção I), p. 8149, 28 abr. 1993. Grifo nosso.

incapaz de recuperar a capacidade de investimento ou apontar para qualquer projeto de desenvolvimento”<sup>108</sup>.

“A quebra dos monopólios estatais e as privatizações de empresas estratégicas aparecem como tábua de salvação do Plano Real. Uma aposta de alto risco. Os juros, os subsídios financeiros direcionados a setores envolvidos com inadimplência sistêmica como a agricultura e a própria recessão impõem uma deterioração muito rápida e profunda nas finanças públicas. As privatizações não deverão ter o impacto cambial e fiscal que o governo precisa para equacionar o balanço de pagamento, sanear as finanças públicas e alavancar os investimentos”<sup>109</sup>.

“Há também preocupação com o rumo das privatizações, que têm sido grande negócio para quem compra, mas péssimo negócio para quem vende - o Brasil - sobretudo porque estamos substituindo, em alguns setores, o monopólio do Estado pelo monopólio de algumas empresas, como é o caso da Odebrecht na petroquímica e do Banco Bozano Simonsen no setor siderúrgico”<sup>110</sup>.

Em poucas palavras, pode-se dizer que Mercadante critica o governo por privatizar estatais produtivas, mas que sua crítica é centrada muito mais na forma, no seu caráter *selvagem* ou no fato do governo não apontar alternativa desenvolvimentista, do que na necessidade *sine qua non* daquelas estatais para o país, para o desenvolvimento nacional (certos autores, inclusive nacionalistas como Vidal (1987; 1997), partem do princípio de que é simplesmente inviável pretender desenvolvimento nacional progressista SEM elas). Ocasionalmente, Mercadante chega a mencionar que uma *Petrobrás* ou a *Vale* seriam uma “contribuição decisiva” para o Brasil se inserir “competitivamente” no mundo, desenvolver-se como país<sup>111</sup>, mas em regra, sua crítica às privatizações não parte deste pressuposto e sim daqueles acima citados.

Talvez isto tenha a ver com o tipo de Estado que conduziria uma “economia solidária”, alternativa ao Estado desenvolvimentista e ao Estado neoliberal, um Estado cujo intervencionismo econômico seria essencialmente nos itens de regulação e controle.

<sup>108</sup> Mercadante, *A nova fase do Real*, Folha de São Paulo, 26 jun. 1995. Grifo nosso.

<sup>109</sup> Mercadante, *Feliz ano velho*, Jornal do Brasil, 1 jul. 1995.

<sup>110</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p.210216, 30 set. 1993. Grifo nosso.

<sup>111</sup> “O Brasil, ao contrário de toda a América Latina, ainda possui empresas estratégicas, com capacidade técnica, financeira e organização para operar nacional e internacionalmente e contribuir decisivamente para a articulação de um projeto nacional de desenvolvimento e com a inserção competitiva do país, como são a Vale do Rio Doce, Petrobrás e Telebrás. O que cada uma destas empresas precisa é de liberdade operacional que preserve a racionalidade econômica, articulada ao resgate de seu caráter público, através de mecanismos que assegurem transparência do controle social e democrático” (Mercadante, *O neoliberalismo tardio*, Folha de São Paulo, 30 abr. 1995).

Parte essencial da via alternativa para uma saída da crise, vai estar na inversão de papéis, segundo a qual o Estado passaria a ser um estrategista<sup>112</sup> em termos de política industrial, agrícola e financeira e procederia como regulador do mercado, desarticulador da *ciranda* financeira. Não chega a ser ênfase de Mercadante que o Estado deva ter consigo tais e tais estatais (ou reavê-las, reestatizá-las), como condição indispensável para alavancar desenvolvimento econômico.

Frente ao fato tomado como consumado das privatizações, diante das quais adota postura complacente, Mercadante concebe um Estado que regule determinadas

“propostas de parcerias com o capital privado para alavancar o investimento público na infra-estrutura do país. Nesse sentido, é fundamental rediscutir a regulamentação dos setores em que foram quebrados os monopólios públicos, e na maioria das vezes substituídos por monopólios privados. É necessário superar a aparente unanimidade simplificadora do discurso neoliberal em torno das privatizações. Uma nova lei de concessões é decisiva para permitir que o Estado mantenha seu papel de regulação e controle”.

“Administrar preços, qualidade dos serviços e assegurar os investimentos estratégicos nos setores privatizados exige a constituição de mecanismos de regulação que não podem estar atrelados à tradição anglo-saxônica de pequenos comitês nomeados pelo Executivo”<sup>113</sup>.

Resta saber qual seria o comportamento do poderoso capital - capital em crise - que controla crédito, indústria e o grande comércio no Brasil, uma vez colocado diante de um Estado que pretenda executar “regulação e controle” sobre aquelas frações monopolísticas, elas sim, controladoras das alavancas decisivas da economia local. Em troca de que vantagens aceitarão um pacto desfavorável à especulação? Não há uma discussão a esse respeito ao longo da extensa documentação de Mercadante .

A perspectiva de política econômica a que Mercadante se propõe é a de um patamar e uma era de investimentos produtivos, de menos desemprego, juros mais baixos, maior

---

<sup>112</sup> Embora não seja esta a terminologia adotada por Mercadante, me parece pertinente afirmar que, passaríamos a contar - no caso de um governo alternativo tal como imaginado por Mercadante- com um Estado *desenvolvimentista* de novo tipo, um Estado que se retira de certos ramos da economia, que deixa de subsidiar setores ‘cartoriais’ do empresariado, mas passa a subsidiar setores, agora sim, competitivos e ‘globais’ do empresariado e, ao mesmo tempo, prioriza a demanda social e a qualificação de mão-de-obra para as novas tecnologias, agora na condição de um Estado “mais leve”, com bem menos estatais, e um Estado normativo, que regula concessões e regramento para o setor privado. Repito que esta não é a linguagem de Mercadante, mas há elementos que sugerem que seu pensamento evolui nesta direção em alguma medida. Por outro lado ele jamais estará preocupado com a internacionalização da economia brasileira.



capacidade de exportação. Tudo isso, repito, estimulado e induzido pelo Estado. De uma maneira geral: controle político do mercado, induzindo-o a comportar-se segundo os moldes de uma “economia solidária”<sup>114</sup>. O Estado num processo democrático e popular teria um papel de “coordenador de políticas”.

“O nosso caminho não é o neoliberalismo. O mercado, por si só, não organiza uma sociedade composta de 150 milhões de pessoas. Se temos de conviver com o mercado, precisamos ter um mercado regulado: orientado socialmente, com um Estado que assegure os interesses das maiorias populares”<sup>115</sup>.

Em suma, um Estado cuja estratégia concilie demandas sociais colossais com a existência mesma de um mercado que Mercadante reconhece oligopolizado.

Perguntado sobre a questão de maior ou menor tamanho do Estado num projeto democrático e popular, Mercadante analisa que

“há essa visão porque o centro desse debate é a polarização em dois grandes projetos políticos : um , neoliberal, a idéia de que o mercado organiza a Nação. Nós nos opomos a essa visão de mundo. A modernidade passa exatamente pelo contrário disso. Todas as experiências que estão dando certo em termos internacionais exigem a participação do Estado, a coordenação de políticas, o planejamento estratégico. E esse é o papel do Estado moderno, do novo Estado. Portanto, defendemos o papel do Estado, defendemos o Estado. Mas não o Estado que está aí. Defendemos uma profunda reforma do Estado”<sup>116</sup>.

“Queremos reformar o Estado, mais do que isso, queremos refundar o Estado, alargar a cidadania, aprofundar a democracia e criar condições para que o Estado retome investimentos na infra-estrutura, realize políticas sociais e alavanque o crescimento econômico”<sup>117</sup>.

Mercadante propõe, dentro disso, que o Estado induza o mercado no sentido de uma inversão de fluxo de capitais, buscando atrair capital produtivo internacional para que a economia brasileira se torne competitiva, dotada de alta tecnologia, capaz de competir na globalização produtiva em curso.

<sup>113</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, Campinas, Unicamp, 1998, p.165.

<sup>114</sup> Quando se refere a uma alternativa - em termos de sociedade ou de política econômica -, Mercadante a qualifica de várias formas: “projeto alternativo de desenvolvimento solidário”, “economia solidária”, “novo modelo de desenvolvimento solidário”, “projeto democrático e popular”, “desenvolvimento sustentável com a construção da cidadania”, “desenvolvimento solidário, sustentável e soberano”. Todas elas capitalistas.

<sup>115</sup> Discurso de Mercadante publicado no Diário do Congresso Nacional , p. 1642, de 10 maio 1991. Grifo nosso.

<sup>116</sup> *O PT para empresários*, Isto É/Senhor de 13 dez. 1989. Grifo nosso.

<sup>117</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p. 7020, 22 maio 1991. Grifo nosso.

(...)“A solução da dívida é sobretudo política e exige ousadia histórica. Não se renegocia a dívida com tecnocratas nas mesas internacionais, onde as regras do jogo estão claramente estabelecidas. Mas não basta solucionar o problema da dívida, mesmo porque o desafio é reverter o fluxo de capital do Norte para o Sul, e não apenas reduzir a transferência do Sul para o Norte”<sup>118</sup>.

.Falando sobre investimentos estrangeiros na Bolsa de Valores brasileira, argumenta:

“Queremos um desenvolvimento que impulse o mercado de consumo de massa e para isso precisamos de investimentos - e de investimentos externos. Queremos atrair esse dinheiro e os mercados de capitais são mecanismos para atraí-lo. Mas temos que articular a entrada desse capital ao crescimento econômico, criando fundos de financiamento a longo prazo. Temos que ter competência para atrair esse dinheiro. Caso contrário, ele vai parar em outro lugar do mundo”<sup>119</sup>. (...)

Presumivelmente Mercadante raciocina na mesma direção quando critica o governo brasileiro, em agosto de 1997, por não saber aproveitar a conjuntura econômica internacional “favorável”. “A conjuntura financeira internacional extremamente favorável foi o fator decisivo para a estratégia de estabilização monetária encaminhada pela equipe econômica”. (...)

“Lamentavelmente, estamos perdendo uma conjuntura internacional tão favorável quanto rara e a inércia da política econômica diante destas graves inconsistências macroeconômicas é o caminho certo para o reencontro com o subdesenvolvimento”<sup>120</sup>.

Em outras palavras, embora Mercadante chame a atenção para a crescente concentração e centralização mundial do capital financeiro (inclusive sobre o processo de monopolização da tecnologia, da indústria, do capital produtivo, do comércio, não somente dos ativos financeiros), tende a apoiar-se no grande capital competitivo. Sugere, dentre outras medidas, como foi mencionado, o estímulo ao capital produtivo que aceite operar aqui, sobretudo o mais competitivo. Não me parece necessário tecer maiores considerações para mostrar que esse investimento tenderá naturalmente a ser o grande capital internacional. O próprio Mercadante reconhece que o empresariado nacional não tem cacife para tal escala de investimentos.

“Os atores do setor privado não têm tamanho e escala para competir, os maiores grupos privados nacionais faturam de US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões/ano, em uma economia globalizada onde as empresas competitivas

<sup>118</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p. 7020, 22 maio 1991. Grifo nosso.

<sup>119</sup> Mercadante *critica exigências de credores*, Folha de São Paulo, 9 maio 1994. Grifo nosso.

<sup>120</sup> Mercadante, *As inconsistências do plano*, Jornal do Brasil, 7/8/1997, p.10. Grifo nosso.

estão na escala das dezenas de bilhões. E as privatizações das empresas multinacionais brasileiras, como a *Vale do Rio Doce*, estão acompanhadas pela desnacionalização”<sup>121</sup>.

“Ampliar a base de consumo no país significa também criar uma escala de produtividade e eficiência que alcance o novo patamar de competitividade internacional. Choque de salários não pode ser traduzido em emissão de papel-moeda, mas em aumento da cesta de produtos, redução de custos e aprimoramento de qualidade”<sup>122</sup>.

“O Brasil tem um imenso potencial como nação, se for capaz de combinar a modernização produtiva com o enfrentamento do “apartheid social”<sup>123</sup>. (...) Para a modernização produtiva nacional, Mercadante propõe que o capital nacional tem de ter formas específicas de estímulo e proteção, deve-se construir formas de parceria com o capital externo, que são uma mediação no processo de abertura seletiva da economia, e assegurar a participação do capital estrangeiro, sob condições, para impulsionar o processo de inovação tecnológica e disputar o mercado lá fora”<sup>124</sup>.

O Estado controlador e coordenador de uma política industrial alternativa à neoliberal, agiria no sentido de criar nichos internacionalmente competitivos na economia local.

“A busca de nichos com vantagens comparativas dinâmicas para os setores tecnológicos de ponta, que efetivamente tenham condições de inserção na economia globalizada, não pode se contrapor a políticas de apoio e fomento à economia popular. Formas de financiamento como o crédito solidário, viveiros para micro e pequenas empresas, cooperativas populares, programas de formação e requalificação profissional devem ser impulsionadas e ganhar espaço prioritário na política econômica oficial”.

(...)

“O financiamento público deve estar articulado com uma política industrial, sustentada na reativação das câmaras setoriais e na racionalização da política de comércio exterior de forma a alavancar os investimentos em setores estratégicos, impulsionar as exportações e estimular o progresso tecnológico, a infra-estrutura e a geração de empregos”<sup>125</sup>.

As dificuldades ou impossibilidade histórica desse grande capital internacional (“produtivo”) vir a desenvolver socialmente o Brasil - “induzido” a isso ou não - não é considerada. Assim como as relações xifópagas do capital ‘produtivo’ com aquele capital especulativo internacional. Ou mesmo sobre as concessões financeiras que o Estado teria que fazer para atrair aquele capital.

<sup>121</sup> Mercadante, *Globalização e subdesenvolvimento*, Folha de São Paulo, 6/4/1997. Grifo nosso.

<sup>122</sup> Mercadante, *Câmara setorial e apartheid social*, Folha de São Paulo, 21 fev. 1993. Grifo nosso.

<sup>123</sup> Mercadante, *Washington e Vigário Geral*, Folha de São Paulo, 17 out. 1993. Grifo nosso.

<sup>124</sup> Entrevista de Mercadante a Isto É/Senhor, 3 jul. 1991.

<sup>125</sup> Mercadante, *O Brasil pós-Real*, Campinas, Unicamp, 1998, p. 163. Grifo nosso.

Não há menção de Mercadante que nos possa esclarecer – já que ele pensa em dois capitais – sobre a seguinte questão: o grande capital produtivo vem ou não a ser dependente, hegemônico ou dominado pelo grande capital financeiro? Em regra, não podemos afirmar que sim com base em seus textos. No entanto, seus documentos nos autorizam a afirmar, como já foi dito, que ele pensa em poder disciplinar uma modalidade de capital, o especulativo, por um lado e trabalhar com o capital produtivo por outra.

Outra indagação que pode ser feita: Mercadante chega a considerar, seriamente, o pressuposto de que o fato do credor externo aceitar “alongamento do perfil da dívida” (como na renegociação *Brady* da dívida externa) necessariamente implica em determinadas exigências ou cláusulas inaceitáveis, cláusulas que condicionam diretamente a entrada dos investimentos estrangeiros no Brasil<sup>126</sup>? (Cláusulas que pouco ou nada têm a ver com o desenvolvimento nacional sustentado).

Não há considerações analíticas do autor a respeito. Embora seja certo que ele detecta claramente a interferência dos credores internacionais na privatização das gigantescas estatais brasileiras.

“É nesse contexto de deterioração do parque produtivo, fragilização financeira das empresas nacionais e enfraquecimento da economia como um todo, que o governo pretende aplainar o terreno para o ajuste neoliberal. Este começa pela ampla e indiscriminada privatização das empresas estatais, negociada com grandes credores internos e externos e pela liberalização da taxa cambial, na tentativa de atrair novas ondas de capital estrangeiro. No fundo este é o verdadeiro projeto de desenvolvimento do governo Collor, inscrito no choque, e que poderá definir os rumos da economia brasileira nos próximos anos, caso o Congresso e a sociedade não se oponham a tempo. Um acordo com o FMI não faria melhor”<sup>127</sup>.

Por fim, valeria aqui uma indagação de sentido mais geral: o Estado brasileiro já fez a experiência histórica de assumir o capital produtivo como opção preferencial? O Estado *desenvolvimentista* foi isto? Qual a diferença, então, entre um Estado *desenvolvimentista* que estimulou e amparou o capital produtivo e um Estado que Mercadante imagina, que também estimule o capital produtivo (mesmo que aqui se dirija a um outro tipo de empresariado, o dito competitivo, mas também e por consequência, basicamente internacional)?

<sup>126</sup> Além de que tais “alongamentos de perfil” sequer “aliviam” a dívida : esta cresceu geometricamente com aquele acordo.

<sup>127</sup> Mercadante, Aloízio e Guido, Mantega *Monetarismo enraivecido*, Folha de São Paulo, 7 abr. 1990.

Talvez a diferença venha a estar em que agora se opta por “outro” empresariado (sobretudo o mais competitivo). Ou então que agora o Estado vai planejar o que é melhor para o País, vai induzir setor A e não setor B. Paira a dúvida: neste caso - em que essencialmente vai-se subsidiar ou favorecer setores A e não B do empresariado na expectativa de uma “economia solidária”- com base **em que** podemos esperar tal interesse nacional, pró-mercado interno, etc, do grande capital internacional? Não há indicativos documentais a respeito dessa discussão. Isto é, a respeito de qual seria a motivação do grande capital para associar-se a um novo modelo de desenvolvimento nacional, “democrático e popular”.

Para resumir esta seção, podemos afirmar que, nesses tempos de *globalização*, Mercadante essencialmente busca uma política que reverta prioridades, agora no sentido de não-recessão, de mais mercado interno, de ênfase na produção, no social, toda ela centrada no Estado/governo intervindo para “racionalizar o mercado”, através de outra política frente ao capital financeiro e aos investidores em geral. Como parte dessa estratégia - estratégia que visaria desmontar a “lógica do capital financeiro” - propõe uma política para induzir o capital especulativo a outro comportamento: mercado de capitais e fluxos financeiros teriam que obedecer a regras como por exemplo, juros baixos, crescente desvalorização da moeda e aceitação da nova prioridade, o capital produtivo, crescimento econômico.

### **2.3. OBSERVAÇÕES FINAIS.**

A título de observações finais, a investigação levada a cabo e, contemplada em grande medida, neste Capítulo e, em parte, no Capítulo 1, nos permite recuperar, resumidamente, os seguintes elementos do pensamento de Mercadante.

1. O capital financeiro internacional, essa “nova globalização financeira dessa nova etapa do capitalismo”, é criticado, dentre outras coisas, pelos múltiplos mecanismos através dos quais espolia e financeiriza a economia local. Aqui se revela uma das dimensões mais atuais da “supremacia do mercado”, no papel que este vem assumindo, de organizador “de todas as relações sociais e ainda mais o mercado com essas características: monopolizado, organizado, financeirizado, desnacionalizado”<sup>128</sup>.

2. O neoliberalismo é criticado em sua condição de política do capital financeiro. Este é fundamentalmente criticado por sua liberdade de movimentos, por sua não-regulamentação. Daqui decorre que a perspectiva da crítica de Mercadante não chega a questionar os fundamentos da economia financeirizada, isto é, o próprio capital financeiro, muito menos o capital, e sim a ausência de leis e regras consistentes que disciplinem os seus movimentos, seu comportamento. O patrimônio do capital financeiro é acatado: dívida e empréstimos devem ser pagos (renegociados e pagos); a redução da taxa de juros deve estar condicionada às reservas cambiais, isto é, em primeiro lugar é preciso assegurar que não haja “fuga de capitais”. A regulação do mercado, do “mercado de capitais”, inclusive dos investimentos produtivos privados, eis até onde se vai na “ruptura com a lógica do capital financeiro”.

3. A regulação do mercado em escala mundial, seria fruto do concerto entre nações (por exemplo, entre G-7 e agentes e órgãos financeiros internacionais ou entre blocos regionais de nações como as do Mercosul) e, no caso de país como o Brasil, derivaria de política de governo, de regramento institucional; Mercadante ilustra este caso com a idéia do regime de *quarentena* que o governo instituiria para o capital financeiro internacional, além de medidas monetárias (desvalorização gradual da moeda; redução progressiva da taxa de juros), junto com o conjunto da política macroeconômica de governo voltada para estimular capital produtivo, exportações competitivas, crescimento econômico, emprego e distribuição de renda (mercado interno), dentre outras.

4. Não há textos de Mercadante esclarecendo mais especificamente a) a natureza dessa “regulamentação do mercado”, b) porque, ou com base em que, o “mercado” centralizado e oligopolizado e a moderna produção capitalista centralizada e oligopolizada, se submeteriam a tal regulação; não são mencionados países semelhantes ao Brasil que tenham conseguido alcançar tal objetivo, embora hajam, como foi mostrado, elogios ao caso japonês,

---

<sup>128</sup> Mercadante, Depoimento, São Paulo, 18 jun. 1998.

chileno e sul-coreano, c) em que está baseado seu diagnóstico sua perspectiva crítica e sua proposta basicamente regulacionista com relação ao capital financeiro: se ao fato (objetivo, obviamente) de não haver condições políticas para se ir além (razões táticas) ou se, por outro lado, à crença de que é necessário preservar intacta a propriedade privada do capital financeiro (razões estratégicas), e, simplesmente discipliná-lo e reorientá-lo (torná-lo menos selvagem, “desmontar a ciranda”). Esta discussão não chega a ser formulada ou levada adiante nos textos. Na verdade sua **estratégia** parece reduzir-se à **tática** das mencionadas reformas.

### **CAPÍTULO 3:**

#### **CAPITAL FINANCEIRO**

#### **NA CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O ESTADO: A ALTERNATIVA ‘REGULACIONISTA’**

## INTRODUÇÃO

A miséria social, o alarmante desemprego e a desconstrução e financeirização do Estado brasileiro são parte da crise atual de acumulação capitalista, global, na qual o papel do capital financeiro - hoje mundialmente hegemônico - desponta como elemento crucial para o entendimento/diagnóstico da crise<sup>129</sup>, seja local ou internacional.

O peso mundial assumido pelo Estado rentista e agiota norte-americano é um dado essencial nessa crise, sendo igualmente essencial situar esse processo na economia real, na crise de queda de rentabilidade para o capital chamado produtivo, com a necessária superprodução de capital, seja na forma mercadoria ou em outras de suas formas.

As transformações a que o Estado brasileiro vem sendo submetido (ou a chamada política neoliberal) aqui serão discutidas, portanto, nos termos de um processo essencialmente derivado daquela crise mundial do capital, de um capital mais descolado da produção que nunca (produção esta cada vez mais dissipatória e destrutiva, ancorada em material bélico, drogas, obsolescência programada e desperdício), e na qual os detentores e representantes políticos do grande capital, em última instância, são os que pressionam e direcionam os "ajustes" e as reformas de Estado a seu favor. Em suma, tal *desmanche* neoliberal do Estado brasileiro tem tudo a ver com os interesses e os movimentos das frações dominantes do capital financeiro internacional. Com todas as implicações sociais de um processo dessa natureza.

A abordagem deste Capítulo a respeito de determinados aspectos da atual crise capitalista pretende deter-se fundamentalmente numa preocupação que tem a ver com o capital especulativo, seu impacto sobre o Estado e mais especificamente ainda numa hipótese com a qual certos autores (dentre eles os chamados *institucionalistas*), inclusive Mercadante, pensam as saídas estratégicas para a crise, a saber, a hipótese da regulação do capital financeiro por meios legais, políticos, o chamado “mercado regulado” .

---

<sup>129</sup> O sistema responde a essa crise preparando novas e mais profundas crises e através da destruição de forças produtivas, forçando e *reinventando* novos mercados ou aprofundando a exploração dos velhos. Capital – necessariamente excludente- e crise são inseparáveis.



Esta hipótese concebe uma saída para a crise onde fica subentendido que o patrimônio privado da oligarquia financeira seria mantido intacto, privado, ao mesmo tempo em que aquele capital financeiro seria submetido a uma regulamentação política (via Estado, portanto) e, desta forma, trazido para uma função menos especulativa, e o capital, de uma maneira geral, presume-se, seria induzido a investir mais na produção. Haveria uma estratégia na base do acordo entre burocracia estatal-empresariado-burocracia sindical, que estariam empenhados em operar certo planejamento industrial-financeiro que levasse ao crescimento econômico, emprego e atendimento das demandas sociais.

Este Capítulo está pautado da seguinte forma: na seção 3.1, trataremos da globalização financeira, sua natureza, e da hegemonia do capital financeiro como sendo expressão a) da crise de decadência de um sistema e cujo substrato vai estar nas contradições e antagonismos da economia capitalista, produtiva, b) do peso da classe parasitária rentista dentro do sistema (inseparável da produtiva: não se trata de “duas” classes). Em seguida (seção 3.2), discutiremos aquele aparente dilema capital financeiro-capital produtivo. A questão da possibilidade ou não do capital financeiro ser mantido intacto e, simultaneamente, submetido a uma regulamentação com vistas a *domesticá-lo*, recuperá-lo para a civilização, será objeto da seção 3.3. Por fim (seção 3.4), a questão do Estado brasileiro no *cassino global* será objeto de considerações tendo em vista aquela mesma preocupação, a de uma saída através de uma estratégia fundada no estímulo ao grande capital industrialmente competitivo e o regramento do *cassino* (da agiotagem) público e/ou privado.

### **3.1. GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA & REFORMAS NEOLIBERAIS DO ESTADO**

#### **Raízes da crise, breve histórico**

A atual crise da sociedade capitalista pode ser enfocada como de acirramento das contradições de um sistema, o que se traduz na importância monumental alcançada pela economia fictícia, parasitária, não-produtiva, característica essencial dessa fase histórica.

Sendo esse o quadro, se considerarmos que o capital dirige a economia e comanda o essencial do consumo e da vida moderna, torna-se relevante que se procure localizar ali, nas bases materiais do funcionamento da economia capitalista, os elementos da crise, situando, adequadamente, em seu seio, o capital parasitário.

Em primeiro lugar, observe-se o fato de que o sistema vive sob marcos globais ou tendenciais estagnacionistas, não cresce economicamente desde o início dos anos 70<sup>130</sup>, época em que os norte-americanos decretaram a inconvertibilidade do dólar, aplicando, por essa via, um calote em todos os concorrentes internacionais.

Aquela primeira metade dos anos 70 representou a maior crise capitalista de queda na produção industrial, no comércio internacional, etc., da qual até hoje o sistema não se recuperou. Recuperou-se, em parte, em termos da produção industrial (especialmente impulsionado pelo nekeynesianismo militar de Reagan e, mais recentemente em nichos de força de trabalho de baixo custo), mas não da crise. Com esta veio a financeirização do Estado norte-americano - sua condição internacional como Estado rentista -, montada no dólar como moeda deslastreada e moeda-referência mundial.

Hobsbawm qualifica esta fase atual, estagnacionista, como *Era de Desmoronamento*, contraposta à *Época de Ouro*, esta às vezes conhecida como *os 30 anos gloriosos*, do pós II-Guerra. O crescimento econômico nestas décadas de crise é bem “mais lento”, ou “visivelmente mais lento” do que antes de 1973 (Hobsbawm, 1996, p.297 e 395). Menor crescimento não quer dizer menor acumulação do capital, ou de riquezas nas mãos de poucos. Afinal, apesar da crise que vem desde os anos 70, os países mais desenvolvidos estão mais ricos e mais produtivos que antes (Hobsbawm, 1996, p. 395).

Mais de um autor qualifica essa crise estagnacionista (ou essa onda longa recessiva) como um processo onde o mercado se estreitou - ou não se expande na velocidade da capacidade produtiva - numa mesma dinâmica que conduz o capital a especular como nunca: o capital outrora fundamentalmente produtivo, agora é preferencialmente especulativo;

---

<sup>130</sup> Arrighi (1996), Wallerstein (Sader,1995) e Mandel (1985b), Santos (1993 a), estão entre os autores que também estabelecem a primeira metade dos anos 70 como um marco histórico do capitalismo naqueles termos do início da grande crise que prossegue atualmente. Também David Harvey (Harvey, 1993) toma os anos 70 como um marco: o início da chamada *acumulação flexível* e o fim do regime de acumulação fordista.

chegamos à era do *imperialismo do cartão de crédito* (Mészáros,1989b)<sup>131</sup> ou do imperialismo navegando num mar de dívidas (Mandel,1990 a).

A tendência do sistema capitalista vem evoluindo no sentido de uma produção cuja natureza é **destrutiva** (complexo industrial-militar) e, tendo como substrato uma radical queda, nas últimas décadas, na **taxa de uso** das mercadorias, de acordo com análise sistemática de Mészáros em *Produção destrutiva e Estado capitalista* (Mészáros, 1989 b).

É dentro daquele processo recessivo a que estamos nos referindo, que, nos anos 90, observa-se uma inversão de sinais entre os megacompetidores mundiais, configurando-se a *revanche* norte-americana contra a década anterior, quando os EUA (e Inglaterra) pareciam em queda irreversível e Japão e Alemanha emergiam como pólos dinâmicos.

Em todas essas décadas, o Estado intervencionista e gastador vem sendo o artifício crucial de sobrevivência do sistema, seja na forma do *neokeynesianismo* militar norte-americano, seja na de sua contra-face posterior, o *monetarismo*; cada um deles (e em grau cada vez maior) atrelando o conjunto da economia capitalista à moeda norte-americana, e aos gastos e emissões gigantescos, em dólar. Num processo que veio a desembocar na condição atual, anos 90, de reafirmação da supremacia, inclusive tecnológica, norte-americana.

Nunca será demasiado destacar, como mecanismo da maior relevância nesse processo, o papel daqueles gastos “improdutivos” (guerra<sup>132</sup> e outros) do Estado norte-americano, portanto do crédito, do endividamento - e o simultâneo fortalecimento do grande capital

---

<sup>131</sup> Ou ao *regime da acumulação financeira* segundo Chesnais. Ainda sobre o fato essencial dessa crise atual do capital ser a de um sistema movido por dívidas, vale destacar Mandel. "A dívida crescente dos países ditos do Terceiro Mundo, e as reações por ela desencadeadas, não é senão um dos aspectos de um fenômeno muito mais amplo: a expansão do crédito como motor da economia do capitalismo tardio" (Mandel, 1990 a, p.275, grifo nosso). "Inflação e endividamento estão estreitamente ligados. De fato, a inflação é, essencialmente, uma inflação de moeda escritural, de crédito, e, portanto, uma expansão de dívidas" (idem, idem, ). Aquela crescente montanha de dívidas dos EUA é a base da inflação. Acelera a inflação. E esta sufoca a expansão capitalista. Ou, como argumentava Marc Bloch, citado por Susanne de Brunhoff, o sistema capitalista contemporâneo, que espera constantemente os lucros do futuro, morreria se todas suas contas atuais fossem apuradas (Brunhoff, 1991,p.16).

<sup>132</sup> “Os gastos militares representavam 5,1% do Produto Nacional Bruto dos EUA em 1950. A guerra da Coreia elevou estes gastos novamente até 11,1% em 1955, mantendo-se desde então em torno deste nível pela ação do *complexo industrial-militar* denunciado pelo presidente Eisenhower. Com o aumento do movimento pelos direitos civis dentro dos EUA e a adoção do programa contra a pobreza do presidente Ford, esta porcentagem caiu para 7,5% em 1965 e 7,9% em 1967, elevando-se novamente com a guerra do Vietnã a 9,0% em 1967 (com Nixon), 9,6% em 1968, 8,9% em 1969, 8,3% em 1970. A luta contra a guerra do Vietnã dentro dos EUA baixou essas porcentagens para 7,5% em 1971, 6,9% em 1972, 6,0% em 1973, 5,6% em 1974 (fim da guerra do Vietnã). Os gastos em defesa propriamente representavam cerca de 10% do orçamento no início do governo Eisenhower e no de Kennedy. Já no período Reagan eles se elevaram até 35% , mantendo-se em cerca de 29%

financeiro -, que veio conduzindo o sistema ao seu perfil neoliberal dos nossos dias. “O maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos” (Hobsbawm, 1996, p.402).

Isto significa unir, como elementos de um mesmo e único processo, *neokeynesianismo* militar, primazia tecnológica norte-americana, *quebra* orçamentária de Estados como os da América Latina, ao movimento de hegemonia internacional das frações financeiras mais altas do imperialismo norte-americano.

Uma das mais visíveis tentativas históricas do capitalismo de encarar aquela violenta crise dos anos 70 ( de perda de lucratividade na produção, descenso industrial e ascenso das lutas revolucionárias mundiais) veio com a política econômico-militar *reaganista*.

“Reagan rompeu com todos os princípios do liberalismo econômico ao elevar o déficit público norte-americano a limites jamais imaginados pela ciência econômica e forçou uma recuperação econômica cujas características marcaram a década de 90”. (...) “Rompendo as perspectivas do trilateralismo, Reagan impôs ao resto do mundo desenvolvido um modelo de crescimento sob o comando inquestionável do novo *stablishment* militar dos Estados Unidos (Pentágono mais empresas de tecnologia de ponta)” (Santos, 1993 a,p.33).

Estávamos diante da política neoliberal em marcha: gastos militares de ponta e novas empresas do complexo industrial-militar, sob o comando do capital financeiro, vale dizer dos déficits do Tesouro norte-americano (com o crescimento, neste caso, da acumulação capitalista no setor financeiro e da enorme massa de papéis-dinheiro sem respaldo econômico), sendo que aqueles déficits vinham alimentados através da oferta de juros altos pelo governo.

Os juros e gastos públicos (déficits públicos) em questão constituíram foco de atração de capitais externos, ao mesmo tempo em que foram a base da colossal demanda norte-americana de importações. Sobre esta demanda de importados pelos norte-americanos, é bom

---

no período” (Santos, 1993 a, p. 34, grifo nosso).

sempre lembrar: uma vez que é feita em dólar, tem alto poder de atração, e de fato, gerou uma expansão das exportações do mercado internacional em direção aos EUA<sup>133</sup>.

Ou seja, os EUA vêm forçando uma certa recuperação econômica na base de enormes gastos estatais (via déficit público) e fortíssima intervenção pública, governamental, no mercado de papéis e moeda, oferecendo ganhos para o capital especulativo. Os EUA funcionam como o maior mercado do planeta através, em boa parte, da geração de déficits colossais em suas contas públicas (Campos, 1996), o que é revelador da íntima relação Estado-capital financeiro.

A origem da recuperação norte-americana - ainda que relativamente pequena - ao longo dos anos 80 “encontra-se no mecanismo do déficit do Tesouro norte-americano que alcançou a cifra de 134 bilhões de dólares em 1982, 230,8 bilhões em 1983, mantendo-se neste patamar até 1989 (237,8 bilhões)” (Santos, 1993a, p.33). Tais valores correspondem ao PNB do Brasil. A concorrência com os soviéticos teve papel fundamental nesse esforço de natureza tecnológica-militar dos EUA. Então avançadíssimos em fusão nuclear, laser e tecnologia espacial, os soviéticos desde 1986 colocaram uma estação orbital habitada de 90 toneladas no espaço, façanha que os EUA não conseguiram realizar.

“De alguma forma, podemos comparar a *guerra nas estrelas* com o papel econômico que Keynes atribuía às pirâmides egípcias: um enorme gasto estatal para gerar emprego e renda e permitir assim o funcionamento da economia. Só que no passado esses gastos se realizavam em setores de baixa renda e na década de 80 ele se concentrou nas atividades de tecnologia de vanguarda e nos seus efeitos secundários, quase todos ligados à expansão dos serviços ligados à informação. Quer dizer : uma política anticíclica que à falta de uma guerra que justificasse os gastos militares como fator de recuperação econômica, se volta para a tecnologia de ponta em nome de uma estratégia militar de compreensão inacessível para os cidadãos comuns<sup>134</sup>”. (...)

“Estávamos assim diante de um aparente contra-senso: um governo anti-socialista que aumentava drasticamente o planejamento centralizado da economia embutido dentro dos gastos militares. E um governo ultraliberal que, para sustentar essa política, gerou o maior déficit do tesouro jamais imaginado

<sup>133</sup> Forma-se assim o imenso déficit da balança comercial dos Estados Unidos, que salta de 36,4 bilhões de dólares em 1982 para 36,7 em 1983, 112,5 em 1984, 122,1 em 1985, 144,5 em 1986, 160,3 em 1987, 126,5 em 1988 e 128,9 em 1989 (Santos, 1993 a, p.37).

<sup>134</sup> “O mais importante, contudo, é constatar a mudança no caráter desses gastos militares cada vez mais orientados para a pesquisa e desenvolvimento de ponta. As indústrias aeroespacial e computadores pesados dependem essencialmente desses gastos. A *Strategic Defense Initiative (SDI) ou guerra nas estrelas*, iniciada em 1983, tentou recuperar para os EUA um papel proeminente nas tecnologias de ponta, tais como os lasers e a fibra ótica, novos materiais, defesa aérea e espacial, controle de tráfego de aviões, medicina e biotecnologia” (Santos, 1993 a, p.34).

pelos mais audazes *neokeynesianos*. Nunca a humanidade viveu uma contradição tão brutal (e evidente!) entre a retórica e a realidade” (Santos, 1993 a, p.36, grifos nossos).

O fato atual é que os EUA se reposicionam como “motor” econômico mundial, dentro de uma recuperação econômica (tênue para os seus padrões e situada num quadro mundial recessivo), baseada em dívidas e em moeda inflada. De toda forma, o quadro político mundial é de hegemonia incontestável dos norte-americanos<sup>135</sup>, não somente militar, tecnológica, e na mídia, mas ao mesmo tempo política, impondo-se sobre as estruturas jurídico-institucionais supra-nacionais que mais decidem. Aqui, o “bloco de grandes potências capitalistas referendou seu domínio econômico, político e financeiro sobre o mundo, mediante órgãos de consulta e coordenação, por meio dos quais regulamentam suas relações, redefinem as regras econômicas do mercado mundial e acertam suas diferenças” (Sader, 1997b).

Isto não é a mesma coisa que dizer que tais órgãos (ou que o G-3) conseguem encaminhar a solução de problemas sociais fundamentais. Ou que consigam “regular” a economia capitalista internacional em outra direção que não seja a da acumulação do capital. Nem muito menos que a economia capitalista “obedeça” a tal auto-regulação no sentido de ter-se tornado capaz de evitar crises sistêmicas. Até porque o que está sendo “regulado”, e ainda assim *ex-post*, é um sistema de exploração anárquico (anárquico, não caótico, como explica Marx). Adiante voltaremos a este ponto.

Sader acrescenta, ao mesmo tempo, que nunca como agora (desde os 80), a polarização da riqueza mundial foi tão grande, e nos próprios EUA, as contradições e a falta de segurança social, de há muito não são tão profundas. E estes vivem o paradoxo de reinarem sem competidores, de serem detentores de um poder indiscutível que sequer foi gozado pela hegemonia mundial britânica<sup>136</sup>, mas sem conseguirem sair do seu ciclo recessivo (Sader,

---

<sup>135</sup> Chesnais concorda com aquele argumento. “Os EUA reconquistaram a produtividade industrial perdida nos anos 70 e 80. A produtividade tem avançado em quase todos os setores importantes, e em especial nos de ponta. Além da própria pesquisa relacionada à atividade militar, duas causas explicam essa mudança. Primeiro, o capitalismo regrediu, em boa medida, ao caráter selvagem que o caracterizou até o século passado. Desde que globalização e a desregulamentação reduziram nitidamente a força dos sindicatos, ele voltou a ser um sistema cada vez menos controlado por movimentos ou forças sociais. Nem o capitalismo japonês, nem o europeu são capazes de competir com os Estados Unidos nesse ambiente.” (Chesnais, 1998a).

<sup>136</sup> O ciclo econômico capitalista na Ásia -China e emergentes- não é seguro, não permite anunciar que ali se dará um ciclo de renascimento econômico (Sader, 1997b, p. 58).

1997b, p.65). Tampouco desarmam a *bomba de tempo* de um sistema financeiro hipertrofiado e profundamente descolado da economia real<sup>137</sup>.

O colossal acúmulo de falsa riqueza tem dentre outros, um significado ao qual nem sempre é dada a devida ênfase, o de decadência. É problemático falar em vitalidade de um sistema na medida em que ele funciona movido a riqueza fictícia<sup>138</sup> e endividamento (crédito). Ou de um sistema que “não sobrevive um dia sequer sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado” (Mészáros, 1997 b, p.150).

No capitalismo atual, os déficits crescem em bola de neve: as taxas de juros não apenas são superiores ao crescimento dos PIBs como à inflação (equivale a dizer: distribui-se riqueza em favor dos rendimentos financeiros).

“A liberalização e a desregulação financeiras conduziram ao crescimento acelerado dos ativos financeiros, cuja expansão desde 1980 foi muito mais rápida do que a do investimento”, permitindo a configuração de uma classe social de “credores profissionais”, que ganham rendimentos pela mera posse, principalmente, de títulos da dívida pública (Chesnais, 1998 b, p.19).

Portanto, no enfoque aqui adotado sobre a crise atual<sup>139</sup>, é relevante a questão do capital financeiro, das frações capitalistas como parte da crise do sistema. Sempre que se entenda, não custa reafirmar, que a crise (e a própria financeirização) se funda na economia real capitalista e, nesta, no declínio da taxa de lucro que vem desde o início dos anos 70 (e na concorrência de capitais e anarquia próprios do sistema capitalista).

---

<sup>137</sup> Só o montante que gira no chamado mercado financeiro a partir dos “investidores institucionais”(fundos de pensão, de investimentos e seguradoras) dos EUA, Japão e Europa Ocidental, chega a somar 21 trilhões de dólares em dados de 1995, o que é mais que o PIB somado dos 18 países mais ricos. (Schwartz,1998) “Alguns cálculos mostram que a circulação de mercadorias no mercado mundial é de 3%, enquanto que a de capitais fictícios, que não são investidos na produção, alcança os 97% . Diariamente 420 bilhões de dólares são negociados com fins especulativos, enquanto que 12 bilhões apenas se acham relacionados com a produção de mercadorias” (Nóvoa,1993, p. 56). A liberalização e a desregulamentação provocaram o crescimento acelerado dos ativos financeiros, cuja expansão foi muito mais rápida que a do investimento. Eles passaram de US\$ 10 trilhões para US\$ 35 trilhões entre 1980 e 1991, e continuaram crescendo sem parar. Já no início da década. um quarto desse total eram dívidas dos governos, inclusive porque as políticas neoliberais afundam os países em déficits crescentes”. (Chesnais, 1998) .

<sup>138</sup> E há aquela implicação: mais capital indo para a especulação é maior agravamento da crise de superacumulação de capitais "pois somente os capitais investidos na produção permitem produzir mais-valia suplementar" , como argumenta Mandel (Mandel, 1990 a).

<sup>139</sup> A possibilidade da crise está fundada na própria relação do capital, que pode ser entendida como : apropriação privada e produção social. Situar a crise na economia produtiva é um enfoque que vem desde Marx: a razão última de todas as crises vai estar lá na produção e na relação entre a produção e a circulação de mercadorias.

Em que pese sua aparência financeira, sua manifestação como “incêndio financeiro”, ou mesmo as explicações que atribuem a crise a “turbulências nos mercados financeiros”, o que existe, na verdade, é uma crise na economia real.

A situação atual do capitalismo é a de um sistema que se encontra num processo onde tenta - pelas vias econômicas, militares, políticas, anti-operárias e através de medidas monetaristas e de *reestruturação produtiva* -, evoluir para um novo patamar de crescimento. Necessita elevar sua taxa de lucro na economia real (mais-valia) e sair do atual estreitamento de mercado. O que equivale, antes de mais nada, a conduzir a crise atual ao fundo do poço.

É da natureza do sistema forçar *quebras* e destruição econômica na tentativa de voltar a crescer; a via capitalista de saída da crise tende a ser buscada na radicalização dos efeitos e da destrutividade da própria crise. E a razão essencial para que assim seja vai estar naquela que é a mola e a força propulsora do conjunto das atividades capitalistas: o lucro. E na mais-valia<sup>140</sup>, o fundamento oculto do lucro.

Em termos simplificados, o mecanismo se apoia no seguinte substrato: para concorrer, para extrair o máximo possível de mais-valia, o capitalismo deve arrancar mais tempo do trabalhador ou aumentar sua produtividade. E na competição com outros capitalistas, tem que alcançar menores custos unitários para sua mercadoria. Em ambos os casos, o capitalista aumenta o capital fixo; mas, principalmente, ele vai optar pelo aumento deste capital, vale dizer, pelo investimento voltado a mecanizar, automatizar a produção.

---

<sup>140</sup> Falando sobre desigualdade social e exploração, Trotsky define mais-valia, segundo Marx: “Se as mercadorias são trocadas de acordo com a quantidade de trabalho investido nelas, como se deriva a desigualdade da igualdade? Marx decifrou este enigma expondo a natureza peculiar de uma das mercadorias que é a base de todas as outras: a força de trabalho. O proprietário dos meios de produção, o capitalista, compra a força de trabalho. Como todas as outras mercadorias, a força de trabalho é valorizada de acordo com a quantidade de trabalho investida nela, isto é, nos meios de subsistência necessários para a vida e reprodução do trabalhador. Mas o consumo desta mercadoria -força de trabalho- se produz mediante o trabalho, que cria novos valores. A quantidade desses valores é maior que aquela que o próprio trabalhador recebe e gasta para se manter. O capitalista compra força de trabalho para explorá-la. Essa exploração é a fonte da desigualdade”.

“A parte do produto que contribui para a subsistência do trabalhador é chamada por Marx de produto *necessário* ; a parte excedente que o trabalhador produz é chamada de produto excedente ou mais-valia. O escravo tinha que produzir mais-valia, pois de outra forma o dono de escravos não os teria. O servo tinha que produzir mais-valia, pois de outro modo a servidão não teria tido nenhuma utilidade para a classe proprietária. O operário assalariado também produz mais-valia, só que numa escala muito maior, pois de outra maneira o capitalista não teria necessidade de comprar a força de trabalho. A luta de classes não é outra coisa senão a luta pela mais-valia. Quem possui a mais-valia é o dono da situação, possui a riqueza, possui o poder do Estado, tem a chave da igreja, dos tribunais, das ciências e das artes”. (Trotsky, 1990, p. 26).



A contradição para o sistema é que este processo (de aumento do capital fixo em relação ao trabalho e ao produto), de recurso à revolução tecnológica, e à concorrência, vai fazer com que tenda a cair a taxa média de lucro. Este é um dos mecanismos reveladores de contradições violentas nos marcos desse sistema. E de sua tendência à crise<sup>141</sup>.

E se é nesse movimento que se desenvolve a crise, é também nele (e por conta dele) que o capitalismo tende, na busca de recuperar sua lucratividade geral, de revalorizar o capital, a precipitar-se na destruição geral dos capitais (sobretudo os mais fracos), na *quebradeira*, e na ofensiva contra o trabalho.

A financeirização da economia não tem chance de ser indefinidamente suportada pelo especulacionismo em si mesmo (pela ficção monetária), quanto mais pela economia real. Explode. Aceitar ser refém desta “corrente”, desta “pirâmide”, aceitar, como Nação, ser refém do capital financeiro internacional - pela via dos juros, da submissão da banca - é rumar para o desastre, e aqui não convém minimizar as crises, “regionalizá-las”, a crise é de um sistema, o capitalismo.

O “dinheiro fictício e não estatal, *non state*, incontrolável pelos bancos centrais nacionais e pelo BIS, são ratos clonados de ratos que somam, talvez 48 (quarenta e oito) trilhões de dólares, dos quais, 3,5 (três e meio) trilhões empregados nas Bolsas. Uma parte desse dinheiro vive dos juros e serviços pagos para que eles constituam enormes reservas que parecem proteger os países pobres, dependentes, explorados, contra as ameaças de movimentação desse próprio dinheiro volátil... E, como ocorre agora, a ameaça de fuga para outras aplicações especulativas, obriga os países escravos desse dinheiro estrangeiro, internacional, a aumentarem as taxas de juros a fim de cevar aquele dinheiro fictício, engordando-o a ponto de transformar o dinheiro volátil em dinheiro gordo, estacionado na especulação interna”.

“Se esse dinheiro especulativo e fictício, global, atingiu a soma astronômica de 48 (quarenta e oito) trilhões de dólares, mais de 6 (seis) vezes o PIB dos Estados Unidos, ele só poderá se alimentar a si mesmo, isto é, não há possibilidade de o excedente extraído do trabalho humano poder oferecer juros para o gigante se reproduzir”. (...) “Como dominar o dinheiro fictício, como reacomodar, na realidade acanhada a que se reduziu o mundo do trabalho, o fantástico produto das contradições fundamentais do capitalismo?” (Campos,

---

<sup>141</sup> Aqui há que se considerar que existem autores que consideram que aquela taxa média de lucro vem declinando em escala histórica, após cada crise do sistema. “Por força da queda secular da taxa de lucro, cada fase ascendente prolongada é caracterizada por taxas de lucro a longo prazo geralmente mais baixas, *de modo que*, no mundo dominado pelo capitalismo, os problemas de estagnação e desemprego mundiais se agravam com o tempo” (Shaikh, 1988).

1998, p. 57).

E mais: até onde o sistema pode levar, sem implosões, a taxa de desemprego desses tempos neoliberais ? “Resta saber se este “ponto de equilíbrio neoliberal” está aquém ou além do ponto de explosão que, na Alemanha dos anos trinta, foi de 44% de desemprego. A ascensão de Hitler ao poder por meio de eleições e a deflagração da segunda guerra mundial revelam que a taxa de desemprego foi explosiva. Hoje em escala global, o desemprego ultrapassou a taxa de 30% da PEA mundial. Os instrumentos keynesianos estão falidos e desmoralizados pela ideologia neoliberal que os considera jurássicos”(Campos, 1998, p.52).

Em suma, deixado por sua própria conta (e de acordo com a lei do valor <sup>142</sup>), o sistema tende inexoravelmente à crise, ao agravamento de suas contradições e antagonismos <sup>143</sup>. Acumulação capitalista pela via atual, dos mecanismos financeiros, é “sinal de outono” de um ciclo sistêmico <sup>144</sup>, na concepção de Arrighi.

O descolamento atual entre capital fictício e a economia real, por isso mesmo, quanto mais cresce mais anuncia nova e violenta tonalidade para uma crise global da economia capitalista . Que não é sinônimo de fim do sistema, ou de sua derrocada “inexorável”. O sistema capitalista não cai de “maduro”, ele trata de sobreviver, o seu limite é o do capital, a

---

<sup>142</sup> “As leis que regem as diversas esferas da economia capitalista - salários, preços, arrendamento, proventos, lucro, crédito, bolsa - são numerosas e complexas. Mas em última análise procedem todas de uma única lei descoberta por Marx e por ele examinada até o fim ; é a lei do *valor-trabalho*, que é sem dúvida a que regula basicamente a economia capitalista. A essência dessa lei é simples. A sociedade tem a sua disposição determinada reserva de força de trabalho viva. Aplicada à natureza, essa força engendra produtos necessários para a satisfação das necessidades humanas. Como consequência da divisão do trabalho entre produtores individuais, os produtos assumem a forma de mercadorias. As mercadorias são trocadas entre si numa proporção determinada, a princípio diretamente e depois por meio do ouro ou da moeda. A propriedade essencial das mercadorias, que em certa relação as iguala entre si, é o trabalho humano investido nelas -trabalho abstrato, trabalho em geral-, base e medida do valor. A divisão do trabalho entre milhões de produtores dispersos não leva à desintegração da sociedade, porque as mercadorias são intercambiadas de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário investido nelas”. Os preços destas mercadorias flutuam. “No entanto, por maiores que possam ser as diferenças entre os preços e os valores das mercadorias nos casos individuais, a soma de todos os preços é igual à soma de todos os valores, pois, em última análise, só os valores que foram criados pelo trabalho humano se encontram à disposição da sociedade, e os preços não podem ultrapassar estes limites, mesmo tendo-se em conta o monopólio dos preços ou *trust* ; onde o trabalho não criou um valor novo nem o próprio Rockefeller pode fazer alguma coisa” (Trotsky, 1990, p.24).

Considerando-se a lei do valor, não é possível uma autonomização absoluta do capital financeiro, o dinheiro não gera dinheiro “impunemente”, cedo ou tarde explode aquilo que subjaz às aparências da economia capitalista, a de que riqueza só pode ser gerada na produção, valor só é criado na economia real.

<sup>143</sup> “A oposição entre a busca da racionalidade parcial e a reprodução de uma irracionalidade global periodicamente explosiva e destrutiva é inerente a este regime e só desaparecerá com ele” (Mandel, 1990 b, p. 92).

<sup>144</sup> “Hoje o capitalismo mundial parece estar prosperando não por cravar mais fundo suas raízes nas camadas inferiores da vida material e da economia de mercado, mas por arrancá-las” (Arrighi, 1996a). Nesta obra, Arrighi analisa o capitalismo e suas finanças em termos de longos períodos históricos.

sua “humanidade” é a do lucro. Colapso espontâneo do sistema capitalista assemelha-se a mito, à idéia da derrocada infalível - e sem sujeito político e histórico - tão cara a certos autores (Kurz e outros). Mas tampouco a possibilidade do sistema sobreviver a crises violentas, será sinônimo de sua perpetuidade como formação social à qual a humanidade chegou e nela vai ficar.

Grespan é um dos autores que argumenta nessa linha, de que não é possível deduzir a partir do capital (da crítica à economia política) que o sistema capitalista não vai se recuperar de uma próxima crise - o que corresponderia, neste caso, a uma **autonegação** no plano econômico -, assim como não dá para projetá-lo como se ele se auto-perpetuasse sempre - neste caso corresponderia a uma **auto-expansão** centrada no plano econômico. “No plano econômico a alternativa é sempre indecível e todo o determinismo aí é falacioso. O destino do sistema não parece estar inscrito em seus fundamentos, pois a negação não é a única de suas razões”. (Grespan, 1993). Ou seja, se fundarmos nossa análise apenas em categorias “econômicas”, vamos encontrar que o sistema se nega mas também se afirma.

A superação do capitalismo é um processo político. Ou seja, estão inseparavelmente unidas crise capitalista e luta de classes. A crise do capitalismo vem do funcionamento da lei do valor por um lado, mas por outro, diretamente das incertezas da luta de classes, do político, como argumenta Mandel<sup>145</sup>. Aliás, reconhecer que o sistema capitalista “não sobrevive um dia sem o Estado”, equivale a dizer que ele está sobrevivendo politicamente, não por razões “puras”, do mercado, etc. E aqui, mais uma vez, é bom recorrer à dialética, ao “outro” lado do movimento do real: “A economia capitalista internacional não é controlada por ninguém. Ela é marcada por mudanças espontâneas, amplamente imprevisíveis, sob o fogo da concorrência, guiada somente a longo prazo pela lei do valor, e de forma cega” (Mandel, 1990 a, p. 285).

É “a luta de classes que acaba decidindo a superação ou não dos ciclos de superprodução e crise do capital. É a capacidade política das classes proprietárias imporem um patamar superior de exploração no sistema capitalista que possibilitará novos e mais sangrentos ciclos de expansão

---

<sup>145</sup> Neste, como em outros momentos, Mandel argumenta articulando as dimensões econômica e política da crise. Um exemplo: “A interdependência entre a burguesia dos países semicoloniais e dependentes, de um lado, e a burguesia imperialista, de outro, não é puramente econômica e financeira - é também política e militar. Diante da revolução que ascende em numerosos países do Terceiro Mundo, o imperialismo continua sendo o grande protetor, a última linha de defesa das classes dominantes autóctones”. (Mandel, 1990 a, p.287). Não há como separar, aqui, economia de luta de classes.

econômica” (Martins, 1994, p.47-48)<sup>146</sup>.

Sempre lembrando que, deixada a situação por sua conta, o modo de produção capitalista “resolve” suas crises preparando outras mais graves e mais gerais. Não é suficiente afirmar: o capitalismo “sempre se auto-regula”, se supera; essa idéia de que as “crises são superadas” ou de que “o sistema se recupera” não dá conta da realidade como um todo. É parcial.

Campos argumenta que as crises capitalistas não são superadas, acumulam-se e mudam de forma. Ou evoluem para estágios mais graves (Mészáros, 1976 b, p.150).

Esta é uma idéia firmemente ancorada em Marx. Em nota a *O Capital*, Engels, mencionando as crises capitalistas do fim do século passado, desenvolve o seguinte raciocínio teórico, histórico:

“Foi a expansão colossal dos meios de transporte e comunicações - navios a vapor, ferrovias, telégrafo elétrico, canal de Suez - que estruturou o mercado mundial. Vários países industriais surgiram ao lado da Inglaterra, que antes monopolizava a indústria; em todas as partes do mundo, abriram-se mais vastos e mais diversificados territórios à aplicação do capital europeu excedente, que desse modo se reparte mais amplamente, superando com mais facilidade os excessos de especulação locais. Todos esses fatores suprimiram ou enfraqueceram bastante, na maior parte, os antigos focos e as conjunturas responsáveis pelas crises. Ademais, a concorrência retrocede no mercado interno diante dos cartéis e trustes, enquanto se restringe no mercado externo

---

<sup>146</sup> Aqui estamos deliberadamente abstraindo - procedimento metodológico adotado ao longo desse texto - o papel dos movimentos populares e revolucionários, sobretudo da classe trabalhadora, fator decididamente letal e que mais pode vulnerabilizar o sistema capitalista, aliás, o único com o potencial prático e histórico de efetuar a superação do capital. Por que o capitalismo entrou em estagnação? “Com efeito, foi um problema interno à economia capitalista que marcou o fim da expansão dos chamados “anos de ouro” e provocou um deslocamento crescente do capital financeiro, que migra dos empreendimentos produtivos rumo ao autodesenvolvimento no euromercado. Esse distúrbio no interior do sistema quebrou o equilíbrio social do pós-guerra e impulsionou as lutas de classes em diversas regiões do mundo. O posterior desfecho dessas lutas é analisado por Brunhoff (1991); Clarke (1991) é outro autor que analisa o fenômeno nessa perspectiva e situa nos últimos anos 70 a derrota dos sindicatos dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo mundial. A partir daí, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outros países, o movimento sindical dos trabalhadores recua diante da ofensiva do capital” (Meyer, 1998 a)

“Desse modo, a acumulação capitalista em crise é um processo que passa a desenrolar-se num ambiente marcado pelo recuo dos sindicatos dos trabalhadores. Essa circunstância terá conseqüências diretas sobre as inflexões e as novas direções que o sistema mundial assume no decorrer da década de oitenta. O *capital produtivo* introduz novas formas de organização do trabalho, racionalizando o emprego dos recursos humanos e elevando a taxa de exploração. O capital financeiro autonomizado vai exigir, com realismo, o desmonte do *Welfare State* e, ainda que este ataque não vá obter sucesso imediato nem fácil, certamente acumulará uma sucessão de êxitos parciais” (Meyer, 1998 a) . Grifo nosso. Em suma, nunca é demais pontuar que mercado e mundialização do capital (e sua crise) possuem leis próprias, mas não são coisas. Assim como não cabe separar a economia da política, autonomizando qualquer uma destas. Homens e classes sociais concretas, com todo seu conteúdo de subjetividade e possibilidades políticas e históricas é que constituem o sujeito da história, perpetuadores ou superadores daquela ordem econômica desigual e de classe.

pela proteção aduaneira com que se cercam todos os grandes países industriais exceto a Inglaterra. Mas, as muralhas de proteção aduaneira são apenas armaduras para a última batalha internacional da indústria que decidirá do domínio do mercado mundial. Assim, todo fator que se opõe à repetição das velhas crises traz consigo o germe da crise futura muito mais violenta<sup>147</sup>.

Decorre, de tudo isso, que crises sistêmicas mais graves são inevitáveis, mas que só ainda não tomaram tal magnitude por conta das medidas anticíclicas que vieram sendo tomadas pela via do Estado (aumento do déficit público, extração de capitais da periferia do sistema, gastos de guerra, etc., etc.) e de resistências políticas ao neoliberalismo, estas, em todo caso, sem terem alcançado um patamar capaz de decidir alternativas ao capital.

“A possibilidade de se chegar a estágios cada vez mais profundos da crise sem resolvê-la se deve, em grande medida, a esse massivo poder de intervenção do Estado”, argumenta um estudioso do capitalismo para, em seguida acrescentar que “nem mesmo a exploração ao máximo do enorme poder de intervenção do Estado é capaz de solucionar a crise, mas, pelo contrário, agravá-la mundialmente” (Mészáros, 1997 b, p.151).

Ou seja, as medidas dos governos capitalistas não evitaram que o capital financeiro viesse a se descolar como nunca da produção, o que anuncia a ida da crise para baixo, rumo às profundezas do poço. O que inclui, nessa fase neoliberal, **ataque** ao movimento e às conquistas da classe trabalhadora e ao *Estado de proteção social* no sentido de tratar de forçar uma brutal extração da mais-valia, de elevar a taxa de exploração: impondo-se contra os movimentos sociais, arrochando salários, “flexibilizando” regras contra a força de trabalho, informatizando e automatizando a nova economia, o capitalismo tenta sair daquela estagnação em que se arrasta desde os anos 70. Dentro daquele esforço está a drenagem de capitais e rendas da periferia do sistema, e o sentido geral da própria mundialização do capital.

Movimento este que se dá centralizado no terreno de suas frações hegemônicas, as do capital financeiro, volátil, em suas inseparáveis relações e articulações com o capital produtivo (ver seção 3.2). E com epicentro no imperialismo norte-americano. “No que diz respeito à América Latina, passada a fase aguda da crise da dívida - que pode voltar -, ficamos expostos ao mesmo descontrole que hoje devasta as economias da Ásia, de modo que o fundo do poço tornou-se a nossa morada” (Benjamin, 1998, p. 132-3).

---

<sup>147</sup> (Marx, *O Capital*, livro 3, v.5, 3ª.ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, p.563). Nota de F. Engels. Grifo nosso.

Vale reiterar, entretanto, um ponto: se é certo que o sistema acumula em suas entranhas contradições que o fazem evoluir rumo a crises sistêmicas, e portanto, não tem capacidade de auto-regulação no sentido mais profundo deste termo (leia-se de antecipar-se e prevenir crises, imunizar-se contra elas), é certo também que dispõe de um determinado tipo de regulação. Mais especificamente, o sistema tenta, todo o tempo, e efetiva em algum grau, medidas de regulação política, frente às crises como as atuais. Isso é notório. O sentido destas medidas e pactos será o de permitir ao grande capital dominante manter sua rentabilidade.

Um dos meios para isso é o do controle do dólar como moeda internacional pelos EUA<sup>148</sup>. Desde a inconvertibilidade do dólar em ouro, decretada por Nixon no início dos anos 70, este, sem perder seu valor universal, deixou de ter sua função “imediate” de dinheiro mundial, de mercadoria através da qual as moedas nacionais se regulavam, se valorizavam ou se desvalorizavam. O padrão passou a ser o dólar. Ora, sendo assim, a moeda mundial é a moeda nacional norte-americana, e vice-versa, e dessa forma, por exemplo, uma determinada medida do Banco Central norte-americano pode reduzir a pó patrimônios e capitais por todo lado, japoneses, alemães ou brasileiros, por exemplo.

Isso tem múltiplos significados, mas no que aqui nos interessa, cabe a seguinte pergunta: será que isso significa que o capitalismo dispõe de poder político centralizado para regular crises, capacidade de auto-regulação política (monetária) a ponto de poder vir a ser regulado, como sistema, por aí? A ponto da tão falada “regulação do mercado” ser uma saída histórica para a crise?

Obviamente, se pensarmos nas reuniões do G-7, pode-se afirmar que o sistema conta com certa capacidade de regulação política, dentro daqueles limites, das conjunturas, das relações de forças; mas para além desses limites, reina uma condição de profunda instabilidade sistêmica (o que faz sentido de acordo com a lei do valor). E mesmo com relação às decisões de política monetária tomadas naquelas reuniões de cúpula, é comum que terminem sendo derrotadas pela dinâmica mais profunda da crise capitalista (é só lembrarmos da crise de 1987, das duas crises mexicanas, da asiática de 1997, e outras que surpreendem as

---

<sup>148</sup> Os EUA são detentores de um privilégio planetário decisivo: o dólar. O endividamento do país do dólar em dólar, mesmo sendo uma centralização financeira privada, ganha, no plano internacional o caráter de centralização financeira pública internacional (Brunhoff, 1991).

decisões do G-7). Além do que, o próprio G-7 mal e precariamente “administra” uma recessão crônica mundial que não controla<sup>149</sup>.

“Nas reuniões do Grupo dos Sete, que se realizam duas vezes por ano, os presidentes das principais potências capitalistas têm que determinar, subjetivamente, qual vai ser a relação quantitativa entre as moedas no período de seis meses subsequente. Mas, em geral, as moedas se comportam de maneira diferente, inversa àquela por eles definida, o que é um dado quase constante nos processos de crise mundial”. (Rieznik, 1994, p.136).

E, em geral, se avaliarmos o próprio caminho seguido pelo sistema para “superar” a crise que se arrasta desde 1973, vamos ver que se apoia em bases, no fundo, precárias. Em primeiro lugar, pelo fato do sistema estar recorrendo à perigosa movimentação de semelhante volume de capital fictício, especulativo; em segundo, porque com a multiplicidade de medidas neoliberais que vêm sendo tomadas, com toda a atual ofensiva contra o trabalho, com tudo o que vem sendo feito em favor do capital, não se tem conseguido gerar uma taxa de crescimento capaz de corresponder àquela expansão do capital; em terceiro, porque baseia-se num forte e contínuo estímulo ao consumo, sobretudo das classes altas, gerador de inflação, o que tem significado um superendividamento de Estados e também do setor privado, o que equivale à mais pura fragilização econômica (Rieznik, 1994).

### **Estado rentista norte-americano**

No processo de mundialização do capital (para muitos tratado como a “supremacia do mercado”, termo que pode encobrir, entre outras determinações a de que o mercado é monopolizado, oligopolizado por um punhado de grupos financeiros e megacorporações, que portanto nada tem de *livre*), saem reforçados certos Estados nacionais, sobretudo os do G-3 (EUA, Alemanha, Japão), sem mencionarmos o enrijecimento da hierarquia e do abismo cada vez mais profundo entre os países que participam naquela dominação econômica e política do capital-dinheiro rentista, os EUA à cabeça (Chesnais, 1998 b, p.20).

Tal superioridade norte-americana tem tudo a ver com o dólar, mas também com o porte e a sofisticação dos seus mercados financeiros (ou possibilidade que oferecem para a multiplicação de capitais).

---

<sup>149</sup> Analisando reuniões como as do G-7, dos Estados que poderiam decidir sobre a economia internacional, um estudioso do assunto reconhece que “nem mesmo a exploração ao máximo do enorme poder de intervenção do Estado é capaz de solucionar a crise, mas pelo contrário, agravá-la mundialmente” (Mészáros, 1997 b, p. 151).

“Em função de sua superioridade na esfera das finanças, os Estados Unidos vêm impondo aos outros países, uma após a outra, as regras do jogo que mais lhes convêm e que são calcadas em necessidades do capital financeiro de caráter rentista de que são o epicentro. São eles, pois, que ditam as regras do comércio e das finanças internacionais através de suas posições no seio do FMI e do GATT (transformado em *Organização Mundial do Comércio*, com poderes de intervenção aumentados). Impõem aos países mais fracos as políticas de liberalização e de desregulamentação que levarão ao último grau o estado de miséria das massas. Outrossim, ditam as regras do jogo que lhes convêm também aos países que possuem empresas pertencentes ao oligopólio mundial, como no transporte aéreo, por exemplo” (Chesnais, 1998 b, p.21).

Depois de rasgarem unilateralmente o acordo internacional que lastreava a moeda ao ouro (Bretton Woods), impondo assim, um megacalote mundial através da “força” do dólar, pode-se dizer que o dinheiro-mundial passou a ser emitido pelo Estado norte-americano “sem obediência a nenhuma regra de emissão, ou seja, de forma completamente dissociada dos circuitos produtivos reais” (Benjamin, 98, p.132).

Isto significa que os EUA exportam para o mundo, em escala maciça, moeda internacional sem lastro. E que “transformam-se em um Estado rentista. O sistema de taxas de câmbio fixas e ajustáveis se desestrutura<sup>150</sup>.”

“Reiteremos este ponto fundamental : *o processo de globalização deslança a partir do momento em que é impulsionado pelo Estado nacional hegemônico, em defesa de seus interesses. Confundir “globalização” e “fim da ação dos Estados” não passa, portanto, de grossa bobagem*. Isso, aliás, é visível a olho nu” (Benjamin, 1998, p.132, *Itálico do autor. Grifo nosso*).

Valenzuela “está de acordo em que as teses e práticas do neoliberalismo, exportadas aos países dependentes estão intimamente associadas com a manutenção da hegemonia norte-americana no contexto da mundialização efetuada sob a égide do capital financeiro daquele país” (Salles, 1998).

Ao centralizarem uma parte enorme da poupança mundial, os EUA tornaram-se, em escala maior que qualquer outro país do G-7, o Estado agiota internacional, uma nação que, mais que outras, vive de renda. Uma nação que capta poupança na periferia do sistema numa escala sem precedentes históricos (e a transfere para grupos privados). O êxito (e o

---

<sup>150</sup> Desde então, as operações cambiais vieram em um crescendo, atingindo hoje cerca de sessenta vezes o valor do comércio propriamente dito. Em 1995, o giro diário nos mercados cambiais globais já ultrapassava 1,5 trilhão de dólares (rodapé do próprio autor em *A opção brasileira*). Todos os grifos são nossos; os itálicos, do autor.



funcionamento) dos fundos de pensão norte-americanos e dos de quase todo o mundo, passa a depender visceral e perigosamente dos mercados financeiros norte-americanos, da “saúde” das frações dominantes do capital financeiro. Por sua vez, o funcionamento do capitalismo norte-americano, em boa medida, depende daquele fluxo a partir de países do mundo inteiro, na forma de juros e dividendos das dívidas internas e externas, dos fundos de pensão e de todo tipo de espoliação internacional.

Em suma, a despeito dos EUA posarem de defensores de uma ordem internacional equilibrada e de interesse geral, a própria hegemonia norte-americana, apoia-se em uma ditadura rentista, agiota, patrocinada pelos EUA, já que se estabelece, por exemplo, pela via de dívidas colossais como a brasileira, um “regime de ‘ditadura dos credores’, uma espécie de regime de caráter mundial que atinge, em um grau ou outro, direta ou indiretamente, o conjunto dos países” (Chesnais, 1998 b, p.27).

Neste caso, não basta denunciar passivamente aquela ditadura. “É preciso *repudiar a dívida pública*, cujo fardo é esmagador e pesa cada vez mais sobre as rendas mais baixas e cada vez menos sobre o capital e as rendas elevadas” (idem, 30). Aqui se estabelece uma relação íntima entre ajustes fiscais (que arrancam rendas dos trabalhadores para cobrir dívida), entrega de patrimônio público ao grande capital internacional, monetarização do Estado, *dolarização* da economia, com a política neoliberal, a que mais convém àquela “ditadura dos credores”.

Aquela ditadura rentista, ou a financeirização<sup>151</sup>, passa a ser via de intensificação do caráter imperialista das relações econômicas internacionais e da busca de recomposição do lucro através do aumento da exploração da classe trabalhadora (“exclusão”, “redução” dos mercados nacionais, necessidade de consolidá-los mundialmente)<sup>152</sup>. Não é demais entender tal processo (e a chamada *globalização* como um todo) como uma fase superior do imperialismo. Ou como a reatualização da ordem imperialista<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> *Financeirização*. Utilizaremos este conceito com o sentido a ele emprestado por autores como Benjamin (*Ver A opção brasileira*), que, dessa forma, chamam a atenção para um processo onde o capital financeiro, a especulação e a agiotagem ganham peso sem precedentes. Ou como argumenta Amaral Filho, *financeirização da economia* significa que os indivíduos e os investidores institucionais passaram a preferir cada vez mais investir em papéis em detrimento do consumo e do investimento produtivo. Mesmo os empresários produtivos passaram, eles próprios, a apostar no retorno rápido desse mercado, a fim de compensar o enfraquecimento do seu lucro puramente operacional” (Filho, Amaral, Mello, 1998).

<sup>152</sup> Conversação com Severo Salles, Brasília, 7 dez. 1998.

<sup>153</sup> “Lênin define o imperialismo como a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital e indica que este fato se materializa na hegemonia do rentista e da oligarquia financeira e na situação privilegiada

Apesar de todos os indicadores de “mudanças globais” ou de *globalização*, cresce a opressão nacional, pioram as condições globais de vida dos povos, de exclusão e desemprego com seu impacto nada cosmopolita (nada “global”) de xenofobia, e nacionalismo radical, nos países capitalistas mais avançados. Cresce muito mais essa “anti-globalidade” do que qualquer nova “sociedade civil mundial” ou expansão do cosmopolitismo e da integração entre povos e nações. “A *globalização* é um fato mas é tudo menos global” (Fiori, 1997, p.235).

Em suma, uma grande contradição da nossa época<sup>154</sup>, é aquela entre o avanço cosmopolita do capital, da sua reprodução ampliada (como quer que seja qualificada: *globalização*, mundialização, *global business*) que, malgrado todo seu caráter internacional, mundializado, vai engendrando precisamente o oposto do que sugere o termo *globalização*: o desemprego crônico, expansivo e em larga escala, que funciona como desintegrador social e base fundamental da negação do cosmopolitismo (a xenofobia, o obscurantismo cultural, religioso, o ódio étnico, racial, social).

### **Crítica ao conceito de *Globalização***

As periódicas crises mais ou menos parciais de *queima* de capitais, os chamados ataques especulativos, com certa frequência têm sido explicados como decorrência da chamada *globalização*. A *globalização* sem precedentes da tecnologia, do capital financeiro, da produção e circulação de mercadorias (internacionalização da economia) é assumida, neste caso, como a matriz explicativa para aqueles surtos de crises que chegam à *quebra* de economias inteiras e de Estados.

Abstraindo um pouco a diversidade que o conceito de *globalização* assume conforme o autor (o conceito de Mercadante não será o mesmo utilizado por um Roberto Campos, por

---

de um pequeno número de Estados financeiramente poderosos “. Imperialismo é “o funcionamento do conjunto do capitalismo que alcançou estágio monopolístico e constituído como sistema mundial, único e integrado” (Gill, 1983, p.21). “O imperialismo era uma condição dos monopólios, que, por sua vez, eram a condição para a existência do capital financeiro. Mas este era em si mesmo a força motriz do imperialismo e uma das características que o definiam. O livro de Lenin, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* expressa esse ponto da seguinte maneira: “A característica do imperialismo não é o capital industrial mas o capital financeiro”(Bottomore, 1988, p. 48).

<sup>154</sup> Contradição que pode ser qualificada como a “ perversa e potencialmente catastrófica contradição de nosso tempo” (Moraes, 1996, p.144).

exemplo), vale destacar um problema no qual freqüentemente incorrem os que centram suas explicações da crise atual na categoria *globalização*: costumam obscurecer o fato de que se trata de uma crise do capitalismo, onde as determinações do processo de crise de acumulação do capital seriam de suma importância e atualidade, portanto, para se compreender o que acontece no mundo do nosso tempo<sup>155</sup>. Estas determinações tendem a ser substituídas, quando às vezes se recorre ao conceito de *globalização*, por alguns fatores gerais que comporiam uma mundialização nem sempre bem definida.

Aqui vai residir um primeiro problema: se a *globalização* chega a ser concebida como uma explicação que substitui e/ou desvia a percepção sobre a entrada em vigor de uma ordem imperialista de novo tipo<sup>156</sup> (francamente financeirizada, no caso) e suas determinações, e da própria vigência da luta de classes e de decadência de um sistema, a nosso ver, *globalização* estará sendo um conceito que, por sua boa dose de reducionismo, neste caso, deve ser bem relativizado. E submetido à crítica.

Ele pode ser criticado, por exemplo, por sua capacidade de obscurecer a vigência da mais profunda desigualdade internacional, do acirramento das lutas nacionais, do poder autocrático e planetário do *G-3* (a *Tríade* EUA, Japão e Alemanha), da absoluta ausência de uma “*globalização*” dos juros, da riqueza e dos direitos sociais e trabalhistas (os quais ao contrário, se “*desglobalizam*”, são desmontados diferenciadamente).

Chesnais prefere o termo *mundialização do capital* ao anglo-saxônico (e preferido da mídia), *globalização*. O primeiro lhe parece mais próximo da realidade. *Globalização*, segundo o argumento de Letizia, “quer indicar uma internacionalização econômica “livre”, supostamente não submetida a intervenções institucionais ou racionais, usando por isso a raiz de conotação geográfica ‘globo’, entendendo este como uma esfera com “habitantes” indiferenciados, espalhados por sua superfície. O sentido dessa “neutralidade” é impingir a

---

<sup>155</sup> De outra parte, há autores que sequer legitimam a *globalização* como um conceito válido, uma vez que não concebem que esteja acontecendo uma *globalização* qualitativamente diferente daquela do início do nosso século. Batista Jr., por exemplo, considera a “*globalização*” e a “*unificação do mundo*”, algo assim como uma manipulação da informação, uma propaganda ideológica em cima de tendências reais. “Daqui a algum tempo, depois que a economia brasileira tiver sido leiloada para tapar os rombos produzidos pela política econômica do governo, descobriremos que a “*globalização*”, tal como é discutida no Brasil, é mais uma canoa furada em que resolveram nos embarcar” (Batista, Jr., 1997). Batista Jr terminaria, na década seguinte, como alto funcionário do FMI.

<sup>156</sup> Contra, no caso, o argumento de que “a *globalização* é a nova face de um fenômeno antigo, o imperialismo” (Pont, 1997).

evolução econômica recente como uma superação da velha compartimentação nacional por uma atuação mais livre dos indivíduos no “mercado” (Letizia, 1997).

Ao contrário, no mundo acentuam-se as desigualdades entre as nações, a hierarquia EUA-América Latina, por exemplo, é notória. Os EUA (que com mais três ou quatro nações dominam o resto do mundo) têm mais direito de endividamento que as demais nações, e sua moeda nacional é o dinheiro mundial; as grandes multinacionais operam escudadas em privilégios exorbitantes garantidos por aquelas potências dominantes “que controlam a produção industrial de ponta e são proprietárias das patentes de tecnologia avançada. E existem, por cima disso tudo, as instituições mundiais controladas pelo G-7, que decidem o que deve ser “globalizado” e o que não deve” (Letizia, 1997).

Um exemplo crítico: as relações de trabalho não devem ser globalizadas, “devem permanecer “compartimentadas, para que as multinacionais possam “deslocalizar-se” explorando as diferenças. E existe um FMI (*Fundo Monetário Internacional*), ao qual os grandes investidores atribuem o direito de bom ou mau “aluno” às nações subalternas e de punir com restrições de crédito internacional as que desobedecem a suas “recomendações” (Letizia, 1997).

Como tentar compreender o mundo através de um discurso centrado em globalização, em mercado, se não há globo comandado livremente pelo mercado e se o “global” é fundamentalmente uma camisa-de-força imposta à maioria das nações? E mais ainda: se “a vida no planeta Terra se organiza a partir de uma divisão internacional e desigual do trabalho, estruturada a partir de nações dotadas de forças políticas desiguais” (Nóvoa, 1998)? Se a própria desregulação financeira foi imposta pela nação rentista norte-americana – em benefício dos grandes financeiros – à maioria das nações desde os anos 80? A própria desregulação financeira, marca da chamada *globalização*, foi imposta (em suas formas institucionais, via OMC, FMI, etc.) de forma nada global, “foi ditada pelas grandes nações, as pequenas sendo colocadas diante dos fatos consumados”, na base do “os grandes globalizam”, “os pequenos adaptam-se”, como diz Chesnais (Letizia, 1997).

Ao lado da crítica ao conceito de *globalização* - não apenas, como procuramos argumentar aqui, por sua ambiguidade, mas também por seu reducionismo - parece igualmente importante que outras idéias-força às quais às vezes se recorre para interpretar a

crise e a própria globalização financeira, sejam igualmente relativizadas. Revolução tecnológica é uma delas, a presença de um capitalismo de novo tipo, onde sua *novidade* explica o fundamental, é outra.

Em outras palavras, com alguma frequência, capital financeiro e sua globalização, são alinhados lado a lado com elementos como reestruturação produtiva, regime de acumulação pós-fordista, terceira revolução tecnológica<sup>157</sup>, “racionalidade do mercado” ou outros, de forma que fica parecendo que algum ou alguns daqueles elementos possa(m), do ponto de vista explicativo, dar conta do fundamental<sup>158</sup>. Às vezes são mencionados como “globalização tecnológica”, “globalização produtiva”.

É ponto de vista desta pesquisa, que processos como estes últimos, mesmo sendo completamente relevantes e pertinentes no entendimento concreto da crise atual, mas só ganharão, um entendimento e contextualização mais profundos, se compreendidos nos termos de uma crise de acumulação capitalista<sup>159</sup> onde se incluem questões como as do poder e do funcionamento de suas frações dominantes. O próprio neoliberalismo pode ser melhor visto dentro desse enfoque.

“O neoliberalismo não é, como alegam os seus defensores ideológicos, o produto da crescente racionalidade do mercado e, muito menos, um produto dos imperativos tecnológicos ou da globalização. As inovações tecnológicas aconteceram antes e depois do “neoliberalismo”; a globalização do capital ou o imperialismo ocorreram sob diversas formas de capitalismo; duas décadas de estagnação econômica mal qualificam uma estratégia de “desenvolvimento econômico bem-sucedido” (Petras, 1997).

O neoliberalismo tem muito mais o perfil de um fenômeno de dimensões econômicas e essencialmente políticas: dificilmente pode ser compreendido sem que se leve em conta a derrota político-militar dos movimentos populares, ainda que isso só não baste para explicá-

<sup>157</sup> Em um texto ricamente argumentativo, Simon Clarke avalia que “a reestruturação institucional (refere-se à ofensiva política dos governos capitalistas na década de 90, GD) foi imposta pela crise da reprodução capitalista -e não pelos requisitos de qualquer tecnologia particular”. (...) “A crise do fordismo não é nada de novo ; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo” (Clarke, 1991, p. 150).

<sup>158</sup> Ora uma indefinida *globalização* econômica, ora a reestruturação produtiva, outras vezes a revolução tecnológica, aparecem tomados como **mais** determinantes que o capital, que verdadeiramente é quem controla os decisivos movimentos e rumos da *globalização*, nos terrenos da tecnologia, da produção, e outros. E mais que isso, de conjunto, é o capital financeiro quem detém o controle desse processo.

<sup>159</sup> Autores como Petras, Gill, Mészáros, Campos, Mandel, Bamberger, Araújo, Callinicos, Meyer, Sader, Moraes, Souza, Nóvoa, Salles, formulam diagnósticos da crise que apontam na mesma direção, que situam a chamada crise do Estado, a chamada *globalização* e as políticas neoliberais como parte das atuais contradições do processo de acumulação do capital, assim como do atual revés político das forças que se opõem ao

lo; e mais: as “saídas” econômicas que ele encarna, não estavam dadas, não eram inexoráveis, não se constituíam na única possibilidade do real. Inclusive sequer são bem-sucedidas nos seus próprios termos, capitalistas, de desenvolvimento econômico. O crescimento econômico em tempos neoliberais, é pífio e instável (*stop-and-go*).

Voltando ao ponto, nem o chamado “desemprego tecnológico”, ou a “revolução tecnológica”, nem uma *novidade* capitalista, muito menos as reformas de Estado, possuiriam, em si mesmos, o poder explicativo de que são portadores os enfoques que se apoiem na mundialização e crise do capital, em sua forma atual.

Mais que um "novo e irresistível capitalismo", mais que a novidade histórica do capitalismo moderno, mais que uma crise de reestruturação tecnológica, o que existe é um conjunto de políticas mais ou menos empíricas destinadas a lançar a profunda crise histórica do capital, mais uma vez, sobre o trabalho.

Face ao exposto, o discurso da *globalização*, intimamente vinculado ao discurso neoliberal de governos como FHC, sugere que a tendência histórica ou econômica é a da formação de uma economia global ou globalizada. Sem fronteiras, aberta em todas as direções. Aquele discurso reflete um dado de realidade: o capital se mundializa. Mas oculta uma realidade que é contrária àquele discurso, ou seja, em vez de economia globalizada e sem fronteiras, o que se vêm formando são grandes blocos econômicos liderados por países como EUA, Alemanha, Japão, grandes blocos que tratam de redividir o mundo<sup>160</sup>. Blocos que praticam escancaradamente o *protecionismo* econômico.

Ao mesmo tempo em que ninguém do mundo empresarial nem do governo norte-americano, como argumenta Chomsky, leva a sério o “livre comércio”. “Os setores da economia americana que podem competir internacionalmente são principalmente, aqueles subvencionados pelo governo” (agricultura intensiva, indústria de alta tecnologia) (Chomsky, 1996, p.17).

A concorrência entre os capitais dos grandes monopólios e blocos econômicos dominantes os leva a patrocinar, para a periferia do sistema, aquelas exigências neoliberais.

---

capitalismo .

Através dos seus governos, os monopólios procuram “criar mercados regionais mais amplos (União Européia, Nafta, etc.), retirando direitos sociais históricos conquistados pelos trabalhadores de todo o mundo e tentando destruir as indústrias e o Estado dos países menos desenvolvidos, a fim de incorporá-los passivamente a esses seus mercados regionais, na condição de meros consumidores de produtos industriais” (Souza, 1995, p.15) .

Em síntese, a ordem imperialista de novo tipo (já sem a existência do confronto URSS-EUA e agora com profunda autonomização e mundialização do capital financeiro e incluindo em seu *processus* econômico a revolução na informática e microeletrônica), longe de tender a implantar qualquer coisa do tipo “comunidade global”, ou de ser portadora de uma globalização civilizatória, de uma globalização de novo tipo, auspiciosa, não supera velhos antagonismos, velhas hegemonias imperiais, mas fundamentalmente vem reconfigurar suas articulações internas, suas proporções, sua gravidade e reafirma a lógica da acumulação capitalista, agora sem a peia da fase do confronto americano-soviético (Moraes, 1996) e sem apontar para uma nova ordem mais cooperativa, concertada e tendente a uma racionalidade deste tipo, que substitua a camisa-de-força imperial e a “ditadura dos credores” e do Estado rentista norte-americano sobre países como o Brasil.

### **3.2. CAPITAL FINANCEIRO: SUA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA E HEGEMÔNICA COM A ECONOMIA PRODUTIVA**

Por mais que se acumulem capitais na esfera especulativa, capitais fictícios, que geram dinheiro a partir do dinheiro sem passar pela produção, há, entretanto, um ponto que não se deve perder de vista sob pena da crise atual do capitalismo, do ascenso e hegemonia global das frações burguesas do capital financeiro tornar-se incompreensível<sup>161</sup>.

---

<sup>160</sup> Ver (Souza, 1995), especialmente o Capítulo *Globalização da economia... ou tentativa de redivisão do mundo?*

<sup>161</sup> Capital produtivo será entendido aqui como capital empregado na indústria no sentido mais amplo do termo. Capital financeiro será entendido ao longo desta dissertação dentro dos seguintes limites conceituais. Capital financeiro será tomado no sentido mais amplo da palavra; vale dizer, como algo que engloba tanto 1) o capital fictício tal como entendido por Marx, quanto 2) o capital financeiro na formulação de Lênin, Bukharin. Neste caso sem opor Lênin ou Bukharin a Marx. Mesmo sem aspas, ficará subentendido, portanto, que ao ser mencionado capital financeiro nesta dissertação - e salvo alguma observação explícita - ele será entendido no sentido *lato* e não estrito do termo; o que nos permite, indistintamente, que possamos nos referir a ele **aproximadamente** nos termos em que Mercadante parece fazê-lo: capital especulativo, capital volátil, por

E este ponto, colocado em termos mais simples é: por mais que as frações financeiras do capitalismo e a montanha de capital fictício possam ser vistas como comandando o processo, a crise capitalista é na produção, fundamenta-se na economia real, produtiva; capital fictício, monetário não cria riqueza, não tem capacidade de gerar valor, é fundamentalmente na produção que o capital financeiro se valoriza. Em outros termos, “comandar” não significa determinar, não tem o sentido de criar riqueza.

A mundialização financeira é fruto, historicamente, da exacerbação das contradições na esfera da produção, estabelecendo-se, então, um *feed back* recíproco entre as duas esferas. No caso da crise asiática, esta precipitou-se em razão do vínculo entre as esferas financeira e produtiva; sendo que, ao que tudo indica, foi nesta última que se situou a causa principal<sup>162</sup>.

É dentro desses pressupostos que se realiza nossa investigação. Remetemos textualmente para certos elementos da abordagem em que se apoia Chesnais.

“É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa "dinâmica" específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à "inflação do valor dos ativos", ou seja, à formação de "capital fictício". Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos dos seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas”. (Chesnais, 1996, p.15). Grifo nosso.

Os argumentos de Chesnais vão no sentido de que o âmago da chamada *globalização* (de fato, da mundialização do capital), encontra-se na economia produtiva<sup>163</sup>. A financeirização da economia, a hegemonia do capital especulativo que vem desde o

---

exemplo. Certamente, por outro lado, este autor não está referenciado por autores como Lenin ou mesmo Marx. Seu mais forte vínculo é com autores de fora do campo marxista como Conceição Tavares e afins.

<sup>162</sup> Conversação com Severo Salles, Brasília, 7 dez. 1998.

<sup>163</sup> Para maior precisão sobre o pensamento econômico de Chesnais vale conferir o artigo: *Chesnais, a esfera financeira e a crise capitalista*, revista Iskra n. 2, novembro 2009.



*reaganismo* e o *thatcherismo* a partir dos anos 80, não somente tem tudo a ver com aquela crise instalada na economia real, como é uma resposta do sistema a ela, nos termos de uma ofensiva contra o trabalho, numa busca de sua mais profunda exploração (e extração de mais-valia).

Temos um duplo movimento do capital financeiro: 1) o capital financeiro punciona o produtivo, daqui extraindo parte da mais-valia e 2) ao mesmo tempo, prossegue seu próprio curso de reproduzir-se na base do dinheiro que gera dinheiro; a massa de capital fictício, dessa forma, distanciando-se perigosamente da produção, do *locus* onde, de fato, se gera riqueza.

O **centro** dinâmico da mundialização do capital está na esfera produtiva, e nesta, na ofensiva contra as conquistas trabalhistas do segundo pós-Guerra (Letizia, 1997). Aqui estão incluídas a desregulação e “flexibilização” do trabalho, a terceirização, as novas formas de organização empresarial (onde uma solidariedade empregado-patrão leva ao rebaixamento da situação social da mão de obra terceirizada e até da não-terceirizada).

Os contratos de trabalho são desregulamentados para todos os trabalhadores, o emprego torna-se precário para a maioria, e certos segmentos mais estáveis e mais qualificados são largamente cooptados (sua mente é tomada pelos valores do capitalismo atual). Na feliz síntese de um estudioso do assunto, “no âmago da mundialização está uma nova norma de direitos flexíveis para o trabalho e poderes inflexíveis para o capital” (Letizia, 1997). E estão os movimentos de um novo tipo de capital produtivo, que domina empresas subordinadas espalhadas pelo mundo inteiro, as empresas-rede, e delas “extrai mais-valia em seu nome, *sem arriscar capital*” (idem).

A própria financeirização da economia não surge aleatoriamente, não deriva das injunções do capital fictício em si mesmo: apóia-se num dado político e bem concreto, o das derrotas fundamentais do movimento sindical internacional.

“É justamente o fato de que as novas formas de organização do trabalho constituem a mola essencial da mundialização, que esta pode ser datada a partir das derrotas dos trabalhadores no Reino Unido e nos EUA, sob os governos Thatcher e Reagan, combinadas com o fim das ilusões do movimento operário do mundo inteiro no “socialismo real”. A mundialização do capital comercial se dá principalmente através da modificação da estrutura

do comércio mundial, que provoca inclusive o desaparecimento de muitas exportações especializadas regionais. O comércio passa a concentrar-se entre os países ricos, o que diminui o poder de barganha da periferia capitalista”. (...)

“Principalmente, surge o comércio internacional intra-empresa, que assume hoje proporções gigantescas, e que se furta à lógica do comércio entre as nações. Os governos perdem poder de escolha da especialização de seus respectivos países na divisão internacional do trabalho” (Letizia, 1997).

Brunhoff reforça essa mesma idéia de que a crise capitalista que toma forma na financeirização da economia capitalista dos anos 80 e 90, tem sua raiz na economia real, na queda dos lucros na economia capitalista real, industrial e não no próprio capital especulativo ou na operação dos Bancos Centrais .Seu argumento:

“A política americana de restrição monetária e de taxa de juros elevada, nos anos 1981-1982, é em geral considerada como a causa do alto custo do crédito e da asfixia financeira das empresas devedoras: ela estaria então na origem da crise econômica. Mas, na realidade, a política monetária do Federal Reserve System (Banco Central Americano) foi *precedida* de uma queda da taxa de lucro das empresas, no curso dos anos 70, assim como uma redistribuição internacional dos fluxos financeiros. Ela não suscitou a crise dos anos 1981-1982, ela apenas *geriu*, de maneira a que fosse mantido ou restabelecido o poder econômico do capital-monetário”.

“Não há dúvida de que o sistema capitalista contemporâneo repousa sobre “uma montanha de dívidas”, que não podem ser saldadas. Como dizia Marc Bloch<sup>164</sup>, é “um regime que morreria com a apuração instantânea de todas as contas”, já que “ele espera constantemente os lucros do futuro”. Mas a diluição da propriedade do capital que poderia advir é incompatível com o próprio fundamento do sistema. É por isso que, na falta de reembolso do principal, o pagamento dos juros é quase sempre exigido. Ele é o signo da intangibilidade do direito dos financistas sobre uma parte do sobreproduto social”.

“Mas é necessário ainda que esse sobreproduto seja criado e que os encargos financeiros não penalizem os investimentos produtivos a ponto de afetar o processo de acumulação, já atingido pela queda dos lucros. A ameaça de uma crise financeira geral é hoje atenuada pela atividade dos Estados, “emprestadores em último recurso”, e pela prática dos próprios financistas, que tentam conciliar a recuperação de seus fundos com a sobrevivência econômica dos devedores mais importantes. A administração da dívida do Terceiro Mundo pelos grandes bancos ocidentais deve ser considerada nessa perspectiva” (Brunhoff, 1991, p.161, Grifo da própria autora. Sublinhado nosso).

---

<sup>164</sup> Em *Esquisse d’une histoire monétaire de l’Europe*, Cahiers des Annales, no.9, A Colin, p. 93, 1954. Citação da autora.

Ao mesmo tempo, desemprego maciço e desmantelamento do *Estado de proteção social*, além da “flexibilização” das relações do trabalho, desmonte do Estado (não somente no social mas ali onde não interessa ao grande capital a presença pública), estes e tantos outros, são sinais e sintomas de que o capital não cessa de investir naquela mesma direção, a de buscar sair da recessão pelo aumento da taxa de exploração na fábrica, na economia produtiva, de lançar-se contra o trabalho, de aumentar violentamente a extração de mais-valia. Atirando-se sobre a economia real.

Chesnais argumentou sobre a financeirização da economia como um processo que não gera, em si mesmo, um aumento da riqueza real, global, por mais que promova transferência de rendas. Collin<sup>165</sup> pensa na mesma direção, e vai chamar a atenção para aquela financeirização (especialmente em sua dimensão dívida pública: como instrumento de transferência de rendas da economia produtiva para a economia fictícia, para a classe rentista).

De toda forma, financeirização da economia em si mesma não aumenta a riqueza global, é preciso destacar que, de toda forma, significa transferência de riqueza dos salários em direção à classe capitalista (e, em parte, às classes médias que se nutrem da especulação). E vem sendo acompanhada de maior exploração da força de trabalho em vários nichos.

E aqui, os Estados, muito mais que vítimas, são os atores maiores da mundialização financeira: “seu endividamento, que parece catastrófico para o contribuinte, é, ao contrário, uma benção para o especulador”. A dívida pública funciona como um dos agentes centrais daquela transferência de renda (da classe trabalhadora para os capitalistas rentistas). Em suma: “a financeirização do mundo, é, particularmente, um impulso espetacular das operações sobre títulos da dívida pública” (Collin, s/d).

---

<sup>165</sup> “O parasitismo não pode desenvolver-se se não existir uma condição, a de um corpo vivo que possa ser parasitado. A especulação não é possível a não ser que o corpo vivo da economia real lhe permita. Michel Husson destacou que ‘os discursos sobre a economia-cassino fornecem descrições úteis e críticas operacionais, mas que não vão satisfatoriamente à raiz das coisas. O limite principal dessas abordagens, mesmo aquelas que se revelam críticas, é o de não romper com um certo fetichismo da finança. Este discurso, na verdade, conduz a que se tome os símbolos de riqueza pela própria riqueza, as grandezas virtuais -por exemplo a soma das transações, geralmente eletrônicas, efetuadas em um dia no conjunto das praças financeiras que operam em linha, das praças ocidentais a Hongkong e Singapura -e as grandezas reais- as compras de automóveis, alimentos comuns, trigo, sapatos de esporte. É precisamente neste gênero de fantasmagoria que sucumbem freqüentemente os apologistas fanáticos da rede, da mundialização, e da manipulação dos símbolos em substituição da manipulação das coisas, da realidade virtual suplantando a realidade material e coisas no estilo”. (Collin, s/d, p.18, tradução nossa).

Por mais que as análises da mídia se fixem essencialmente na moeda, em ataques especulativos e cotações de Bolsas, na própria *globalização* como um fetiche explicativo, ou no dinheiro que gera dinheiro, e, em parte, negligenciem a produção, esta continua sendo fundante em toda análise da crise capitalista atual.

É próprio das abordagens alienadas do sistema capitalista colocarem-se do ponto de vista do detentor do capital, isto é, acreditarem firmemente na “fertilidade espontânea do dinheiro que engendra dinheiro” (este é o fio condutor do pensamento econômico contemporâneo).

“No entanto, se nos colocamos do ponto de vista da produção, isto é, do ponto de vista da mais-valia realmente produzida, a paisagem econômica se apresenta de forma diversa. No caso japonês, a potência econômica e financeira apoia-se sobre um sistema que apresenta características extremamente arcaicas, como também relações de trabalho marcadas pelo feudalismo, do ponto de vista da produtividade do trabalho. Os excelentes resultados das empresas japonesas são obtidos através do desmesurado alongamento da jornada de trabalho. A produtividade permanece relativamente fraca, em todo caso bem longe dos anunciados milagres; dessa forma, um empregado japonês de setores de alta tecnologia como as Telecons, deve trabalhar 2200 horas, quando para um francês são suficientes 1600”<sup>166</sup>. (Collin, s/d, Tradução nossa).

Portanto, a origem do capital financeiro está na economia real, por mais que dinheiro insista em criar dinheiro, processo rotineiro no regime *bancocrático* atualmente dominante. A hipertrofia do capital fictício nesse sentido não apenas reflete seu auto-movimento, não apenas corresponde ao movimento de um capital que entrou em crise de rentabilidade na produção, como ainda se dá dentro de uma dinâmica onde o capital produtivo é - em última instância -, punctionado pelo fictício, é indissociável deste.

Grandes multinacionais da indústria são inseparáveis organicamente da centralização financeira internacional, do funcionamento dos grandes fundos de pensão privados, dos grandes e poucos grupos que decidem nesse universo dos circuitos financeiros.

---

<sup>166</sup> Por isso mesmo o Japão não alcançou posição dominante em informática, que terminou sendo amplamente dominada pelos EUA, tanto em *hardware* quanto em *software*.

Este dado tem que ser levado em conta pelos autores que concebem a idéia de “regular o mercado”. Pois bem, este é o mercado a ser regulado, o do império do capital financeiro. Só que ele se estende e está inseparavelmente articulado com a indústria, com o capital produtivo. Sua lógica e seus movimentos não sugerem qualquer regulação sobre ela que não seja a do lucro, a da acumulação capitalista.

“O espaço no qual o capital industrial concentrado se movimenta (isto é, o quadro que as multinacionais escolhem para desenvolver suas estratégias “globais”) é aquele delimitado, por um lado, pelas relações constitutivas do oligopólio mundial e, por outro, pelas oportunidades de deslocalização (ou seja, transferência das unidades de produção para países com salários muito baixos) que a liberalização quase completa das trocas tornou possível. Mas isso *não* implica -nem jamais poderá implicar- que o conjunto das regiões e dos países do mundo possa interessar ao capital e que muitos países, e mesmo partes inteiras de continentes, possam ser alcançadas pelo movimento de mundialização do capital *senão sob a forma contraditória de sua marginalização* (mecanismo complementar e análogo àquele da exclusão da esfera da atividade produtiva que atinge uma parte da população no seio dos países, sejam eles industrializados ou em desenvolvimento).” (Chesnais, 1998 b, p.17) .

A pergunta que daqui decorre é mais ou menos óbvia: boa parte do planeta já não interessa ao grande capital; que tipo de regulação vai mudar este quadro real, objetivo?

E mais: a própria lógica do investimento produtivo coloca-se, para aquele autor, significativamente mais voltada para a acumulação fictícia do capital, do que para a reprodução ampliada, na produção. O investimento produtivo apresenta-se como indissociável dos interesses do capital rentista, agiota.

Em suma, aquela autonomização do capital financeiro (sem precedentes, mas sempre relativa) vem sendo sustentada pela economia real, na mesma medida em que - além da citada ofensiva pelo aumento da taxa de exploração do trabalho - os prestamistas, o capital rentista, nenhum deles abre mão dos juros, do serviço da dívida, da imposição dos ajustes econômicos à periferia, por exemplo, juros que implicam em taxar a classe trabalhadora local. E da indução da “política” industrial em função dos seus interesses rentistas. Esta é a lógica do processo, por cima de qualquer tentativa política que vá em direção contrária.

### **Para além da crítica à economia-cassino**

Aqui já se pode retomar um ponto que interessa ressaltar nessa pesquisa: para certos autores que analisam a crise atual, o capital financeiro lhes aparece quase que autonomizado, quase descolado do produtivo; a crise, no seu entendimento, estaria ancorada essencialmente no capital volátil, o problema residiria na agiotagem.

São autores que tendem (é o caso de Mercadante, assim parece) a certa fetichização do capital especulativo, do *cassino* global, mesmo quando o criticam; em outras palavras, o problema, segundo a ótica desse tipo de crítica, estaria nos excessos especulativos do capital financeiro; o sistema capitalista poderia ser regenerado, voltar aos trilhos, “se” o *encilhamento* fosse corrigido, se o desvairio do capital volátil fosse enfim controlado. A crítica se desenvolve nestes marcos.

Um dos maiores complicadores que fragilizam esse tipo de crítica está justamente em perder a noção de totalidade e preservar o capital chamado produtivo de uma crítica adequada.

Analisar o capital financeiro desvinculando-o a tal ponto do capital produtivo, dificulta a percepção de pelo menos dois aspectos: a origem do capital financeiro está lá, como vimos, no capital que se apropria da mais-valia na produção e em segundo lugar, este capital produtivo é não somente o que está tratando de aumentar a taxa de exploração do trabalho (via desemprego “tecnológico” e “não-tecnológico”), mas ele constitui, ele mesmo, uma modalidade de capital que não tem como desvincular-se do financeiro (estando apto a reproduzi-lo após *queimas* de capitais ou a cada crise no terreno da produção e realização de mercadorias).

De toda forma, e uma eventual *queima* de capitais se dará neste contexto, ou seja, onde as suas determinações se cruzam, e não fora dele. Ou ainda mais precisamente: certamente estamos diante de grupos capitalistas que se identificam entre si, ou, na prática, dos mesmos grupos.

Dessa forma, uma abordagem da globalização financeira que deixe de levar em conta aqueles aspectos, pouco irá além de arranhar as implicações históricas, econômicas e sociais

do atual processo de financeirização da economia, ainda que carregue nas cores críticas ao capital especulativo.

Há um decisivo poder dos bancos sobre as empresas. O capital acionário de grandes empresas industriais está intimamente ligado ao capital bancário, e este - como controlador ou em representação de fundos de pensão e de pessoas físicas - chega a deter o controle efetivo dos pacotes de ações decisivos ou estratégicos. Há estudos de Kotz (1978) e de Minns (1980) a este respeito (Bottomore, 1988).

Os bancos e grupos financeiros estão intimamente envolvidos nas ondas de fusões e na reestruturação industrial dos anos 70 e 80 (Bottomore, 1988, p. 50). Os bancos, seja por sua posição de controladores do capital financeiro, portanto de capital plenamente relacionado ao capital industrial, seja por sua condição de capital de financiamento (este menos diretamente ligado ao industrial), e, em particular, do capital que vem na forma do crédito internacional para Estados como o brasileiro, são peças indissociáveis do funcionamento produtivo.

Num processo dessa natureza, revela-se frágil a posição que autonomize demasiado o capital financeiro, que tomem a ele como *núcleo duro* da crítica.

### 3.3. DISCIPLINAMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO

A hegemonia atual da classe burguesa rentista sobre a economia internacional e do Estado agiota norte-americano sobre a política internacional, são dados de um contexto histórico que configura uma (nova) ordem imperialista que parece negar todo discurso que pretenda recuperar o capitalismo e o capital financeiro para a civilização, domá-lo, infundir-lhe uma função social, humanitária<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> Um importante lembrete: o alvo da nossa discussão, nesta seção e nas demais, é a idéia de regulação do capital financeiro como saída histórica ou estratégica para a crise nacional (ou mundial). É corrente nas discussões de esquerda que propostas puramente regulatórias sejam colocadas praticamente como a única perspectiva e/ou perfil programático frente ao capital financeiro (é o caso de Ramonet e, claramente o de

Os críticos da lógica do capital financeiro que se colocam pela esquerda, críticos do funcionamento nefasto do *cassino* global em detrimento da economia produtiva, que imaginam romper (ou superar a lógica do capital financeiro, preservando, no entanto, o próprio capital financeiro), parecem acreditar nisso: que a lógica dos chamados mercados financeiros pode ser regrada, que o funcionamento irracional da oligarquia financeira (“do mercado”<sup>168</sup>, como mais freqüentemente se diz) pode ser trazido, a partir de leis e regras políticas, a uma razão que não seja a do lucro, a da acumulação capitalista.

Tais leis e regras políticas seriam, no caso, patrocinadas por organismos internacionais (tipo G-7, ONU e afins) e seus Estados hegemônicos (leia-se G-3 e, acima de tudo, o Estado rentista norte-americano). Ocorre que estes organismos e Estados, por sua vez, segundo vários autores, estariam decisivamente controlados e/ou hegemonzados por aquele mesmo capital financeiro, por suas frações hegemônicas, neoliberais. Ou, no mínimo, seguem seus interesses.

Aqui fica posto um problema: **quem** vai disciplinar **quem**? Autores como Mercadante, ou mais elaboradamente, como Ramonet, este claramente crítico ao capital especulativo e seus males, se caracterizam por propor aquele remédio: organismos internacionais que controlem institucionalmente os movimentos do capital financeiro, sendo que, em sua proposta, nada mencionam sobre a integridade ou não da propriedade privada do grande capital financeiro (Ramonet, 1998).

Por mais que se planeje ou se pretenda “regular” o mercado (os monopólios capitalistas), o lucro continuará sendo um “planejador” fundamental da economia, com todas as conseqüências que conhecemos. “Se o lucro permanece sendo um mecanismo básico de

---

Mercadante). Não mencionam nada mais em termos de medida de fundo, ou mais efetivas, trabalham em suas formulações programáticas, mais ou menos como se tática e estratégia se confundissem; em alguns casos, porque acreditam que as medidas regulatórias bastam, que é suficiente regular, em outros porque estão corretamente convencidos de que é a única coisa possível politicamente. A nossa discussão dirige-se a todos estes casos, a todos os que por ficarem presos à discussão do “possível” ou que pelas mais diferentes razões, terminam silenciando ou rejeitando a necessidade - histórica e estratégica - de medidas mais profundas contra o capital financeiro.

<sup>168</sup> Como é notório, é inconsistente falar em mercado quando monopólios privados prevalecem no mundo. Mesmo o consumo tem muito pouco de “livre”, de regulado pelo mercado. “A parte maior da produção atual vem atender a padrões estabelecidos de consumo e a técnicas predeterminadas de produção, que são em grande medida, se não completamente, independentes do mercado. Como isso veio a acontecer? Trata-se precisamente de um resultado da crescente sociabilização objetiva do trabalho” (Mandel, 1991, p. 29).



alocação de recursos, não há razão porque os resultados negativos dele, tão familiares sob o capitalismo, não devam reaparecer” (Mandel, 1991, p.94).

Onde vai residir a força de um Estado que se encontra refém e completamente atravessado pela lógica e pelos interesses concretos, de classe, do grande capital financeiro? E mais que isso: se é certo que o Estado em um processo histórico de estagnação capitalista sobrevive à custa de empréstimos privados, dos empréstimos do capital financeiro (a quem oferece juros altíssimos, e assim constrói boa parte da dívida pública<sup>169</sup>), de mais impostos, os indicadores da crise também revelam que o capital financeiro depende inegavelmente do Estado para sobreviver. Senão como explicar o crescente intervencionismo público, as injeções de bilhões e bilhões de dólares para salvar a oligarquia financeira (o “mercado de capitais”)? Senão como entender que as encomendas estatais sejam completamente relevantes para o grande capital (o Estado é o comprador de armas, base do notório “complexo industrial-militar”)?

Ramonet propõe três medidas para “desarmar” o poder financeiro: “supressão dos ‘paraísos fiscais’, aumento da taxaço dos ganhos de capitais e taxaço das transações financeiras”. É absolutamente discutível a eficiência que teriam tais medidas, mesmo que viessem em alguma medida a ser adotadas, num processo onde a propriedade oligárquica do capital financeiro permanecesse intacta. Assim como também é discutível a própria qualificação de “Estado mundial”, utilizada por Ramonet. O que é inegável, é que o grande capital internacional conta, como nunca antes, com uma estrutura mundial de poder encarnada no FMI, BM, OCDE e OMC, além da OTAN, todos estes, aliás, organismos que seguem a lógica dos interesses do grande capital, sobretudo do imperialismo norte-americano.

---

<sup>169</sup> “O Parlamento e, mais ainda, o governo de um Estado capitalista, por mais democrático que pareça ser, está atado à burguesia por cadeias douradas que tomam o nome de *dívida pública*. Nenhum governo poderia durar mais de um mês sem bater à porta dos bancos para pagar as suas despesas correntes. Se os bancos se recusassem, o governo abriria falência”.

“A origem deste fenômeno é dupla. Os impostos não entram diariamente nos cofres; as receitas concentram-se em certos períodos do ano mas as despesas são contínuas. É deste modo que surge a dívida pública a curto prazo. Este problema não é de solução difícil, mas surge ainda outro problema, muitíssimo mais grave. Todos os modernos Estados capitalistas gastam mais do que recebem. Eis a origem da dívida pública a longo prazo para a qual os bancos e estabelecimentos financeiros adiantam dinheiro a juros elevados. Aqui está uma conexão direta e imediata, um laço diário, entre o Estado e a Alta Finança” (Mandel, 1977 a, p. 23-24). E a principal fonte de gastos públicos vem a ser, justamente aquela voltada para atender aos juros e rendimentos demandados pelo capital financeiro. Este é o maior compromisso do orçamento do Estado brasileiro, por exemplo, pagar credores, remunerar capital financeiro.

Ora, o capitalismo e o Estado moderno funcionam em torno do capital especulativo, do capital em crise de acumulação e de realização. Por isso tudo que viemos argumentando até aqui, nos parece problemática uma representação desse processo que imagine (ou projete) condicionar o funcionamento especulativo e volátil a regras que **não** sejam as da sua acumulação capitalista. Ou seja, parecem carecer de fundamento sólido e sustentabilidade histórica, as estratégias produtivas, industrialistas, que acomodem e ajustem oligarquia financeira com desenvolvimento econômico e até - como imagina a social-democracia - que venham a conduzir a uma reversão do desemprego maciço em escala planetária.

Enfim, essas e outras variantes explicativas praticamente adotam como pressuposto ou então terminam por resvalar para um denominador comum que seria: a necessidade e a inevitabilidade histórica (portanto, estratégica) de uma convivência conservadora com a grande finança. É o caso de governos como Blair, Felipe González, do governo Mitterrand<sup>170</sup> (Nóvoa,1997). Algo assim como uma naturalização do mercado de capitais, da “comunidade financeira”, do grande sistema financeiro privado, ou, no limite, da competitividade econômica, todos estes tomados como parte inexorável da vida.

Finalmente o mesmo Estado que autores como Mercadante, Ramonet etc propõem que se postule como “regulador” do mercado, encontra-se falido (pilhado que foi pelas oligarquias empresariais e suas políticas), encontra-se dirigido pela dívida, pela “ditadura dos credores” (caso brasileiro) e francamente “conquistado” pelo grande capital rentista, o mesmo que deveria ser controlado. Disso tudo emana aquele desafio de se pretender controlar um poder colossal mantendo-o ... intacto. Equivale a dizer: uma “regulação política” desse tipo, termina por reforçar a acumulação capitalista (não se sustenta em outra direção), como foi o exemplo Mitterrand (pressionado pela ameaça da “fuga de capitais”, adaptou-se amplamente à política do capital financeiro).

“Dois anos depois da triunfal eleição do presidente Mitterrand, a França enfrentava uma crise na balança de pagamentos e foi obrigada a desvalorizar sua moeda e a substituir o estímulo keynesiano de demanda pela “austeridade de face humana” (Hobsbawm, 1996, p. 401).

---

<sup>170</sup> “Mitterrand e o Partido Socialista aplicaram uma política semelhante àquela do seu opositor eleitoral. Na Inglaterra, o trabalhista Tony Blair tornou-se, circunstancialmente, o veículo de expressão de uma parcela considerável da população, contra a política neoliberal de Thatcher e de seu sucessor. Mas é previsível que seu governo irá fazer o mesmo que Mitterrand fez na França, Mário Soares em Portugal, e Felipe Gonzalez na Espanha - onde o índice de desemprego atinge 25% da população economicamente ativa” (Nóvoa, 1997).

Os mecanismos através dos quais o capitalismo assume suas crises gerais (destruição dos concorrentes, por exemplo), assim como as vias “naturais”, inexoráveis do sistema tentando recuperar-se (busca da lucratividade), se agravam e são mais devastadoras social e historicamente com o tempo. O que acrescenta dificuldades às pretensões regulatórias.

“Como esses problemas (da crise, GD) surgem da própria acumulação capitalista, e não da concorrência insuficiente ou dos salários excessivos, não podem ser simplesmente “administrados” pela intervenção do Estado, *por mais progressista que seja a intenção deste*. A política não pode comandar e não comandará o sistema, a menos que esteja disposta a reconhecer que a solução capitalista de uma crise *exige* um ataque à classe operária e que a solução socialista exige, por seu lado, um ataque ao próprio sistema” (Shaikh, 1988).

### **3.4. ESTADO BRASILEIRO NO CASSINO GLOBAL: DOMINADO PELA CLASSE RENTISTA.**

No caso brasileiro, a idéia de se “regular o mercado”, de arrancar o país da financeirização e “impulsionar a produção”, preservando-se a oligarquia financeira privada (e seu poder) enfrenta dificuldades análogas às examinadas até aqui.

Como ponto de partida nessa questão, destaco uma determinada interpretação -feita por Chesnais - a respeito de como o Brasil evoluiu, neste século, com relação à oligarquia industrial e financeira internacional.

“O caso do Brasil é notável, porque houve nos últimos anos uma reviravolta política e econômica. Desde a década de 30, a burguesia industrial ocupava o centro do poder. A crise econômica de 29, no plano econômico, e o *varguismo*, no plano político, colocaram em segundo plano os setores cuja riqueza provinha da escravidão, do latifúndio, de uma relação com o sistema financeiro que, vê nos bancos apenas um refúgio para conservação e multiplicação de riquezas”.

“Nos últimos anos porém, a burguesia financeira assumiu o poder político no Brasil, e este é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social do país. Os interesses próprios desse setor combinam-se com os dos investidores externos e exigem o pagamento, pelo Estado, de taxas de juros usurárias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. A burguesia financeira apóia-se no sistema mundial - o que lhe dá, inclusive, enormes oportunidades de fuga, nos momentos de crise. Em 1994, no México, os investidores mexicanos foram os que transferiram mais rapidamente sua riqueza para o exterior, quando a desvalorização do peso tomou-se uma possibilidade real. Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país” (Chesnais, 1998).

Um dos melhores estudiosos da realidade brasileira numa ótica crítica, pensa nossa evolução histórica na mesma direção: que o Brasil veio ingressando numa nova divisão mundial do trabalho (com países avançados especializado-se nas etapas superiores da produção industrial, garantindo para si, cada vez mais o monopólio tecnológico) e na condição de “economia dependente (que chega) à fase do monopólio e do capital financeiro” (Marini, 1975).

Estaria em curso, segundo determinados autores, um processo de recolonização (ou neocolonização) do Brasil pelas frações mais poderosas do capital internacional (Ouriques, 1997 b), associadas a setores burgueses internos.

“O esvaziamento do planejamento, desde os últimos anos 70, e sua substituição por políticas setoriais fragmentadas, são fatos que sinalizam a escalada de novos interesses na direção do Estado”.

“A hegemonia do capital especulativo foi reafirmada recentemente quando da crise das bolsas. *O pacote fiscal* do governo Fernando Henrique Cardoso dobrou a taxa de juros para preservar os ingressos do capital financeiro, com a subsequente apresentação do ônus à sociedade. A elevação da carga tributária, ditada pelo *pacote*, apenas cobre as despesas adicionais com os juros sobre os títulos da dívida pública. Dessa forma, o Estado torna-se prisioneiro da dívida interna -mas porque antes já se tornara dependente das finanças especulativas. Alinhado a esses compromissos, o Estado renuncia aos mecanismos tradicionais de estímulo à demanda e perde a capacidade de criar facilitadores significativos às inovações tecnológicas. Prevalece a *financeirização*, geradora de desemprego” (Meyer, 1998b). (Itálicos do autor)

Existe uma crítica ao Plano Real, por exemplo, que não vai além do que Ouriques chama de “horizonte liberal do debate atual”. Trata-se de uma crítica a alguns dos seus efeitos

imediatos do ponto de vista social e mesmo econômico, como a crítica à chamada ‘armadilha do Real’ (dos juros altos e câmbio sobrevalorizado) que não chega a tomar a conformation de uma crítica estratégica. Que não consegue desvencilhar-se do falso dilema de colocar-se entre os que são a favor e os que são contra a estabilização monetária via Plano Real. Um outro tipo de abordagem crítica concebe o Plano Real como, de fato, capaz de fortalecer e estabilizar a moeda, ou mesmo apto a estabelecer uma economia local competitiva.

Não é esse, no entanto, o potencial ou o conteúdo objetivo mais profundo da chamada estabilização da moeda nos moldes neoliberais. O que se estabelece, através dela, é a criação de uma ‘pátria mundial do dinheiro’ (Ouriques, 1997).

Tais estabilizações em voga na nossa região, continua esse autor, constituem, invariavelmente, “um subproduto da estratégia recolonizadora em curso na América Latina, que visa acelerar a transferência de valor da periferia ao centro e jogar nas costas dos trabalhadores os custos deste processo pela via da superexploração da força de trabalho. Reproduzem-se, assim, os velhos mecanismos que dão vida à economia dependente e que marcam a especificidade do desenvolvimento capitalista na região, desde que foi integrada ao mercado mundial.

E a crise do Real não advém apenas de suas contradições econômicas – por exemplo, com o Real, as dívidas externa e interna explodiram; sem a taxa de juros altíssima, ele desaba -, mas de sua natureza política, de seu poder de lançar massas inteiras no desemprego e na informalidade, e de freio à luta de classes, luta que, no entanto, continuará existindo, opondo classes populares à classe dominante.

Nas condições internacionais em que se estrutura o governo Collor e o primeiro governo FHC - de *desmanche* histórico dos Estados burocráticos do *Leste*, de liquidez internacional de dólares, de recuo persistente do movimento social e das lutas sociais revolucionárias - o Plano Real vem a assumir aquele papel de política mais conveniente na ofensiva do capital rentista por apossar-se do patrimônio público produtivo e assegurar, aqui, desta e de outras formas, altas taxas de acumulação do capital.

A ideologia neoliberal - do combate a um Estado que gasta demasiado - convém plenamente ao capital financeiro, até porque o combate ao “Estado gastador” vai encobrir

(como é função de toda ideologia) um Estado que vai gastar mais que nunca com o serviço da dívida e a remuneração do capital volátil em geral. FHC vem a ser o candidato do capital financeiro, o candidato *inventado* pelo Plano Real, para essa função da *conquista* do Estado pelo capital rentista. E, mais uma vez, pela ditadura da dívida. Os bilhões que não gasta no social, injeta em socorro a bancos em *quebra*, no financiamento em geral do grande capital, na manutenção de uma economia fundamentalmente *dolarizada*. E explode a dívida interna.

A dívida externa<sup>171</sup> recebeu um “alongamento do perfil” (teve parte dela adiada, refinanciada, e outra parte do seu estoque vem sendo reassumido na base de juros “suportáveis”), em troca da *dolarização*: o Estado oferece juros altíssimos e se deixa privatizar, aceita a *abertura* radical (ao capital financeiro, às mercadorias da metrópole imperialista) e, em função dessa neocolonização financeira, pode “entesourar” dólares de curto prazo, altamente voláteis, que ancoram uma moeda agora “forte”, de fato *dolarizada*.

O país “supera” a crise da dívida em troca de aumento de sua dependência do capital financeiro internacional, de financeirizar-se, o que na prática significa que assume dívidas externa e interna colossais, em dólar, adota uma moeda “forte” (embora só transitoriamente forte, já que está ancorada em dólar volátil), assume monumental importacionismo (com *quebraderia* industrial interna e imensos gastos em dólar), enquanto passa a ser adotada a mais profunda internacionalização da economia produtiva e financeira, pública e privada, ambas remuneradas em dólar (remessa de lucros, juros e dividendos).

Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora é taxada com mais impostos (para remunerar o capital financeiro: “pagar a dívida”), promove-se cortes públicos na área social e “desregulamenta-se” o trabalho, isto é, aqui é aumentada a taxa de exploração da mais-valia (neste caso sendo favorecido, diretamente, o capital produtivo). “Supera-se” a crise através da estruturação de condições para uma crise maior, sai-se da década *perdida* - ou *roubada*,

---

<sup>171</sup> O total da dívida do governo brasileiro gira em torno de 586 bi de reais. Destes, 297 bi constituem a dívida mobiliária, 63 bi são a dívida contratual (juntos, estes dois últimos itens totalizam a dívida interna), e 226,4 bi de reais perfazem a dívida externa. Grande parte da dívida vence no curto e médio prazo. (Estes dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (dívida contratual) e Banco Central (dívida mobiliária e dívida externa), a mim fornecidos pela Assessoria Técnica da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, e são os dados referentes a junho de 1998).

Para comparar: em janeiro de 1995, quando FHC assumiu a presidência, o montante da dívida pública era de 63 bi de dólares. Para rolar esta dívida, o governo emite novos títulos e com os juros destes títulos compromete a capacidade de investimento de um Estado já *quebrado*. “As chamadas políticas públicas não passam de uma encenação realizada com sobras de caixa” (Krychete, 1998).

segundo alguns autores - para a mais que perdida, o Brasil torna-se uma neocolônia do dólar. O Estado aprofunda sua dependência do grande capital financeiro internacional.

O peso que tem a ditadura da dívida externa, sobre o conjunto da economia brasileira é monumental, é ela o grande responsável pelo *Governo dos 20%* a que tanto se refere Campos<sup>172</sup>. Um denominador comum que une a década *perdida* à década de país-*cassino* (mercado *emergente...*), que une a década da moeda fraca aos anos 90 da moeda “forte” é aquele: o endividamento, agora com essa nova face, superendividamento mais *dolarização*.

A oligarquia financeira internacional significa para o Brasil uma *bomba de sucção* de riquezas. A estabilidade da moeda (*dolarização*) em vez de constituir, como pensam alguns, uma “primeira etapa” de algum tipo de desenvolvimento ou recuperação nacional, é, ao contrário, um artifício que susta temporariamente a inflação, pelo tempo que for possível e/ou necessário para privatizar estatais, internacionalizar e controlar a *nova* economia, converter a ex-sétima economia industrial do planeta num apêndice ou numa colônia vulnerável e fragilizada da oligarquia financeira global. Equivale a dizer, numa economia internacionalizada, modernizada e *globalizada*, no sentido mais conservador, neocolonialista e espoliativo que aqueles termos possam significar.

É neste contexto, e a partir dessas considerações, que faz todo sentido a indagação: como regulamentar um Estado nestas condições, dirigido pela dívida, pelo grande capital financeiro, sem que se pretenda romper, efetivamente, com a lógica e os interesses dessa oligarquia financeira?

“Desenvolvimento com dívida externa, desenvolvimento com dívida pública é o caminho para se entregar não apenas as riquezas acumuladas na esfera estatal, nas empresas estatais, (...) mas também de entregarmos de vez a soberania nacional” (Campos, 1995 b, p. 9).

---

<sup>172</sup> Lauro Campos refere-se ao que sobra da receita ordinária da União após o pagamento, aos banqueiros, do serviço da dívida. "Portanto, se de um lado encontramos o Governo de 20% - porque o restante dos recursos já foram destinados à rolagem da dívida pública e da dívida externa e também àqueles itens da Constituição de 1988, que obrigam a passar para Estados e Municípios uma parte dos recursos -, encontramos, de outro lado, um Estado que se recusa a passar à Previdência Social os recursos constitucionais estabelecidos na Constituição de 1988, 'para não desequilibrar o Orçamento', quando o desequilíbrio é parte de nossa estrutura, da estrutura dos nossos gastos. Dessa maneira, se continuarmos nessa trilha, o Governo brasileiro será de 20% ou talvez 10%, que constituem aqueles recursos que sobram, depois de pagos os serviços das dívidas internas e externas, além dos recursos já com predestinação constitucional" (Campos, 1995 b, p. 20). Grifo nosso.

Que conteúdo estratégico - estratégico de médio prazo, nos termos de desenvolvimento nacional capaz de incluir as maiorias - teria uma política alternativa que mantivesse, que preservasse a *ciranda* financeira (juros altos) e a ditadura da dívida, além da profunda despatrimonialização do Estado brasileiro (o fim de estatais estratégicas)? Na prática, uma estratégia de médio prazo deste tipo, terminaria se convertendo na renúncia a uma política econômica soberana, nacional; esta terminaria, neste caso, sendo substituída pelos movimentos, interesses e “ataques especulativos” do *cassino* global. E dominada, entre outras coisas, pelo medo “à fuga de capitais”.

Como conceber um projeto de desenvolvimento nacional, sem o desmonte efetivo dessa atual condição de um Brasil, basicamente reduzido a uma agência pagadora de dívidas, a um Estado que oferece juros altíssimos para “sustentar” sua moeda estável, forte (na verdade, *dolarizada*)?

Entendemos - seguindo Mandel, Gill e tantos outros autores - que não há margem histórica, política ou econômica, para um projeto, dentro dos limites do capitalismo, que ao mesmo tempo preserve o grande capital financeiro - mantendo *dolarização*, ditadura das dívidas externa e interna e hegemonia dos bancos sobre a economia - e simultaneamente conduza a um regime de justiça social, de distribuição de renda ou de humanização e equilíbrio na vida social. Toda tentativa nessa direção passa, inevitavelmente, como argumentou Chesnais, pela expropriação do grande capital. E por seu controle democrático pela sociedade.

#### **CAPÍTULO 4:**

#### **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

#### **INTRODUÇÃO**



A idéia deste Capítulo, é a de esboçar, em primeira aproximação, um balanço dos resultados da pesquisa documental levada a cabo nos Capítulos 1 e 2. Na seção 4.1 será analisada a visão crítica de Mercadante sobre a negatividade do capital financeiro em sua relação com o Estado; algumas contradições serão detectadas no interior do próprio pensamento de Mercadante.

Como foi evidenciado nos Capítulos iniciais, a postura do autor é de questionamento às mazelas do capital especulativo e o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso por subordinar Estado e economia à lógica especulativa daquele capital. Entretanto, seu discurso crítico e as perspectivas por ele abertas para a economia nacional apresentam pelo menos dois tipos de problemas que comprometem a consistência do conjunto da sua crítica e, sobretudo da saída que formula frente à espoliação do país pelo capital financeiro. (E isso para não tratarmos a discussão mais além, nos fundamentos econômicos desta ordem vigente, questão que fica aquém dos marcos analíticos de Mercadante).

Em primeiro lugar, os silêncios: falta de esclarecimento a respeito de questões como a relação capital financeiro-capital produtivo, a gênese da crise global e, além disso, a respeito da origem, do substrato do capital financeiro. A seção 4.1 trata desses “silêncios críticos”. Na seção seguinte, 4.2, tentamos uma avaliação sobre os termos, os limites e a perspectiva com que Mercadante formula a “regulação do mercado”, o disciplinamento daquele capital fictício (por exemplo: que contra-poder o autor imagina opor ao da oligarquia financeira). Esta perspectiva de “regulação do mercado” dentro dos limites em que é concebida por Mercadante, será submetida a uma discussão. Algumas fraquezas estruturais vão ser tratadas aqui, naturalmente de forma preliminar.

Na seção 4.3, tentaremos discutir razões que podem levar Mercadante a limitar sua perspectiva programática à proposta de disciplinamento do capital financeiro. À guisa de conclusões, procuraremos discutir, mais em conjunto, os resultados, limites e pontos que a pesquisa permite levantar ou sugerir.

Por fim, cabe reafirmar um esclarecimento. Pode-se argumentar que as questões aqui investigadas não constituem a escolha ou a preocupação intelectual de Mercadante. Ou até se pode dizer que ele não postula a condição de especialista ou estudioso sobre o capital

financeiro e reformas neoliberais. E que, por isso mesmo, necessariamente não iríamos recuperar abundantes referências ao longo da leitura de sua obra.

Há alguma verdade em tudo isso. Mas não ao ponto de invalidar a investigação aqui levada a cabo, pelo menos por uma razão básica: como fértil elaborador de textos sobre a crise nacional e de crítica às reformas neoliberais no Brasil, e a respeito de políticas econômicas alternativas ao neoliberalismo, Mercadante tende a adotar, implicitamente ou não, uma determinada opinião teórica sobre o tema aqui pesquisado. Esta deverá estar presente em textos específicos (não foi muito o caso) ou estará permeando o conjunto dos textos críticos às reformas neoliberais de Estado; que foi o que a nossa pesquisa permitiu explicitar. Nesta medida, os resultados foram positivos. De fato, Mercadante adota uma inegável opinião teórica sobre aquelas questões e, além disso, encontramos material razoável, às vezes até específico com relação a um ou outro aspecto.

#### **4.1. A CRÍTICA À POLÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO E AS CONTRADIÇÕES DA CRÍTICA.**

Mercadante coloca-se na perspectiva de uma “economia solidária”, voltada para as demandas populares, emprego e crescimento econômico. A prevalência do capital financeiro, do *cassino* global e do submetimento do Estado brasileiro à lógica e aos interesses daquele capital fictício seriam obstáculos a este desenvolvimento sustentado alternativo proposto por Mercadante. O neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso desmantela a capacidade financeira do Estado brasileiro, Mercadante faz suas críticas contra essa política do capital financeiro.

Podemos afirmar, com razoável grau de fundamentação documental, que a crítica de Mercadante está essencialmente orientada para elementos a *política* do capital financeiro, seu parasitismo, sua busca de lucro rápido, sua liberdade de ação sem peias, assim como também propõe uma política industrial, agrícola, enfim uma estratégia macroeconômica que privilegie a produção, leia-se, o capital produtivo. A pergunta que caberia nesse sentido, e de acordo com o ponto de vista adotado nesta pesquisa, seria a seguinte: na medida em que o neoliberalismo é entendido como a política do capital financeiro, até onde vai a crítica a este capital em Mercadante, em que horizonte e em que termos se coloca seu anti-neoliberalismo?

Qual a plausibilidade da regulação do mercado na visão de Mercadante, isto é, de uma saída rumo a uma “economia solidária” fundada numa política regulacionista do *cassino* especulativo e indutora dos investimentos capitalistas produtivos (sempre nos marcos do capitalismo, que é onde o autor se coloca)?

De uma maneira geral, no conjunto dos textos aqui estudados, o alvo preferencial, praticamente exclusivo, da crítica de Mercadante é a política recessiva, predatória, agiota, etc. do capital financeiro, muito mais do que o capital em si mesmo. Muito mais que a crise capitalista e suas determinações. Sua análise da crise - que portanto inclui as determinações do capital financeiro e *desmanche* neoliberal do Estado - não chega a ser formulada nos termos da crítica a uma sociedade fundada no capital.

Sugestivo disto é sua ênfase crítica ao “mercado”, à “primazia do mercado”, e assim por diante. Nesta medida, existe uma outra singularidade na sua crítica, ela não é voltada para a produção privada. São freqüentes as críticas à supremacia do mercado, que aqui pode ser entendido como o terreno da circulação capitalista, mas inexistem críticas ao caráter capitalista da produção.

Sistematicamente, o alvo ao qual a crítica é dirigida é o da falta de uma regulamentação que contenha dentro de limites aceitáveis (dos limites de uma “economia solidária”, presume-se) as desigualdades que o mercado engendra, mercado que, de outra parte, é dotado de grandes virtudes micro e macroeconômicas, destacadas por Mercadante mais de uma vez.

Equivale a dizer que categorias ou processos como crise de acumulação capitalista, ou as contradições de uma crise entendida como de natureza capitalista, de superprodução de mercadorias, do controle capitalista sobre as novas tecnologias, ou dos movimentos do capital monopolístico, da queda da lucratividade geral, e assim por diante, terão, para Mercadante, menor poder explicativo que conceitos do tipo *globalização*, inovações tecnológicas, neoliberalismo e outros. Isto fica evidente pelo quase desuso, nos seus textos, daquelas categorias da crise do capital, ou afins<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> Um dado que tem a ver com isso, ainda que apenas em parte, mas que em todo caso merece ser mencionado em termos da pesquisa, é o seguinte: burguesia, imperialismo, crise do capitalismo, crise capitalista, classe dominante, crise do capital, exploração de classe, dentre outros, são conceitos jamais mencionados por Mercadante em quaisquer dos seus documentos aqui analisados. Precisamente porque estamos diante de um

Ao mesmo tempo, é notório que Mercadante não desconhece a existência de crises no sistema, na sociedade atual, uma vez que costuma falar em ataques especulativos, *bolhas* de *queima* de capital fictício, afora seu destaque para as dimensões sociais da crise, no campo da educação, desemprego, recessão econômica, etc., estes últimos menções constantes em Mercadante.

E é certo, também, como já foi frisado mais de uma vez, que crise e capital financeiro são situados por Mercadante nos marcos da sociedade capitalista. Ele menciona que cresce o peso mundial do capital financeiro, o qual se concentra e se centraliza através das grandes corporações transnacionais. Estas estariam centralizando tecnologias, fluxos comerciais e o próprio capital internacional, o que força seu livre movimento por todo o mundo. Os organismos multilaterais tipo OMC, Banco Mundial, FMI, impõem as aberturas e as desregulamentações necessárias ao livre movimento do capital internacional (*agenda neoliberal*), especialmente em países como o Brasil. Neste, o Estado oferece os melhores atrativos de mercado para a vinda do capital especulativo (juros, por exemplo) e, em parte, do investimento direto (via privatizações, em especial). Nisso tudo se inclui a dívida externa, outra forma fundamental de vínculo com o capital financeiro internacional. Algumas destas críticas são freqüentes em Mercadante, embora, invariavelmente, como dissemos, na condição de crítica para reformar o sistema.

Tanto que o diagnóstico da crise à qual o Brasil está submetido é o de uma crise por conta da *armadilha* do câmbio mais juros altos (política monetária), que se estabelece pelo fato de o Estado brasileiro submeter-se à lógica e aos interesses financeiros do capital, ao capital volátil.

Neste caso particular do Estado, evidentemente estaríamos abordando uma outra questão que, em todo caso não foi tomada como central nesta pesquisa. Ainda assim, é relevante registrar ao longo dos textos, a ausência de uma concepção de classe do Estado<sup>174</sup>

---

autor, como é fácil presumir que **acredita** no capitalismo, imagina efetiva solidariedade nos marcos da concorrência capitalista, imagina poder reformar o sistema.

<sup>174</sup> Ou seja, a concepção de um Estado como o brasileiro, em sua condição de “um Estado gerado pelas classes dominantes para potencializar a acumulação do capital. Afinal, esse Estado se estendeu para gerar a infraestrutura básica que o capital privado não tinha interesse em desenvolver, embora necessitasse dela como condição indispensável para seu desenvolvimento” (Sader, 1997 c, p. 172). Congruente com esta linha de pensamento, pode-se, ainda, argumentar que “devido à existência da exploração do trabalho social, existe um aparato estatal, inevitavelmente opressivo e repressor que assegura a manutenção daquela exploração. Todas as

que seja integrada, por sua vez, com a noção de desprivatização do Estado, do estatal dando lugar ao público, às formas de democratização radical do poder público. Esta ausência - pelo menos em termos explícitos - não deixa de ser um dado relevante.

Junto com isto, vale ter em conta que, se é certo que sua crítica ao neoliberalismo e ao capital financeiro opera dentro dos marcos da ordem da sociedade e da economia capitalistas, é igualmente verdade que, em si mesma, ainda que nos termos estritos do questionamento da política neoliberal, ela é portadora de determinadas lacunas que tendem a prejudicar sua profundidade e seu alcance, mesmo - repito - , nos termos de uma crítica dentro da ordem do capital.

A primeira grande lacuna daquele autor se dá com relação ao capital produtivo. Melhor explicando, a crítica aos males e à lógica do *capital-motet*, da *ciranda* financeira é, em Mercadante, acompanhada de um constante silêncio crítico com relação ao capital produtivo.

Mercadante critica, no máximo, a política e a negatividade do capital financeiro, mas não as do grande capital 'produtivo', que é responsável direto pelo desemprego em massa e a quem mais diretamente interessa a política de precarização do trabalho. Em toda crítica, o capital produtivo é poupado, preservado. E mais que isso, Mercadante propõe, como parte da alternativa anti-neoliberal, que o PT procure capital internacional para seu projeto “democrático e popular”, que assuma uma política de atração de “capitais do Norte”, do grande capital produtivo, presume-se.

E isso, numa economia que já é campeã de exploração do trabalho e de concentração de renda no mundo, é pura condescendência para com o capital dito produtivo, o qual fica, também desta forma, mais uma vez preservado com relação ao financeiro. Quase como um “bom” capital.

Seja como for, o fato é que sua crítica não chega ao grande capital na economia: no máximo chega ao *cassino* global, à especulação, aos males “do capital financeiro”, à política neoliberal.

---

formas de opressão e de repressão, onde quer que se produzam, provêm desta fonte única de poder político que é a exploração do trabalho social” (Fougueyrollas, 1988, p.133).

O grande interessado e, na verdade, a *mãe* e a matriz estrutural, material, patrimonial, da política neoliberal, que é o grande capital internacional, é preservado nos termos de sua presença na produção, no controle desta. Não parece ser percebida, destacada, a convergência de interesses entre ambas as modalidades de capital. Por um lado é como se o capital financeiro não estivesse na produção, ele é criticado por seu caráter especulativo, seu parasitismo, sua agiotagem, mas também fica parecendo que o capital realmente presente na produção não é responsável pelo desemprego maciço e outras mazelas do cotidiano do trabalhador e da sociedade.

O impacto do capital financeiro sobre a economia brasileira (recessão, desemprego, endividamento) é relacionado diretamente à desestruturação do Estado brasileiro, mas há uma omissão sobre o papel do capital, do grande capital produtivo, industrial, diante da miséria nacional.

Podemos, talvez, presumir que, como conhecedor de Lênin e de Hilferding, Mercadante tem ciência da interconexão entre capital financeiro e capital industrial (ou capital produtivo em geral). E mais: teria consciência da *sangria* que o capital financeiro executa sobre a economia produtiva.

Dáí decorre a seguinte reflexão: se o capital produtivo é preservado na crítica, e se não encontramos qualquer texto de Mercadante que discuta a relação íntima, de dependência capitalista, entre bancos e empresas industriais, e se se pretende, nesse mesmo movimento, atrair os “capitais do Norte”, aquele silêncio pode se constituir muito mais que uma derrapada lógica. Ou uma mera lacuna.

Em primeiro lugar, trata-se de uma contradição dentro do próprio discurso de Mercadante, algo assim como trabalhar com os grupos do capital financeiro como se fossem uma coisa e com as corporações multinacionais como se fossem outra, como se apenas constituíssem dois mundos. Como se não constituíssem diferentes formas do capital, momentos e aspectos diferentes do capital.

O capital produtivo é o único que gera mais-valia. A ciranda financeira apóia-se na economia produtiva. Se aceitarmos este referencial, não apenas ficará inconsistente toda

tendência a absolutização do capital financeiro, como tampouco pode vir a ganhar consistência uma política industrial (ou de “atração” do capital produtivo internacional) que abstraia as determinações do grande capital. Ou, em outras palavras, que não leve integralmente em conta a comunhão de interesses, as mútuas determinações. Ainda mais em tempos de mundialização do capital.

É preciso que se considere mais um aspecto: qual é o capital que controla, monopolisticamente, as novas tecnologias produtivas? Ou repetindo: qual é o capital gerador efetivo do desemprego, da exploração da força de trabalho e da jornada de trabalho em suas mais diversas e cruciais formas? Não nos parece cabível uma crítica a uma política financeira, por um lado, mas poupando a política do capital industrial pela outra. A lógica que os une ou os articula não é antagônica. Uma questão bem simples: as montadoras de automóveis - e a grande indústria moderna em geral - estão desempregando em massa, um claro exemplo atual do grande capital produtivo empurrando a economia para o desemprego. A não ser que se imagine que é “a tecnologia” quem desemprega, que é o computador quem desemprega, e não o capital, efetivo controlador da tecnologia, da informática (e aquele que, de fato, lucra com estas).

Resumindo, Mercadante tende a criticar o capital especulativo e a pretender cerceá-lo, regulá-lo, desmontar a *ciranda* financeira, etc., mas não se posiciona frente ao capital produtivo criticamente. Tampouco são explicitadas críticas ao capital em geral. O resultado disso pode ser um procedimento metodológico de autonomização quase absoluta do capital financeiro. Nesta hipótese a inconsistência analítica ainda tende a ser mais profunda. Estaremos aqui diante de algo que é muito mais do que uma contradição lógica, um problema de coerência interna do discurso.

Simplesmente se está deixando de considerar um elemento no qual está montada a própria *globalização*, e está efetivamente montada a vida moderna: a única fonte de efetiva e relevante de valorização do capital (leia-se: de criação da riqueza material moderna) é a indústria, a produção de mais-valia.

A ausência da crítica ao capitalismo “produtivo” sugere, como foi argumentado, um pressuposto, por parte do autor, de certa autonomização do capital financeiro. Ora, o fato de que, em seus textos, nunca fique sequer mais ou menos claro de onde vem o capital

financeiro, é outro dado que só reforça aquele pressuposto de autonomização pouco ou nada relativizada do capital financeiro.

É como se o capital financeiro, volátil, pairasse no ar. Ou como se ele não tivesse se estruturado, em suas origens, a partir do capital produtivo<sup>175</sup>. Ou como se o capital financeiro não tivesse que, cedo ou tarde, buscar valorizar-se na produção, ou como se ele, em tese, não viesse a reaparecer após ciclos de *queima*, em sua modalidade fundamental, como capital produtivo. Ainda mais, é como se seu efetivo e contemporâneo descolamento da produção pudesse ser concebido como algo que se sustente por si só, sem um “ajuste de contas”, cedo ou tarde, com a economia produtiva. O que, neste caso, corresponde a *crashes* sistêmicos, com destruição profunda da economia real.

Críticas ao capital financeiro, à especulação capitalista, por mais radicais que consigam ser, mas que, na prática, ignorem aquelas conexões e a própria gênese ou o funcionamento do capital financeiro, podem perder muito em alcance, podem terminar comprometidas em sua consistência como crítica. E, em parte, podem ser confundidas ou coincidirem efetivamente com a própria crítica liberal, que por sua vez também questiona juros altos, sobrevalorização cambial, enfim, certos sintomas da financeirização da economia, como é o caso, em parte, de críticas *a la* FIESP<sup>176</sup>.

Tal tipo de crítica tende a ser portadora, na verdade, de uma crença problemática, a de que temos de um lado o capital parasitário, e do outro um capital - o dos investimentos “diretos” - este apto a funcionar como substrato de uma “economia solidária”. Pode, igualmente, levar à ilusão de que o capital financeiro pertence à esfera do *cassino*, enquanto os “investimentos produtivos” poderiam constituir progresso, a civilização.

---

<sup>175</sup> Vide análises em *O Capital*, a respeito de capital-dinheiro, capital-mercadoria, da gênese do capital fictício, da sua necessária dependência com relação àquele capital que se apropria da riqueza gerada pelo operário na produção, portanto, da mais-valia.

<sup>176</sup> Em entrevista à grande imprensa, o presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Láfer Piva, criticou recentemente a política econômica de FHC, propondo certa desvalorização do Real, queda dos juros, enfrentamento da recessão econômica (“o Plano Real se esqueceu do crescimento”), mais facilidades para as exportações, política industrial, e denunciando, por parte do governo, o “foco muito maior na economia financeira do que na produtiva”, a “desnacionalização muito grande”, e a “obsessão monetarista da equipe econômica”. (Correio Braziliense, 29 nov. 1998). O próprio Delfim Netto é crítico obstinado da política econômica de Fernando Henrique Cardoso; inclusive, vem denunciando certos efeitos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho: em artigo intitulado “Todos perdem com a flexibilização”, ele afirmou que “salário flexível com desqualificação do trabalho prejudica o trabalhador, a empresa e sucateia o material humano da sociedade” (Netto, 1996). Este autor é crítico dos juros altos, da sobrevalorização do Real e assim por diante.



Aquele silêncio a respeito da origem do capital financeiro tem a ver com a mesma omissão a respeito de uma consideração mais de fundo, sobre o processo dentro do qual se move o capital financeiro: de onde vem a crise? Quais as determinações da crise global?

Referimo-nos aos próprios termos e categorias a que recorre usualmente Mercadante para analisar a crise internacional. Aqui não estamos, ainda, nos referindo a uma explicação da crise a partir das determinações do capital, portanto do nosso referencial teórico. E é neste campo, dos seus conceitos, que paira uma idéia relativamente vaga sobre de onde vem a crise.

A esse respeito, não me reporto apenas à escassez de textos que arrisquem uma explicação global da crise, o que é um fato. Desejamos ressaltar, porém, o fato de que ora a crise parece derivar de um elemento histórico, ora de outro; às vezes tem a ver com os novos paradigmas tecnológicos, com a nova matriz produtiva pós-*fordista* e com a mundialização e o excesso de liberdade do capital financeiro, ora com a “hegemonia do mercado”, ora com o ascenso político-eleitoral das forças neoliberais e a debilidade programática da esquerda, ora com a assimetria da *globalização* (esta, por sua vez, portadora de uma mundialização, concentração e centralização dos “fluxos financeiros”, dos investimentos e do comércio), e assim por diante.

Aqui não vai qualquer subestimação, de nossa parte, com respeito a estes elementos, reais e relevantes para a compreensão da crise. O mais importante, no nosso entendimento, é a análise de Mercadante não possuir ponto de partida e ponto de chegada sobre a crise global; nem uma formulação concatenada e ao mesmo tempo, contraditória - o que é da natureza da própria realidade - sobre o processo de crise que vive hoje a humanidade.

*Globalização*, conceito várias vezes utilizado por Mercadante para se colocar frente ao mundo atual, revela-se insuficiente como algo que explique o processo. Certas ambivalências nas tentativas feitas por Mercadante em articular e emitir uma explicação unindo revolução tecnológica, capital financeiro e *globalização*; tampouco nos permitem explicar o mundo. Um exemplo de ambivalência é o de que algumas vezes o autor atribui precedência da revolução tecnológica sobre o capital financeiro, outras vezes parece dizer o contrário<sup>177</sup>.

---

<sup>177</sup> Num dos seus textos, Mercadante escreve que a “chamada terceira revolução industrial, marcada pela nova base tecnológica (...) promove a globalização do processo produtivo e do sistema financeiro e a formação dos blocos econômicos, entre outras importantes mudanças na economia internacional” (*O neoliberalismo tardio*, Folha de São Paulo, 30 abr. 1995). De outra feita, destaca que as novas tecnologias e as novas formas de gestão

De uma maneira geral, podemos sintetizar metodologicamente, o pensamento crítico de Mercadante como portador de um problema ao abordar a crise mundial: tende novamente a autonomizar o capital financeiro até o limite de absolutizá-lo quase; a separá-lo geneticamente e funcionalmente do capital produtivo. O problema é que este tipo de operação mental vai estar, de uma forma ou de outra, presente na crítica à política econômica do governo, como também, na outra ponta, na idéia de disciplinar aquele capital financeiro. Inclusive, um dos motivos de se propor a discipliná-lo pode decorrer, em parte, daquela sua visão de autonomização do capital financeiro, isto é, em parte por tratar-se de um capital *livre*, volátil é que ele pode ser controlado.

Deste mesmo pressuposto, aparentemente da mesma raiz teórica, pode surgir a idéia de poder contar com o capital produtivo sem as graves implicações macroeconômicas (precarização do trabalho, por exemplo) que seriam derivadas do *mau* capital, o financeiro. Disciplina-se um, conta-se com o outro<sup>178</sup>.

Se agora recorrermos a outras categorias, a um olhar teórico diverso do de Mercadante, poderemos arriscar afirmar que a falta de uma concepção mais crítica e global a respeito da moderna dinâmica capitalista dificulta a Mercadante ter claro que o capital internacional está tratando de transformar sua crise atual numa recuperação da acumulação capitalista, o que equivale, necessariamente, a uma ofensiva brutal contra os assalariados<sup>179</sup> e à imposição de condições vantajosas para a extração de mais-valia e para seus investimentos. Ao mesmo tempo em que, ao não levar suficientemente em conta que a natureza da crise é esta, destrutiva, Mercadante tende a desviar a discussão sobre a crise para o terreno do

---

dos sistemas produtivos “vão redesenhando as relações entre as nações e as relações sociais básicas no mundo da produção”, para, logo depois acrescentar que : “A ‘mundialização do capital’ se materializa nos fluxos financeiros como uma tendência inexorável dessa nova base técnica que emerge neste final de século” (Mercadante, 1998, p.133). O problema aqui começa pela ambivalência: a tecnologia não transparece como uma determinação que tem seu peso específico e que seja, ao mesmo tempo, subsumida pelo capital.

<sup>178</sup> Sobram exemplos sobre o papel da atração de capital estrangeiro “produtivo” no agravamento da *quebra* do Estado brasileiro. O da Renault está apenas entre os mais recentes: o Estado, no caso, o Paraná, vai financiar, SEM juros ou correção monetária, 1,5 (um e meio) bilhão de dólares à montadora, que estará, além disso, isenta de impostos estaduais e municipais; o Estado entra como sócio de 40% do empreendimento, executa obras de infra-estrutura e assume todo o ônus por danos ambientais que a fábrica venha a causar (Kraychete, 1998). “O comprometimento oficial chega a tal ponto que, no limite, a empresa pouco ou nada gasta e o propalado investimento pode ser comparado a uma operação de franchising, em que a Renault vendeu ao Estado o direito de explorar sua marca” (Folha de São Paulo, 6 dez. 1998, p.2). Veja-se que esta última opinião, por ser emitida em Editorial da Folha, torna-se ainda mais relevante.

<sup>179</sup> Tal ofensiva é socialmente devastadora sobretudo num país como o nosso, onde mais da metade da força de trabalho sobrevive precariamente na informalidade e no subemprego.

financiamento do desenvolvimento, da indução e atração de capitais, da regulação do mercado, e assim por diante.

Em suma: a abordagem de Mercadante sobre a crise não tende a ir à sua raiz, a formular alguma concepção mais orgânica do processo internacional, que articule não apenas capital produtivo com capital financeiro, mas inclua, em suas determinações recíprocas, aquelas tendências globais citadas pelo próprio Mercadante.

Ou seja, mesmo os fatores ou tendências globais relevantes por ele eventualmente utilizados nas análises de conjuntura, sequer são tratados como algo mais que fatores do processo, além de serem entendidos na condição de elementos dados. Em outras palavras, o funcionamento dos capitais, dos investimentos que se movem de um lado para outro, a movimentação de capitais, a própria revolução tecnológica, a *reestruturação produtiva*, chegam a ser tomados como elementos dados ou quando muito, no caso dos capitais, é criticada sua excessiva concentração em uns poucos países, numas poucas empresas, etc. Aparecem não apenas como substrato mais ou menos *natural* da crise, mas também como fatores que se agregam, ou melhor, como fatores mais que como determinações, ou, no mínimo, como determinações que carecem de explicação, explicitação e articulação sólidas<sup>180</sup>.

Além disto, reaparece a ambivalência já mencionada, em que o autor parece sugerir que as novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra seriam uma realidade global que impõem, por si mesmas, um agravamento das condições sociais. Não fica claro, portanto, se são as novas tecnologias que engendram desemprego ou se é sua utilização capitalista a responsável de fundo por aquele problema social.

O fato de Mercadante não se ocupar nem deixar muitas pistas a respeito das razões mais profundas da crise moderna, a tendência daquele autor a justapor elementos e fatores sem tentar articulá-los consistentemente e com base em categorias que ele mesmo assuma

---

<sup>180</sup> Talvez esta falta de teorização se justifique pelo fato de que o modelo (ou pressuposto) de sociedade adotado por Mercadante venha a ser o de um capitalismo “civilizado”. Neste caso, e neste modelo, estariam negadas as leis de movimento do capital e suas contradições que conduzem à crise, e o capital financeiro seria uma excrescência ou um excesso a ser extirpado para que a dinâmica da produção possa entrar em ação exitosamente. A regulação do capitalismo agiria, nesta hipótese, desconhecendo ou negando aquelas contradições e leis do capitalismo que o torna irrecuperável para a civilização, daí a ausência de uma teorização que inclua aquelas contradições e a tendência do sistema à crise destrutiva nos moldes aqui discutidos (De conversação com Balanco, 11 jan. 1999).

como mais universais e básicas, acarreta mais um problema. Trata-se de conceber, ou quase apostar, que tais crises serão limitadas, que não se tenderia a qualquer *crash* global ou crise sistêmica de alcance mundial que atinja as metrópoles capitalistas, e de considerar que o sistema está *aprendendo* a se auto-regular, ou tende a se auto-regular e a criar redes de auto-controle anti-criSES.

Com base em que conceitos mais de fundo, é possível imaginar tal *auto-aprendizado*? Segundo o referencial teórico aqui adotado, uma análise mais detida sobre os fundamentos da crise capitalista contemporânea certamente não permitira sustentar tal pontos de vista<sup>181</sup>. Mesmo nos termos do referencial de Mercadante, não se fica sabendo, explicitamente ou não, em que conceitos ele se baseia para formular que o sistema *aprende*, o que, no limite, pode significar que o sistema se perpetuaria sempre, e seria permanentemente capaz de evitar graves crises sistêmicas no centro e, obviamente, na periferia. Sua explicação para que o sistema vá evitando *crash* global é aparentemente circular: “a história tem demonstrado isso”. Entretanto, a história mostrou, na primeira metade do século XX, que o “fundo do poço” das grandes crises foram duas guerras mundiais (Brum, 1984). E que as crises se sucedem com risco sistêmico crescente (vide a escala astronômica das dívidas públicas das nações).

Seja como for, o resultado final é que estaremos diante de uma crise cuja raiz mais visível e mais “controlável”, segundo Mercadante, tem a ver, mesmo em termos de sua solução, com mercado não regulado, com excessos de mercado, com capital volátil, com um funcionamento de *cassino* a ser gradualmente desmontado. Nesta hipótese, a estratégia por ele concebida é aquela da indução do mercado das oligarquias e monopólios na direção do crescimento econômico e do “mercado socialmente orientado”.

Sua aposta e sua esperança é a de que através daquela via regulatória pactuada por Estado e “comunidade financeira” se possa construir um projeto democrático e popular. A

---

<sup>181</sup> Como seria possível regular “o mercado” eficazmente se isto, em outras palavras, equivale a pretender regular um sistema cuja condição inarredável é a de ser crescentemente capaz de produzir forças - mercadorias, forças produtivas, etc. - que ele é incapaz de suportar, de realizar, de desenvolver (Campos, 1996)? A natureza de suas crises não permite que seja regulável, elas são dotadas de um caráter cumulativamente destrutivo, dissipatório, antisocial, de crise completa. Há uma direção básica em que o sistema capitalista pode ser “regulável”: a da acumulação do capital, a que reforce sua lucratividade. Os *New Deal*, os *Bretton Woods* e tantos outros, foram pactos que apenas adiaram a crise, que retornou mais profunda e mais devastadora.

questão que se coloca é se essa perspectiva é possível e sustentável, inclusive e especificamente, nos termos em que é concebida por Mercadante.

#### **4.2. A REGULAÇÃO DO MERCADO (DO CAPITAL FINANCEIRO) SEGUNDO MERCADANTE.**

Partindo da denúncia de que “o neoliberalismo pretende, no fundo, dar liberdade total ao capital” (...) “para sair e entrar na hora que quiser, pagar menos impostos “ e do desregulacionismo neoliberal, Mercadante postula o controle político daquele mercado. Entendendo, ao mesmo tempo, mercado como “espaço social da troca”, mercado como “instituição pré-capitalista”, mercado como algo que mesmo sendo imaneamente concentrador de renda, riqueza e desigualdades, mesmo oligopolizado, seria passível de disciplinamento no sentido de uma presumida humanização e até de comportar uma “economia solidária”. Desde que regulado.

Apesar de constituir-se, aparentemente, na grande estratégia de saída da crise, tal proposta (ou tal estratégia) é mencionada, em regra, de forma genérica e seu conteúdo não chega a ser esclarecido. *Quarentena* para o capital estrangeiro “como no Chile”, regras de auto-regulação dos fluxos financeiros globais a partir do G-7, um governo, no Brasil, que lentamente reduza os juros e desvalorize a moeda, que melhore as condições de pagamento da dívida externa e, desta forma, atue contra a lógica do capital financeiro, e assim por diante: Mercadante não chega a ir além de colocações dessa natureza quando se trata de qualificar os termos de sua “regulação do mercado”.

Esse silêncio ou quase ausência em termos de conteúdo da “regulação do mercado” não é o único nem o menor dos problemas. Muito mais relevante - política e historicamente - é uma outra lacuna ou contradição que poderíamos formular da seguinte maneira: uma vez que Mercadante reconhece o colossal poder da oligarquia financeira, como imagina

contrapor-se às frações que hegemonizam a “comunidade financeira” ? Afinal, é o próprio Mercadante quem argumenta que a *globalização*, entendida por ele como “etapa superior do processo de internacionalização da economia”, concentra “cada vez mais poder nas grandes potências industrializadas”<sup>182</sup>. Em que força imagina poder apoiar-se para fazer frente àquele poder avassalador e global do *capital-cassino*, dos credores internacionais, da *bancocracia* que hegemoniza a economia produtiva aqui? Ou mesmo frente ao poder do capital internacional que controla o essencial da indústria no Brasil, por exemplo?

Sabemos que ele imagina uma saída pactuada, concertada, entre governo e capital financeiro. De forma subentendida ou subjacente é possível localizar no autor a idéia de um Estado que teria que se reposicionar, e se erigir na condição de Estado controlador, de Estado regulador<sup>183</sup> de um neodesenvolvimento solidário, e que se lança a regular o mercado, que adota uma política industrial, monetária e financeira, que fomenta o crescimento da produção a economia “democrática e popular”, etc. no entanto, ele não se propõe a responder como é que um Estado falido (pilhado pelas oligarquias de todo tipo, sobretudo, hoje pela rentista), atado pelos pés e pelas mãos ao capital financeiro, vai, pura e simplesmente, poder regular o próprio capital financeiro. Os principais mercados de produtos e serviços estão controlados (centralizados) por grandes empresas privadas transnacionais. O principal dos movimentos financeiros está igualmente centralizado. Ora, tudo isso é poder, poder centralizado. E força econômica incomparável. Em que termos, com base em que força um Estado nacional como o brasileiro, enfraquecido, *dolarizado*, dependente de empréstimos de curto prazo, superendividado com relação àquele mesmo mercado financeiro, vai “controlar” tal poder de mercado? Equivale a dizer: como um Estado tão atravessado, enfraquecido e colonizado por aquele “mercado” vai sobrepor-se àqueles mesmos oligopólios sem definir claramente qual será seu contra-poder? Ou, por outra, como habilitar e tornar o Estado capaz de executar aquele papel intervencionista para implementar políticas que tenderão a trafegar na contramão dos bancos e dos grandes grupos financeiros?

Aliás, a esse respeito, e antes de prosseguirmos, vale lembrar a seguinte questão: o Estado é francamente e profundamente **intervencionista** no neoliberalismo. Os gastos colossais do Estado em socorro e em favor dos “mercados financeiros”, portanto, da

<sup>182</sup> Mercadante, *Globalização e subdesenvolvimento*, Folha de São Paulo, 6 abr. 1997.

<sup>183</sup> Em alguns momentos de suas formulações a este respeito, o Estado concebido por Mercadante chega a assemelhar-se - embora com objetivo obviamente diverso - àquele Estado reduzido a um papel “regulador e fiscalizador” que faz parte do discurso neoliberal (Biondi, 1998).

acumulação da oligarquia capitalista da finança, superam amplamente , só para citar uma comparação, os gastos históricos do Estado chamado “desenvolvimentista” em favor do empresariado e da acumulação burguesa(Ver Tavares e Fiori, 1997). E, por outro lado, em outra dimensão, são os Estados mais ricos (G-3) os que determinam que a taxa de juros e a flexibilidade das relações do trabalho sejam de tal forma diferentes no mercado “globalizado”, em tal medida nada “globais”, que isso propicie a acumulação capitalista em favor dos interesses capitalistas do G-3. Em suma, mais que “mercado” organizando a sociedade, talvez ficasse mais esclarecedor do processo falar em imperialismo, em Estados imperiais a serviço da financeirização da economia e da ditadura da oligarquia financeira ou algo no gênero. E de uma “globalização” em favor do lucro capitalista, muito pouco “global”. Ou por outra, francamente intervencionista e, nos termos do sistema, regulacionista. A discussão mais decisiva para a esquerda, pode ser outra: a de que o Estado deveria ir além de regular o “mercado ”. O mercado já é regulado, só que não em função de uma economia popular .

Os textos de Mercadante carecem de argumentos de ordem econômica, política ou social mais significativos ou claros a respeito do contra-poder, argumentos que vão além da vontade política (dentro dos marcos capitalistas, é sempre necessário lembrar) de resistir ao programa e aos *ajustes* neoliberais. O argumento de peso, mas mesmo assim presumível, é o eleitoral: que seja eleito um governo democrático e popular. Não se fala de forma sustentada, em fortalecimento do poder do Estado numa direção que possa ir além da condição de agente normativo ou “coordenador” dos agentes econômicos da economia capitalista. Esta é uma constante lacuna: a do debate sobre que funções essenciais deve assumir o Estado mesmo nos limites de uma economia de mercado que se pretenda “solidária”. E também de como quebrar o poder do grande capital (expropriando-o).

Tampouco aparece destacado o recurso a forças sociais e políticas de massa, de mobilização popular no sentido de pressionar (portanto, uma pressão que vá além de um parlamento moldado por um voto essencialmente condicionado pelos ricos, pela miséria social e pelo monopólio privado da mídia). Ou seja, nem no econômico, nem no extra-econômico, no político, são esboçados projetos de contra-poder, forças capazes de se contrapor aos poderosos oligopólios do capital que dominam este País.

Nem estas nem outras formas (políticas, por exemplo) em que o governo se auto-respaldaria para agir como contra-poder à oligarquia financeira chegam a ser apresentadas, nem no imediato, nem estrategicamente. Não há textos ou menções a respeito. Neste caso, vai se trabalhar com a hipótese de que o capital financeiro possa ser tratado como um fator controlável por leis e editais pura e simplesmente, enquanto que em outras análises, na crítica àquele capital, ele é mostrado em uma dimensão que realmente possui, a de um poder colossal, por cima de Estados. Ora ele parece ser visto como um *tigre* de papel, domável, ora como um poderoso *dragão* global, com tentáculos concretos sobre toda a economia e todas as economias.

Além do parlamento, que Mercadante reconhece como majoritariamente conservador, do judiciário - tomados tais como são, já que não aparecem propostas de radicalização da democracia parlamentar e democratização do judiciário, por exemplo - não aparecem outras formas de respaldo. E, neste caso, por mais que se trate de respaldos importantes, não há dúvida de que, sendo esses os instrumentos para levar a cabo o disciplinamento do capital financeiro, a proposta de regulação do mercado, segundo o modelo de Mercadante, resultaria em algo carente de definição. Por outro lado como algo mergulhado na neblina da ficção econômica. Em outras palavras, por essa metodologia da regulação, não se estaria superando tampouco uma determinada tradição, a de uma regulação do mercado a partir da cúpula do Estado, do governo, isto é, de cima para baixo, pela via de medidas burocráticas verticais.

Neste caso, volta com toda força a velha pergunta: é dessa forma que se pensa poder sustentar tal intervenção do Estado sobre um mercado controlado pelas oligarquias de todo tipo (financeira, industrial, comercial)? O próprio Mercadante reconhece que “os centros de poder nacional estão sendo fragilizados, desnacionalizados” pela política monetária, pelo enfraquecimento do setor produtivo, do Estado nacional e que há uma brutal concentração de poder internacional “como poucas vezes na História”<sup>184</sup>. Se tal poder corresponde à força do capital financeiro, como controlá-lo mantidas basicamente aquelas condições? Que governo, no mundo, já foi bem-sucedido nessa empreitada?

A este respeito, e afora a vaga e provavelmente inadequada referência à *quarentena* financeira levada a cabo pela atual ditadura *branca* chilena, faltam referências históricas e

---

<sup>184</sup> Mercadante, depoimento, São Paulo, 18 jun.1998.



políticas por parte de Mercadante que respaldem o disciplinamento do capital volátil que ele imagina para o Brasil. Inclusive, a suposta viabilidade da *quarentena* para o capital internacional no Chile não pode ser dissociada da natureza do regime político de lá, um modelo acabado de concessões e subserviência ao grande capital, bem dissemelhante, portanto, de um suposto governo democrático e popular. Quanto a Pinochet, mais que o recurso à política de “regulacionismo” do capital financeiro, aquele notório genocida usou seu poder por dezessete anos para impor “uma política de ultraliberalismo econômico” (Hobsbawm, 1996, p. 429). Para levantar seu governo teve, em primeiro lugar, que esmagar, à força das armas, toda a vanguarda política do proletariado e milhares e milhares de trabalhadores e estudantes. Um péssimo exemplo em qualquer análise consistente.

Quanto à referência da Ásia, até a crise de outubro de 1997, que “pôs de joelhos a região mais dinâmica da economia mundial”, economistas de várias tendências, mas que, em comum, tendem a louvar a proposta da intervenção do Estado para regular o mercado e a economia capitalista, e promover assim, seu crescimento, exaltavam aquele “milagre” asiático como fruto desse método regulacionista ou institucionalista.

Nas palavras de Fiori, “os institucionalistas de vários matizes sempre destacaram como fatores essenciais do sucesso asiático, a virtuosa articulação existente entre os Estados, os bancos e as empresas de um capitalismo que sabia combinar de forma organizada o impulso da competição imposta pelo mercado com a previsibilidade da coordenação e do planejamento impostos pelo Estado” (Fiori, 1998, p.36). O Estado estrategista, regulador do mercado e dos investimentos industriais, Estado que recorre à “formação de consensos” entre empresariado-trabalhadores-burocracia de Estado, foi por longo tempo a explicação teórica e, mais que isso, a saída esperançosa para se fazer crescer rendas, economia e competitividade nacional em economias dependentes num mundo capitalista globalizado (Beluzzo, 1998, p.62). O problema é que nada disso efetivamente funcionou, aquelas economias foram para o fundo do poço, após o “brilho” do milagre, milagre de crescer em meio à recessão geral. Não consideraram que a Ásia se insere na economia capitalista global em crise, que esta se sobrepõe (e se articula) a todo “modelo” de desenvolvimento capitalista “nacional”.

Voltemos. Estaríamos, portanto, diante de uma lacuna nos termos da regulação do mercado tal como é proposta por Mercadante. Os instrumentos ou o respaldo econômico ou extra-econômico para aquele disciplinamento do capital financeiro não são explicitados. Nem se configura, por exemplo, a superação crítica do velho método de medidas de governo,

medidas de cima para baixo, através de um explícito respaldo em outras instâncias que não o próprio governo para se enfrentar a “ditadura dos credores”. As massas e a classe trabalhadora estão na categoria de grande ausente no seu discurso.

As medidas de regulação de mercado que certos países capitalistas europeus tomaram, no pós II Guerra apoiaram-se numa ofensiva organizada de massa contra governos fracos. Na situação atual do Brasil e nos termos em que Mercadante propõe a regulação, ela esbarra num governo forte e não conta com movimentos populares organizados e independentes. Tampouco a regulação tem-se mostrado ser uma proposta em vias de popularização ou capaz de seduzir os movimentos sociais. Até onde se tem notícia, a idéia de regulamentação sequer foi ampla e criticamente debatida no próprio PT.

De tudo isso, pode-se arriscar a seguinte consideração: a primeira crítica à proposta de regulação de Mercadante decorre de sua inviabilidade. Configura-se como inviável por várias razões: não explicita com que respaldo político e social vai se por de pé contra o poder da “ditadura dos credores”, e sequer questiona a necessidade de forte alavanca estatal e pública para se contrapor ao poder “regulador” e desestabilizador dos monopólios privados sobre a economia. E preserva intacta a propriedade privada dos setores mais decisivos da economia.

Além do fato de que há todo um outro leque de perguntas que, em grande medida, permanecem sem resposta. Qual a autonomia de um eventual governo democrático e popular diante da “comunidade financeira internacional”? De que margem de manobra e de que instrumentos disporia tal governo para executar uma “economia solidária”, pagando a dívida externa, a interna, e concedendo isenções tributárias a exportadores, a industriais, além de privilégios ao grande capital internacional para que ele “não vá embora”?

Há mais de 20 anos que “toda a agenda estatal brasileira” vem sendo subordinada ao endividamento externo (Schwartz,1991). Assim, não parece factível a idéia de regulação do mercado e de políticas regulacionistas sem uma firme proposta a respeito do endividamento nacional. Em Mercadante essa questão aparece pouco mais que como “alongamento do perfil da dívida”. O governo federal deve em torno de meio trilhão de dólares, paga dezenas de bilhões de dólares de juros e serviço da dívida por ano e a dívida, além de ser em grande parte de curto prazo, não pára de crescer, como bola de neve: mais se paga, mais se deve. E mais:

refinanciamento da dívida, com alongamento do seu perfil, basicamente tem o significado de valorizar ativos financeiros desvalorizados e trocar parte deles por patrimônio estatal.

Ora, temos um problema, uma contradição, na medida em que a crítica ao capital financeiro, ao *cassino* global, à financeirização da economia, não chega a ser formulada, por Mercadante, junto com uma discussão ou de exame da moratória da dívida, mesmo que em perspectiva, se será necessária ou não, por exemplo. Ao contrário, o mais provável, considerando o conjunto dos seus documentos, é que esta seja uma idéia descartada, já que está ausente, de todo ponto de vista, do discurso de Mercadante, mesmo estratégica ou historicamente. Como criticar ao capital financeiro internacional e desvincular as duas coisas, a política externa de pagamento da dívida de um projeto interno via economia popular?

E se entrarmos numa discussão de perspectiva, congruente com o referencial teórico aqui utilizado, ainda teremos um problema adicional. Um movimento social que chegasse a levar a cabo, momentaneamente, o controle do capital financeiro - o que implicaria em dificultar sua acumulação capitalista - tenderia a desencadear substancial reação política do grande capital.

Mercadante se lança a combater os efeitos do *capital-cassino* sem se perguntar sobre uma questão chave. Pretender regular um poder - o da oligarquia financeira - sem contrapoder visível fundamentado, tende a esvaziar a proposta de conteúdo. Pelo menos em termos de poder, de relação de forças. A não ser que se esteja supondo que pode haver um acordo baseado numa suposta coincidência de interesses sociais e econômicos entre as frações mais altas e mais decisivas da oligarquia rentista e um projeto democrático de massas.

#### **4.3. PARA ALÉM DA REGULAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO.**

Já sabemos, com base na pesquisa documental, que Mercadante imagina poder controlar o mercado, ao mesmo tempo em que preserva o patrimônio da oligarquia financeira.

Se invocarmos a tese e os argumentos de Chesnais, sobre a inviabilidade histórica e estratégica, de se tentar disciplinar o grande capital mantendo-o intacto (Ver Capítulo 3) teremos, diante de nós, a seguinte questão: quais os pressupostos ou as razões que levam Mercadante a não transpor, sequer como hipótese histórica, os limites de uma postura regulacionista, que corresponde, em última instância, à pretensão de se recuperar o capital financeiro e o capitalismo para a civilização? Razões táticas? E neste caso, trata-se de uma tática para qual estratégia?

Considerando-se o posicionamento político de Mercadante - como petista, como adepto de um “projeto democrático e popular” reformista, todos os indícios registrados até aqui levam a crer que se trata de uma tática para preservar o capitalismo. Tática converge com estratégia nesses marcos.

Estamos autorizados a presumir que, na questão da proposta de disciplinamento do capital financeiro, tática e estratégia estão superpostas, naqueles termos, por mais que Mercadante em um dos seus textos de alguns anos atrás, se defina como “socialista democrático”<sup>185</sup>. Em outros termos, ao limitar a discussão ao que é possível e “praticável” corre-se o risco de reduzir crítica, diagnóstico e perspectivas ao horizonte liberal, a um horizonte análogo ao da FIESP, dos credores internacionais, enfim, da ordem capitalista. Seriam os limites do seu *progressismo*.

Nesta última hipótese ou se está achando que esta ordem é perene, *natural*, ou pode-se estar supondo ser possível que o capitalismo possa, uma vez *domesticado*, regulado, conduzir a humanidade a um bem-estar planetário. Nos dois casos estaríamos diante de uma postura, para dizer o mínimo, supra-histórica, de um “socialismo democrático” de aparências. De frases pode-se dizer. Não se estaria indo à raiz dos problemas<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> Mercadante, discurso publicado no Diário do Congresso Nacional, p.7020, 22 maio 1991.

<sup>186</sup> Pesquisando documentos políticos das esquerdas brasileiras (incluindo aqui o PT e o PPS, por exemplo), um estudioso do assunto (Coelho Neto, 1997) chegou a uma primeira conclusão que tem a ver com o que aqui está sendo examinado. Ele avalia que setores das esquerdas passam a aceitar o funcionamento capitalista, legitimá-lo, tratando apenas de discipliná-lo. A nova ordem proposta por certos setores das esquerdas, “deveria conviver com a produção incessante de desigualdades que é própria do capitalismo - e que nenhuma das organizações pesquisadas deixa de reconhecer - mas trataria de submetê-las a regras, que o mercado sozinho não pode prover, e ao controle democrático. A lógica da opressão e da dominação, que implica ter como ilegítimos os interesses dos opressores e dominadores, cede espaço” para o jogo e os fóruns democráticos vigentes; além disso, e considerando que a “luta socialista não mais ocupa o centro da tática dos partidos de esquerda, as intervenções políticas destes com objetivos de distribuição de renda e riqueza “teriam que ser compatibilizadas com as que objetivam assegurar a acumulação do capital” (Singer, 1996, p.12, citado por Coelho). Esse socialismo, que jura lealdade às leis gerais do capitalismo (ainda quando, mesmo jurando, não reconhece a existência de quaisquer

Um outro argumento neste sentido é o empenho de Mercadante, de estabelecer uma regulação que assegure condições para o florescimento do capital produtivo, o que pressupõe que isto seja possível sem alterar profundamente os fundamentos da lei do valor, ou seja, do próprio capitalismo. Isto pode sugerir que para autores como Mercadante, a categoria de análise, de fato, não é mais o capitalismo, mas sim a economia de mercado tomada em abstrato<sup>187</sup>. Daí a tibieza das propostas.

Neste caso, revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem estariam rigorosamente separadas entre si, no tempo e no espaço, e é a respeito dos riscos desta operação que autores e/ou quadros partidários como Florestan Fernandes já alertaram o PT. “Um partido que aspire à conquista do poder para o proletariado, sem vincular entre si a “Revolução dentro da ordem” e a “Revolução contra a ordem”, comete um grande equívoco e caminha irremediavelmente para a social-democratização *a la* latino-americana...”(Fernandes, 1989).

Ao mesmo tempo, ao longo da argumentação anti-neoliberal e propositiva de Mercadante, é possível constatar um outro problema. Que vem a ser uma determinada falta de ênfase ou omissão em relação, por exemplo, às estatais, ao seu papel. E, em particular, uma profunda e justa reserva com relação às experiências de planejamento burocrático-stalinista ou burocrático-estatista, só que, neste caso, Mercadante, infortunada e equivocadamente, as confunde com planejamento centralizado. Descrente, **com** razão, do chamado “socialismo real”, ele se torna cético, **sem** razão, com relação ao intervencionismo estatal (público-estatal) na economia em geral. Tudo isso pode estar sugerindo que, apesar de notoriamente crítico ao “mercado”, sobretudo ao mercado “desregulado”, Mercadante não contrapõe a este o planejamento econômico, ou seja, o plano com base em estatais, em poder público efetivo, em controle social do Estado, sequer em perspectiva histórica.

---

leis), precisa de muito esforço para apresentar-se como proposta de uma ordem nova” (Coelho Neto, 1997). Nóvoa (Nóvoa, 1997) referindo-se ao PT, argumenta que este “hoje não consegue viver processos institucionais sem entrar em choque com as suas origens socialistas e antiburocráticas. Provavelmente os partidos do movimento negro na África do Sul estejam vivendo isto de modo ainda mais agudo depois que Mandela assumiu o governo daquele país. Este foi também o caso da Frente Sandinista quando, no poder, procurou adaptar-se ao capitalismo para sobreviver e, ao mesmo tempo, manter coerência fraseológica com as suas tradições históricas”

<sup>187</sup> A partir de depoimento de Paulo Balanco, 11 jan. 1999.

O fato é que se desprende dos textos e do raciocínio de Mercadante sobre as privatizações das estatais uma atitude política de crítica, mas ao mesmo tempo, de certa subestimação do impacto estratégico e/ou político do processo de entrega do patrimônio público. Uma das consequências dessa postura é a de que apesar de perceber que o monopólio estatal esteja sendo substituído pelo monopólio privado, põe pouca ênfase em que tal substituição irá comprometer um projeto anti-neoliberal, alternativo, de soberania e desenvolvimento nacional defendido pelo próprio Mercadante. Sem *Petrobrás*, sem a *Vale*, a *Telebrás*, sem siderurgia, etc. (para não falarmos aqui do controle estatal do crédito), com que alavancas se pode, dentro de um processo de mudanças sociais, promover o deslanche nacional? Mercadante defende estas estatais em alguns textos, (em todo caso de forma débil), no entanto, estamos discutindo outra questão, a do papel *sine qua non* das estatais numa “economia solidária”, socialista.

O governo, e o neoliberalismo em geral não aceitam, por princípio, que os lucros das estatais vão para o Estado, que o Estado lucre, tenha estatais “produtivas” ou “lucrativas”. Quem deve lucrar é a “iniciativa privada”. Neste sentido é que Mercadante, parece não apresentar argumentos para a defesa das estatais por princípio, no caso. Em troca, formula argumentos do tipo: não se deve ideologizar a discussão, que ao cair o *Leste*, caiu por terra o planejamento centralizado como proposta, e assim por diante. Ou seja, não se pode dizer que ele argumente firmemente na direção de que o Estado pode e deve ter estatais rentáveis e cumpridoras de sua função social e tem que contar com todo um setor estatizado se pretende regular a economia real com algo mais do que vontade política. E sob controle de massa, democrático.

Na condição atual, de um Estado enfraquecido, pilhado, privatizado, *quebrado*, e frente a tamanha desigualdade social, é necessário discutir o contraponto à pressão do “mercado”, isto é, dos oligopólios, do capital financeiro internacional. O que equivale, em outras palavras, a discutir a questão da alavanca, do recurso “estatista” para assegurar governabilidade, para dar sustentabilidade a qualquer processo de desenvolvimento. E principalmente: é necessária ou não a intervenção organizada da população, a mobilização da classe trabalhadora naquela direção e como sujeito político?

A própria democratização no controle do Estado pela sociedade, com a qual certamente Mercadante concorda em tese, e que seria um fator de pressão extra-econômica em favor da regulação do mercado, é pouco enfatizada. Não adquire qualquer centralidade.

E se sua proposta de controle do capital financeiro é concebida nos termos de uma estratégia, os problemas aumentam. Justificar o regulacionismo do capital financeiro numa perspectiva histórica, estratégica, seja nos termos em que Mercadante propõe aquele controle, seja mesmo em termos mais definidos como no caso Ramonet (isto para não passarmos para as propostas análogas a la FHC ou mesmo a la Jospin<sup>188</sup>), torna-se insustentável. Ou, por outra, esta saída - que preserva o funcionamento capitalista - resulta contra os sem-teto, sem-emprego e sem-nada. Contra as grandes massas.

Ora, são os trabalhadores os que produzem toda a riqueza material. E invariavelmente têm sido os trabalhadores os que pagam os custos, sociais e humanos, de todas as tentativas de “saída da crise” dentro dos marcos do capital. São os que verdadeiramente são golpeados pelos horrores do sistema, assim como pelo impacto das “saídas” possíveis e “praticáveis”.

As propostas “possíveis” frente à atual crise sistêmica têm rotineiramente funcionado como “saídas” para o grande capital imperialista. Têm ampliado a opressão, e a miséria social dos que são explorados pelo capital e até mesmo dos que não são explorados diretamente por ele. E têm criado dificuldades para sua luta pela supressão da exploração. As ilusões criadas por estas “saídas”, em seguida, se revelam de alto custo social. Em suma, é muito mais do que

---

<sup>188</sup> Aqui vale resumir notícia de meses atrás, onde aparecem, lado a lado, Jospin, FHC e Chirac. “ O presidente francês Jacques Chirac tem feito propostas ao Grupo dos Sete países ricos (G-7) para que sejam adotadas medidas urgentes visando a controlar o fluxo de capitais especulativos que está prejudicando fortemente os países emergentes das regiões da Ásia e América Latina. O chefe de Estado francês apóia a sugestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que preconizou ontem a necessidade de abertura de um diálogo entre os líderes mundiais para buscar soluções que possam evitar essas tempestades financeiras. É preciso, segundo os assessores do chefe de Estado francês, aumentar a transparência sobre os movimentos desses capitais, tornando também mais eficaz a luta contra certos sistemas "off shore" – os inúmeros paraísos fiscais espalhados pelo mundo, por onde transitam esses capitais. A posição da França, segundo as mesmas fontes, é a de reforçar os instrumentos de ação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a autoridade do diretor-geral da instituição, cargo atualmente ocupado pelo francês Michel Camdessus. O presidente Jacques Chirac admite a mudança de certas regras do Fundo Monetário Internacional, adaptando a instituição às necessidades da realidade atual, mas é contra a proposta de criação de um novo FMI, como preconizam alguns economistas, convencidos que o Fundo, da maneira como é atualmente, constitui uma instituição já superada. Os mesmos porta-vozes do Palácio do Eliseu revelaram ontem ao Estado que as propostas francesas são precisas, existindo também identidade de pontos de vista entre o presidente Chirac e o primeiro ministro Lionel Jospin. (Realli Junior. *Chirac defende controle de fluxo de capitais*. O Estado de São Paulo, 12 set. 1998) .

uma discussão intelectual essa questão das “saídas” que ficam estritamente e cuidadosamente presas aos limites do grande capital. Ou, vale dizer, que possuem natureza ilusória.

Vem daqui parte do nosso inconformismo com propostas de caráter limitado (ou limitadíssimo) frente à atual crise. Como é o caso em pauta, o da proposta de “regular” os excessos do capital financeiro, especialmente pela aparente inconsistência e, fundamentalmente, na medida em que tende a não levar em conta, que “financeiro” ou “não financeiro”, estamos diante do capital. E ao sê-lo é responsável direto pela barbárie que envolve a imensa maioria da humanidade, da qual um dos casos extremos é justamente o Brasil. E aqui chegamos a um ponto crítico, ao fato de que ao se *disfarçar* o inimigo - deliberadamente ou não, isto importa menos - ao ficar *encoberta* sua natureza, seu alcance, e a profundidade do processo diante do qual estamos sendo desafiados, se estabelecerá um imenso obstáculo ao seu combate<sup>189</sup>.

Parafraseando Einstein, na sua ponderação de que o mundo não vai superar sua crise atual usando o mesmo pensamento e o mesmo programa que criou esta situação, pode-se dizer que temos, no campo político – e nas palavras de Chesnais – que nos dar a nós mesmos e aos demais “uma perspectiva que mereça que se lute por ela”.

Gilson Dantas

1999

## **BIBLIOGRAFIA**

- a) BIBLIOGRAFIA GERAL.
- b) Artigos e Discursos de Mercadante.
- c) Alguns artigos de jornais onde aparecem declarações de Mercadante.

---

<sup>189</sup> Mais uma vez a advertência nos vem de Florestan Fernandes: “Ou (o PT) consegue, com os demais partidos da esquerda e do centro-esquerda, extirpar a barbárie e difundir a rebelião coletiva entre os de baixo, ou a luta de classes será neutralizada, anulando-se as perspectivas de conquista do poder pela maioria”(Fernandes, 1990).



### a) Bibliografia Geral :

- AFONSO, Carlos Alberto, 1988. *Teoria do Estado - uma contribuição crítica à discussão teórica do Estado capitalista*. Petrópolis: Vozes.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, (coord.), 1993. *O Brasil social: realidades, desafios, opções*. Rio de Janeiro, IPEA, 544p. (IPEA. Série IPEA, 139).
- ALCOFORADO, Fernando, 1996. *Globalização e caminho alternativo para o Brasil*. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 21 agos.
- ALTVATER, Elmar, 1987. *A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise*. In Hobsbawm, Eric. *História do marxismo*, v.8, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p.79-134.
- \_\_\_\_\_, Elmar, 1989. *A teoria da crise do capitalismo monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista*. In *História do marxismo*, v.12, E.Hobsbawm, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 283-340.
- \_\_\_\_\_, Elmar, 1996. *O preço da riqueza*, (1996) Ed. UNESP.
- ALVES, Judith, Alda, 1991. *Revisão de literatura em teses de mestrado e doutorado: meus tipos inesquecíveis*. Rio de Janeiro, mimeo. UFRJ- Faculdade de Educação- Curso de Doutorado em Educação Brasileira.
- AMARAL FILHO, Jair do, Maria Cristina Pereira de MELO, 1998. *Aspectos da nova configuração do capitalismo mundial: implicações controvertidas da globalização*. In Encontro Nacional de Economia Política (3:1988: Niterói). Anais do III Encontro Nacional de Economia Política, Niterói: EdUFF, v.I, p.293-303 .
- ANDERSON, Perry, 1976. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Portugal: Afrontamento. (Coleção Crítica e Sociedade, v.10) .
- \_\_\_\_\_, Perry, 1994. *A crise da crise do marxismo-Introdução a um debate contemporâneo*. S.Paulo: Brasiliense, (Primeiros Vãos) .
- \_\_\_\_\_, Perry, 1995. *Além do neoliberalismo*, em *Pós-neoliberalismo*, de SADER e GENTILE, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.197-207.
- \_\_\_\_\_, Perry, 1992. *O fim da história-de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar. .
- ANDRADE, Eliziário, 1991. *Marxismo, modernidade e revolução*. Goiânia: Editora Kelps.
- ANTUNES, Ricardo, 1991. *O novo sindicalismo*. S.Paulo: Brasil Novo.
- \_\_\_\_\_, Ricardo, 1997. *As dimensões da crise do mundo do trabalho*. In *O Olho da História*, Revista de História Contemporânea, Salvador, BA, v.1, no.4, p.58-62, julho.
- ARAÚJO, Paulo Henrique F, 1994. *A categoria marxiana de crise econômica: uma abordagem ontológica*. Niterói. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal Fluminense. Mimeo. 223p.
- ARRIGHI, Giovanni, 1996d. *Os ciclos viciosos do capitalismo (entrevista)*. O Globo, Rio de Janeiro, 20 jul. p.6, Caderno Prosa & Verso.
- \_\_\_\_\_, Giovanni, 1996a. *Trabalhadores do mundo no final do século*. Em Praga (Revista de Estudos Marxistas), no.1, S.Paulo, Jinkings Editores Associados Ltda, pp. 27-44, set./dez.
- \_\_\_\_\_, Giovanni, 1996c. *O longo século XX: está perto do fim o atual regime de acumulação?* In *Jornal dos Economistas*, no.82, Rio de Janeiro, Corecon, p.6-7, fev.
- \_\_\_\_\_, Giovanni, 1996b. *O longo século 20 - Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. R.J.: Ed. Unicamp/Contraponto. Trad. de Vera Ribeiro.
- AZEVEDO LIMA, Rubens, 1996. *Globalização: nova ordem econômica desemprega e mata*. Sete Dias da Semana, Brasília, p.9, 8 out.
- BACELAR, Tania. César BENJAMIN, 1996. *Brasil: reinventar o futuro*. 2<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Ed. Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

- BALANCO, Paulo Antonio de Freitas, 1996. *Sociedade e mercado : a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura stalinista*. Campinas, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, outubro , mimeo, 267p.
- BAMBIRRA, Vânia, 1993. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília : Editora UnB, 309 pp, Trad. de Ivo Martinazzo, de *La teoria marxista del socialismo en los clasicos Karl Marx, F.Engels y W.I.Lenin*.
- \_\_\_\_\_, Vânia, 1994. *Trinta anos de vicissitudes*. Revista Carta', no.11, Brasília: Senado Federal.
- \_\_\_\_\_, Vânia, s/d. *Os programas dos partidos políticos no Brasil : uma análise comparativa*. Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa, 44p., s/data.
- \_\_\_\_\_, Vânia, 1990. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XX.
- \_\_\_\_\_, Vânia, s/d. *A revolução cubana - uma reinterpretação*. Coimbra, Portugal : Centelha. S/data.
- BARAN, P A, e P.M.SWEEZY, 1974. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BARROS, Octavio de, 1990. “Dolarização”, de Pierre Salama. Resenha do livro de Pierre Salama, *Dolarização*, São Paulo, Nobel, 1989. Em Revista de Economia Política, vol.10, no.2n(38), abr-jun , São Paulo, Brasiliense, p. 155-156.
- BARROSO, Nildo Alberto, 1997. *Os mercados comuns e a questão da soberania.. In* Cadernos ASLEGIS (Associação dos Assessores Legislativos e de Orçamento, Fiscalização e Financiamento da Câmara dos Deputados), Brasília, vol.1, no.1,p. 52-61, jan/abr .
- BATISTA JR., Paulo Nogueira, 1997b. “Globalização” e administração tributária, em Princípios, p.6-15, no.46, agos./set./out. .
- \_\_\_\_\_, Paulo Nogueira, 1997a. *A onda da “globalização”*. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Dinheiro, p.2-2, 9 out. .
- BATISTA, Paulo Nogueira, 1994. *O Consenso de Washington - a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2<sup>a</sup>.ed. São Paulo : PEDEX (Programa Educativo Dívida Externa).
- BEATTIE, Roger e Warren MCGILLIVRAY, 1997. *Uma estratégia arriscada: reflexões acerca do informe do Banco Mundial intitulado envelhecimento sem crise*. In Conjuntura Social, Brasília, 8, Edição Especial : 9-23, Jul. .
- BELUZZO, Luís Gonzaga. *Economia, Estado e democracia*, 1993. Em Lua Nova-Revista de Cultura e Política, S.Paulo: CEDEC, no.28/29, pp. 200-208.
- \_\_\_\_\_, Luiz Gonzaga de Mello, Paulo Nogueira BATISTA, Jr, (orgz.), 1992. *A luta pela sobrevivência da moeda nacional-ensaios em homenagem a Dilson Funaro*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 361 p.
- \_\_\_\_\_, Luiz Gonzaga, 1998. *Notas sobre a crise da Ásia*, em Praga (Estudos Marxistas), São Paulo, Hucitec, n.5,p.59-76, maio .
- \_\_\_\_\_, Luiz Gonzaga, 1993a. *Abertura de otários* . In Isto É, S.Paulo, p.33, 7 jul..
- BENJAMIN, César [et. Alli], 1998. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- \_\_\_\_\_, Cesar, 1991. *Reformas e revolução*, in Teoria & Debate no.15, S.Paulo, pp. 44-50, agos.
- BIONDI, Aloysio, 1998. *As dúvidas esquecidas da privatização*. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 jun. Coluna Opinião Econômica, p.2-2.
- BLACKBURN, Robin (org.), 1993. *Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOLAÑO, César Ricardo, 1995. *Economia política, globalización y comunicación. In Nueva Sociedad, no. 140, Caracas*. .
- \_\_\_\_\_, César Ricardo, 1996. *Karl Marx e Max Headroom: algumas questões sobre cultura, capitalismo e modernidade*. (1996) in TransIN formação (publicação quadrimestral do

- Depto. de Pós-Graduação em Biblioteconomia-PUCCAMP) , v.8, no.2, p.143-156, maio/agos.
- \_\_\_\_\_, César Ricardo.1993. *Capital, Estado, indústria cultural*. Tese doutorado, Unicamp, mimeo.
- BORÓN , Atílio,1996. *Os neoliberais fracassaram*. Jornal do Brasil, S.Paulo, 28 set., Caderno Idéias, p.8.
- BOTTOMORE, Tom.(editor),1988 . *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Do original A dictionary of marxist thought (1983).
- BRAGA, J. Carlos de Souza,1996. *O espectro que ronda o capitalismo*. Folha de SP, 1 set., Caderno Mais!, p.3.
- BRAGA, J.C., Frederico MAZZUCHELLI, 1981. *Notas introdutórias ao capitalismo monopolista*. In Revista de Economia Política, v.1, no.2, abr./jun.
- BRAGA, Ruy,1996. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã.
- BRAGA, Ugo,1998. *Bancos lucram com rombo externo*, Correio Braziliense, Brasília, 16 jan., p.15.
- BRAVERMAN, H. , 1987.*Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.
- BRUM, Argemiro,1984. *Por que o Brasil foi ao Fundo*.3<sup>a</sup>.ed. Petrópolis : Vozes (Série FIDENE).
- BRUNHOFF, Susanne,1991. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.
- BUKHARIN, Nicolai,1986.*A economia mundial e o imperialismo - esboço econômico*. 2<sup>a</sup>.ed. São Paulo : Nova Cultural (Os Economistas).
- CALLINICOS, A,1992. *A vingança da história - o marxismo e as revoluções do Leste europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CAMPOS, Lauro,1980. *A crise da ideologia keynesiana*. Rio de Janeiro: Editora Campus. Apresentação de Edmar Lisboa Bacha. 355 pp.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1982. *Uma crise e vários diagnósticos : o caos brasileiro*. Mimeo, dez..., 61 pp. Texto para discussão no. 096, UnB, Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1983. *Uma apresentação da economia política do 'não'*. Mimeo. nov., 49 pp. Texto para discussão no. 111, UnB, Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1991. *O PT frente à crise do capitalismo*. Brasília-DF, s/e, agos., 80 p .
- \_\_\_\_\_, Lauro,1993. *FHC: Plano econômico como processo envergonhado*. (1993) *Jornal Quadro Negro*, dezembro. Sindicato dos Professores do DF.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1995 a. *Palavras certas* . Brasília: Centro Gráfico Senado Federal. .144pp.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1995b. *FHC: a fome, o desemprego, a concentração de renda e o sucateamento das estatais como soluções falsas para uma crise que se aprofundará*. Brasília : Senado Federal, 56 p. 1995.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1995c. *A crise mundial*. *Jornal de Brasília*, Brasília, 14 mar., p.2.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1996b. *Teses & Antíteses* (Discursos Plenário Senado Federal). Brasília:Gráfica do Senado Federal, set., 147 pp.
- \_\_\_\_\_, Lauro,1996c. *Textos censurados*. [ No prelo ] .
- \_\_\_\_\_, Lauro,1998. *Brechas da Imprensa*. Brasília: Senado Federal. 66p.
- CANUTO, Otaviano, Francisco Mariano LAPLANE, 1995. *Especulação e instabilidade na globalização financeira*. *Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da Unicamp*. Campinas, (5), 31-60, dez.
- CARDOSO, Fernando Henrique,1995. *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*. In Revista de Economia Política, v.15, no.4 (60), out.dez..
- CARNOY, Martin,1986. *Estado e teoria política*. Campinas, S.Paulo: Papyrus. Tradução da equipe de tradução da PUCCAMP, de *The State & Political Theory*, .

- CARVALHO, Carlos Eduardo,1998. *O Brasil do Real: sem inflação, sem crescimento, sem emprego*. Salvador : Cadernos do Ceas , (Centro de Estudos e Ação Social) no.176, p.13-23, jul/agos .
- CHABBAL Robert, François CHESNAIS,1992 . *Tecnologia, crescimento e desenvolvimento: impasses e desafios do final do século XX*, in Sociedade e Estado, S.Paulo, vol. VII, nos. 1-2, p.7-33, jan-dez .
- CHASIN, J. (org), 1988. *Marx hoje*. 3.ed. São Paulo : Ensaio. (Cadernos Ensaio, Grande Formato, 1).
- \_\_\_\_\_, J.,1989a *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. In revista ENSAIO, no.17/18, S.Paulo, pp. 1-122.
- \_\_\_\_\_, J.,1989b Prefácio a *Produção destrutiva e Estado capitalista*, (1989b) de I.Mészáros, São Paulo, Ensaio.
- CHAUÍ, Marilena. (et al...),1980. *A questão da democracia*. RJ: Paz e Terra. (Coleção CEDEC/Paz e Terra, v.4).
- \_\_\_\_\_, Marilena,1994. *De alianças, atrasos e intelectuais*. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 24 abr. Caderno Mais! pp. 8-9.
- CHESNAIS, François, Claude SERFATI, 1992. *L'armement en France - genése, ampleur et coût d'une industrie* (Économie, Sciences Sociales, v.19), Paris : Nathan, 208 p.
- \_\_\_\_\_, François,1996 *A mundialização do capital*. S.Paulo, Xamã. A edição em português é atualizada e ampliada em relação à edição francesa de 1994, *La mondialisation du capital*. 336pp.
- \_\_\_\_\_, François,1997.*O capitalismo de fim de século, em Globalização e socialismo*, COGGIOLA(org.), São Paulo, Xamã, p.7-34.
- \_\_\_\_\_, François,1998.*Crise da Ásia ou do capitalismo?* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 agos., Caderno Economia, p.27.
- \_\_\_\_\_, François,1998b. *A mundialização do capital e a acumulação financeira neoliberal : elementos de ruptura*.In O Olho da História-Revista de História Contemporânea, Salvador, BA, v.1, no.5 , p.13-33, set..
- CHOMSKY, Noam,1996. *O que o tio Sam realmente quer*. Brasília : editora UnB. Trad. de Sístilio Testa e M.Santarrita. *What Uncle Sam really wants*. 152pp. .
- CLARKE, Simon,1991. *Crise do fordismo ou crise da social-democracia?* Em Lua Nova, São Paulo, no.24, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, p.117-150, set.
- COÊLHO NETO, Eurelino Teixeira,1997. *O socialismo científico e a modernidade : uma crise combinada no pensamento da esquerda*. Recife, dez, Tese Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, mimeo.
- COÊLHO NETO, Eurelino. *A conversão democrática da esquerda no Brasil : aspectos teóricos*. Em Cadernos do CEAS, Salvador, jul/agos 1998, no.176, Centro de Estudos e Ação Social, p.59-80.
- COGGIOLA, Osvaldo (org),1997. *Globalização e socialismo*. São Paulo : Xamã, (Coleção Fora da Ordem).
- \_\_\_\_\_, Osvaldo (org.),1994. *Trotsky hoje*. São Paulo: Editora Ensaio (Cadernos Ensaio, Grande Formato, v.6).
- \_\_\_\_\_, Oswaldo,1995. *A atualidade da revolução proletária*. In Crítica Marxista, S.Paulo, Brasiliense, vol.1, no.2, p. 164-166.
- \_\_\_\_\_, Osvaldo, Cláudio KATZ, 1996. *Neoliberalismo ou crise do capital*, 2ª.ed.S.Paulo, Xamã,260 p.
- COLLIN, Denis,( s/d ). *Dragons et tigres de papier - crise financière et crise structurelle du mode de production capitaliste* . In Le marxisme aujourd'hui, Paris, p.15-20.
- COSTA, Edmilson,1996. *O capitalismo contemporâneo e a ofensiva do neoliberalismo*. Em Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, Corecon, no.84, p.10, jan.

- COUTINHO, Luciano, Luiz Gonzaga de Mello BELUZZO, 1996. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas*. Em Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, (7) : 129-54, dez.
- \_\_\_\_\_, Luciano,1992. *A terceira revolução industrial e tecnológica*, in Economia e Sociedade (revista do Instituto de Economia da Unicamp) , no.1, ago, pp. 69-88.
- DELFIM NETTO, Antonio,1996. *Todos perdem com a flexibilização*, em Carta Capital, ano II , no. 20, Coluna Sextante, p.27, mar.
- DREIFUSS, René,1987. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)* 2ª.ed. Rio de Janeiro : Editora Espaço e Tempo.
- \_\_\_\_\_, René,1996. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- DUPAS, Gilberto,1985. *Globalização: as oportunidades e os riscos*, in Gazeta Mercantil, 8 dez., Caderno Leituras de Fim de Semana, pp. 1-2.
- DURAND, Maxime,1996. *Uma retomada curta*. In Em Tempo, 288, S.Paulo, maio, pp. 16-17.
- ECO, Umberto,1989. *Como se faz uma tese*. S.Paulo: Editora Perspectiva.
- Encontro Nacional de Economia Política,1998, (3:1998:Niterói). *Anais do III Encontro Nacional de Economia Política*, Niterói: EdUFF, 2v.
- FERNANDES, Florestan,1981.*O que é revolução*. S.Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos).
- \_\_\_\_\_, Florestan,1975. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_, Florestan,1994. *Democracia e desenvolvimento - a transformação da periferia e o capitalismo monopolístico da era atual*. São Paulo, Hucitec (Pensamento socialista, v.14).
- \_\_\_\_\_, Florestan,1989. *Entrevista*, em Revista Ensaio, São Paul : Ensaio, no.17/18, p.158.
- \_\_\_\_\_, Florestan,1990. *O PT precisa refazer-se*, Folha de São Paulo, São Paulo, 2 maio, p.3.
- FIORI, José Luís,1995b. *O vôo da coruja - uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro : EdUERJ.
- \_\_\_\_\_, José Luís,1997. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis : Vozes.
- \_\_\_\_\_, José Luís,1995a . *Em busca do dissenso perdido - Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight.
- \_\_\_\_\_, José Luís,1996b. *O capitalismo e suas vias de desenvolvimento*. Teoria & Debate, ano 10, no.33, S.Paulo, p.36-45,nov.dez. /jan.
- \_\_\_\_\_, José Luís,1998. *O poder e o dinheiro : várias lições e uma hipótese*, em Praga (Estudos Marxistas), São Paulo, Hucitec, no.5, p.35-58, maio .
- \_\_\_\_\_,José Luís,1996a. *Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal*.In Praga (Revista de EstudosMarxistas), no.1, set/dez. S.Paulo: Jinkings Editores Associados, Ltda. Pp. 45-54.
- Mão visível na indústria*. 1998. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 dez. , p.1-2.
- FORRESTER, Viviane,1997. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- FORGUE, François,1990. *Fúria contra Lênin: por que esta obsessão?* Em Caderno O Trabalho, no.9, agos., p. 47-82.
- FOUGUEYROLLAS, P,1988. *Ciencias sociales y marxismo*. México : Fondo de Cultura Económica.
- FRANCO, Augusto de, Carlos Nelson COUTINHO, e outros,1991. *O PT e o marxismo*. S.Paulo : Teoria & Debate. (Caderno Especial de Teoria & Debate) .
- FRANÇA, Jamari. *Os apóstolos dos armamentos*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Caderno Internacional., p.22-23, 13/4/1997.

- FURTADO, Celso, 1996. *Os desafios da globalização*. Folha de S. Paulo, 1 dez., Coluna Tendências/Debates, p.3 (1).
- GADOTTI, Moacir, Otaviano PEREIRA, 1989. *Pra que PT*. S. Paulo: Cortez.
- GARCIA, Marco Aurélio, 1998. *Os (des)caminhos da globalização*, em Linha Direta, São Paulo, Diretório Regional do PT, p.2-3, 7 a 13 fev.
- GAREGNANI Pierangelo, Fabio PETRI, 1989. *Marxismo e teoria econômica hoje*. In História do marxismo, v. 12, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 383-474.
- GENRO, Tarso, 1997. *E agora, esquerda?* Folha de S. Paulo, S. Paulo, 1 jun., p.3
- GIDDENS, Anthony, 1991. *As consequências da modernidade*. S. Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista. Trad. Raul Fiker.
- GILL, Louis. *L'économie capitaliste : une analyse marxiste. (deux parties)*. (1979) Quebec : Presses Socialistes Internationales. 1979.
- \_\_\_\_\_, Louis, 1993. *As transformações econômicas no Leste*, em A história à deriva: um balanço de fim de século, NÓVOA, Jorge (org), Salvador, UFBA.
- \_\_\_\_\_, Louis, 1983. *Économie mondiale et impérialisme*. Montreal : Boréal Express.
- GILLY Adolfo, 1996. *Dominación y resistencia: incognitas ante el FZLN*. In Viento del Sur, México, no.7, p.3-12, verano .
- GÓLOSOV, V. MAXÍMOVA, V, SMIRNOV, 1984. *A Crítica de las concepciones no marxistas en la enseñanza en la economía política*. Moscou : Ed. Progreso.
- GONÇALVES, Reinaldo, 1994. *Ô abre-alas - a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- GORENDER, Jacob, 1995. *Hegemonia burguesa-reforçada pela prova eleitoral de 1994*. In Crítica Marxista, S. Paulo, Brasiliense, vo.1, no.2, pp. 9-27.
- \_\_\_\_\_, Jacob, 1993. *Comentários sobre a nova ordem mundial*. In Estudos (revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP), no.35, S. Paulo, junho pp. 35-37.
- GRAZIANI, Augusto, 1989. *A análise marxista e a estrutura do capitalismo moderno*, in História do marxismo, v. 12, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 341-382.
- GREENBERG, 1984. *Crédito e capital fictício*, em Dicionário do Pensamento Marxista, Bottomore, São Paulo, Jorge Zahar, p.81-82.
- GRESPLAN, Jorge, 1993. *Uma crítica à teoria do colapso*. In Estudos (revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo - FFLCH-USP), S. Paulo, no.35, p.11-15, jun.
- GRUPPI, Luciano, 1990. *Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. P. Alegre : L&PM.
- GUSHIKEN, Luiz, 1993. *Neoliberalismo já está ultrapassado (o surgimento do Estado mundial)*, entrevista. In Momento Político, Brasília, 23 a 29.nov., p.5.
- GUTTMANN, Robert, 1996. *A transformação do capital financeiro*, em Economia e sociedade, Campinas. São Paulo: Revista do Instituto de Economia da Unicamp, no.7, p.51-83, dez..
- HADDAD, Fernando (org), 1998. *Desorganizando o consenso - nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis, RJ : Vozes, Co-edição com Editora Fundação Perseu Abramo.
- HELLER, Agnes, 1989. *A herança da ética marxiana*, in História do marxismo, Eric Hobsbawm, Rio de Janeiro, Paz e Terra, v.12, pp. 103-130.
- HILFERDING, Rudolf, 1985. *O capital financeiro*. São Paulo : Nova Cultural, (Os Economistas) .
- HOBSBAWM, Eric, 1996. *A era dos extremos : o breve século XX: 1914-1991* . 2a.ed. S. Paulo : Cia. das Letras .
- \_\_\_\_\_, Eric, 1993. *Adeus a tudo aquilo*, em Depois da queda , 2ª.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.93-106.

- \_\_\_\_\_, E,1989. *O marxismo hoje: um balanço aberto*. In História do marxismo, v. 11, Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 13-66.
- IANNI, Octavio,1988. *Dialética & capitalismo - ensaio sobre o pensamento de Marx*. 3a.ed. Petrópolis : Vozes.
- \_\_\_\_\_, Octávio,1993. *Planetarização tornou obsoleto o Estado-Nação*, in Estado de São Paulo, S.Paulo, 26 dez. , Caderno especial-Domingo (sobre Crise do Estado), p.D5.
- \_\_\_\_\_, Octávio,1981. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira,.
- \_\_\_\_\_, Octavio,1997. *Neoliberalismo e poder mundial*, em Medicina-Conselho Federal (Órgão Oficial do CFM), ano X, no.79, mar.
- \_\_\_\_\_, Octavio,1971. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. RJ : Civilização Brasileira, 1971.
- KECK, Margaret,1991. PT. *A lógica da diferença-o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. S.Paulo : Ática. (Ensaio v. 137) Trad. Maria Lúcia Montes com colab. De Isa M.Lando e revisão técnica de Regis de C.Andrade.
- KERGOAT, Jacques,1993. *O reformador reformado*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1997. (Republicado da revista *Viento Sur*, n.12,nov./dez., pelo deputado federal Miguel Rossetto, em forma de folheto).
- KRAYCHETE, Gabriel,1998. *Os mercadores de vento*, em Cadernos do CEAS, Salvador, jul/ag , no.176, Centro de Estudos e Ação Social, p.25-36.
- KUCINSKI, Bernardo, Sue BRANFORD, 1987. *A ditadura da dívida*. S.Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, Bernardo,1993. *Nosso lugar na história*, Teoria & Debate no.22, p.38-46, São Paulo, 2º. trimestre.
- KURZ, Robert,1992. *O colapso da modernização- da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. RJ : Paz e Terra. Trad. de Karen Elsabe Barbosa, do original alemão de 1991, *Der Kollaps der Modernisierung-Von Zusammenbruch des kasernen-Sozialismus Zur Krise der Welt"ökonomie*. 244pp.
- LAGRASSA, Gianfranco,1995. *O capitalismo contemporâneo e o papel da teoria marxista*. In Crítica Marxista, S.Paulo, Brasiliense, vol.1, no.2, pp. 92-106.
- LAURELL, Asa Cristina (org.),1992. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. S.Paulo: Cortez, 244 pp.
- LÉNINE, Vladimir I.,1986. *Obras Escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!/ Moscou : Edições Progresso .
- LESSA, Carlos,1993. *A falácia da modernidade*, in Informe Corecon, Rio de Janeiro, no.55,p.10-11, nov..
- LETIZIA, Vito,1997. *Mundialização do capital*, resenha do livro de François Chesnais in O Olho da História, Salvador : Universidade Federal da Bahia, v.1, no.4, p.184-186, jul..
- \_\_\_\_\_, Vito,1993. *A moderna velha elite golpeada : a curta história do neoliberalismo na versão Collor*, em A história à deriva, NÓVOA, Jorge (org.), Salvador, p.193-203.
- LIMA, Maria R.Soaes,1996. *Teses equivocadas sobre a Ordem Mundial pós-Guerra Fria*. In Dados, Rio de Janeiro, vo.39/2.
- LOWE, Janet,1998. *O império secreto*. Rio de Janeiro : Berkeley.
- LÖWY, Michel,1988. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. S.Paulo: Busca Vida..
- \_\_\_\_\_, Michel,1976. *O pensamento de Che Guevara*. Lisboa : Livraria Bertrand.
- \_\_\_\_\_, Michel,1975. *Método dialético e teoria política*. RJ : Paz e Terra.
- LUKÁCS, Georg,1989. *História e consciência de classe*. Portugal : Publicações Escorpião.[com destaque para o Posfácio de 1967].
- LUXEMBURGO, Rosa,1968. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro, Zahar.

- MADDISON, Agnus,1994. *O desempenho da economia mundial desde 1870*, in Revista Carta´ (Falas, reflexões, memórias, informe de distribuição restrita do Sen. Darcy Ribeiro). Brasília : Gab. Sen. Darcy Ribeiro.pp. 63-80.
- MALDONADO, Eduardo,1998. *Globalização e neoliberalismo: dois passos para frente ou um passo para trás?* Em Encontro Nacional de Economia Política (3:1998:Niterói). Anais do III Encontro Nacional de Economia Política, Niterói: EdUFF, v.I, p.279-292
- MANDEL Ernest,1977a. *Teoria marxista do Estado*. Lisboa : Antídodo (Coleção Argumentos, v.3), Trad. M.Reis.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1990a. *A crise do capital - os fatos e sua interpretação marxista*. SP: Ensaio; Campinas,SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, . Trad. de Juarez Guimarães , João Machado Borges. 331 pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1968. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx- De 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar. Tradução de Carlos Henrique de Escolba. de *La formation de la pensée économique de Karl Marx-de 1843 jusqu'á la rédaction du 'Capital'*, 1967, Paris. (Biblioteca de Ciências Sociais). 211pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1985a. *El capital-cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo XXI. Trad. de Adriana Sandoval, S.Mastrangelo y Martí Soler, da edição inglesa de 1976. (Biblioteca del Pensamiento Socialista- Serie Estudios Críticos). 246 pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1971. *Hacia donde van los Estados Unidos de Norte-américa?* In *Imperialismo hoy*, O'Connor, James et alli. Buenos Aires : Ediciones Periferia (Colección Estados Unidos y América Latina) 263 pp., p.75 a 100.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1971b. *Las leyes del desarrollo desigual* . In *Imperialismo hoy*, O'Connor, James et alli. Buenos Aires : Ediciones Periferia (Colección Estados Unidos y América Latina) , 263 pp., p. 133-168.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1993. *Neoconservadorismo solapa as liberdades democráticas*. Folha de S.Paulo, S.Paulo, 11 abr., Cad.Ilustrada, p. 6-3.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1985b. *O capitalismo tardio*. 2.ed. S.Paulo : Nova Cultural. Apresentação de Paul Singer ; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de C.Andrade e Dinah de A. Azevedo. (Os Economistas). 417 pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1991. *Socialismo versus mercado*. SP : Ensaio. (Cadernos Ensaio, Pequeno Formato, v. 8). Tradução de J.Almeida de Souza Jr. de *In defense of socialist planning*, New Left Review, 159, 1986. 100 pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest, 1972. *Tratado de economía marxista. 2 vols*. México: Ediciones Era S.A. (El Hombre y su Tiempo). (1962, primeira edição em francês, *Traité d'économie marxiste*), Traduzido por Francisco Díez del Corral. Capítulos I a XI no Tomo I e capítulos XII a XVIII no Tomo II.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1994. *El poder y el dinero*. México : Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1995. *Trotsky como alternativa*. SP : Ed.Xamã. . Tradução de Arlene E. Clemesha. Original alemão de 1994 *Trotsky als alternativen*, e inglês de 1995 *Trotsky as alternative*. 239 pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1980. *Trotsky, um estudo da dinâmica de seu pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar. 1980. Trad. de Waltensir Dutra, da edição inglesa, publicada em 1979, *Trotsky-A Study in the Dynamic of His Thought*. (Biblioteca de Ciências Sociais ; Ciência Política) . 125 pp.
- \_\_\_\_\_, Ernest,1990b. *Situacion y futuro del socialismo*. In *El socialismo del futuro*, Madrid, Fundación Sistema, vol. 1, no.1, p.79-98
- MANGABEIRA, Wilma,1993. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Trad. De Vera Pereira. S.paulo: Relume Dumará/Anpocs.
- MANTEGA, Guido,1991. *A economia política brasileira*. 6a.ed. Petrópolis: Vozes.



- \_\_\_\_\_, Guido,1998. *Pacote enfraquece o país*. Correio Braziliense, Brasília, 15 nov , Opinião, p.28.
- MARINI, Ruy Mauro,1992. *América latina , dependência e integração*. SP :Editora Página Aberta/ Editora Brasil Urgente. 153 pp.
- \_\_\_\_\_, Ruy Mauro,1975. *Subdesenvolvimento e revolução*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 277 pp. Traduzido por Nuno Messias de *Subdesarrollo y revolución*, da Siglo XXI, México.
- \_\_\_\_\_, Ruy Mauro,1982. *Dialéctica de la dependencia*. México:Serie Popular Era.
- \_\_\_\_\_, Ruy Mauro e Mária MILLÁN (org.),1995. *La teoria sociológica latinoamericana-Tomo III : la centralidad del marxismo*. México: UNAM/Ediciones del Caballito S.A. 334 pp.
- \_\_\_\_\_, Ruy Mauro,1997. *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. In Praga (Estudos Marxistas),no.3, p.89-108set.
- MARX, Karl,1981. *O capital*. 3<sup>a</sup>.ed.Rio de Janeiro : Civilização. 3 livros, 6 volumes.
- \_\_\_\_\_, Karl,1975. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa:Editorial Avante! (Biblioteca do Marxismo-Leninismo, v.5).
- MARTINS, José Antônio,1994. *A riqueza do capital e a miséria das nações*. São Paulo : Editora Página Aberta.
- MARTINS FILHO, João Roberto,1997. *James Petras e Morris Morley (Empire or republic? American global power and domestic decay)*, resenha, em *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, tomo 5, p.165-167.
- MARTINS, Carlos Eduardo, Adrián Sotelo Valencia, 1998. *A teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro - crítica a Bresser e Mantega*. In Encontro Nacional de Economia Política (3:1998: Niterói). Anais ... Niterói : EdUFF, 2 v.:II, 23 cm, p.416-431.
- MAZZUCHELLI, Frederico,1985. *A contradição em processo - o capitalismo e suas crises*. SP : Brasiliense, 197 pp.
- MELLO, João Manuel Cardoso de,1992. *Consequências do neoliberalismo*. In *Economia e Sociedade* (revista do Instituto de Economia da Unicamp), no.1, P.59-67,ago.
- MERCADANTE, Aloízio (org.),1998.*O Brasil pós-Rea : a política econômica em debate*. Campinas, São Paulo, Unicamp, Instituto de Economia.
- MÉSZAROS, István,1989b. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. S.Paulo : Ensaio. (Cadernos Pequeno Formato, v. 5). Trad. Georg Toscheff. .
- \_\_\_\_\_, István. 1997b. *Ir além do capital*, em *Globalização e socialismo*, COGGIOLLA (org.), São Paulo, Xamã, p.143-154.
- \_\_\_\_\_, István,1987. *A necessidade do controle social* .2<sup>a</sup>.ed.São Paulo, Ensaio (Caderno Ensaio, Série Pequeno Formato, v.2).
- \_\_\_\_\_. István,1989 a. *A crise atual* In Ensaio, São Paulo, no.17/18, p.159-172.
- \_\_\_\_\_, István,1997 a. *O poder da ideologia*. São Paulo: Editora Ensaio..
- MEYER, Victor,1998b. *O Estado subordinado à lógica rentista*. Gazeta Mercantil, 30 jan, Caderno Regional Nordeste. p.D-2,
- \_\_\_\_\_, Victor,1998c. *A dominação do capital fictício*. Gazeta Mercantil, São Paulo, 9/1/98.
- \_\_\_\_\_, Victor,1998a. *O Estado capitalista de volta às origens? (Uma abordagem crítica ao Estado contemporâneo)*, Salvador, monografia, mimeo, fev ,
- MIGLIOLI, Jorge (org.),1977. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. SP: Hucitec. .
- MILLIBAND, Ralph.,1997. *O Estado na sociedade capitalista*. RJ : Zahar.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1996.*O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde*. 4a.ed. S.Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.
- \_\_\_\_\_, Maria Cecília de Souza (org.),1994. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes. 1994.

- MINELLA, Ary Cesar, 1997. *Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC*, em No fio da navalha, OURIQUES, Nildo. São Paulo, Xamã, p. 165-200.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg, 1997. *Globalização da economia : exclusão social e instabilidade monetário-financeira*, em Revista Brasiliense de Políticas Comparadas, vol.I,no.2, p.67-87, maio/agosto .
- MORAES, Quartim de, 1996. *A miragem global e a rearticulação imperialista*, in *Crítica Marxista* no.3, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, p.143-145.
- MULLER, Geraldo, 1987. *Introdução à economia mundial contemporânea*. S.Paulo: Educ (Editora da Puc/SP)/ Ática.
- MUNHOZ, Divanir Eulália, 1996. N. *Trabalho interdisciplinar: realidade e utopia*, in Serviço Social & Sociedade, S.Paulo, no.51, ano XVII, agos., pp. 167-171.
- NETTO, José Paulo, 1993. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época, v.20).
- NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. (org.), 1993. *A história à deriva-um balanço de fim de século*. Salvador: UFBA, 311pp.
- \_\_\_\_\_, Jorge Luiz Bezerra, 1997. Orfandade e herança dos trabalhadores e a miséria da sua Ideologia, em O Olho da História, Salvador, BA, v.1,no.4, p. 43-57, jul.
- NOVACK, George, 1981. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. México: Ediciones Quinto Sol AS.
- O'CONNOR, James, 1977. *USA : A crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (O mundo hoje, v.13). .
- OLIVEIRA, Miguel Darcy de, 1993. *A nova desordem mundial*. In Revista Carta´ (Falas, reflexões, memórias, informe de distribuição do Sen.Darcy Ribeiro). Brasília: Gabinete Sen.Darcy Ribeiro. pp. 69-74.
- OLIVEIRA, Francisco de, 1977 . *A economia da dependência imperfeita*. 2a.ed. R.de Janeiro: Graal. (Biblioteca de Economia no.1).
- \_\_\_\_\_, Francisco de, 1976 . *A economia brasileira : crítica à razão dualista*. In Seleções CEBRAP 1, 2a.ed., S.Paulo : Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, Francisco de, 1997a. *FHC é um projeto conservador*. In Em Tempo, março, no.292, S.Paulo, p.6.
- \_\_\_\_\_, Francisco de, 1998. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_, Francisco de, 1997b. *Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda : globalização e neoliberalismo na América Latina*, em Praga (Estudos Marxistas), no.4, São Paulo, Hucitec, p.31-42, dezembro.
- OURIQUES, Nildo Domingos, 1997b. *Plano Real : estabilização monetária e estratégia recolonizadora*, em *A crise brasileira e o governo FHC*, São Paulo, Xamã, p.123-147.
- \_\_\_\_\_, Nildo Domingos, 1997 a .RAMPINELLI, Waldir José (orgs). *No fio da navalha - crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, .
- OVIEDO, Luís, 1992. *La crisis mundial: Estado de situación* . In En defensa del marxismo, Buenos Aires, dez., año 2, no.5, pp. 5-19.
- PAULANI, Leda Maria, 1997. *A contra-revolução copernicana : desventuras do Real no cassino global*. In Praga (Estudos Marxistas), São Paulo, Hucitec, no.4, p.49-55, dez.
- PEDROSA, Mário, 1980. *Sobre o PT*. S.Paulo : Ched Editorial (Coleção Polêmicas Operárias no.11, Série Documentos v.2).
- PELIANO, J. Carlos Pereira, 1995. *Notas sobre o neoliberalismo, o processo de privatização e as propostas de mudanças constitucionais na ordem econômica*. Brasília, 20 fev. 8 pp., mimeo.
- \_\_\_\_\_, J. Carlos Pereira, 1996. *Competitividade, produtividade e qualidade (notas de aula)*, mimeo, maio.

- PEREIRA, Luís Carlos Bresser,1993. *‘Colapso da modernização’ou crise cíclica?* Em *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, no.36, p.42-48, jul .
- PERLO V. ,1969. *Militarismo e indústria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- PETRAS, James,1995b. *Transformação capitalista: relevância e limites do marxismo*. In *Crítica Marxista*, S.Paulo, Brasiliense, vol.1, no.2, p. 146-152.
- \_\_\_\_\_, James,1997. *Os fundamentos do neoliberalismo*, em *No fio da navalha-crítica das reformas neoliberais de FHC*, OURIQUES e RAMPINELLI, São Paulo, Xamã. p.15-38.
- \_\_\_\_\_, James,1995 a.. *Ensaio contra a ordem*. SP: Editora Página Aberta/Scritta.
- \_\_\_\_\_, James,1994 a .*Os EUA : imperialismo e luta de classes*. In COGGIOLA, Osvaldo (org.).*Marxismo hoje*. SP : Xamã Editora/ FFLCH-USP. 126 pp . p. 83-92.
- \_\_\_\_\_, James,1994b *Reflexões de James Petras, um pensador de mãos dadas com o povo latino-americano*. In *Informativo Dívida Externa*, no.46, abr/maio/jun. São Paulo . Publicação Bimestral do Programa Educativo da Dívida Externa (PEDEX).
- PINTO, Nelson Prado Alves,1997. *O capitalismo financeiro*, em *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, tomo 5, p.9-26.
- PONT, Raul,1997. *E agora PT?* in *Teoria & Debate*, S.Paulo, ano10, no.34, p.17-20, mar/abr/mai .
- \_\_\_\_\_, Raul e outros,1997. *Tese à convenção nacional do PT*, agosto 1997, citado pela Folha de São Paulo, 24 agos.
- POSADAS, J., 1967. *Que es y lo que resta del capitalismo*, *Revista Marxista Latino-Americana*, abril .
- POULANTZAS, Nicos,1969. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista.. Siglo XXI: México*.
- \_\_\_\_\_, Nicos (org.,1977. *O Estado em crise*. RJ : Graal.
- PRZEWORSKI, A.,1993. *A falácia neoliberal*. *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, S.Paulo : CEDEC no.28/29, pp. 209-226.
- \_\_\_\_\_, A,1995. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de.Janeiro: Relume-Dumará. De *The State and the economy under capitalism*, de Argelina C.Figueiredo.
- PUIG, Carmen Soriano,1995. *O rosto moderno da pobreza global : as lições do GATT/OMC, a Rodada Uruguai*. Petrópolis: Vozes.
- RAMONET, Ignacio,1998. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. (Apresentação de Emir Sader).
- REALLI Júnior,1998. *Chirac defende controle de fluxo de capitais*, *O Estado de São Paulo*, 12 set..
- REICHEL, H., HENNING, E. , G. SCHAFER, J.. HIRSCH, 1990. *A teoria do Estado-materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. R.de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Biblioteca Tempo Universitário no.87. Série Estudos Alemães) .
- RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira,1997. *A globalização*, em *Luz e sombras : ensaios de interpretação marxista*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, Centro de Estudos Marxistas, p.197-204.
- RIEZNIK, Pablo,1994. *Trotsky e a crise da economia capitalista mundial*, in *Trotsky hoje* ., São Paulo, Editora Ensaio.
- \_\_\_\_\_, Pablo,1993. *Capitalismo e socialismo na década de 90* , in *Estudos* (revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP), no.35, p.22-27, S.Paulo, jun.
- ROSDOLSKY, R,1986 . *Génesis y estructura de El Capital de Marx* . México, Siglo XXI, 1986.
- SADER, Emir (org),1995 a. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.Trad. Jamary França.
- \_\_\_\_\_, Emir,1997c. *O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo Editorial.

- \_\_\_\_\_, Emir,1992. *Governar para todos-uma avaliação da gestão Luiza Erundina*. S.Paulo: Scritta, 135 pp.
- \_\_\_\_\_, Emir,1995b. *Revolução copernicana na revolução*. In *Crítica Marxista*, S.Paulo, Brasiliense, vol.1, no.2, pp. 160-163.
- \_\_\_\_\_, Emir. (org.),1993 *Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã.
- \_\_\_\_\_, Emir,1983. *Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política*. S.Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_, Emir,1998b. *Vítima e algoz*. Correio Braziliense, Brasília, 30 out. Opinião, p.21.
- \_\_\_\_\_, Emir,1998 a. *O medo da esquerda*. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 maio , p.3.
- \_\_\_\_\_, Emir,1995b. *O anjo torto - esquerda (e direita) no Brasil*. S.Paulo : Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, Emir. (org.),s/d. *E agora, PT? Caráter e identidade*. S.Paulo : Brasiliense. (sem data) 190 p.
- \_\_\_\_\_, Emir. (org.),1997 a. *Vozes do século*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, Emir,1997b. *Cartas a Che Guevara : o mundo trinta anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Leitura).
- \_\_\_\_\_, Emir, Pablo GENTILE (orgs.),1995c. *O pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. .
- SAES, Décio A.M,s/d. *O governo de Fernando Henrique e o campo político conservador*, in *Reeleição : escalada contra a democracia*. SP : Ed. A.Garibaldi, REBELO Aldo, SOBRINHO, Barbosa Lima, SAES, Décio, sem data.
- SALAMA, Pierre,1989. *Dolarização : ensaio sobre a moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos*. São Paulo : Nobel.
- SALLES, Severo.1998. *Remarques sur la critique marxiste du concept de démocratie* Contribuições ao Encontro Internacional sobre o Manifesto Comunista, Paris, maio.
- SALLES, Antônio,1997. *Moeda: criação ex-nihilo*, em *Luz e sombras: ensaios de interpretação marxista*, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Centro de Estudos Marxistas, p.175-196.
- SALOMON, Délcio Vieira,1977. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. 5.ed. Belo Horizonte, Interlivros.
- SANTOS, Boaventura de Sousa,1996. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2a.ed. S.Paulo : Cortez.
- SANTOS, Theotônio dos,1994. *O modelo econômico da ditadura militar* In *Revista Carta´* (Falas, reflexões, memórias, informe de distribuição restrita do Sen. Darcy Ribeiro), Brasília : Gab. do Senador Darcy Ribeiro, no.11, pp. 69-90.
- \_\_\_\_\_, Theotônio dos,1993. *No fundo do poço*. In *Terceiro Mundo*, no.167, novembro 1993, pp. 29-33.
- \_\_\_\_\_, Theotônio dos,1985 . *Conceito de classes sociais* . 3ª.ed. Petrópolis : Vozes.
- \_\_\_\_\_, Theotônio dos,1993a. *As ilusões do neoliberalismo*. *Revista Carta´* (Falas, reflexões, memórias, informe de distribuição restrita do Sen.Darcy Ribeiro), Brasília :Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. , pp. 29-50,n.8.
- \_\_\_\_\_, Theotônio dos ,1993b. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_, Theotônio dos.,1987.*La crisis internacional del capitalismo y los nuevos modelos de desarrollo*. 1987.]
- \_\_\_\_\_, Theotônio dos, 1977. *Imperialismo e corporações transnacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de Heloísa Archéro de Araújo.
- SCHAFF, Adam,1983. *História e verdade*. 2a.ed. SP: Martins Fontes.
- SCHILLING, Paulo R,1994. *O fim da história ou o colapso da modernização? (O fracasso do neoliberalismo na América Latina)* S.Paulo :CEDI/Koinonia. (Série Dívida Externa, v. 6).

- SCHWARTZ, Gilson,1998. *Capitalismo regulado torna-se tendência*. Folha de São Paulo, 21 jun., Coluna Tendências Internacionais, Caderno Dinheiro, p. 2-2.
- \_\_\_\_\_, Gilson,1991. *Decifre a economia*. São Paulo: Saraiva.
- SEMINÁRIO DE BRASÍLIA (1994, Brasília),1995. *O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão. 121 pp.
- SEVERINO, Antonio Joaquim,1991. *Metodologia do trabalho científico*. 17<sup>a</sup>. ed. S.Paulo: Cortez.
- SHAIKH, Anwar, 1988. *Crises econômicas*, em BOTTOMORE, Dicionário do pensamento marxista, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 85-89.
- SHAW, Martin,1986. *Marxismo e ciência social*. S.Paulo : Vértice/Universitária. Trad. Cláudio Alves Marcondes.
- SILVA, Luís Inácio Lula,1997. *Um novo projeto social*. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 jul., Coluna Tendências /Debates, p3.
- SINGER, Paul,1987. *O capitalismo, sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 11a. ed. SP : Moderna (Coleções Polêmica) 88pp.
- \_\_\_\_\_, Paul,1996. *Um governo de esquerda para todos*. São Paulo : Brasiliense.
- SMITH, Dan, Ron SMITH,1986. *La economía del militarismo*. Madrid: Editorial Revolución.
- SOARES, Paulo de Tarso P.L,1996. *Globalização ou imperialismo?* Em Crítica Marxista , São Paulo, Brasiliense, no.3, v.1, p.146-148.
- SOUZA, Nilson Araújo,1987. *A nova ordem econômica internacional*. S.Paulo: Global. (Série Economia e Política).
- \_\_\_\_\_, Nilson Araújo,1995. *O colapso do neoliberalismo*. São Paulo: Global.
- TAVARES, Maria da Conceição,1983. Apresentação a “ *A evolução do capitalismo moderno*” , S.Paulo : Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_, Maria da Conceição, José Luís FIORI, (orgs.),1997. *Poder e dinheiro : uma economia política da globalização* . Petrópolis, RJ : Vozes.
- \_\_\_\_\_, Maria da Conceição, José Luís FIORI, 1993. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
- \_\_\_\_\_, Maria da Conceição,1997. *Da fronda ao front*. In Praga-revista de estudos marxistas, São Paulo, Jinkings, no.2, p.5-23, junho .
- \_\_\_\_\_, Maria Conceição,1998. *Entrevista ao Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, no.109, maio.
- \_\_\_\_\_, Maria Conceição,1992. *Ajuste e reestruturação nos países centrais*. In Economia e Sociedade (revista do Instituto de Economia da Unicamp), no.1, ago., pp. 21-58.
- TEIXEIRA, J.S.Francisco, Manfredo A de OLIVEIRA,(orgs.),1996. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva-as novas determinações do mundo do trabalho*. S.Paulo: Cortez/Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 252 pp.
- TEMER, Milton,1997. *Privatização perigosa*. O Dia, Rio de Janeiro, 6 jun , p.8.
- THERBORN, Goran,1989. *A análise de classe no mundo atual : o marxismo como ciência social* .In História do Marxismo, v.11, de Eric Hobsbawm, p. 389-439.
- THÉRET, Bruno,1994. *O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política*, in RCBS, S.Paulo, no.24, ano 9, fev., pp. 49-65.
- THOMPSON, EP,1981. *A miséria da teoria - ou um planetário de erros : uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro : Zahar. .
- TRIVIÑOS. Aduardo Nivaldo S,1995. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. S.Paulo, Editora Atlas.
- TROTSKY, Leon,1979. *A revolução permanente*. (1979) SP : Livraria Editora Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_, Leon,1980. *A revolução traída*. S.Paulo : Global , (Coleção Bases, v. 32).
- \_\_\_\_\_, Leon,1990. *O pensamento vivo de Karl Marx*. São Paulo: Ensaio, (Cadernos Ensaio, Pequeno Formato, v.6).

- VIDAL, José Walter Bautista,1997. *A reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- \_\_\_\_\_, José Walter Bautista,1987. *De Estado servil a Nação soberana*. Petrópolis: Vozes/Editora UnB.
- \_\_\_\_\_, José Walter Bautista,1995. *O esfacelamento da Nação*. Petrópolis: Vozes.
- VIGEVANI, Tullo (org.),1994. *Liberalismo e socialismo*, Ed. Unesp.
- \_\_\_\_\_, Tullo, João Paulo VEIGA, Karina MARIANO, 1994. *Realismo versus globalismo nas relações internacionais*, in Lua Nova, S.Paulo, Cedec, no. 34, pp. 5-26.
- WALLERSTEIN, Immanuel,1994. *As agonias do liberalismo*, in Lua Nova, S.Paulo, Cedec, no.34, pp. 117-134.
- \_\_\_\_\_, Immanuel,1998. *Possibilidades globais, 1990-2025*, em Praga (Estudos Marxistas), no.5,São Paulo: Hucitec, p.17-34, maio.
- YAMAMOTO, Oswaldo, 1994. *H. Marx e o método*. SP: Ed.Moraes.
- ZANGHER, Renato,1989. *Entre a crise do capitalismo e o novo socialismo no Ocidente*, in História do marxismo, de E.Hobsbawm, v.12, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 221-282.

#### **b) Artigos (em jornais e periódicos) e discursos de Aloízio Mercadante:**

(Esclarecimento: nem todos os discursos de Mercadante foram incluídos aqui, apenas os que mais tinham a ver com o tema pesquisado ; o mesmo vale para matérias jornalísticas que se referem a Mercadante ; o livro de Mercadante encontra-se indexado na Bibliografia Geral acima )

- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Armadilha neoliberal*. Teoria&Debate n.10, p.6-9, abr./maio 1990.
- \_\_\_\_\_,Aloízio. *Salários e sindicatos*. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 dez.1990.
- \_\_\_\_\_,Aloízio. *Os economistas e os miseráveis*, Folha de São Paulo, São Paulo, 25 dez.1990, p.B-2.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.7017, 22 maio 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional, Brasília, p.1624, 10 maio 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional, Brasília, p.512, 6 fev. 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.2278, 21 mar. 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I ), p.14826, 23 agos. 1991.

- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.4571, 25 abr. 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Sindicalismo do século 21*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 dez. 1991, p.3.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Salários e tabus*. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 agos 1991, p.1-3.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *É preciso conjugar o verbo negociar*. Exame, São Paulo, v.23, n.5, p.30-32, mar. 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *O mercado no capitalismo*. Utopia, (Jornal bimestral do PT/RS), p.3-4, out./nov. 1991.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.5940, 3 abr. 1992.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.27087, 18 dez. 1992 .
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I) , Brasília, p.22292, 7 out. 1992.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Desenvolvimento suportável*. O Globo, Rio de Janeiro, 13 jun. 1992, p.6.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *China - socialismo e mercado*. Folha de São Paulo, 12 fev. 1992, p.1-3.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *O motorista, o juiz e o presidente*.Folha de São Paulo, 14 jul 1992, p.1-3.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *O PT, "O Globo" e o muro da Dinda*. Folha de São Paulo, 18 set 1992, p.1-3.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Lição de ética*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 jul. 1992, p.6.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Parlamentarismo já é uma solução viável ou simples golpismo?* Visão, São Paulo, v.41,n.30, p.12, jul 1992.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Aplausos em Nova York*, Folha de São Paulo, São Paulo, p.1-3, 29/12/1992.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Inflação, câmaras setoriais e o caminho*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.1-3, 30/3/1992.
- \_\_\_\_\_, Aloizio, Mantega, Guido. *Monetarismo enraivecido*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.B-2, 7/4/1990
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I) , Brasília, 30 set. 1993, p.21015.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I). Brasília, p.8149, 28 abr. 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.9026, 7 maio 1993 .
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.5507, 19 mar. 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I ), Brasília, p.8732, 05 maio 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), Brasília, p.12148, 9 jun. 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional, Brasília, p.2233, 26 agos. 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Orçamento : retrato do caos - II*. Estado de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1993, p.2.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Dilemas sociais na revisão constitucional*. Tempo e Presença, v.15,n.270, p.5-9, jul/ago 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Câmaras setoriais e a agenda do futuro*. Economia e Cultura, n.8,p.25-27, set/nov 1993.

- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Reforma tributária : acredite se quiser*. Conjuntura Social, v.4, n.9, p.19-20, set 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Os trabalhadores, a sonegação e o IPMF*. Conjuntura Social, v.4,n.11, p.7-8, nov 1993.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A visita ao general*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.1-3, 10/12/1993.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Washington e Vigário Geral*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.2-2, 17/10/1993.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Câmara setorial e apartheid social*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.2-2, 21/2/1993.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O PT deve outra vez remar contra a maré*. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 nov. 1994, Editoria Dinheiro, p.2-3
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional, Brasília, p. 1314, 25 mar 1994.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário dos Trabalhos Revisoriais, Brasília, p.680, 4 fev. 1994.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Estado e propriedade na Constituição Federal : a reforma do Estado*, exposição do deputado federal Aloízio Mercadante, p.74-93, em OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org) *A revisão da República : Seminários "A UNICAMP e a revisão constitucional"*, Campinas, São Paulo : Editora da UNICAMP, 1994.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Resgate da cidadania e da ética*. Tempo e Presença, v.16, .274,p.26-28, mar/abr 1994.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário do Congresso Nacional (Revisão da Constituição Federal), Brasília, p.123, 14 jan.1994.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Pronunciamento publicado no Diário dos Trabalhos Revisoriais. Brasília, p. 2113, 26 mar 1994.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *Programa de governo participativo*. Estado de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1994, p.B2.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A maratona de Maluf em Sapopemba*. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 dez. 1995, Editoria Opinião, Tendências/Debates, p. 1-3
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A cidade, o buraco e o retrato*. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 dez. 1995, Editoria Opinião, Tendências/Debates, p.1-3.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Terra, democracia e desenvolvimento*. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 nov. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A taxa de juros e o emprego*. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 out. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O grito e a cesta*. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 set. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *FHC 2?* . Folha de São Paulo, São Paulo, 20 agos. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Mutirão contra a recessão* . Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jul. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A estabilização e os sem-nada* . Folha de São Paulo, São Paulo, 10 dez. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A nova fase do Real* . Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jun. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Juros , câmbio e alternativa* . Folha de São Paulo, São Paulo, 28 maio 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O neoliberalismo tardio* . Folha de São Paulo, São Paulo, 30 abr. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O real, o navio e o balde* Folha de São Paulo, São Paulo, 02 abr. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4



- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Crise da Argentina é grave para o Brasil* Folha de São Paulo, São Paulo, 05 mar. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *México e a marcha da insensatez neoliberal* Folha de São Paulo, São Paulo, 05 fev. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *México reencontra o subdesenvolvimento* Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jan. 1995, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Feliz ano velho*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 jul 1991, Editoria Economia.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *FHC, apupo e aplauso*. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 abril 1996 , Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-6.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Emprego!* . Folha de São Paulo, São Paulo, 04 fev. 1996, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Economia, educação e cultura*. Folha de São Paulo, São Paulo, 07 jan. 1996, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Marinalva e a lição de casa* . Folha de São Paulo, São Paulo, 31 mar 1996, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-6.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A chuteira e o jogador* . Folha de São Paulo, São Paulo, 03 mar 1996, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O Real e o poder local* . Folha de São Paulo, São Paulo, 26 maio 1996, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-5.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Por uma economia solidária*. Estado de São Paulo, São Paulo, 15 mar. 1996, p.A2.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Real, inconsistências e sustentabilidade* . Folha de São Paulo, São Paulo, 29 junh. 1996, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-5.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Debate sobre a situação econômica do País*. Palestra, 5 agos. 1997. (Reunião das bancadas do PT, do PDT e do PC do B.Brasília, 05 agos. 1997, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados. 56 p. Reunião no. X-178/97).
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O câmbio e a barriga* . Folha de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 1997, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p. .
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *ABC, desemprego e Pilatos* . Folha de São Paulo, São Paulo, 14 dez. 1997, Editoria Dinheiro, Lições Contemporâneas, p.2-11 .
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *O tigre, o susto e a bola da vez* . Folha de São Paulo, São Paulo, 18 jul. 1997, Editoria Opinião, seção Tendências/Debates, p.1-3 .
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *A crise e o perdão* . Folha de São Paulo, São Paulo, 16 nov. 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-6.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Falsificando a História Contemporânea* . Folha de São Paulo, São Paulo, 21 set. 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-4
- \_\_\_\_\_, Aloízio *O centro e a economia solidária* . Folha de São Paulo, São Paulo, 19 out. 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Cntemporâneas, p.2-11.
- \_\_\_\_\_, Aloízio. *Opção recessiva*. Correio Braziliense, Brasília, 04 dez. 1997
- \_\_\_\_\_, Aloízio *Globalização e subdesenvolvimento* . Folha de São Paulo, São Paulo, 06 abr. 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-5.
- \_\_\_\_\_, Aloízio *A privatização da política salarial* . Folha de São Paulo, São Paulo, 24 agos.1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-7.
- \_\_\_\_\_, Aloízio *A parabólica do Serjão e a ilusão dos inocentes* . Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jul.1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-7.
- \_\_\_\_\_, Aloízio *O câmbio e a barriga* . Folha de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-9.
- \_\_\_\_\_, Aloízio *Ao mestre com carinho* . Folha de São Paulo, São Paulo, 04 maio 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-6.

- \_\_\_\_\_, Aloízio *Vale, um leilão chamado Brasil* . Folha de São Paulo, São Paulo, 09 mar. 1997, Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-9.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *A fuga para frente*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 fev. 1997, p.10.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. *As inconsistências do plano*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 agos. 1997, p.10.
- \_\_\_\_\_, Aloízio *Reencontro com a crise?* Folha de São Paulo, São Paulo, 11 jan. 1998 . Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-4.
- \_\_\_\_\_, Aloízio . *Cartas aos desempregáveis* . Folha de São Paulo, São Paulo, 08 mar 1998 . Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-13.
- \_\_\_\_\_, Aloízio . *Roleta-russa do século 21* . Folha de São Paulo, São Paulo, 08 fev. 1998 . Editoria Dinheiro, seção Lições Contemporâneas, p.2-5.
- \_\_\_\_\_, Aloizio. Depoimento, São Paulo, 18 jun. 1998.

**Apêndice: Algumas matérias jornalísticas onde aparecem declarações de Mercadante:**

- Alta de juros era única opção, diz petista* (entrevista a Eliane Catanhede). Folha de São Paulo, São Paulo, p.1-6, 1/11/1997.
- Efeito no Brasil era previsível*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.1-6, 1/11/1997
- Economista quer sustar leilões*. Folha de São Paulo, São Paulo, p.1-6, 1/11/1997
- Abrucio Jr., Milton. *Sobe a estrela de Mercadante*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 set. 1994, seção Política e Governo, p.4.
- Mercado não é pecado*, entrevista de Aloízio Mercadante a Sérgio Leo. Isto é/ Senhor, no.1136, 3 jul 1991.
- PT para empresários*. Isto É/Senhor, no.1056, 13 dez. 1989. Entrevista de Aloízio Mercadante a Jorge Caldeira.
- As duas faces da moeda*. (Entrevista Aloizio Mercadante e Zélia Cardoso de Mello). Exame, São Paulo, v.21, n.25, p.27-29, dez 1989.
- Executiva e bancada federal se reúnem para debater nova versão, sem a moratória*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13/2/1994.
- s/autor. *Ofensiva dos sindicatos*. Gazeta Mercantil, 06 jul. 1994, p..1 e p.6.
- s/autor. *Mercadante critica exigências de credores*. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 maio 1994, p.1-5.
- Neumann, Denise. *Mercadante e Delfim criticam condução do Real*. Estado de São Paulo, 29/4/1996.
- Nassif, Maria Inês. *Esquerda busca consenso sobre programa*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 out. 1997, p.A-11.
- Fernandes, Maria Cristina. *Mercadante, vice com pompa de candidato*. Gazeta Mercantil, 16 maio 1996, p.A-8.

- Cruz, Valdo, Ferreira, Roger. *Indexação não é única solução, diz Mercadante*. Folha de São Paulo, 25 fev. 1991, p.1-7.
- Erlanger, Luis, Fernandes, Rodolfo, Abreu, Beatriz. “*A crise exige uma negociação. Não basta protestar e criticar*” - entrevista/ Aloizio Mercadante. O Globo, Rio de Janeiro, 24 fev. 1991, p.2.
- Bittencourt, Getulio. *Mercadante é aplaudido por investidores estrangeiros em seminário em Nova York*. Gazeta Mercantil, 03 dez. 1992, p.19.